

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DIVERSITAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR HUMANIDADES,**  
**DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES**

MELANIE GRUN

**Stefan Zweig:**  
da perseguição nazista ao suicídio - refúgio, apatridia e exílio.

Versão corrigida

São Paulo  
2022

MELANIE GRUN

**Stefan Zweig:**

da perseguição nazista ao suicídio - refúgio, apatridia e exílio.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Professor Dr. Renato da Silva Queiroz

Versão corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G888s Grun, Melanie  
Stefan Zweig: da perseguição nazista ao suicídio - refúgio, apatridia e exílio. / Melanie Grun; orientador Renato Queiroz - São Paulo, 2022. 186 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Exílio. 2. Refugiados. 3. Identidade. 4. Nazismo. 5. Antissemitismo. I. Queiroz, Renato, orient. II. Título.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

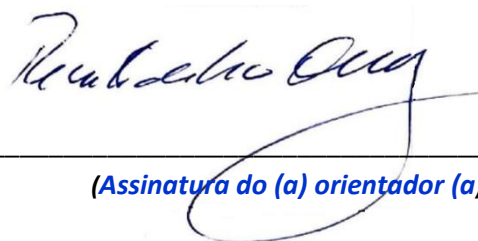
**Nome do (a) aluno (a): Melanie Grun**

**Data da defesa: 02/09/2022**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/11/2022



---

(Assinatura do (a) orientador (a))

À minha família Grun, Bilenky, Ramos e Delaye:

À Baba Rachel e ao Zeide Luiz que vieram ao Brasil fugindo do antissemitismo na Polônia e na Rússia nos anos 1920.

Às irmãs do meu Zeide, Ita e Malki, que foram assassinadas em Auschwitz.

Ao meu avô George e à minha avó Carmen que enfrentaram os preconceitos de europeus contra nordestinos e se casaram.

À minha mãe Iracy, que mergulhou num novo mundo - o judaísmo - e ao meu pai Sérgio: vindos de universos tão diferentes, enfrentaram preconceitos, casaram-se e tiveram quatro filhos.

Aos meus irmãos Raquel, Denise e Bruno que compartilham dessas origens comigo e continuam a expandir o contato com diferentes culturas e o amor pelo ser humano.

Aos meus sobrinhos João Vichor Grun Jorge e à Maria Fernanda Rossi Grun frutos dessa continuidade.

Dedico essa dissertação também:

A Moïse Kabagambe e a todes que tiveram (e têm), de alguma maneira, a sua existência negada.

“*Não há sol a sós*”. Gosto desse verso de Arnaldo Antunes que trata da importância das relações em nossas vidas e com ele gostaria de iniciar esse espaço de homenagem e agradecimento às pessoas que contribuíram para que o “sol” estivesse presente durante a minha trajetória de mestrado.

Ao meu orientador, professor Renato da Silva Queiroz - fundamental para que essa dissertação se realizasse - meus mais sinceros agradecimentos. Interlocutor precioso, compartilhou comigo seu conhecimento e sensibilidade. Apresentou-me filmes, poemas e autores que enriqueceram essa pesquisa. Fez leituras atentas da minha escrita, e, para além, transmitiu-me confiança quando ela me faltava. Agradeço também sua compreensão e apoio quando atravessei uma situação de muita dor durante essa trajetória.

Minha gratidão aos professores Liliana L. Jubilut e Júlio Pimentel, que contribuíram para tornar prazeroso um caminho de retorno acadêmico que parecia tortuoso. À professora Liliana L. Jubilut, que pude conhecer durante o curso sobre direito internacional dos refugiados em Roraima, agradeço pelas suas aulas, seus textos e sua disponibilidade para atender às minhas dúvidas ao longo da pesquisa. Ao professor Júlio Pimentel Pinto, muito obrigada, não apenas pela sua disponibilidade, mas, especialmente pelo tom poético de suas aulas que reavivaram meu encantamento pelo estudo formal. Estendo também minha gratidão a cada professor do *Diversitas*.

Agradeço à Kristina Michahelles, diretora-executiva da *Casa Stefan Zweig* e tradutora de numerosas obras do escritor austríaco, pelo acolhimento no *Grupo de Estudos Stefan Zweig* (GESZ) e pelas oportunidades de aproximação com as atividades do museu. Meu agradecimento também aos membros do GESZ pelas leituras e observações a cada encontro.

À pesquisadora Mariana Holms, só posso dizer incontáveis vezes: obrigada por toda a sua generosidade. Além de ceder seu material de pesquisa e revisar as traduções do alemão, tornou-se importante parceira nessa etapa final. As trocas propiciadas pelas nossas conversas transformaram alguns rumos dessa dissertação, além de me nutrirem com ânimo e energia para a escrita.

Meu agradecimento às queridas Malu, Cynthia, Sinara, Carol, Marina e Estela que estiveram comigo na visitação à *Operação Acolhida* e ao *Abrigo Janokoida* para migrantes e refugiados indígenas Warao em Pacaraima. Conhecer esse grupo de pesquisadoras dedicadas à questão do refúgio me encorajou a seguir esse caminho.

À Professora Isabel Accioly minha gratidão pelo curso sobre *Branquitude e Relações Raciais no Brasil* que me provocou a ampliar minha leitura acerca dessa temática. Às

parceiras do Grupos de Estudos e Práticas Antirracistas (GEPAR), Mayra, Talita, Brenda e Maria Alice, meu muito obrigada pelas valiosas discussões.

Agradeço aos funcionários do *Diversitas*, em especial, à Teresa Teles, pela ajuda paciente e cuidadosa nos mais variados momentos.

A meu amigo Felipe, meu agradecimento pelas conversas e indicações sobre o *Direito Internacional dos Direitos Humanos* e, ainda mais, por seu apoio em um momento tão difícil da minha vida. Ao Guilherme, que só vi pessoalmente uma vez, agradeço por sua parceria no *Diversitas*.

À Tali, Liginha, Lau e Fabinho, muito obrigada por caminharem ao meu lado a tanto tempo. À minha amiga Ligia Coelho agradeço pelas trocas sensíveis. Ao Charles, Jorge, Lu, Maru e Gi, à amizade e à ajuda de sempre. Quantos almoços seus me salvaram Gigi. Ao David, meu muito obrigada pela leitura cuidadosa e pelas palavras de encorajamento. À Júlia, por essa amizade nova que já parece tão antiga. À Ana pelas conversas profundas, pelas indicações enriquecedoras, pela revisão da minha escrita e das traduções e pela paciência.

À Paulinha, minha gratidão, por estar sempre perto mesmo à distância e por lembrar-me de manter “*a mente aberta, a espinha ereta e o coração tranquilo*”. Saiba que seu espírito desbravador e sua trajetória em defesa dos povos indígenas são uma inspiração para mim.

À Cassiana fica difícil encontrar palavras para agradecer. Sem seu incentivo eu não teria tentado ingressar no mestrado. Amiga, muito obrigada por me encorajar a enfrentar esse processo, pelo seu apoio essencial no período de escrita do projeto, por tantas trocas sobre variados assuntos e, ainda mais, por essa amizade parceira de vida.

À Márcia, à Adriana e ao Dr. Wagner, que me ajudaram, nesse período, a manter a mente e o corpo sãos, além de terem indicado interessantes leituras, minha gratidão.

À minha família, meu eterno agradecimento. Vocês são sempre meu lugar preferido no mundo. À minha mãe agradeço pela dádiva da vida, pela busca de uma criação humanista e pelo apoio às minhas escolhas. Foi você, mami, com sua força, que tornou possível essa minha caminhada e eu honro demais o que você fez e faz por mim. Minha gratidão aos meus irmãos Raquel, Denise e Bruno por serem esse laço de amor único e por desde cedo me ajudarem a perceber a beleza de mundos tão diferentes do meu. Obrigada ao Jojo e à Mafê por terem trazido tanta doçura para minha vida. Agradeço ao meu pai que, infelizmente, se foi antes desse momento. Obrigada também ao Bito, meu parceirinho de vida, que me acompanhou quase até o final dessa dissertação.



O Refugiado (1939) - Felix Nussbaum<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Felix Nussbaum foi uma das vítimas do Holocausto. Pintor, judeu e alemão refugiou-se em Bruxelas, na Bélgica, mas em 1944 foi denunciado e enviado junto a sua esposa, Felka Platek, para o campo de Mechelen e, mais tarde, para Auschwitz-Bikernau onde foram assassinados.



## RESUMO

GRUN, M. **Stefan Zweig: da perseguição nazista ao suicídio - refúgio, apatridia e exílio.** Dissertação (Mestrado). Diversitas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

Esta dissertação teve como objetivo analisar a trajetória do escritor austríaco Stefan Zweig a partir da perspectiva do sociólogo Everett Stonequist acerca da condição do *homem marginal* e dos conceitos *sujeito* e *objeto* apresentados por bell hooks e utilizados pela psicanalista Grada Kilomba em *Memórias da Plantação*. Deu-se ênfase à vida de Stefan Zweig a partir da ascensão nazista - momento em que tomou consciência de sua marginalidade e enfrentou o refúgio, a apatridia e o exílio -, com o intuito de investigar os impactos da condição marginal e do desterro sobre sua identidade. Os materiais analisados evidenciaram a importância que a língua materna (o alemão), a Europa e os valores pacifistas e europeístas tiveram para Stefan Zweig na construção de sua própria identidade e o sofrimento decorrente dos efeitos do nazismo e da Segunda Guerra Mundial sobre sua vida. Por fim, procurou-se compreender o suicídio cometido pelo escritor austríaco e sua esposa, em Petrópolis, sob uma ótica compreensiva que destaca a resistência e não a fraqueza ou a covardia do ato. De forma geral, essa dissertação configura-se como uma possível contribuição para o enriquecimento das pesquisas acerca da temática do refúgio e do exílio, enfatizando as questões identitárias suscitadas pelo desterro forçado, ainda tão recorrente nos dias atuais.

Palavras-chave: Zweig. Exílio. Refugiados. Identidade. Língua Materna. *Homem marginal*. Suicídio. Nazismo. Antissemitismo.

## ABSTRACT

GRUN, M. **Stefan Zweig: from Nazi persecution to suicide - refuge, statelessness and exile**. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

This thesis aimed to conduct research on Austrian writer Stefan Zweig's life under sociologist Everett Stonequist's perspective towards *The marginal man's* condition and under the concepts *subject* and *object* coined by bell hooks and later adopted by psychoanalyst Grada Kilomba in *Plantation Memories*. It was chosen to shed light on Zweig's life from the period of the Nazi empire arousal on - moment when he understood his marginality and faced refuge, statelessness and exile -, in order to investigate the marginal conditions and displacement impacts on his identity. Material analyzed by this thesis exposed the importance of mother tongue (German) and pacifist and European values, besides Europe itself, for the construction of Zweig's own identity, as well as the consequent suffering endured by him, caused by nazism and the Second World War. Additionally, this research tried to compassionately understand suicide committed simultaneously by Zweig and his wife in Petrópolis, Brazil, highlighting the couragousness needed for taking such an act rather than weakness or cowardness. Generally, this thesis aims to contribute to studies on the subject of refuge and exile, most regarded to identity issues occasioned by forced displacement, still so recurrent in present days.

Keywords: Zweig. Exile. Refugees. Identity. Mother tongue. *The marginal man*. Suicide. Nazism. Antisemitism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. STEFAN ZWEIG: UM HOMEM MARGINAL .....</b>	<b>15</b>
2.1 Suas origens: as famílias Zweig e Brettauer .....	15
2.2 Gerações pré-emancipação .....	15
2.3 A emancipação.....	20
2.4 A condição marginal de Stefan Zweig.....	23
2.5 A experiência múltipla da condição de marginal: refugiado, apátrida e exilado...32	
2.5.1 <i>O conceito de refugiado.....</i>	<i>32</i>
2.5.2 <i>O caso de Stefan Zweig: refúgio, apatridia e exílio.....</i>	<i>36</i>
2.5.3 <i>Pode um escritor austríaco renomado ser reconhecido como refugiado e apátrida?.....</i>	<i>37</i>
2.5.4 <i>Stefan Zweig e sua múltipla condição marginal.....</i>	<i>41</i>
<b>3. A QUESTÃO DA IDENTIDADE NO REFÚGIO.....</b>	<b>43</b>
3.1 Identidade e a perseguição nazista: de <i>sujeitos a objetos</i> .....	44
3.2 Desafios enfrentados por Stefan Zweig.....	48
<b>4. IDENTIDADE E IDIOMA.....</b>	<b>50</b>
4.1 Identidade e idioma no refúgio e no exílio.....	50
4.2 Stefan Zweig e o idioma alemão: os impactos do <i>desvículo</i> .....	57
<b>5. IDENTIDADE E DOCUMENTO.....</b>	<b>74</b>
5.1 As origens do passaporte.....	74
5.1.1 <i>Identidade e identificação.....</i>	<i>79</i>
5.1.2 <i>O entre-guerras: passaporte e cidadania.....</i>	<i>86</i>
5.2 As minorias: direitos humanos, nacionalidade e cidadania.....	88
5.2.1 <i>O surgimento de um sistema internacional de proteção à pessoa refugiada e apátrida.....</i>	<i>92</i>
5.2.2 <i>A ascensão nazista na Alemanha e os judeus: identidade, identificação e cidadania.....</i>	<i>94</i>

5.3 Stefan Zweig e a tríade identidade/identificação/cidadania.....	97
<b>6. REAÇÕES AO DESAJUSTAMENTO DA CONDIÇÃO MARGINAL.....</b>	<b>121</b>
6.1 A busca do <i>sujeito</i> Stefan Zweig: reações ao desajustamento.....	121
6.2 A escrita como espelho para Stefan Zweig: Erasmo de Rotterdam, Montaigne e ele mesmo.....	134
6.2.1 <i>O espelho Erasmo de Rotterdam.....</i>	135
6.2.2 <i>O espelho Montaigne.....</i>	139
6.2.3 <i>O espelho Stefan Zweig.....</i>	142
6.2.4 <i>A escrita como retomada do sujeito Stefan Zweig.....</i>	157
6.3 O suicídio.....	158
6.3.1 <i>O suicídio como retomada do sujeito Stefan Zweig.....</i>	161
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>178</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“O exílio não se escreve, ele se vive”

(Escritor afegão Atiq Rahimi)

“O ÚLTIMO LIBELO DE STEFAN ZWEIG CONTRA A ESCRAVIDÃO NA EUROPA”, essa foi a manchete da matéria que noticiava, no jornal O Globo, o duplo suicídio de Stefan e sua esposa, Charlotte Zweig:

Passavam poucos minutos do meio-dia. Dulce, a empregada, estranhando que os seus patrões não a tivessem chamado até àquela hora, resolveu bater na porta do quarto. Ninguém respondeu. Colou o ouvido, e percebeu a respiração forte de Stefan Zweig. Correu ao quintal e chamou o marido. Este tranquilizou-a: "Resolveram dormir hoje até mais tarde." Às 16.30 a criada voltou à casa. A porta do quarto continuava fechada. Tornou a chamar o esposo e os dois abriram a porta, que não estava fechada à chave. Passada a lenta agonia, Stefan Zweig e sua esposa estavam abraçados, os rostos muito brancos e as fisionomias serenas como se a morte os encontrasse dormindo. (O Globo, p. 5, 24/02/1942)

Esse ato radical, cometido em Petrópolis entre os dias 22 e 23 de fevereiro de 1942, foi de tal forma marcante que é raro encontrar alguma referência à Stefan Zweig que não mencione seu suicídio. Deu-se o mesmo com essa dissertação, que dirigiu em sua derradeira parte um olhar mais atento a essa morte trágica.

Na última década, talvez incentivados pelo conjunto de obras de Stefan Zweig publicado pela editora Zahar<sup>2</sup>, identifica-se um incremento dos estudos acadêmicos brasileiros dedicados ao escritor: *Kunst des Briefes - Arte da Carta: um estudo sobre cartas de Stefan Zweig no exílio* (2013), de Patrícia Cristina B. M. Moisés, e *Conversações entre Stefan Zweig e Sigmund Freud: um olhar sobre suas correspondências* (2016), de Geovane de Souza Melo Júnior, por exemplo, tratam das missivas que o escritor austríaco trocou com amigos, parentes e intelectuais; *Literatura alemã de exílio: o Brasil de Stefan Zweig* (2016), de Larissa Elizabeth Fumis, é um estudo sobre o livro *Brasil, país do futuro: 'Um palestrante narrando slides': o sujeito autobiográfico esquivo em Die Welt von Gestern de Stefan Zweig* (2019), de Mariana C. M. Holms, analisa a autobiografia *O Mundo de Ontem*.

<sup>2</sup> “Desde 2013, a editora Zahar vem publicando novas edições de obras selecionadas de Stefan Zweig, sempre acompanhadas por comentários de Alberto Dines: *O mundo insone e outros ensaios* (2013, organização de Alberto Dines, tradução de Kristina Michahelles); *Maria Antonieta* (2013, tradução de Irene Aron); *Autobiografia: o mundo de ontem* (2014, tradução de Kristina Michahelles); *Três novelas femininas – Medo, Carta de uma desconhecida, 24 horas na vida de uma mulher* (2014; tradução de Adriana Lisboa, Raquel Abi-Sâmara); *Joseph Fouché – retrato de um homem político* (2015, tradução de Kristina Michahelles) *Novelas insólitas – Segredo ardente, Confusão de sentimentos, A coleção invisível, Júpiter, Foi ele?, Xadrez – uma novela* (2015, tradução de Maria Aparecida Barbosa, Kristina Michahelles e Murilo Jardelino).” (BOHUNOVSKY, 2015, nota 2)

Essas pesquisas, que se concentram especialmente no campo de estudos literários - sem por isso deixarem de dialogar com outros campos do conhecimento como a filosofia e a psicanálise -, tornaram-se fontes relevantes de pesquisa e contribuem para uma melhor compreensão da obra e da vida de Stefan Zweig.

O presente trabalho procurou também dar a sua contribuição para este universo de estudo e, para tanto, propôs-se a estudar a trajetória de Stefan Zweig à luz da concepção de *homem marginal*, tal qual formulada pelo sociólogo Everett V. Stonequist (1948) e dos conceitos *sujeito* e *objeto*, de bell hooks<sup>3</sup> (2019). Coube ainda a essa dissertação uma análise da vida do escritor austríaco, demonstrando que ele vivenciou não só a condição de exilado, como também as de refugiado e apátrida, ademais da tentativa de compreender de que forma a sua identidade pessoal foi abalada e fraturada pela perseguição nazista.

Portanto, a trajetória de Stefan Zweig apresenta-se aqui também como uma possibilidade de reflexão sobre as dificuldades e os desafios enfrentados pelas pessoas que têm a sua existência negada e vivenciam o desterro forçado.

Entre as principais fontes que possibilitaram esse estudo, pode-se destacar: *Stefan Zweig - Briefe: 1932 - 1942* (BECK, KNUT e BERLIN, JEFFREY B., 2005), coletânea de cartas originais que Stefan Zweig trocou com amigos e intelectuais, principalmente durante o período de desterro; *Stefan & Lotte - Cartas da América: Rio, Buenos Aires e Nova York, 1940-42* (DAVIS, DARIÉN J. e MARSHALL, OLIVER., 2012), publicação que traduziu para o português as missivas enviadas pelo casal Zweig, durante o exílio americano, para a família de Lotte Zweig na Inglaterra; *Morte no Paraíso - A tragédia de Stefan Zweig* (DINES, 1981), *Three Lives* (MATUSCHEK, 2011) e *The Impossible Exile* (PROCHNIK, 2014), relevantes biografias sobre o escritor austríaco; *Vidas de Entremeio: Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental: 1780-1945* (SPITZER, 2001), preciosa análise comparativa da trajetória de André Rebouças, Cornelius May e Stefan Zweig; a autobiografia *O Mundo de Ontem - memórias de um europeu*, os *Diários* do escritor austríaco, além da biografia de *Erasmus de Rotterdam - Triunfo y tragedia de un humanista* e do ensaio sobre *Montaigne* escritos por Stefan Zweig.

---

<sup>3</sup> O nome bell hooks é empregado em letra minúscula respeitando a escolha da própria autora. bell hooks é um pseudônimo escolhido em homenagem à sua bisavó materna com o intuito de honrar o legado feminino. O uso desse nome na autoria de suas pesquisas é uma forma de a autora questionar algumas convenções linguísticas e acadêmicas e, principalmente, de dar ênfase ao seu trabalho e não à sua pessoa. Em uma entrevista em 2009, a intelectual disse: “*I think we are obsessed in the U.S. with the personal,*” she continued, “*in ways that blind us to more important issues of life.*” (“Acho que somos obcecados nos EUA com o pessoal, de maneiras que nos cegam para questões mais importantes da vida.”)

Para melhor situar o leitor, seguem breves resumos da temática abordada em cada capítulo:

No capítulo 2, seguinte a esta introdução, foi feita uma apresentação dos ascendentes maternos e paternos do escritor austríaco a fim de demonstrar as transformações vivenciadas pelas gerações anteriores a Stefan Zweig no tocante à condição de judeu em relação à sociedade dominante. Para isso, atentou-se ao processo de emancipação judaico na Europa Central e às possibilidades de integração social em cada uma das gerações. Ainda nesse capítulo, foi feita a apresentação de Stefan Zweig, sua identificação como refugiado, apátrida, exilado e múltiplo *homem marginal*.

No capítulo 3 procurou-se esclarecer a relação entre identidade e refúgio, para, na sequência, a partir dos conceitos *sujeito*, *objeto* e *identidade predatória*, esclarecer de que maneira o nazismo retirava do judeu sua condição de *sujeito*.

O capítulo 4 foi dedicado à relação entre identidade e idioma e os impactos identitários causados pela perda da comunicação na língua materna durante o refúgio e o exílio. Uma atenção especial foi dada ao processo de *desvínculo* enfrentado por Stefan Zweig em razão do rompimento forçado com o idioma alemão durante o desterro.

O capítulo 5 procurou diferenciar identidade de identificação, demonstrando de que maneira deu-se nos Estados-nação a consolidação de mecanismos de identificação, principalmente do passaporte. Esse capítulo apresenta para o leitor o vínculo estabelecido entre identidade, identificação e cidadania pelos Estados de forma geral e, especificamente, pelo governo nazista, e as consequências desse processo para as minorias e para a trajetória do próprio Stefan Zweig.

O capítulo 6 dedicou-se a apontar e analisar possibilidades de reação de Stefan Zweig à perda de sua condição de *sujeito* e à sua situação *marginal*. Nessa parte da dissertação, portanto, foi dada uma maior atenção às obras *Erasmus de Roterdã*, *Montaigne* e *o Mundo de Ontem*, bem como ao duplo suicídio do casal Zweig.

Por fim, no capítulo 7, foram apresentadas as considerações finais acerca de algumas reflexões suscitadas ao longo da pesquisa que resultou nessa dissertação.

## 2. ZWEIG: UM HOMEM MARGINAL

### 2.1 Suas origens: as famílias Zweig e Brettauer

Stefan Zweig nasceu em 1881 na cidade de Viena, Áustria, e morreu em 1942 em Petrópolis, no Brasil. Do lado paterno, seus trisavós eram Moses Josef Zweig (1750-1840) e Elka Katti Spitzer (1757-1817); seus bisavós, Moyses Löb Zweig (1784-1831) e Paulina Frisch (1787-1810); e seus avós, Herman Zweig (1807-1884) e Nanette Wolf (?-1889). Do lado materno, Herz Läme Brettauer (1742-1802) e Brendel Uffenheimer (1744-1802); Ludwig Brettauer (1768-1837) e Fanny Wolff (1783-1840); e Samuel Brettauer (1813-1879) e Josefina Landauer (1815-?), respectivamente. Seus pais, Moritz Zweig (1845-1926) e Ida Brettauer (1854-1928) (SPITZER, 2001, p. 91 e 101).<sup>4</sup>

Cada uma dessas gerações da família do escritor austríaco (trisavós, bisavós, avós e pais) vivenciou momentos distintos da relação entre os judeus e a sociedade dominante onde viviam. Seus trisavós e bisavós enfrentaram, de diferentes maneiras, épocas anteriores à emancipação dos judeus na Europa Central<sup>5</sup>, enquanto seus pais e avós puderam viver, pelo menos parte de suas vidas, em uma sociedade onde os judeus, uma vez emancipados, eram considerados cidadãos que gozavam de plena igualdade de direitos políticos e civis, como o direito à residência, à ocupação, à propriedade, à liberdade religiosa, à atuação como testemunha em tribunal, jurando voto, e ao posicionamento jurídico em caso de processo, também com direito ao voto e à ocupação de cargos eletivos (*ibid.*, p. 90 e SORKIN, 2019, p.13).

### 2.2 Gerações pré-emancipação

Moses J. Zweig e Elka K. Spitzer nasceram e viveram no bairro judaico de Prossnitz (Prostejov)<sup>6</sup>, na Morávia. Moses, inclusive, foi o primeiro integrante da família a adotar o sobrenome Zweig, em 1787, obedecendo a uma lei imperial que obrigava os judeus a usarem sobrenomes alemães. Até então, era costume entre a comunidade judaica a adoção de

<sup>4</sup> As árvores genealógicas das famílias Zweig e Brettauer podem ser encontradas em SPITZER (2001, p. 91 e 101)

<sup>5</sup> A atenção à emancipação dos judeus nesta dissertação é referente aos territórios em que as famílias Zweig e Brettauer viviam, já que o processo de emancipação judaica foi diferente nas diversas regiões da Europa. Como a região onde viviam passou por inúmeras transformações - Sacro Império Romano Germânico, Reino da Hungria, Império Austríaco e Império Austro-Húngaro-, por vezes usarei apenas a denominação Europa Central.

<sup>6</sup> Na atual República Tcheca. Em 1713, um total de 319 famílias judias, ou 1.393 indivíduos, foram autorizados a residir em Prossnitz. Em 1793, esse número teve um ligeiro aumento, chegando a 328 famílias, ou 1.459 pessoas. Na Morávia, somente em Nikolsburg havia uma comunidade judaica maior que a de Prossnitz. (SPITZER, 2001, p. 243, nota 1)



sobrenomes que faziam menção à localidade de onde eram oriundos. Moses J. Zweig era antes Moses J. Petrowitz, provavelmente em referência à origem de seu pai (SPITZER, 2001, p. 93).

A comunidade judaica de Prossnitz havia sido formada há cerca de trezentos anos por judeus expulsos de outras regiões, como da cidade vizinha Olmütz, e, mais tarde, de Chmelnitsky (Ucrânia) e de Viena. A vida em Prossnitz no século XVIII, em comparação com a vida urbana judaica ao seu redor, era um pouco mais próspera. Contudo, era também um gueto insalubre repleto de privações e restrições:

Os moradores não tinham direito permanente de residência na cidade nem a pretensão de serem aceitos ou tolerados fora da proteção que lhes era concedida em salvo-condutos (Schutzbriefe) do senhor feudal local, o príncipe de Liechtenstein, que detinha os direitos de propriedade do ducado de Plumenau, onde ficava situado o bairro de Prossnitz. (*ibid.*, p. 90)

A partir de 1773, a família Brettauer, dos antepassados maternos de Stefan Zweig, instalou-se em Hohenems, Vorarlberg, na região ocidental austríaca. A cidade era habitada por famílias judias - envolvidas no comércio de cavalos e gados - desde 1617, quando obtiveram autorização para ali se fixar. No entanto, em 1676, por conta da concorrência comercial com os moradores cristãos, o governante expulsou os judeus, cerca de trinta famílias, que só puderam voltar a se estabelecer na cidade doze anos depois. Em 1748, o número de famílias judias passava da casa dos trinta por conta da chegada de judeus expulsos da cidade vizinha Sulz. Em 1773, ano em que o trisavô materno de Zweig foi viver em Hohenems, o local abrigava 227 judeus distribuídos em 24 casas. (*ibid.*, p. 92)

Ambas as famílias, nas figuras de Moses J. Zweig e de Herz L. Brettauer, tiveram um bom desenvolvimento nos negócios. O primeiro de forma mais humilde: era um mascate, “um daqueles judeus que viajavam pelo interior, com uma mochila de mascate nas costas, vendendo roupas velhas e reformadas” (*ibid.*, p. 93). Já o segundo, joalheiro e usurário, tornou-se muito rico, principalmente por conta do apoio de seu sogro, “agente comercial da corte imperial austríaca e fornecedor de forças militares” (*ibid.*, p. 95).

Apesar das condições financeiras favoráveis, ambas as famílias viviam nas terras de um Império regulamentado por relações feudais, pelas quais os judeus, ricos ou pobres, não eram reconhecidos como cidadãos e dependiam de uma série de autorizações para estabelecerem residência e também para praticarem seus ofícios. Viviam segregados em guetos (*Judenstadt*), sob a proteção de salvo-condutos emitidos pelas autoridades que poderiam expulsá-los a qualquer momento. (*ibidem*)

Em lugares cerca de 750km distantes e em boas condições materiais, as famílias Zweig e Brettauer enfrentavam uma estrutura social semelhante. Não desfrutavam da condição de cidadãos, o que os tornava dependentes da boa vontade dos governantes das terras em que viviam para, por exemplo, obter permissão para exercer determinadas ocupações ou para se fixar em locais específicos. A sociedade dominante não permitia a integração dos judeus, mesmo daqueles que, no gueto ou na região onde viviam, haviam alcançado um lugar de destaque sócio-econômico. Longe de serem vistos como iguais pelos habitantes cristãos, os judeus eram considerados de fora, estranhos e estrangeiros, que deveriam ser controlados a partir de uma série de restrições, como a proibição de trabalhar com varejo e com artesanato, a limitação no número de matrimônios entre judeus e a proibição de mudar para outra cidade. (*ibidem*).

A situação das famílias Zweig e Brettauer ilustra a definição de *estranho* ou *estrangeiro* de Georg Simmel, categorizado como aquele que não é “proprietário de terra” por não desfrutar do direito à compra de terra, vendo-se, ademais, excluído de qualquer espaço fixo na sociedade dominante. Impedidos de fixarem-se fisicamente - dependentes de autorização e segregados em guetos dos quais poderiam ser expulsos - e também excluídos do ambiente social, os Brettauer e Zweig ocupavam, essencialmente, profissões comerciais e financeiras por serem aquelas ligadas à mobilidade. A partir dessas ocupações, como o estrangeiro de Simmel, relacionavam-se com as mais diversas pessoas da sociedade dominante, sem, contudo, estabelecer com elas laços de pertencimento, como os de parentesco ou localidade (SIMMEL, 1983, p. 184).

Esse processo de rejeição da sociedade dominante à integração dos judeus, tidos como estranhos/estrangeiros, fará com que eles fortaleçam seus laços comunitários e continuem encontrando no interior da comunidade os elementos para a formação de sua identidade: a partir da manutenção de suas tradições, costumes e crenças religiosas. Tanto Moses J. Zweig quanto Herz L. Brettauer, trisavós de Stefan Zweig, mantiveram-se totalmente vinculados ao judaísmo e também tornaram-se importantes lideranças da comunidade judaica onde viviam (SPITZER, 2001, p. 99).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Entre as tradições seguidas pelos trisavós de Zweig, pode-se citar: o idioma ídiche, a dieta alimentar (*Kashrut*), as vestimentas tradicionais, a ida à sinagoga, o respeito aos feriados religiosos, ao *shabat* (dia do descanso) e ao cumprimento do *brit-milá* (circuncisão) e *bar-mitzvá* (maioridade religiosa) em seus filhos. Em relação às lideranças comunitárias, Moses J. Zweig exerceu o cargo de *Judenrichter* (cargo jurídico reconhecido pelas autoridades do Império) e foi também *Landesältester*, fazendo parte do grupo de anciãos que eram consultados para a tomada de decisões da comunidade (*ibid*, p. 93 e 99).

Na década de 1780, o déspota esclarecido José II promulgou o Édito de Tolerância, um primeiro passo em direção à conversão dos judeus em cidadãos do Império. A emancipação judaica, contudo, foi um processo que ainda levaria quase um século para se estabelecer e teve como característica a instauração de medidas que estimulavam e impunham a assimilação dos costumes e tradições germânicas por parte dos judeus.

O governo de José II iniciou uma abordagem intervencionista/condicional<sup>8</sup>, que se pautava na ideia de que os judeus tinham tradições atrasadas e degeneradas e, portanto, deveriam se modernizar, adquirindo aspectos da cultura dominante para, só a partir de então, terem alguns de seus direitos civis reconhecidos (*ibid.*, p. 37-38)<sup>9</sup>. Além disso, os judeus eram obrigados a seguir algumas profissões específicas, como artesãos e agricultores, para tornarem-se úteis ao desenvolvimento do Império.

No entanto, ao mesmo tempo em que os judeus eram obrigados a deixar aspectos de sua cultura e adotar novos trajes, novos idiomas, novas profissões, frequentar escolas e universidades seculares, a integração social ainda era repleta de barreiras<sup>10</sup>. Os judeus assemelhavam-se cada vez mais aos membros da sociedade dominante, mas eram constantemente lembrados de que não eram parte dela, como, por exemplo, mediante proibições à compra de terras, à execução de determinadas profissões e à escolha de onde gostariam de viver (SPITZER, 2001, p. 98 e SZPILMAN, 2012, p. 132).

Apesar do Édito de Tolerância ter sido promulgado ainda na época dos trisavós de Stefan Zweig, quem sentiu de forma mais forte os efeitos dessas mudanças foi a geração seguinte. As novas leis abriram portas para que muitos judeus pudessem expandir seus negócios. Ludwig Brettauer, seu bisavô paterno, e o irmão Rafael abriram uma empresa de exportação de tecidos locais e importação de produtos e tecidos vindos das colônias britânicas

---

<sup>8</sup> Intervencionista: era baseada em regras de assimilação ditadas pelo governo; Condicional: condições para o reconhecimento de alguns direitos civis para os judeus. Essa abordagem diferia do modelo de emancipação *laissez-faire*, em que não havia interferência do Estado para estimular uma integração social, cultural ou econômica dos indivíduos emancipados. Esse, por exemplo, foi o modelo adotado pelo Brasil no processo de abolição da escravatura. Ambos os modelos apresentaram problemas, o Intervencionista exigia que os grupos subordinados se assemelhassem aos emancipadores para alcançar seus direitos, e o *Laissez-faire* entregava os emancipados à própria sorte, sem nenhum suporte estatal para sua inserção na sociedade (*ibid.*, p.34, 36 e 37).

<sup>9</sup> Leo Spitzer refere-se ao livro de Christian Wilhelm von Dohn, *Üeber die bürgerliche Verbesserung der Juden*, publicado em Berlim em 1781, que teria sido uma das principais bases teóricas do processo de emancipação judaica na Europa Central. A obra defendia que os judeus teriam a possibilidade de se tornar membros da sociedade dominante se adquirissem os valores e estilos de vida germânicos e apontava para a importância da educação escolar para que os judeus pudessem “se tornar como nós”. Nessa concepção, os judeus eram considerados “culturalmente atrasados e inferiores, moralmente deficientes e socialmente degenerados.” e deveriam superar essa condição adotando valores e práticas da cultura dominante (*ibid.*, p. 37-38).

<sup>10</sup> Os judeus foram dispensados de usarem trajes característicos e emblemas de identificação, as crianças passaram a frequentar as escolas seculares e civis, o ingresso nas universidades foi permitido, o uso do iídiche e do hebraico em negócios e registros públicos foi proibido e, a partir de 1787, todos os judeus foram obrigados a adotarem um sobrenome alemão (*ibid.*, p.102).

e holandesas, da Suíça e de outros países europeus. Dessa forma, pela primeira vez o comércio da família alcançava regiões que até então eram proibidas aos negociantes judeus.

Com o acúmulo de capital e também boas alianças financeiras, fruto de casamentos entre famílias judias ricas, alguns membros dessa geração deram um passo além e iniciaram investimentos no setor industrial<sup>11</sup>. Os bisavós paternos do renomado escritor austríaco também prosperaram economicamente, embora de forma mais tímida. Moyses Löb Zweig e seus irmãos deixaram de ser mascates e tornaram-se lojistas dos mais variados produtos (SPITZER, 2001, p. 102 e 105).

Mantendo a trajetória de prosperidade econômica da família, Samuel Brettauer, avô materno de Stefan Zweig, tornou-se sócio diretor da Companhia H.L. Brettauer, fundada por seu irmão. A empresa comercial, de início, passou a ser uma instituição bancária, sediada em Vorarlberg, que contava inclusive com o Vaticano em sua clientela. Os irmãos Samuel Brettauer e Hermann Ludwig tornaram-se, então, banqueiros de sucesso. Nessa geração, alguns outros membros da família Brettauer começaram a trabalhar com artesanato (curtumeiros e confeitores), sem, no entanto, deixar de encontrar dificuldades, uma vez que esses ramos eram até então proibidos aos judeus.

Essa tendência a ocupar outros espaços profissionais antes vedados aos judeus também aparece na geração dos avós paternos de Stefan Zweig. Ao atentarmos para Herman Zweig e seus dezenove parentes, entre primos e irmãos, temos Eduard Zweig (1840-1906), que, além de germanizar seu prenome<sup>12</sup>, tornou-se o primeiro advogado da família. Além disso, algumas mulheres, como Elka Katti Zweig Spitzer (1823-1896) e Lisette Zweig Reichmann (1830-1900), deixaram de atuar apenas nos espaços domésticos para tornaram-se negociantes de tecidos e artigos de armarinho. Apesar dessa diversificação, a maior parte da família, inclusive o avô paterno de Stefan Zweig, dedicava-se ao ramo industrial, em consequência da modernização austríaca e também dos incentivos para o desenvolvimento de indústrias e para a produção de manufaturas, estabelecidos pelo Édito de Tolerância e por cartas patentes posteriores. (*ibid.*, p.110)

No entanto, a prosperidade econômica de ambas as famílias não foi suficiente para sua total integração à sociedade. Os judeus passavam por um processo de assimilação cultural, adotavam o alemão em sua vida pública, mudavam suas vestimentas, mas, ao mesmo tempo,

---

<sup>11</sup> Ludwig Brettauer casou-se com Fanny Wolff, unindo-se a uma das famílias mais importantes no ramo comercial de Hohenems. Simon Rosenthal, irmão de Ludwig, junto com dois cunhados, transformou a empresa comercial da família Rosenthal em uma indústria de fiação, tecelagem e tingimento (*ibidem*).

<sup>12</sup> Antes Elkan Zweig (*ibid.*, p.105).

continuavam sendo vistos como não-pertencentes à sociedade dominante. Mais do que isso, permaneciam como um grupo juridicamente inferior. Essa realidade fez com que, de forma geral, os familiares da geração dos avós de Stefan Zweig continuassem ainda bastante vinculados à comunidade judaica, mantendo suas práticas religiosas, seus papéis de liderança comunitária e dando suporte à manutenção das instituições necessárias para uma vida autenticamente judaica: sinagoga, instituições de caridade, cemitério, ensino talmúdico e do hebraico, entre outras (*ibidem*).

### 2.3 A emancipação

A geração dos pais de Stefan Zweig vivenciou a emancipação plena. De 1848 a 1867, um conjunto de medidas importantes foram tomadas, regulamentando a situação dos judeus no Império Austríaco.

No contexto das revoluções liberais, em 1848, o imperador austríaco promulgou uma nova constituição, que estabelecia liberdade religiosa e igualdade perante a lei. No entanto, deixava para o Parlamento a regulamentação a respeito dos judeus. Em 1849, após conter os revolucionários, o imperador Francisco José I promulgou uma nova constituição, na qual figuravam a garantia de cidadania, a liberdade profissional e de residência (*Freizügigkeit*) e a de compra de imóveis para cidadãos de qualquer religião. Contudo, não procedeu à codificação necessária para que as leis entrassem em vigor. E, já em 1851, durante a revisão dessa nova constituição, o próprio imperador anulou o reconhecimento de cidadania para indivíduos de todas as fés (SORKIN, 2019, p. 209).

Nos anos seguintes, derrotas nas guerras que levaram à unificação da Itália e da Alemanha<sup>13</sup> fizeram com que o Império Habsburgo se tornasse um governo de duas monarquias: o Império Austro-Húngaro. A partir de então, foi ganhando força no governo uma corrente mais liberal e de cunho constitucionalista, que garantiu direitos essenciais aos judeus<sup>14</sup> e, em 1867, a igualdade civil plena: a emancipação. Além disso, o Estado tornava-se

---

<sup>13</sup> Derrota contra a Itália em 1859 e na Batalha de Sadowa em 1866.

<sup>14</sup> O regime neo-absolutista de Bach melhorou progressivamente o “status” dos judeus (uma exceção, afetando somente os ricos, foi o decreto de 1853, proibindo judeus de comprar propriedades rurais). Em 1852, Viena permitiu que os judeus organizassem uma comunidade reconhecida. Em 1861, três judeus serviam na Câmara Municipal de Viena. Em 1852, Praga aboliu o gueto. A liberdade de residência no início dos anos 1860 permitiu a migração generalizada, especialmente para as áreas urbanas. Em 10 de janeiro de 1860, o imperador aboliu a proibição de os judeus atuarem como boticários e, em algumas terras da Coroa, como destiladores e proprietários de tavernas. Em 13 de janeiro de 1860, o Ministro do Interior permitiu que os judeus residissem na Galícia e na área rural de Bucovina. Um decreto imperial de 18 de fevereiro de 1860 deu aos judeus da Galícia e de Bucovina que tinham se graduado em uma escola secundária ou técnica reconhecida ou servido como oficiais militares os mesmos direitos de possuir terras que os cristãos. Um segundo decreto no mesmo dia permitiu aos judeus comprar terras agrárias e trabalhar nelas em alguns territórios (Alta Áustria, Boêmia, Morávia, Silésia e

cada vez menos confessional, diminuindo os poderes da Igreja sobre as leis de matrimônio e sobre as escolas não religiosas, por exemplo. No entanto, os judeus ainda eram reconhecidos como uma comunidade religiosa e não como um povo<sup>15</sup>, o que fazia com que o iídiche não fosse considerado um idioma que poderia ser adotado “nas escolas, nos negócios ou na vida pública.” (*ibid.*, p. 230-231).

Essas transformações sobre a condição dos judeus na Áustria-Hungria permitiram que a geração dos pais de Stefan Zweig acessasse espaços aos quais as gerações anteriores não puderam se integrar e, por consequência, fosse se aproximando cada vez mais da sociedade dominante e rompendo com o gueto judaico. Leo Spitzer chama a atenção para o caráter simbólico da mudança nos nomes adotados pelos familiares de Stefan Zweig: enquanto as gerações anteriores usavam nomes judaicos germanizados, como Joseph, Samuel, Sarah e Abraham, na nova geração tornaram-se comuns nomes como Moritz, Heimann, Hermann, Ida, Ludwig e até mesmo Siegmund e Siegfried (SPITZER, p. 2001 , p. 111).

Interessantes também são os dados apontados pelo historiador austríaco em relação às ocupações dessa nova geração:

Existem informações sobre a carreira profissional de 36 das 45 pessoas da linhagem Brettauer e Zweig nascidas entre 1845 e 1875. Nove dentre 23 parentes de Zweig (39%) - irmãos e primos do pai de Stefan Zweig, Moritz - eram proprietários de fábricas industriais (...); oito (35%) estavam engajados em algum aspecto do comércio, em geral, atacadista; e seis (26%) eram profissionais liberais: dois médicos, dois advogados, um ator e um engenheiro. Nove de 13 dos Brettauer (69%) - irmãos e primos de Ida, a mãe de Stefan Zweig - eram diretores ou estavam casados com diretores de casas bancárias; um era advogado; dois eram médicos especialistas (23%) - um cirurgião e um ginecologista - e uma havia se casado com um industrial. (*ibidem*)

As ocupações de banqueiro e industrial estavam diretamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo na denominada Era do Capital. Já a escolha por profissões

---

Hungria), mas não em outros (Carinthia, Tirol, Baixa Áustria) (SORKIN, 2019, p. 230, tradução minha). No original, “*Bach’s neo-absolutist regime incrementally improved the Jews’ status (one exception, affecting only the wealthy, was the 1853 decree prohibiting Jews from buying landed estates). In 1852 Vienna permitted the Jews to organize a recognized community. By 1861, three Jews were serving in the Vienna city council. In 1852 Prague abolished the ghetto. Freedom of residence in the early 1860s enabled widespread migration, especially to urban areas. On January 10, 1860, the emperor abolished the prohibition on Jews serving as apothecaries and in some Crown lands as distillers and tavern owners. On January 13, 1860, the Ministry of the Interior permitted Jews to reside in Galicia and Bukowina’s rural areas. An imperial decree of February 18, 1860, gave Galicia and Bukowina’s Jews who had graduated from a recognized secondary or technical school or served as army officers the same rights to possess land as Christians. A second decree that same day allowed Jews to buy agrarian lands and to work them in some territories (Upper Austria, Bohemia, Moravia, Silesia, Hungary) although not others (Carinthia, Tirol, Lower Austria)*” (SORKIN, 2019, p. 230).

<sup>15</sup> Os judeus só foram reconhecidos como um povo em 1918.

liberais é um reflexo da ampliação de possibilidades que a geração dos pais do escritor austríaco vivenciou.

Ao mesmo tempo em que ocupavam novos nichos profissionais na sociedade austro-húngara, a geração dos pais de Stefan Zweig também se deslocava para novos lugares geográficos. Tinham então o direito de escolher onde gostariam de morar e não estavam mais obrigados a viver uma vida inteira no gueto onde nasceram. Enquanto na geração dos seus trisavós 16 entre 18 familiares nasceram, viveram e morreram em Hohenems ou Prossnitz, na geração de seus pais, Ida e Moritz, do lado paterno, apenas 10 pessoas passaram a vida em Prossnitz: “Duas (6%) mudaram-se para a cidade vizinha de Olmütz; uma (3%) se estabeleceu em Hamburgo; sete (20%) mudaram-se para Viena; e 15 (43%) nasceram na capital austríaca (ou em suas mediações) depois que seus pais foram estabelecer-se nela.” (*ibid.*, p. 113).

Entre os Brettauer, as mudanças foram ainda mais diversas. Apenas Josua e Hermann Emanuel nasceram, viveram e morreram em Hohenems; Ida e sua irmã Fanny nasceram em Ancona e, assim como o primo advogado Eugen Emanuel, foram para Viena; Emilia, Josef e Ludwig para Trieste; Ferdinand e Heinrich para Bregenz; Ludwig mudou-se para Zurich; Hermine foi para Basileia; Fany para Worms; e Josef deixou a Europa e emigrou para os EUA (*ibid.*, p. 97 e 113).

Essa geração rompia com a existência no gueto e aderiu ao que acreditavam ser o caminho para a modernidade. Desde a emancipação de 1867, havia entre os judeus a crença de que não seriam mais considerados de fora, estranhos ou estrangeiros, e que chegava a hora de fazerem parte da sociedade dominante como iguais. A grande maioria continuava a se identificar como judeu, mas essa categoria já não vinha carregada de um sentimento de inferioridade jurídica e nem da segregação havida nos velhos tempos. Eram judeus e acreditavam que o desapego de algumas tradições e a assimilação de aspectos da cultura dominante garantiriam sua participação no mundo do progresso. Os pais de Zweig, por exemplo, continuaram judeus, casaram-se na presença de um rabino e fizeram *brit-milá* (circuncisão) e *bar-mitzvá* (maioridade religiosa) de seus filhos. No entanto, já não viviam no gueto, falavam alemão e adotavam trajes comuns (*ibid.*, p. 114-115).

Ida e Moritz Zweig passaram então a ser membros da burguesia vienense, convivendo com judeus e não-judeus que tinham pelo menos o mesmo “status” social que eles. Eram, no entanto, cuidadosos e procuravam não ostentar sua próspera situação econômica. Afinal, a emancipação dos judeus - fundamental para que se integrassem à sociedade austríaca - foi, ao mesmo tempo, insuficiente para acabar com o antissemitismo. Aparentemente cientes do

incômodo que a integração social dos judeus suscitava em alguns e das reações antissemitas<sup>16</sup> frequentes no Império Austro-Húngaro, Ida e Moritz Zweig usufruíam do seu novo lugar no mundo, mas com cautela (*ibid.*, p. 117).

#### 2.4 A condição marginal de Stefan Zweig

De certa forma, pode-se perceber na história das famílias de Stefan Zweig, a lógica de assimilação judaica apontada por Arthur Ruppín (*apud* STONEQUIST, 1948, p. 102). O filósofo alemão afirmou que, na modernidade, essa assimilação ocorria em quatro estágios, sendo que cada nova geração de judeus dava um passo a mais em sua direção: “Há a tendência para cada classe suprir de membros a classe seguinte: os ortodoxos contribuem para os liberais, os liberais para os livre-pensadores, e os últimos para os agnósticos.” (*ibidem*)<sup>17</sup>.

Em cada nova geração da família Zweig e Brettauer, houve um avanço em relação à ocupação de novas profissões e ao contato com a sociedade dominante, de maneira que as trajetórias desses antepassados permitiram à geração de Stefan Zweig usufruir da emancipação e da integração à burguesia austríaca desde o seu nascimento.

Stefan Zweig nasceu em 1881, catorze anos após a promulgação da legislação que garantia igualdade civil aos judeus, em uma família judia da alta sociedade vienense. Desde cedo, convivia com a burguesia, frequentando espaços onde se relacionava tanto com judeus quanto com não judeus, sendo que grande parte desses judeus encontrava-se fortemente assimilada à cultura dominante.

---

<sup>16</sup> Na segunda metade do século XIX, as manifestações antissemitas na Áustria estavam ligadas à direita católica, que era contra o liberalismo e tinha os judeus como alvos, já que muitos exerciam profissões comerciais e financeiras. No entanto, no final desse século, o antissemitismo começou a se basear em fundamentos pseudocientíficos e criou o conceito de “raça semita”, que seria inferior em sua características físicas e morais (SPITZER, 2001, p. 117). A ideia da existência de diferentes “raças” foi estabelecida, assim como sua hierarquização, sendo os brancos considerados “superiores” e as “raças negra, amarela e vermelha”, “inferiores”. A teoria racista da eugenia defendeu que havia genes “puros” (“raça branca”) e “degenerados” (“raças não brancas”) e, portanto, a mistura entre “raças” deveria ser proibida, bem como o nascimento de descendentes de indivíduos não brancos. Esse pensamento racista foi base para uma série de atrocidades, como as leis segregacionistas americanas, a esterilização de mulheres negras e indígenas, o genocídio alemão na Namíbia, o conceito de “raça” ariana e o Holocausto perpetrado pelos nazistas.

<sup>17</sup> Ruppín descreve os ortodoxos como aqueles que falam iídiche ou “espanholiche” e são apenas tocados pela cultura moderna. Além disso, costumam ter baixo nível econômico. Os liberais, já em melhor condição financeira, falam a língua do país e talvez também iídiche ou “espanholiche” e sofreram a influência da cultura moderna. Os livre-pensadores deixaram de seguir inúmeras tradições e rituais judaicos, mas mantêm o casamento endogâmico e eventualmente frequentam a sinagoga, talvez em celebrações consideradas mais importantes, como o *Yom Kippur* (Dia do Perdão). Estão bem de vida e fazem parte da burguesia europeia. Por fim, os judeus agnósticos, que romperam completamente com o judaísmo, mas não chegaram a se converter ao cristianismo por causa de laços de honra, familiares ou sociais. São os judeus ricos das grandes cidades e aqueles que se formaram em universidades (RUPPIN *apud* STONEQUIST, 1948, p. 102). Acredito que, ao dizer “espanholiche”, o autor esteja se referindo ao ladino, falado pelos judeus sefardim originários da Península Ibérica.



Durante sua infância e adolescência, Stefan Zweig teve uma formação escolar típica da burguesia vienense, frequentou uma escola primária e um liceu:

Ter sido enviado para o liceu depois do primário, no meu caso, foi algo absolutamente natural. Já por motivos de ordem social, toda família abastada fazia questão de ter filhos “bem-educados”, mandando-os aprender francês e inglês, familiarizar-se com música, contratando primeiro governantas e depois professores particulares para ensinar-lhes as boas maneiras. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 541)

Na sequência, ingressou na Universidade de Viena, cursou um semestre em Berlim, e concluiu seus estudos apresentando a tese de doutorado *A filosofia de Hipólito Taine*, em 1904. Desde os tempos de liceu, Zweig foi nutrindo seu interesse pelas artes, bastante influenciado pelos seus colegas de sala:

É que o entusiasmo, entre jovens, é uma espécie de fenômeno contagioso. Transmite-se numa classe escolar de uns para os outros como o sarampo ou a escarlatina, e os neófitos, ao tentarem com uma ambição infantil e vaidosa se superar em seu saber, acabam se estimulando mutuamente. (...) O fato de eu ter ido para uma turma de fanáticos por arte pode ter sido decisivo para todo o resto da minha trajetória. (*Ibid.*, posições 666 e 673)

Seu fascínio pelo mundo da música, do teatro e da literatura era visto por ele não só como algo de seu grupo de amigos ou da juventude burguesa, mas como parte da atmosfera vienense<sup>18</sup>. Amante das artes, Stefan Zweig sentia-se parte dessa cidade, parte dessa cultura, e cada nova descoberta intelectual era, para ele, cada vez menos austríaca e cada vez mais europeia. Dessa forma, o filho de Ida Brettauer e Moritz Zweig constituía sua identidade como a de alguém naturalmente pertencente e integrado a esse mundo, onde o fato de ser judeu não lhe parecia ser relevante nem para o modo como se via, nem como era visto.

Diferente de seus pais, cautelosos e discretos, Stefan Zweig demonstrava a segurança de quem não questionava a sua pertença à cultura dominante. Tendo crescido nesse meio,

---

<sup>18</sup> “O que se passava no teatro dizia respeito indiretamente a qualquer um, mesmo a quem não tivesse nenhuma ligação direta com aquilo. Lembro, por exemplo, um episódio da minha juventude, quando certa vez nossa cozinheira irrompeu na sala com os olhos marejados, pois acabara de saber que falecera Charlotte Wolter, a atriz mais famosa do Burgtheater. O grotesco desse luto obviamente consistia em aquela velha cozinheira semianalfabeta nunca ter estado uma vez sequer no elegante Burgtheater e nunca ter visto Wolter no palco ou fora dele. Mas em Viena uma grande atriz de renome nacional era a tal ponto parte do patrimônio coletivo da cidade inteira que mesmo a pessoa mais distante sentia a sua morte como se fosse uma grande catástrofe.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 374).

“Na verdade, esse entusiasmo pelo teatro, pela literatura e pelas artes era muito natural em Viena; a imprensa dava muito destaque a todos os acontecimentos culturais; aonde quer que fôssemos, entreouviam-se, entre os adultos, discussões sobre a Ópera ou o Burgtheater; nas vitrines de todas as livrarias havia fotografias dos grandes atores.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 673).

Stefan Zweig foi moldando sua identidade muito mais a partir de aspectos econômicos e sociais do que daqueles associados às suas raízes judaicas. O escritor austríaco sentia-se parte de uma nova geração de judeus que rompia de vez com o gueto e com as profissões comerciais e financeiras, lançando-se ao desenvolvimento intelectual que se pressupunha humanista, universal e cosmopolita:

Não foi por acaso que um lorde Rothschild se tornou ornitólogo, um Warburg, historiador da arte, um Cassirer, filósofo, um Sassoon, poeta; todos obedecendo ao mesmo impulso inconsciente de se libertar daquilo que tornou o judaísmo estreito, a pura atividade fria de ganhar dinheiro, e talvez se expresse ali a secreta nostalgia de, através da fuga para o campo intelectual, sair da esfera judaica para se dissolver no que é propriamente humano. (*Ibid.*, posição 315)

Essa sensação de rompimento com o gueto e integração à sociedade dominante não significa que Zweig não tivesse tido contato com o antissemitismo, que não soubesse da existência de teorias racistas contra os judeus em voga ao final do século XIX<sup>19</sup>. No entanto, influenciado e, talvez, limitado pela própria experiência pessoal, Stefan Zweig parecia acreditar que os judeus haviam provado a sua relevância para o desenvolvimento da cultura austríaca e europeia e, por isso, manifestações antissemitas não encontrariam espaço para crescer na sociedade. Além disso, vivendo a *Belle Époque*<sup>20</sup>, ele confiava que estava em construção um mundo de progresso e uma sociedade humanista, onde a tendência era mais para europeização do que para conflitos particularizantes. Foi nesse mundo, chamado por ele mesmo de “Mundo da Segurança”<sup>21</sup> (*Ibid.*, posição 2981), que Stefan Zweig começou a

<sup>19</sup> Para citar alguns exemplos: A cidade de Viena, governada por Karl Lueger, membro do partido antissemita entre 1897 e 1910, e o caso Dreyfus (1894-1906). Em suas memórias, Zweig comenta sobre a tentativa fracassada de se criar um teatro nacional em Viena, que não poderia ter autores, atores ou público judeu. Apesar do contato com o antissemitismo, parece que Stefan Zweig não se sentia atingido nem ameaçado por ele no final do século XIX e início do século XX. Em seu livro autobiográfico, chegou, inclusive, a dizer sobre sua experiência como judeu nesse período: “Eu pessoalmente confesso que, como judeu, jamais senti o mínimo entrave ou o menor desprezo nem na escola, nem na universidade ou na literatura.” (*Ibid.*, posição 493).

<sup>20</sup> *Belle Époque* (Bela Época): Nome dado aos anos entre 1871-1914, quando o relativo período de paz na Europa e de grande desenvolvimento econômico, científico e tecnológico alimentaram uma visão otimista que acreditava que a humanidade caminhava para o progresso. Essa é uma visão principalmente burguesa de uma época marcada também por grandes atrocidades decorrentes do imperialismo na África e na Ásia e pelas péssimas condições de trabalho nas indústrias das potências europeias.

<sup>21</sup> Em sua autobiografia, *O Mundo de Ontem*, Stefan Zweig dedicou um capítulo aos anos que considerou uma época de estabilidade: “Ao tentar encontrar uma definição prática para o tempo antes da Primeira Guerra Mundial, no qual me criei, espero acertar dizendo: foi a época áurea da segurança.” (ZWEIG, 2014. p.19). Em seu relato, argumenta que esse era um tempo de segurança, já que, segundo ele, as famílias tinham seu orçamento fixo e transmitiam seus negócios e propriedades para as próximas gerações, as ideias liberais e a crença no progresso fortaleciam-se a cada nova tecnologia criada e o desenvolvimento da razão afastava qualquer ideia de violência. No entanto, essa visão do passado, registrada em seu livro de memória durante seu exílio na América, é bastante idealista ao dar pouca ênfase aos conflitos da época: como a condição de exploração das massas, os conflitos nacionalistas no Império Austro-Húngaro entre alemães, eslavos, húngaros e romenos ou a condição dos judeus na Europa Central. Mesmo ao falar da época em que Viena foi governada por um partido abertamente antissemita, Zweig minimiza a situação, chegando a dizer: “Os judeus, que haviam

construir sua carreira de grande intelectual e escritor de língua alemã e estabeleceu vínculos com importantes nomes da intelectualidade europeia<sup>22</sup>. Em 1902, iniciou sua colaboração no caderno cultural do *Neue Freie Presse*, jornal vienense de prestígio, com o conto *Die Wanderung* (A caminhada), e até o início da Primeira Guerra Mundial já havia tido traduções e obras próprias de variados gêneros publicadas<sup>23</sup>.

Ao mesmo tempo em que se dedicava aos seus escritos, Zweig, viajando principalmente pela Europa<sup>24</sup>, criava laços de amizade com renomados escritores e pensadores, tais como o poeta Émile Verhaeren, o escritor Romain Rolland, o pai da psicanálise Sigmund Freud, o jornalista Theodor Herzl, o poeta Rainer Maria Rilke e o escultor Auguste Rodin. Foi nessa época que conheceu Friderike Maria von Winternitz, com quem dividia muitas das suas questões literárias e que viria a ser sua primeira esposa em 1920.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) abalou o otimismo de Stefan Zweig em relação ao progresso da humanidade. A Grande Guerra, no entanto, não destituiu Stefan Zweig do que ele mesmo acreditava e almejava ser. O escritor, ao longo do conflito, uniu-se a intelectuais europeus em defesa da paz e contra as paixões nacionalistas e expressou-se pelo pacifismo e europeísmo. Foi nessa época em que escreveu a peça *Jeremias*, publicada em 1917 (*Ibid.*, posição 3533 e 3715). Ao final da Primeira Guerra, após conhecer os horrores do nacionalismo e a capacidade de destruição dos novos armamentos, o escritor parecia ainda mais certo do caminho que queria trilhar e dos valores que almejava defender.

Nos anos seguintes, Stefan Zweig tornou-se mais confiante e otimista. A Europa parecia se recuperar das crises geradas pelo conflito mundial, o ingresso da Alemanha na Liga das Nações apontava para um cenário de paz e, pessoalmente, Stefan Zweig tornava-se um

---

tremido com esse triunfo do partido antisemita, continuaram vivendo com os mesmos direitos e a mesma reputação. O veneno do ódio e a vontade da aniquilação total mútua ainda não haviam penetrado na corrente sanguínea da época.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 1013).

<sup>22</sup> Seus diários dos anos 1912 e 1913 demonstram como a rotina do escritor era feita de constantes encontros com outros intelectuais, jantares, peças de teatro e concertos.

<sup>23</sup> Para citar alguns exemplos de obras desse período: os *Poemas em Prosa*, de Baudelaire, traduzidos por Zweig e Camill Hoffmann, publicados com uma introdução de Stefan Zweig (editora Hermann Seemann Nachf., Leipzig); sua primeira biografia, *Paul Verlaine*, publicada pela Schuster & Loeffler, Berlim; *Die frühen Kränze* (*As primeiras coroas*), seu segundo livro de poemas e primeira obra pela editora Insel, Leipzig; *Tersites*, sua primeira obra teatral, escrita em versos, e *Rimbaud: vida e poesia*, com traduções de Karl Klammer e introdução sua, também pela editora Insel (CASA STEFAN ZWEIG. **Vida Viagem: Biografia**. Disponível em: <[https://casastefanzweig.org.br/sec\\_vida.php#](https://casastefanzweig.org.br/sec_vida.php#)>. Acesso em 27 abr 2022).

<sup>24</sup> Entre 1900 e 1914, Stefan Zweig esteve na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Argélia, Índia, Ceilão (atual Sri Lanka), Burma (atual Mianmar), EUA, Canadá, Cuba e Puerto Rico. (CASA STEFAN ZWEIG. **Vida Viagem: Cronologia**. Disponível em <[https://casastefanzweig.org/sec\\_cronologia.php?language=pt\\_BR](https://casastefanzweig.org/sec_cronologia.php?language=pt_BR)>. Acesso em 27 abr 2022).

escritor de sucesso. A década de 1920 foi o período em que alcançou o auge de sua carreira, seus livros foram traduzidos para dezenas de idiomas e espalharam-se pela Europa e América:

Quando ele se voltou para o drama, sua segunda peça foi publicada em forma de livro e imediatamente vendeu vinte mil exemplares - inédito para um roteiro impresso. Quando decidiu escrever sobre um personagem realmente desagradável, o chefe de polícia de Napoleão, Joseph Fouché, seu editor quis imprimir dez mil exemplares na primeira tiragem. Zweig aconselhou-o a cortar esse número pela metade. Sem qualquer interesse amoroso, focado em um manipulador nefasto, este livro nunca venderia, ele alertou. No entanto, em um único ano só na Alemanha, a biografia vendeu cinquenta mil cópias. Zweig era vertiginosamente popular na Rússia, e quando foi convidado pelo governo comunista para representar a Áustria na comemoração do centenário de Tolstói, quatro mil pessoas assistiram à sua palestra. No final dessa viagem, ele assinou uma carta para Friderike, “Seu mil vezes fotografado, filmado e transmitido na rádio, Stefan”. Seu sucesso posterior na América do Sul o levou a novos patamares de renome. Para sua própria surpresa, o que quer que ele escrevesse, onde quer que aparecesse, outra sorte inesperada saudava sua chegada: o tilintar das moedas caindo; o barulho das fichas deslizando para seu lugar na mesa. (PROCHNIK, 2014, p. 50-51, tradução minha)<sup>25</sup>

Apesar de expressar algumas vezes em sua autobiografia um certo descontentamento com o excesso de exposição decorrente de sua fama (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 4485,

---

<sup>25</sup> Original: “When he turned to drama, his second play was published in book form and immediately sold twenty thousand copies—unheard of for a printed script. When he decided to write about a truly unpleasant character, Napoleon’s police chief, Joseph Fouché, his publisher wanted to print ten thousand copies for the first run. Zweig advised him to cut that number in half. Lacking any love interest, focused on a nasty manipulator, this book was never going to sell, he warned. Yet in a single year in Germany alone, the biography sold fifty thousand copies. Zweig was dizzyingly popular in Russia, and when he was invited by the Communist government to represent Austria at the celebration of Tolstoy’s centenary, four thousand people attended his talk. By the end of that trip, he signed a letter to Friderike, “Your seven thousand times photographed, filmed and much radioed, Stefan.” His later success in South America rocketed him to new heights of renown. To Zweig’s own surprise, whatever he wrote, wherever he appeared, another windfall greeted his arrival: the showering jingle of falling coins; the clickety swish of chips sliding to his place at the table.” (PROCHNIK, 2014, p. 50-51).

Ou ainda, pode-se ler nas memórias do próprio Stefan Zweig:

“Logo o primeiro livro que publiquei após o Jeremias – a trilogia Três mestres, primeiro volume da série Os construtores do mundo – abriu o caminho para mim; os expressionistas, os ativistas, os experimentalistas haviam saído de cena, para os pacientes e perseverantes o caminho até o povo estava novamente livre. Minhas novelas Amok e Carta de uma desconhecida tornaram-se populares como antes só os romances, viraram dramas e filmes, eram recitadas em público; um pequeno livrinho, Momentos estelares da humanidade, era lido em todas as escolas e em pouco tempo vendeu 250 mil exemplares na Coleção Insel. Em poucos anos, eu criara o que, na minha percepção, representa a espécie mais preciosa de um sucesso: uma comunidade, um grupo confiável de pessoas que esperava e comprava cada livro novo, que confiava em mim, e que eu não poderia decepcionar. Ela foi crescendo e crescendo; cada livro novo que eu publicava vendia logo no primeiro dia vinte mil exemplares na Alemanha, antes mesmo de sair um único anúncio nos jornais.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 4399 e 4405).

4491 e 4503), Stefan Zweig parecia ter alcançado o reconhecimento que desejava. Por onde ia era identificado como um grande intelectual europeu que produzia obras de muito valor, participava dos círculos artísticos e burgueses não mais como um aprendiz, mas sim como uma voz importante, era convidado a fazer palestras pelo mundo e recepcionado por fãs e pela mídia. O escritor austríaco tinha mais do que o sucesso financeiro de gerações anteriores de sua família: era um renomado intelectual que acreditava ter chegado a um patamar em que o fato de ser judeu não gerava estranhamento alheio e nem o colocava no lugar de um estrangeiro.

Stefan Zweig já havia assimilado muito da cultura dominante e abandonado práticas judaicas. Em seu diário e em cartas trocadas com a família Altmann, cita preparativos e comemorações de Natal (DAVIS e MARSHALL, 2010, p. 124 e 133; ZWEIG, 2021a, p. 46), mas não faz menção a festividades judaicas - ele mesmo se enxergava muito mais como um europeu do que como um judeu e acreditava ser visto dessa mesma forma. Tinha inúmeros amigos judeus e cristãos com os quais se identificava pela posição econômica e intelectual e não pelo fato de serem ou não judeus.

A década de 1930, no entanto, vai demonstrar a Stefan Zweig que a cautela de seus pais ao ingressarem na alta sociedade austríaca não era em vão. Ida e Moritz Zweig pareciam ter consciência de sua condição marginal mesmo após a emancipação judaica, enquanto seu filho acreditava que essa condição já havia sido superada. Com a ascensão nazista, Stefan Zweig foi despertado para a sua condição de homem marginal: aquele que, segundo Stonequist, faz parte de dois grupos sociais, de duas culturas sem estar totalmente integrado a nenhuma delas, sendo relegado portanto a uma condição de marginalidade<sup>26</sup> (STONEQUIST, 1948, p. 34).

Vivenciando um ciclo que o sociólogo americano apontou ser comum entre os homens marginais, o escritor austríaco passou grande parte de sua vida acreditando que o antisemitismo não se voltaria contra ele e/ou era algo passageiro. Como já citado, Stefan Zweig construiu sua identidade muito mais como um europeu, um austríaco do que como judeu. Ele percebia-se como alguém completamente integrado à sociedade dominante, tanto por já ter nascido emancipado, quanto pela condição financeira de sua família e ainda mais

---

<sup>26</sup> O antropólogo Roque de Barros Laraia, em sua obra *O "homem marginal" em uma sociedade primitiva*, irá expandir o conceito cunhado por Stonequist, afirmando: "O homem marginal é, ao nosso ver, antes de tudo aquele que não pertence integralmente a qualquer sociedade." E, a partir do estudo de caso de Sarakou, um homem indígena Suruí demonstra que a condição de marginal pode existir no âmbito de uma só cultura e não apenas em situações de conflito entre duas culturas (LARAIA, 1967, p. 154-155).

pelo posto intelectual que alcançou. Leo Spitzer relata que, durante uma entrevista em ocasião de seu quinquagésimo aniversário (1931), Stefan Zweig afirmou:

Não há qualquer dúvida de que, hoje em dia, se um judeu tiver talento e capacidade, não haverá nada no mundo que possa detê-lo. Algumas de nossas maiores figuras literárias (...) são sabiamente judias - e são reconhecidas e apreciadas por toda a parte. Isso é um sinal saudável. Ser judeu já não é um obstáculo intrasponível (...). Havendo-se tornado insignificante o preconceito racial, o judeu poderá continuar a seguir sua religião, suas crenças e seus preceitos em qualquer país que estiver. E, ao mesmo tempo, poderá fazer muito em prol da paz universal e pela fraternidade entre os homens. (SPITZER, 2001, p. 188)

Essa resposta, dois anos antes da chegada de Hitler ao poder na Alemanha, pode ser uma revelação do que Stefan Zweig pensava sobre si mesmo e sobre o seu lugar na sociedade europeia. O escritor austríaco acreditava ter transposto o obstáculo de ser judeu a partir de sua produção artística, o que, a seu ver, permitia sua total integração à sociedade dominante. Distante do gueto e reconhecido como grande intelectual, Stefan Zweig acreditava que nada podia impedi-lo de ser aquilo que desejava: um escritor de sucesso que defendia a paz, o humanismo e o europeísmo.

A partir da perspectiva de Stonequist, pode-se afirmar que, nessa parte de sua trajetória, Stefan Zweig estaria vivenciando a primeira etapa do ciclo de vida de um homem marginal (condição pré-marginal): a fase em que o indivíduo não percebe que o conflito racial<sup>27</sup> ou nacional diz respeito à sua própria vida. Sem ter consciência de que pertence a um grupo estigmatizado aos olhos do grupo dominante, o indivíduo acredita fazer parte desse último como um igual (STONEQUIST, 1948, p. 142-143).

No entanto, a queima de livros em Berlim em 1933, a insegurança em Salzburgo<sup>28</sup>, que o levou ao exílio inglês, a queda da Áustria (*Anschluss*), a vida como refugiado, apátrida e estrangeiro, inimigo na Inglaterra, ademais da expansão do nazismo, foram pouco a pouco, e cada vez de maneira mais profunda, demonstrando a Stefan Zweig que a identidade que ele

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que a espécie humana, biologicamente, não é subdividida em “raças”. Portanto, o termo “conflito racial” aqui utilizado não tem como premissa o conflito entre duas “raças” biologicamente dadas. O uso do termo baseia-se na ideia de que a sociedade constrói a narrativa das “raças” e identifica determinados grupos como racializados com o objetivo de subordiná-los e afastá-los do processo de inserção social. Uma vez racializado, esse grupo é socialmente estigmatizado, e tratado de forma inferior em relação aos grupos dominantes, aqueles que estão no poder. Para o conceito de “raça”, ver os capítulos *Raça e História* e *Raça e Ideologia* na obra *Racismo Estrutural* (ALMEIDA, 2019, p.23-80) e *Raça e Racismo em Entre o encardido, o branco e o branquíssimo* (SCHUCMAN, 2014, p.75-103). Por isso, procurarei utilizar o termo “raça” entre aspas nesta dissertação.

<sup>28</sup> A polícia inspecionou a casa de Zweig em Salzburgo para averiguar a acusação de que ele escondia armas para a Liga da Defesa da República (*Republikanischer Schutzbund*), que se opunha à Defesa da Pátria (*Heimwehr*), milícia armada da direita radical, que, seguindo o modelo fascista italiano, defendia um regime autoritário na Áustria.

havia construído não mais lhe cabia. Sua assimilação à cultura germânica e sua admiração por ela, sua fama, seu trabalho, suas conferências em defesa de valores pacifistas e europeístas não mais eram suficientes para garantir sua permanência em seu país, na Europa e nem nas prateleiras das livrarias do *Reich*.<sup>29</sup>

As leis antissemitas identificavam-no como um judeu, excluía qualquer possibilidade de integração à sociedade dominante e, de forma racista, alçavam Stefan Zweig à condição de não cidadão. A emancipação garantida quase que naturalmente aos judeus que nasceram na geração de Zweig era retirada e a vida de cada judeu ameaçada, inclusive a dele próprio.

Leo Spitzer, em seu estudo sobre a assimilação e a marginalização de André Rebouças, Cornelius May e Stefan Zweig, afirmou:

Quando finalmente se perceberam rejeitados e excluídos pelo racismo, a solidez de sua confiança no assimilacionismo e a profundidade de seu compromisso com ele foram questionadas - de maneira mais profunda, talvez do que se houvessem estado menos seguros de seu sentimento de inserção. Nesse momento, viram-se imersos numa fase de considerável insegurança psicológica a respeito de sua identidade: foi um período crítico de conflito e desorientações internos, durante o qual se conscientizaram de sua posição marginalizada entre dois mundos. (SPITZER, 2001, p. 167)

Tendo rompida sua crença de que fazia parte da Áustria e da Europa em condição de igualdade com a burguesia intelectual, Stefan Zweig vivenciou o que Stonequist denominou segunda (experiência-crise) e terceira etapas (condição de marginal) do ciclo de vida do homem marginal: a crise gerada pela tomada de consciência de sua situação marginal, em que o indivíduo se questiona sobre quem ele é e seu lugar no mundo, e suas reações na tentativa de encontrar essas respostas e se ajustar à nova realidade: “O indivíduo precisa então ‘achar-se’ outra vez. Precisa reconstruir sua concepção de si, bem como seu lugar ou papel na sociedade.” (STONEQUIST, 1948, p. 142).

A tomada de consciência de sua condição de homem marginal gerou muito sofrimento a Stefan Zweig. A sua experiência-crise não lhe dizia apenas que não pertencia à sociedade dominante, mas que pertencia a um grupo alvo de intensa perseguição a partir de leis discriminatórias e de todo tipo de violência. Despertado, dessa forma, à sua condição marginal, Zweig passou por um processo de desorganização de sua vida e de sua identidade.

---

<sup>29</sup> Referência ao Terceiro Reich Alemão, um dos termos possíveis para se referir à Alemanha nazista. A pretensão hitlerista era constituir o terceiro império (*Reich*) alemão, sucessor do Sacro Império Romano-Germânico e do 2º Império Alemão que durou da unificação do país (1871) até o final da Primeira Guerra Mundial.

Os cinquenta anos em que viveu imerso na cultura dominante e sentindo-se parte dela fizeram com que a experiência-crise o impactasse de maneira profunda. As bases de sua existência foram abaladas e toda a confiança anterior de seu lugar no mundo dava espaço à insegurança sobre seu presente e seu futuro: Onde morar? Como me ajustar a essa nova situação? Como continuar a trabalhar se o público de língua alemã não pode ler minhas obras? Quem eu sou? De que maneira reconstruir minha vida sem deixar de ser quem sou?

Por conta da sua trajetória até então, Stefan Zweig, ao se deparar com o conflito racial em que estava imerso, passou a enfrentar uma situação extrema de marginalidade:

É o indivíduo que participa *extensa e intimamente* da cultura do grupo dominante que, quando rejeitado, se torna o tipo extremo de pessoa marginal. O grau de sua assimilação mede a profundidade de sua identificação psíquica, e isto, por sua vez, dá a medida da severidade do choque mental causado pelo conflito de culturas, ao afetar-lhe a aceitabilidade social. (STONEQUIST, 1948, p. 158, destaque do próprio autor)

A continuidade de suas produções - entre elas as biografias de *Erasmus de Roterdã* (1934), *Maria Stuart* (1935), *Fernão de Magalhães* (1937), o livro *Brasil, um país do futuro* (1941), sua autobiografia *O Mundo de Ontem* (1941) e a novela *Xadrez* (1941) -, a partida da Áustria para a Inglaterra (1934) e, mais tarde, para os Estados Unidos e Brasil (1940) fazem parte do esforço de Stefan Zweig para encontrar as respostas em relação à sua identidade e também uma nova vida em que essa sensação de marginalidade fosse, ao menos, enfraquecida.

Na busca para sentir-se novamente ajustado no mundo, Zweig renunciou a muitos aspectos essenciais da sua identidade e vida anterior: saiu de seu país, de seu continente, separou-se de parentes e amigos, deixou suas propriedades, seus livros e suas coleções para viver em terras estrangeiras, onde nem o idioma, o clima ou a culinária lhe eram familiares.

Nos capítulos a seguir, será dada especial atenção às questões decorrentes da sua condição de homem marginal: a vivência como refugiado, apátrida e exilado, as questões identitárias enfrentadas por Stefan Zweig - principalmente em relação à sua língua materna e ao passaporte - e as suas reações na tentativa de encontrar novamente sua identidade e seu lugar no mundo.

A escolha por analisar sua relação com o idioma foi feita por ser a língua materna um elemento que se apresenta como central na constituição de sua própria identidade. Stefan Zweig era um dos maiores escritores de língua alemã de seu tempo. Já o passaporte é um símbolo importante para um homem que prezava por sua liberdade interior e exterior e se



identificava como pacifista, humanista e cosmopolita. Por esse motivo, sua relação com a documentação e burocracias de identificação é bastante reveladora dos efeitos que a condição de exílio e marginalidade tiveram sobre sua identidade.

Por mais que esta dissertação possa parecer, e seja, um estudo de uma trajetória individual, é relevante mencionar que a vida, os desafios, as inseguranças e as decisões de Stefan Zweig expressam uma série de questões vivenciadas por milhões de pessoas que, na condição de homem marginal, tiveram (e ainda têm) que se deparar com a busca de um lugar físico, social e psíquico no mundo.

## **2.5 A experiência múltipla da condição de marginal: refugiado, apátrida e exilado.**

A trajetória de Stefan Zweig, a partir de 1933, passou a ser determinada pela sua condição marginal. Ao tomar consciência de que o conflito racial contra os judeus afetava diretamente sua vida, o escritor austríaco iniciou seu período de exílio e deixou a Áustria. O principal motivo para sua partida de Salzburg e o início da vida na Inglaterra, em 1934, foi a inspeção policial em sua casa como reflexo do crescimento da extrema direita e do antisemitismo na cidade. Pode-se dizer que, nesse momento de sua vida, Stefan Zweig tornava-se um refugiado e, para isso, faz-se importante o esclarecimento desse conceito.

### **2.5.1 O Conceito de refugiado**

Como veremos mais à frente nesta dissertação<sup>30</sup>, o estatuto jurídico de refugiado tem início na década de 1920, quando grupos de diversas origens foram perseguidos e desnacionalizados pelo seu Estado de origem. Inicialmente criado pela Liga das Nações para tentar resolver a situação dos russos que fugiam da Revolução Russa, o estatuto foi posteriormente ampliado para os armênios, vítimas do genocídio turco (1924), para os assírios, assírios-caldeus, turcos e montenegrinos (1927) e, com a criação do Alto Comissariado para Refugiados Judeus<sup>31</sup>, para os judeus alemães e austríacos, como Stefan Zweig, perseguidos pelo nazismo (1936 e 1938, respectivamente).<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Ver, nessa dissertação, tópico 5.2.1: *O surgimento de um sistema internacional de proteção à pessoa refugiada e apátrida.*

<sup>31</sup> “Pelo fato de a Alemanha, ainda membro da Liga das Nações, ser contrária a que esta reconhecesse os judeus alemães como refugiados, optou-se por criar um órgão específico para a proteção dos judeus alemães, que atuasse fora do âmbito do Escritório Nansen para Refugiados.” (JUBILUT, 2007, p. 76-77)

<sup>32</sup> Entre 1920 e 1938, o Estatuto do Refugiado tinha como base uma qualificação coletiva, pois era reconhecido a grupos inteiros que vivenciavam uma situação comum de vulnerabilidade. Já a partir de 1938, foi adotada uma perspectiva individualista, segundo a qual a análise de pedidos passou a ser individual e apenas o fato de pertencer a determinada coletividade já não era mais suficiente para o reconhecimento como refugiado. (JUBILUT, 2019; CARNEIRO, 2010, p.26-27)

A experiência traumática das atrocidades nazifascistas durante a Segunda Guerra Mundial, os cerca de 40 milhões de refugiados ao longo do conflito e um milhão de deslocados ao seu final fizeram com que a questão da proteção da pessoa humana frente aos abusos dos Estados totalitários ganhasse ainda mais luz no cenário internacional e passasse a ser matéria de preocupação do Direito Internacional. Como resultado, importantes documentos do Direito Internacional de Proteção à Pessoa Humana foram formulados no pós-guerra<sup>33</sup>, principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) fundada em 1945. Entre eles, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (Genebra, 1951)<sup>34</sup> e o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados (Nova Iorque, 1967)<sup>35</sup>.

O DIDH [Direito Internacional dos Direitos Humanos], de modo similar [aos direitos dos refugiados], desenvolveu-se com o fim da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, direitos humanos eram vistos como matérias afeitas à jurisdição doméstica de cada país, uma vez que o Direito Internacional ocupava-se apenas da relação entre Estados. Com o reconhecimento das inúmeras violações a direitos essenciais da pessoa humana perpetradas por Estados, ficou clara a necessidade de internacionalização dessas regras, com a finalidade de impedir a ocorrência de episódios análogos no futuro. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, propiciou a estrutura para que um instrumento internacional fosse elaborado, culminando com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); matriz normativa e axiológica dos direitos humanos. (JUBILUT e ZAMUR, 2017, p. 441)

---

<sup>33</sup> O pós-guerra foi também um momento de importantes contribuições intelectuais para o combate ao racismo e a defesa das minorias. Nesse sentido, “a Unesco realizou três grandes atividades inspiradas nessa proposta. A primeira foi a convocação de uma reunião de antropólogos (físicos e culturais) e sociólogos com o intuito de elaborar um manifesto científico a respeito do conceito de raça (Statement on race) visando a condenação dos conteúdos racialistas que haviam sido utilizados como ideologia de Estado pelo nazismo. A segunda decisão dizia respeito à realização de uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil, relações estas consideradas positivas na época.<sup>7</sup> Por último, a Unesco publicou uma série de pequenos estudos sobre raça e relações raciais, com o intuito de dar maior publicidade a certos conhecimentos científicos a respeito do tema.” A obra *Raça e História*, do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, publicada em 1952, é um exemplo do apoio da Unesco aos estudos de combate ao racismo. (MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 375-413, Out. 1998. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200006&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em 19 dez 2019).

<sup>34</sup> Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137.

<sup>35</sup> Convocado pela Resolução 1186 (XLI) de 18 de novembro de 1966 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e pela Resolução 2198 (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1966. Na mesma Resolução, a Assembleia Geral pediu ao Secretário-geral que transmitisse o texto do Protocolo aos Estados mencionados no artigo 5, para que pudessem aderir a ele. Assinado em Nova Iorque em 31 de janeiro de 1967. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967, de acordo com o artigo 8. Série Tratados da ONU Nº8791, Vol. 606, p. 267.

A criação desses documentos - a DUDH, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 - expõe duas preocupações do Direito Internacional naquele contexto. A primeira, evitar que atrocidades como as cometidas pelo nazifascismo voltassem a ocorrer; e a segunda, encontrar uma solução para milhões de pessoas que, por conta de perseguições, haviam fugido de seus países.

A DUDH e a Convenção de 1951 (ratificada pelo Protocolo de 1967) são documentos do Direito Internacional que, procurando influenciar o comportamento dos Estados, visam a proteção do indivíduo para a garantia de que tenha uma vida digna (*Ibidem*). Categorizados em ramos diferentes do Direito Internacional da Pessoa Humana, já que a DUDH faz parte do que se denomina Direito Internacional dos Direitos Humanos (IHL), enquanto a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 estão no ramo do Direito Internacional dos Refugiados (IRL), todos esses documentos estão inseridos no mesmo processo de transformação do Direito Internacional. Este deixava de lidar apenas com as relações entre Estados, ligadas às questões de soberania e não-intervenção consagradas desde a Paz de Vestfália em 1648<sup>36</sup>, para abordar também questões relacionadas à proteção humana, visto que os Estados demonstraram uma incapacidade de proteger seus habitantes, por falta de condições ou por violações.

Enquanto a DUDH reconheceu os direitos essenciais a uma vida digna para todos os seres humanos, inclusive aqueles ligados diretamente à questão do refúgio e apatridia - o direito ao asilo e à nacionalidade -, a Convenção de 1951 estabeleceu três pontos importantes em relação, especificamente, à questão do refúgio: definição do conceito de refugiados, consagração do princípio do *non-refoulement* e estabelecimento dos direitos que devem ser assegurados aos refugiados.

Segundo a Convenção de 1951, são refugiados todos os indivíduos que se encontram fora do país em que têm nacionalidade (ou, no caso de um apátrida, residência habitual), porque fugiram de perseguições ou porque existe bem fundado temor de perseguição, motivado por um dos cinco critérios a seguir: “raça”, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. São exceções os indivíduos que se enquadram na cláusula de exclusão e/ou de cessação<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> “A partir da Paz de Vestfália em 1648, quando as potências europeias instituíram um modelo de coexistência baseado na unidade política que ficou conhecida como Estado-nação. A cada território com fronteiras claramente delimitadas, corresponderia um povo e um governo independente. A soberania, ou seja, a autoridade para declarar o direito aplicável internamente a cada uma dessas unidades políticas, seria preservada por meio da independência e da igualdade entre Estados, quer dizer, pela não intervenção de um Estado nos assuntos internos dos demais.” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 239).

<sup>37</sup> Considera-se na cláusula de exclusão fatores que retiram o merecimento da proteção e do reconhecimento como refugiado: “Pessoas que cometeram crimes contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a humanidade (conforme determinem instrumentos internacionais), que cometeram um crime grave de direito

A Convenção de 1951 ainda previa uma “limitação temporal e geográfica”, ou seja, só reconhecia como refugiados pessoas que estivessem em deslocamento forçado por conta de acontecimentos “ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa”. Em 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados eliminou tais limitações.

O texto do Protocolo possui onze artigos, dentre os quais aquele que prevê a cooperação das autoridades nacionais com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) e seu dever de fornecer informações e dados estatísticos sobre a condição de refugiados, a aplicação do Protocolo e sobre as leis, regulamentos e decretos que possam vir a ser aplicáveis em relação aos refugiados (artigo II). (RAMOS, 2019, p. 185-186)

O segundo ponto importante da Convenção e do Protocolo, além da definição do conceito de refugiados, reside na instituição do princípio do *non-refoulement*<sup>38</sup>: proibição de devolver ou retornar o refugiado ou requerente de refúgio para um território onde haja risco de morte, perseguição, integridade física ou vida ameaçada. Esse princípio, a partir do artigo 33(1) da Convenção de 1951, tornou-se a pedra angular da questão do refúgio, a ponto de hoje ser considerado por muitos uma norma de caráter *jus cogens*, ou seja, uma norma imperativa e de aplicação geral do Direito Internacional.<sup>39</sup>

Segundo o artigo 33 (1) da Convenção de 1951:

Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.<sup>40</sup>

comum fora do país de refúgio antes de serem nele admitidas como refugiados e que se tornaram culpadas de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.” (RAMOS, 2019, p. 186).

Já a cláusula de cessação avalia a necessidade de proteção, não reconhecendo como refugiadas pessoas que tenham outras possibilidades de acolhimento, como a dupla nacionalidade, situação em que o indivíduo pode recorrer a um outro Estado onde já tenha nacionalidade. Cabe aqui também o não reconhecimento do refúgio quando o conflito gerador do bem fundado temor já terminou e, dessa forma, o refugiado pode ser repatriado.

No caso dos liberianos e angolanos no Brasil, o status de refugiado foi retirado em 2012, mas as pessoas foram notificadas e informadas da possibilidade de que poderiam solicitar residência, naturalização ou repatriação voluntária (NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Entra em vigor cláusula de cessação para refugiados angolanos e liberianos.** Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/entra-em-vigor-clausula-de-cessacao-para-refugiados-angolanos-e-liberianos/>>.

Acesso em 01 dez 2019).

<sup>38</sup>Pode-se considerar um embrião do princípio do *non-refoulement* o artigo 7 do *Ajuste Relativo ao Estatuto dos Refugiados Russos e Armênios* de 1928, o qual recomendava que qualquer medida de expulsão de refugiados russos e armênios deveria ser evitada ou suspensa na hipótese do refugiado não estar apto a entrar no país limítrofe de forma legal (ANDRADE, 1996, p. 54).

<sup>39</sup> Há entre os juristas uma forte discussão sobre o caráter do *non-refoulement*, alguns defendem que é parte do Direito Internacional consuetudinário, enquanto outros afirmam que esse princípio já integra o domínio *jus cogens* (PAULA, 2017, p. 51; BELTRAME, 2019, p.25-34; e ALAIN, 2001, p.533).

<sup>40</sup> ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Art.33.* Disponível em:

Em relação aos direitos dos refugiados, determinados pela Convenção e pelo Protocolo de 1967, muitas vezes não há determinação específica a respeito de como o Estado onde o indivíduo teve seu refúgio reconhecido deve proceder juridicamente, determinando-se, no entanto, um padrão mínimo de tratamento, seja ele equiparado ao oferecido aos nacionais ou aos estrangeiros.<sup>41</sup>

### ***2.5.2 O caso de Stefan Zweig: refúgio, apatridia e exílio.***

Stefan Zweig deixou Salzburg, na Áustria, em 1934 e morreu no Brasil em 1942. Portanto, nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção de 1951 ou o Protocolo de 1967 puderam regulamentar sua condição de refugiado, reconhecida apenas a partir de 1938 pelo Alto Comissariado para Refugiados Judeus. Contudo, esses três documentos internacionais centrais para a proteção das pessoas em refúgio foram criados exatamente para evitar que outros indivíduos tivessem suas trajetórias afetadas pelos abusos dos Estados e também para ajudar a proteger aqueles que, como Zweig, haviam sido vítimas das atrocidades nazifascistas.

Se por um lado não se pode acionar essas documentações e definições para conferir o estatuto jurídico de refugiado a Stefan Zweig desde 1934, por outro, seria sensato reconhecer que trajetórias como a dele, assim como a de milhões de outras vítimas do nazismo, foram a motivação-base para a criação desses mecanismos de proteção à pessoa refugiada no Direito Internacional. Dessa forma, nesta dissertação, parte-se do pressuposto de que é possível reconhecer Stefan Zweig como refugiado mesmo antes da existência de um estatuto jurídico que o fizesse.

Sendo assim, no decorrer deste trabalho, Stefan Zweig será reconhecido como:

- Refugiado de 1934 a 1940: desde sua fuga de Salzburgo em 1934 - por conta do bem fundado temor gerado pela inspeção policial em sua casa - até 1940, quando recebe a cidadania britânica. Sendo que, além da condição de refugiado, a partir de 1938, com a anexação da Áustria e consequente perda de sua cidadania, Stefan Zweig vivenciou também um período de apatridia.

---

<[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em 01 dez 2019.

<sup>41</sup> Por exemplo, os direitos à liberdade religiosa, ao livre acesso a tribunais, ao ensino primário, à legislação do trabalho, à previdência social e às cobranças de impostos devem ser os mesmos dados aos nacionais, enquanto que no caso do exercício de empregos remunerados, do acesso ao ensino superior, da concessão de alojamentos e da liberdade de movimento o tratamento deve nortear-se pelo oferecido ao estrangeiro (RAMOS, 2019, p. 189).

É importante ressaltar que apenas a partir de 1938 o estatuto jurídico de refugiado passa a valer para Stefan Zweig, já que esse foi o ano em que a proteção do Alto Comissariado para Refugiados Judeus (ACRJ) foi estendida também aos judeus austríacos, como era o seu caso. Portanto, o uso que faço do termo refugiado para me referir a Stefan Zweig no período de 1934 a 1938 tem como justificativa a ideia-base do conceito de refugiado. Apesar de não ser sujeito da proteção internacional ainda naquele momento, o escritor austríaco já dispunha de elementos que o levaram a temer sofrer violações caso voltasse a viver em território austríaco, ou seja, já vivia na condição de refúgio mais tarde reconhecida pelo ACRJ.

- Exilado de 1940-1942: após ter recebido cidadania britânica, Stefan Zweig passa a ter a proteção internacional de um novo Estado, a Inglaterra. Dessa forma, deixa de se enquadrar na categoria jurídica de refugiado. Para compreender Stefan Zweig, nesse período em que logo se mudou da Europa para a América, vamos considerá-lo um exilado: terminologia mais ampla que se refere aos indivíduos que, pelos mais variados motivos, foram obrigados a deixar sua terra natal.

Em alguns trechos sobre esse período, a referência ao escritor austríaco também será feita com a palavra “refugiado” entre aspas, uma vez que Stefan Zweig, mesmo após ter obtido a cidadania britânica, permaneceu sob a sensação de insegurança decorrente de sua condição de judeu (“raça”) de origem austríaca (nacionalidade), o que o impediu de retornar à Europa até o fim de sua vida. Contudo, diferentemente dos momentos anteriores, apesar do crescimento do antissemitismo e antigermanismo em terras britânicas, não há indícios concretos (bem fundado temor individual) de que algo aconteceria com ele caso retornasse à Inglaterra.

### ***2.5.3 Pode um escritor austríaco renomado ser reconhecido como refugiado e apátrida?***

Em relação aos termos e conceitos utilizados na caracterização do escritor austríaco nesta dissertação, são necessários mais dois esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao conceito de apátrida: indivíduo desprovido de nacionalidade que não contava com a proteção de nenhum Estado e, assim, via-se impedido de exercer seus direitos.

Entre 1938 e 1940, Stefan Zweig não tinha nacionalidade, pois havia perdido sua cidadania austríaca desde a anexação de seu país pelos nazistas. Por isso, além de refugiado, nesse período o renomado escritor era também reconhecido internacionalmente como um apátrida. Naquele mesmo ano de 1938, a Convenção Relativa aos refugiados da Alemanha

(1938) igualou a situação do apátrida a dos refugiados e excluiu a proteção para os indivíduos que deixavam o país voluntariamente, por conveniência. Na sequência, o Protocolo Adicional estendia a Convenção para os refugiados e apátridas austríacos, como era o caso de Stefan Zweig (BARICHELLO e ARAÚJO, 2014, p. 68-69).<sup>42</sup>

Por dois anos, Zweig foi um refugiado apátrida, que fazia parte de um grupo de pessoas sem nacionalidade que não parava de crescer desde o fim da Primeira Guerra Mundial:

Não era esta a situação dos apátridas, cujo número também aumentou extraordinariamente depois da I Guerra Mundial, seja pela anulação da naturalização de estrangeiros pronunciada pelos Estados beligerantes, seja pelo critério do *Heimatrecht* utilizado pelos Tratados de Saint-Germain e Trianon para a distribuição dos antigos austro-húngaros entre os Estados sucessores da monarquia dual. O número de apátridas viu-se também multiplicado por uma prática política nova, fruto de atos do Estado no exercício da competência soberana em matéria de emigração, naturalização e nacionalidade. Refiro-me ao cancelamento em massa da nacionalidade por motivos políticos. Caminho inaugurado pelo governo soviético em 1921 em relação aos russos que viviam no estrangeiro sem passaportes das novas autoridades, ou que tinham abandonado a Rússia depois da Revolução sem autorização do governo soviético. Este caminho foi a seguir percorrido pelo nazismo, que promoveu desnacionalizações maciças, iniciadas por lei de 14 de julho de 1933, alcançando grande número de judeus e de imigrados políticos residentes fora do Reich. (LAFER, 1999, p. 132)

O segundo esclarecimento diz respeito à diferenciação entre refúgio e migração econômica. Ao longo da minha pesquisa sobre Stefan Zweig fui, por algumas vezes, questionada sobre o uso do termo refugiado para me referir ao escritor austríaco. Boa parte desses questionamentos pautavam-se no argumento de que um homem europeu, famoso e rico não poderia ser classificado nessa categoria.

A palavra refugiado encontra-se na sociedade atual carregada de imagens, mais do que de compreensão sobre seu conceito. Quando mencionamos o termo refugiado, nossos interlocutores visualizam os barcos lotados de pessoas atravessando o Mediterrâneo, o corpo do menino sírio na praia turca ou a fragilidade estrutural dos campos de refugiados. Pessoas famintas e desesperadas. Enxergam massas, e não sujeitos.

A partir desse estereótipo, deparamo-nos com dois problemas em relação à compreensão do indivíduo refugiado. Primeiro, confunde-se a questão do refúgio com a migração econômica. Pressupõe-se que a vulnerabilidade material, a pobreza, é uma condição

---

<sup>42</sup> Apenas em 1954, adotou-se a Convenção relativa especificamente ao Estatuto dos Apátridas, diferenciando-os dos refugiados. A definição de apátrida consta do artigo 1º: “Para os efeitos da presente Convenção, o termo ‘apátrida’ designará toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado”. Disponível em <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_sobre\\_o\\_Estatuto\\_dos\\_Apatridas\\_de\\_1954.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf)>. Acesso em 01 abr 2022.

*sine qua non* do refugiado. Quando, na verdade, não o é. Segundo, perde-se de vista a dimensão identitária presente na base da condição de refúgio.

Migração econômica e refúgio são dois conceitos distintos. A migração econômica diz respeito ao deslocamento de indivíduos que buscam uma melhor condição material de vida. O motor da mudança, nesse caso, é a insatisfação do indivíduo com sua condição econômica, e a decisão pelo deslocamento é voluntária. Sendo que, caso desista de viver no estrangeiro, o migrante pode retornar ao seu Estado de origem sem temor de sofrer perseguições.

Já o refúgio está diretamente ligado a um bem fundado temor de perseguição. Refugia-se aquele indivíduo que sofre (ou pode sofrer) perseguição em seu país de origem por causa de sua religião, “raça”, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Esse movimento, mais do que migratório, é de fuga e o retorno ao seu Estado de origem não é possível por colocar em risco a sua própria vida. Inclusive, como já citado, o princípio do *non refoulement* proíbe qualquer Estado estrangeiro de devolver um refugiado a seu país de origem.

A vulnerabilidade econômica, portanto, não é um critério estabelecido internacionalmente para o reconhecimento da condição de refugiado. O indivíduo que deixa seu país por conta da fome, por exemplo, é, na perspectiva do Direito Internacional, um migrante econômico e não um refugiado e, por isso, não cumpre as exigências para receber o amparo oferecido aos refugiados.<sup>43</sup>

Essa distinção entre os dois conceitos, migração econômica e refúgio, são cruciais para a compreensão de que o estatuto do refúgio tem como fundamento o caráter identitário da existência. O indivíduo em refúgio, rico ou pobre, está em fuga porque algum aspecto da sua identidade, que não o econômico, é rejeitado pela sociedade em que vive e sua existência é ameaçada. Nas palavras da professora Liliana Jubilut : “Na prática, é uma perseguição às pessoas exatamente por elas serem quem são”. (JUBILUT, 2019)

Vítima da perseguição nazista aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, Zweig teve que deixar seu país e a Europa, continente que via como sua pátria, apenas por ser quem

---

<sup>43</sup> Não são poucas as discussões em relação à definição de refugiado estar baseada apenas nesses cinco critérios: “raça”, nacionalidade, grupo social, opinião política e religião. Muitos pesquisadores defendem a inclusão de outros grupos que sofrem com o deslocamento forçado, como por exemplo, os chamados refugiados ambientais: “pessoas que foram forçadas a deixar seu habitat tradicional, temporária ou permanentemente, por causa de uma perturbação ambiental acentuada (natural e/ou desencadeada por pessoas) que comprometeu sua existência e/ou afetou seriamente a qualidade de vida”. Para essa discussão ver: Castles, S. (2002) **Environmental change and forced migration: making sense of the debate**, UNHCR Issues in Refugee Research, Working Paper No. 70. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/research/working/3de344fd9/environmental-change-forced-migration-making-sense-debate-stephen-castles.html>>. Acesso em 11 jun 2022.



era. Não foram dificuldades materiais ou sonhos de ascensão econômica que o levaram a se deslocar, mas sim o fato de ser identificado, a partir de critérios racistas, como judeu. A sua fuga não foi um deslocamento voluntário, mas uma busca pela sobrevivência. Retornar à Áustria ou mesmo permanecer na Inglaterra não eram, para ele, opções seguras.

Nesse sentido, pode ser elucidativa a leitura do poema *Sobre a designação de emigrantes* de Bertolt Brecht - também vítima das perseguições nazistas -, que atenta ao aspecto particular dos deslocamentos que o poeta alemão e outras vítimas foram obrigados a fazer em busca de sobrevivência. Pode-se identificar no poema a recusa da denominação *emigrantes*, a partir da argumentação de que essas vítimas eram forçadas a sair de seus países, ao contrário do emigrante, que viajaria para fora de seu território por escolha. Além disso, Brecht enfatiza a expectativa que essas pessoas expulsas e expatriadas têm em relação ao retorno para sua terra natal.

Sobre a designação de emigrantes

Sempre achei errado o nome que nos deram: emigrantes.

Isso quer dizer retirantes. Mas nós

Não nos retiramos por livre decisão

Escolhendo um outro país. Tampouco nos retiramos

Para um país a fim de ali ficar, quem sabe para sempre.

Mas fugimos. Fomos expulsos, expatriados.

E não um lar, um exílio há de ser o país que nos acolhe.

Quedamos inquietos, o mais próximo possível da fronteira

Esperando o dia do regresso, observando a menor

Mudança no outro lado da fronteira, interrogando com ânsia

Cada recém chegado, não esquecendo nada, não entregando

Nada, não perdoando nada que se passou e nada perdoando.

Ah, não nos ilude o silêncio dos estreitos! Ouvimos os gritos

Que vêm dos campos de concentração. E não somos nós mesmos

Quase como rumores de crimes que escaparam através

Da fronteira. Cada um de nós

Que caminha com sapatos rotos por entre a multidão Dá testemunho da vergonha que agora enxovalha a nosso terra.

Mas nenhum de nós Vai ficar aqui. A última palavra

Ainda não foi falada. (BRECHT, 2019, p. 326)

Olhar para a trajetória de um indivíduo da elite intelectual e econômica europeia como um refugiado da Segunda Guerra Mundial permite perceber as consequências do refúgio em outras dimensões que não apenas a econômica. Apesar de afetado financeiramente pelo nazismo e decorrente exílio, Zweig esteve longe de passar por privações que ameaçassem o seu privilegiado bem-estar material. Contudo, privações e perda de dignidade se deram em outras dimensões de sua vida e afetaram diretamente seu processo identitário e sua existência.

Acredito, portanto, que estudos como o que aqui procurei desenvolver podem contribuir para o entendimento da situação do refúgio, no sentido de compreender que tal condição não se dá por necessariamente questões materiais e que, por isso, não deve ser enfocada apenas sob essa perspectiva. Garantir uma condição econômica digna para refugiados é, certamente, uma questão essencial. Mas perceber os efeitos dessa fuga nos processos identitários dos refugiados - quem eu sou e qual é o meu lugar no mundo - é também igualmente necessário para garantir uma vida digna a essas vítimas de deslocamento forçado.

#### ***2.5.4 Stefan Zweig e sua múltipla condição marginal***

Feitos esses esclarecimentos e considerações, não se pode deixar de atentar ao fato de que Stefan Zweig vivenciou uma condição múltipla de marginalidade. Refugiado, apátrida e exilado, rejeitado em seu próprio país, estrangeiro na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, judeu em um mundo em que o antissemitismo não o deixava esquecer que era judeu e austríaco em terras onde o antigermanismo o impedia até de falar alemão nos deslocamentos pelas ruas, Stefan Zweig enfrentou de múltiplas formas o conflito tanto racial quanto cultural/nacional, a consequente consciência de sua condição de estrangeiro/estranho e do seu não pertencimento.

Talvez por isso, pela sua múltipla condição marginal e também por encaixar-se no tipo extremo de homem marginal de Stonequist, seja possível identificar na trajetória de Stefan Zweig, como poderá ser visto nos próximos capítulos, alguns dos principais traços da personalidade do homem marginal elencados pelo sociólogo americano (STONEQUIST, 1948, p. 163-173), tais como:

- dupla consciência: conceito desenvolvido pelo sociólogo Du Bois em seu estudo sobre os negros americanos, aplica-se à pessoa que vivencia a condição marginal e percebe a si mesmo a partir de duas óticas, a do grupo dominante e a do grupo subordinado, vivenciando, portanto, uma dupla e conflituosa consciência de si mesmo.

- lealdade dividida: percebendo-se imerso no conflito entre dois grupos, o homem marginal é incapaz de seguir em um e rejeitar a outro. No grupo dominante, passa por situações em que ora é adorado, ora é odiado e, no grupo subordinado/estigmatizado, sente o conforto do refúgio, mas também a ausência de liberdade. Dessa forma, passa a expressar atitudes ambivalentes, opiniões e ações contraditórias em relação a esses dois mundos.

- excessiva autoconsciência e consciência da “raça”: a consciência da sua condição marginal faz o indivíduo dirigir excessivamente a atenção para si mesmo e tornar-se hipersensível em relação às suas conexões raciais, percebendo muitas vezes perseguições e discriminações em situações em que elas não existem.

- intenso espírito crítico: por estar em uma situação intermediária, o homem marginal consegue ter o olhar de dentro e de fora dos dois grupos, um olhar distanciado e que gera um afastamento propício para o desenvolvimento crítico sobre ambos.

- descarga do conflito interno como tema de expressão artística: a excessiva reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo (ou mundos) que o cerca estimula o indivíduo marginal a criar obras artísticas para expressar suas ideias.

### 3. A QUESTÃO DA IDENTIDADE NO REFÚGIO

*“O homem é tão pouca coisa que não conhece nem o gosto de sua carne nem a data de sua morte. Por que lhe pedir uma resposta simples e concisa às perguntas feitas por essa coisa misteriosa e movente a que chamamos de identidade?” (AMIGORENA, 2020, p. 71)*

A questão da identidade vem intrigando pesquisadores de numerosas áreas: psicologia, antropologia, filosofia, entre outras<sup>44</sup>. Os mais diversos estudiosos têm se dedicado a essa temática, na tentativa de definir o que é identidade, como se dá sua formação, as relações entre diferentes identidades e as possíveis maneiras de lidar com conflitos decorrentes dessa diversidade.

Em reflexões e estudos sobre o refúgio, a questão da identidade tem uma importância central porque é necessário partir do princípio de que a pessoa que se encontra refugiada fugiu de sua terra natal por conta das perseguições e ameaças sofridas unicamente por ser quem ela é. O indivíduo em situação de refúgio não deixou seu país por causa de algum crime que cometeu, não é um fugitivo da polícia que não quer cumprir sua pena - exceto em situações em que é um condenado, mas a legitimidade de sua pena pode ser questionada como, por exemplo, na Ditadura Civil-Militar brasileira - e nem alguém que decidiu espontaneamente emigrar em busca de uma nova vida, mas sim uma pessoa que tem sua existência negada por conta da sua identidade, por pertencer a determinado grupo étnico-racial/nacional, por seguir uma religião, por ter uma opinião política específica ou por pertencer a um grupo social discriminado em seu país. As ameaças à sua vida são, na realidade, uma mensagem: alguém que é desse jeito não pode existir.

Desde o início das perseguições de que é alvo, o indivíduo enfrenta conflitos sobre o seu ser: Quem sou? Por que não sou aceito sendo assim? Por que sou alvo de violência? Por que me definem dessa forma se não me vejo assim? O que faço? Posso deixar de ser quem sou? É possível mostrar que não sou quem dizem que sou? Consigo continuar a ser quem sou e não correr riscos? É preciso fugir para continuar existindo? E esses conflitos, apesar de ganharem outros contornos e dimensões, não cessam durante a sua vida como refugiado.

---

<sup>44</sup> Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Anthony Giddens, Franz Fanon, para citar alguns exemplos.

### 3.1 Identidade e a perseguição nazista: de *sujeitos a objetos*.

É importante ressaltar também que muitas vezes a perseguição acontece em razão de um elemento identitário atribuído ao indivíduo, mesmo em situações em que ele mesmo não se autoidentifica com aquele elemento. No contexto da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, tanto pessoas que se autoidentificavam judias como descendentes de famílias judias que não mantiveram a identidade judaica e muitas vezes já eram convertidos e praticantes de outra religião foram vítimas da violência nazista.

Por que até hoje fui criança, adulto, polonês, soldado, oficial, estudante, casado, pai, argentino, vendedor de móveis, mas nunca judeu? Por que nunca fui judeu como sou hoje - hoje, em que não sou mais que isso?” Como todos os judeus, Vicente pensava que era muitas coisas, até que os nazistas lhe demonstrassem que o que o definia era um só coisa: ser judeu. (...) Ser judeu, para ele, nunca fora muito importante. No entanto, ser judeu, de repente, se tornara a única coisa que importava. “Mas por que sou judeu? Por que, hoje, sou apenas isso? Por que não posso ser judeu e continuar a ser tudo o que era antes?” (...) Em 1941, ser judeu tornara uma definição de si que excluía todas as outras, uma identidade única: aquela que determinava milhões de seres humanos - e que devia, igualmente, terminá-los. (AMIGORENA, 2020, p. 46-47)

Esse trecho do romance *O Gueto Interior* é bastante rico para reflexões. Primeiro, por apresentar a ideia de que a identidade do indivíduo não é pautada em apenas um elemento. No caso, Vicente era pai, argentino, polonês, vendedor de móveis e ex-combatente. Também judeu, algo que por muito tempo para ele não tinha maior importância na forma como via a si mesmo e se relacionava com o mundo. Contudo, o fortalecimento do nazismo transformou Vicente apenas em judeu e retirou dele o direito de definir sua própria identidade: “Mas por que sou judeu? Por que, hoje, sou apenas isso?”<sup>45</sup>.

Vicente vivenciava o processo que, na diferenciação proposta por bell hooks (bell hooks, 2019, p. 75), transforma *sujeito* em *objeto*, pois lhe havia sido negado o direito de definir sua identidade, sua realidade e sua história. Ele, assim como milhões de outras pessoas que se autoidentificavam ou não como judeus, tornava-se *objeto*, ou seja, tinha sua identidade, realidade e história definida por outros, no caso, os nazistas. Tornava-se judeu, apenas judeu, que devia ser expulso e exterminado.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon trata do imaginário que dá suporte ao antissemitismo. Em passagens em que está diferenciando as projeções racistas feitas sobre os judeus e sobre os negros, o psicanalista afirma que “O medo que se tem do judeu é por

---

<sup>45</sup> É impossível não lembrar das palavras de Sartre: “O judeu é um homem que outros homens consideram judeus: eis a simples verdade de onde se deve partir [...] o antissemita é que faz o judeu.” (SARTRE, 1960, *apud* FANON, 2020, p. 108).

potencial de apropriação” (2020, p. 171). Os judeus são associados a bancos, dinheiro, traidores da nação, conspiração, aspiração ao poder, perigo intelectual e aos ratos. Um exemplo é o filme nazista *O Judeu Eterno (Der ewige Jude)*, no qual os judeus são comparados aos ratos: praga a ser combatida, que se multiplicava por todos os territórios, transmitia doenças e devorava todas as riquezas.<sup>46</sup>

A partir dessas associações,<sup>47</sup> reforçadas pela propaganda nazista, construiu-se um imaginário social em que era necessário defender a pátria da invasão dos ditos traidores e usurpadores e também impedir que continuassem a se multiplicar: perseguição, esterilização, segregação, desapropriação de bens e extermínio passaram a ser estratégias nazistas. Todo aquele considerado judeu pelo nazismo (judeus plenos, judeus convertidos e *Mischlinge*)<sup>48</sup> era, portanto, associado ao rato.

Importante esclarecer também a origem e o significado do termo *Mischling*<sup>49</sup>. A artista e psicanalista Grada Kilomba (2019) revela que a expressão foi criada no século XVII durante o colonialismo europeu e deriva do latim *miscere*, que significa “mistura”. O verbo *mischen* (em alemão, misturar) com o sufixo “*ling*” faz referência direta a uma pessoa:

Simbolicamente, o termo M.<sup>50</sup> se relaciona à ideia de que alguém é “50/50”, ou seja, meio a meio (*halb und halb*), “misturada/o” (*gemischt*) ou “nem um nem outro” (*weder das eine noch das andere*) marcando aquelas/es que são fruto de

<sup>46</sup> ENCICLOPÉDIA do Holocausto. Definindo o inimigo: os excluídos. In: United States Holocaust Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/defining-the-enemy>>. Acesso em 09 out 2021.

<sup>47</sup> Importante ressaltar que a perseguição aos judeus é um fenômeno anterior ao século XX. Em diferentes períodos da história, é possível identificar a violência contra o povo judeu. Por exemplo, durante a Peste Negra no século XIV, foram apontados como culpados. Também foram perseguidos, obrigados à conversão e mortos na Inquisição na Idade Média e Moderna e durante os *pogroms* no século XIX.

<sup>48</sup> Os nazistas criaram categorias para definir quem era judeu: judeus plenos (definidos como aqueles que possuíam quatro avós judeus e pertenciam à religião judaica), judeus convertidos (definidos como aqueles que se converteram ao cristianismo), *Mischling* em primeiro grau (aqueles com dois avós judeus) e *Mischling* em segundo grau (com uma avó ou um avô judeu). Apenas quem tivesse menos de 25% de ascendência judaica seria considerado “ariano”. É importante, contudo, ressaltar que essa é uma simplificação das categorias criadas pelo nazismo, por vezes mais complexas e de difícil definição (ROLLEMBERG, 2021).

<sup>49</sup> O processo de desumanização decorrente desse termo e de outros utilizados em diferentes idiomas é reforçado por essa passagem: “O fato de esse termo ser sinônimo de perturbação e inferioridade fica nítido nos dicionários, onde a palavra M. está associada a outros termos degradantes como “bastarda/o”, análogo a “ilegítima/o”. Enquanto isso, mulata ou mulato, ambos derivados da palavra portuguesa mula, ou seja, o cruzamento entre um cavalo e uma jumenta (ou de um jumento e uma égua) são usados especificamente para identificar as pessoas negras com ascendência branca. Mestizo (espanhol), métis (francês) ou mestiço (português) significa, por sua vez, “vira-lata”, o cruzamento entre dois cães de duas “raças” diferentes, e são termos usados para as pessoas negras ou indígenas com ascendência branca. Todos esses termos têm uma conotação animal ofensiva e estão relacionados à ideia de infertilidade e proibição.” (KILOMBA, 2019, p. 150).

<sup>50</sup> Kilomba, na introdução de seu livro, explica que optou por escrever essa terminologia ancorada num histórico colonial de atribuição de uma identidade à condição animal, utilizando o itálico e a abreviação, como nesse caso “M.”, para, dessa forma, redigir sua tese em uma linguagem onde todes possam se encontrar na condição humana (*ibid.*, p. 18-21).

relacionamentos “inter-raciais” como anormais. (ARENDR e HORNSCHIEDT, 2004, *apud* KILOMBA, 2019, p.149)

Kilomba ainda esclarece que o significado da palavra *M.* só pode ser compreendido quando contextualizado no âmbito racista de uma pretensa “raça pura” (*reine Rasse*) ou da “manutenção da pureza de sangue” (*Reinhaltung des Blutes*), pois filhos de pais brancos de origens diferentes (como de mãe francesa e de pai alemão) não seriam categorizados como tal. Apenas filhos de brancos com não-brancos recebem essa denominação, pejorativa e discriminatória, remetendo a um período da história em que casamentos entre brancos e negros eram proibidos para que os descendentes brancos mantivessem sua pretensa “pureza e superioridade”. A Alemanha nazista, dando continuidade ao racismo do século XVII, aprofundado pela pseudociência eugenista do século XIX, adotou esse termo para se referir àqueles que tinham, entre seus quatro avós, pelo menos um judeu, que teria “contaminado” a “raça ariana”.

Esse processo de desumanização decorrente da associação com animais e do uso de nomenclaturas que historicamente remetiam à noção racista de “inferioridade” servia para autorizar o antissemita, autor da violência, a praticá-la: não estou assassinando pessoas iguais a mim, não estou violentando seres humanos. Estou erradicando uma praga, matando ratos<sup>51</sup>: “reduzir a população-alvo a estados sub-humanos facilita o trabalho do assassinato em larga escala ao distanciar assassinos dos assassinados” (APPADURAI, 2009, p. 49).

Processos como esse, acentuados pela propaganda nazista, levaram os judeus a perder qualquer possibilidade de definir sua identidade (eram judeus e sub-humanos), sua realidade (deveriam ser combatidos, segregados e exterminados) e sua história (sempre fizeram parte de uma grande conspiração).

A formação da identidade é um processo relacional, contrastivo, de diferenciação e reconhecimento:

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma

---

<sup>51</sup> Durante o processo que levou ao genocídio em Ruanda em 1994, os *hutus* associaram os *tutsis* a baratas que deveriam ser exterminadas: “Eles nos chamavam de inyenzi, as baratas. A partir de então, em Nyamata, seríamos todos baratas. Eu era uma inyenzi. (...) Os militares do acampamento de Gako estavam lá para nos lembrar, constantemente, quem éramos: serpentes, inyenzi, baratas que não tinham nada de humano, que um dia deveriam ser exterminadas” (MUKASONGA, 2018, p. 31 e 43).

identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente.<sup>52</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 120)

O projeto nazista roubava dos judeus a possibilidade de definir a si mesmos e, ao mesmo tempo, construía uma nova identidade alemã. De forma desigual, o nazismo retirava a condição de *sujeitos* dos judeus e transformava-os em *objetos*, fazendo do diferente sub-humano e, assim, forjava também uma nova identidade alemã que, conforme conceito de Appadurai, pode ser reconhecida como uma *identidade predatória*: “Defino como ‘predatórias’ aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como ‘nós’.” (APPADURAI, 2009, p. 46).

Pautada na pseudociência racista dos séculos XIX e XX, o projeto nazista construía a identidade alemã a partir de uma pretensa singularidade racial ariana e pura, em oposição às minorias, como os judeus, que pertenceriam a “raças inferiores e impuras”. Dessa forma, a identidade alemã não se diferenciava apenas de outras identidades nacionais, mas tornava-se predatória ao se colocar como superior e identificar as minorias como uma ameaça à sua pureza e superioridade. Dessa perspectiva racista, suprimia-se a possibilidade de coexistência; pelo contrário, era necessário eliminar completamente os judeus da Alemanha e do mundo, já que o projeto nazista almejava a dominação mundial (APPADURAI, 2009, p. 49).

É importante esclarecer que a identidade, tida aqui como processual e relacional, não é dada e nem fixa, mas forma-se no decorrer de um processo que se dá na relação com o *outro*. Quando o *outro* constrói uma identidade predatória e transforma o indivíduo diferente em *objeto*, esse indivíduo, geralmente, irá resistir e buscar formas de retomar o seu lugar de *sujeito*: de definição de sua identidade, sua realidade e sua história.

O caminho que restava aos judeus e outras minorias perseguidas pelo nazismo era a fuga. O argumento nazista - que contrapunha pureza a impureza, humano a sub-humano e sadio a doente - não permitia reivindicações de igualdade ou de reconhecimento dos judeus como parte da nação germânica, nem mesmo daqueles que já se encontravam completamente imersos na cultura, na economia, na política e na sociedade alemãs. As leis de segregação, como as de Nuremberg, a formação dos guetos, dos campos de concentração e de extermínio

---

<sup>52</sup> “Falamos de identidade contrastiva (contrastive identity) como noção, num sentido aproximado ao usado por Barth (1969: 132), que não a trabalhou como conceito, nem a explorou teoricamente” (OLIVEIRA, 2007, p. 120, nota 11).



e toda violência cotidiana fizeram com que os judeus buscassem caminhos de sobrevivência, entre eles, o refúgio.

### 3.2 Desafios enfrentados por Stefan Zweig

Stefan Zweig nasceu em 1881 e morreu em 1942. O escritor austríaco viveu em um período da história em que o nacionalismo e o patriotismo eram extremamente fortes nos países europeus. As duas Grandes Guerras Mundiais estão, inclusive, diretamente ligadas a esse cenário nacionalista do final do século XIX e início do XX. Imerso em um mundo em que alemães, italianos, franceses, ingleses e eslavos afirmavam cada vez mais sua identidade e singularidade em relação ao estrangeiro, Zweig, a partir da literatura e da poesia, dedicava-se ao que acreditava ser a construção de um processo humanista e universalista/europeísta.

No entanto, com a ascensão nazista, a autoidentificação de Zweig mais com o europeísmo do que com sua nacionalidade austríaca ou com sua origem judaica não impediu que ele também fosse alvo das perseguições aos judeus e tivesse, por isso, que deixar a Áustria e a Europa para viver na América. Os relatos e as cartas de Stefan Zweig, assim como de muitos outros refugiados, expressam os conflitos identitários vivenciados por eles.

O refúgio é, portanto, uma tentativa de sobrevivência para aqueles que tiveram a sua existência negada em seu lugar de origem por causa de algum elemento identitário e que, assim, passaram a enfrentar o grande desafio de manter sua existência/identidade<sup>53</sup> apesar de todas as mudanças e perdas materiais, emocionais e simbólicas consequentes da fuga de sua terra natal: “O sujeito exilado sai sem saber se retorna à sua pátria. Seu projeto político e de vida foi derrotado.” (JENSEN e PARADA, 2019, p. 408).

A passagem a seguir do escritor vietnamita-americano Ocean Vuong expressa bem a constante busca do refugiado por continuar a existir não só no sentido físico, mas também no subjetivo:

Talvez a gente olhe espelhos não meramente em busca de beleza, independentemente de quão ilusória, mas para ter certeza, apesar dos fatos, de que continuamos aqui. De que o corpo assombrado em que nos movemos ainda não foi

---

<sup>53</sup> É significativa essa colocação de Peter Burke: “O choque do exílio também inclui a perda da antiga identidade individual. Sem dúvida, foi muito significativo que, ao escrever sob um pseudônimo, a historiadora da arte Kate Steinitz tenha escolhido “Annette C. Nobody” [Annette C. Ninguém]. A mudança de nome muitas vezes simbolizou a luta para se construir uma nova identidade. Assim, o crítico e jornalista austríaco Otto Karpfen se tornou Otto Maria Carpeaux em sua nova vida no Brasil, e o sociólogo polonês [19] Stanisław Andrzejewski, ao perceber que os ingleses não conseguiam pronunciar seu nome, mudou-o para Stanislav Andreski.” (BURKE, 2017, posições 213 e 221). O historiador utilizou o termo exílio, contudo, Kate Steinitz, Otto Karpfen e Stanislav Andrzejewski também enfrentaram a condição de refugiados vítimas do nazismo.

aniquilado, eliminado. Ver que você ainda é você é um refúgio que não pode ser conhecido por homens que não foram negados. (VUONG, 2019, p. 132 - destaque meu)

Ao que parece, esse foi o grande desafio vivenciado por Stefan Zweig: como permanecer sendo ele mesmo, apesar de tudo? Como continuar a existir quando a forma como via e construía sua existência lhe foi negada? Como se manter um escritor pacifista, europeísta e humanista em meio à guerra? Como continuar a existir no Brasil, sem acesso à sua casa, aos seus pares, aos seus livros, à sua língua, à Europa? Como manter suas liberdades? De que maneira preservar sua liberdade interior? Como se olhar no espelho e ver que ainda era ele mesmo? Na sequência, serão analisadas algumas barreiras que Stefan Zweig enfrentou enquanto buscava respostas a essas questões.

## 4. IDENTIDADE E IDIOMA

Neste capítulo, optou-se, quando possível, por manter as citações em seu original e a tradução em nota de rodapé, o contrário do que foi feito em outras partes desta dissertação. Essa escolha foi feita com o intuito de gerar uma pequena parte do distanciamento e estranhamento provocados pela comunicação no idioma que não é nossa língua materna.

### 4.1 Identidade e idioma no refúgio e no exílio

“Grillparzers schönem Wort ›zwei Fremden und keine Heimat‹ haben, unbehaust in geborgten Sprachen und umgetrieben vom Wind.” (ZWEIG, *Die Welt von gestern . Erinnerungen eines Europäers*)<sup>54</sup>

Em variadas leituras de obras ou depoimentos de pessoas em refúgio, o idioma aparece como um elemento essencial da constituição do ser e de sua identidade, bem como um desafio para a construção de uma nova vida em outro país. É preciso olhar o idioma para além de sua função elementar da comunicação, mas também como instrumento que media a relação do sujeito com o mundo que o cerca. A linguagem, portanto, está vinculada ao lugar em que vivemos, às nossas experiências e às de nossos antepassados, às nossas memórias e relações pessoais. Como lembra Frantz Fanon, “Falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de uma ou outra língua, mas é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” (FANON, 2020, p. 31).

Língua e identidade estão imbricadas uma na outra.<sup>55</sup> A impossibilidade de se comunicar em sua língua materna é também a impossibilidade de continuar a existir e a se relacionar com o mundo como se dava antes, sendo, por isso, um problema que não se resolve apenas com a aquisição de um novo idioma.

Words you have heard and learned and remembered from childhood have all the sweet or terrifying melody of symbols (...) To me ‘dead’ means something else than

<sup>54</sup> “De acordo com as belas palavras de Grillparzer, temos: ‘duas terras estrangeiras e não temos pátria’, desalojados de línguas acolhedoras e arrastados pelo vento.” (ZWEIG, 2014, p. 304)

<sup>55</sup> Pode-se pensar, por exemplo, no papel do idioma nos processos de colonização de países europeus na América para argumentar que a imposição das línguas europeias aos nativos foi uma forma de aniquilar identidades e determinadas formas de existência, como foi feito pelas missões jesuíticas no Brasil.

O primeiro capítulo de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, intitulado *O negro e a linguagem*, relata e analisa a forma como o uso do crioulo ou do idioma francês pelos negros antilhanos altera a maneira como eles se veem e são vistos pela sociedade francesa e antilhana (FANON, 2020, p. 21-54).

‘Tod’, ‘mother’ will never be ‘Mutter’, ‘war’ cannot be ‘Krieg’. (PROCHNIK, 2014, p. 166)<sup>56</sup>

Essas palavras do também exilado médico alemão Martin Gumpert expressam bem a distância entre a comunicação que se dá a partir da língua materna e àquela em outro idioma. A tradução de uma palavra em alemão (*Mutter*) por uma em inglês (*mother*) não leva consigo o mundo onde a primeira foi forjada e por isso não carrega “*the sweet or terrifying melody of symbols*”.

Com essa fala, Gumpert provoca a reflexão sobre o estranhamento e o distanciamento causados pela comunicação em um idioma estrangeiro. Os signos estão vinculados a uma cultura e não são, simplesmente, substituídos por novos signos. A imagem mental, a lembrança sonora e afetiva dos signos da língua materna não são transportados aos signos do outro idioma. Por isso, *mãe*, nunca será *mother* e nem *Mutter*. Ouvir, ler e falar uma língua que não é a nativa gera um distanciamento do mundo onde nos constituímos e um estranhamento em relação ao mundo novo/estrangeiro onde estamos.

Mascha Kaléko (1907-1975), poeta de língua alemã também refugiada do nazismo, expressa sentimentos próximos aos de Gumpert. No poema *Der kleine Unterschied* (aprox. 1938), a autora confidencia que os significados das palavras podem ser os mesmos em inglês e alemão, mas o sentimento carregado por elas não o são, por isso: “Por certo, estou muito happy:/ Mas glücklich não tô não”.

Der kleine Unterschied<sup>57</sup>

Es sprach zum Mister Goodwill  
ein deutscher Emigrant:  
„Gewiß, es bleibt dasselbe,  
sag ich nun land statt Land,  
sag ich für Heimat homeland  
und poem für Gedicht.

<sup>56</sup> Palavras que você ouviu, aprendeu e lembra de sua infância têm toda a melodia doce ou assustadora dos símbolos. (...) Para mim, *dead* (morto em inglês) significa algo diferente de *Tod* (morte em alemão), *mother* (mãe em inglês) não será nunca *Mutter* (mãe em alemão), *war* (guerra em inglês) não pode ser *Krieg* (guerra em alemão) (*Ibidem*, tradução minha).

<sup>57</sup> Título: Pequena diferença

Disse ao Mister Goodwill  
um emigrante alemão:  
“Por certo, dá na mesma,  
digo agora land em vez de Land,  
digo para Heimat homeland  
e poem para Gedicht.  
Por certo, estou muito happy:  
Mas glücklich não tô não.”

Tradução gentilmente cedida por Mariana Holms, mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã FFLCH/USP. Original e tradução em inglês disponíveis em:

<<https://kuenste-im-exil.de/KIE/Web/EN/Navigation/Exile/Language/language.html>>. Acesso em 1 abr 2022.

Gewiss, ich bin sehr happy:  
Doch glücklich bin ich nicht.“

(KALÉKO, aus: In meinen Träumen läutet es Sturm)

Fugir para outro país e perder a possibilidade de se comunicar essencialmente em sua língua materna é vivenciar o que o filósofo Renato Lessa denominou *desvínculo*:

Aqui reside o âmago da condição do exílio: perda da linguagem, apagamento da forma de vida que lhe corresponde. Desvínculo: é essa a palavra-chave que denota a dissolução da experiência de ‘estar-junto’ e a passagem para a experiência de ‘não sei para onde ir’, posta por Stefan Zweig. (LESSA, 2014, p. 13)

*Desvínculo* provocado pelo distanciamento, “dissolução da experiência de ‘estar junto’”, e pelo estranhamento, “a passagem para a experiência de ‘não sei para onde ir’”.

A partir desse ponto de vista, as reflexões aqui propostas sobre o papel do idioma na vida de refugiados estarão atentas ao processo de *desvínculo* causado pelos elementos que fortalecem o estranhamento e o distanciamento e afetam diretamente a constituição da identidade do indivíduo, sendo, por isso, importante considerarmos tanto a relação da pessoa em refúgio com a língua do país de acolhida, quanto com seu próprio idioma.

A carta de Freud, no exílio, para o psicanalista suíço Raymond de Saussure expõe exatamente a dificuldade em deixar sua língua materna e assumir um novo idioma:

[...] talvez lhe tenha passado despercebido o único ponto que o emigrante sente de forma tão particularmente dolorosa. É - inevitável dizer - a perda da língua na qual vivíamos e pensávamos, aquela que nunca conseguiremos substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia. É com dolorosa compreensão que observo como formas de expressão, não obstante familiares, me falham em inglês e até com Isso-[Es] tenta resistir a abrir mão da escrita gótica familiar. (FREUD *apud* WEISSMANN, 2017, p. 198, destaque meu)

Freud, que também fugindo dos nazistas se refugiou na Inglaterra, está relatando a dor do *desvínculo*, lamentando o distanciamento causado pela perda da língua materna: como continuar a viver e pensar da mesma forma? E atenta, inclusive, para o alcance subjetivo do estranhamento, ao destacar que expressões familiares lhe “falham em inglês” e que seu próprio inconsciente (na carta acima denominado *Isso*) está resistindo em adotar a língua estranha/estrangeira.

Uma história relatada por Edward W. Said em *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios* enriquece a percepção em relação a essa temática. Said conta que encontrou com Faiz Ahamad Faiz - grande poeta curdo contemporâneo que vivia exilado em Beirute após ter sido

expulso de sua terra natal, o Paquistão - e percebeu a sensação de deslocamento do escritor. Rodeado de amigos palestinos, faltava a Faiz pessoas que compartilhassem com ele aspectos fundamentais da sua existência, como a língua ou a história de vida. Segundo Said, um encontro com um conterrâneo, também exilado, foi um dos únicos momentos em que o poeta curdo pareceu superar esse sentimento de alienação, inclusive porque pôde recitar seus poemas em língua materna e ser compreendido. Esse encontro fez com que, por algum breve momento, Faiz tivesse outra sensação, não a de deslocamento ou a de alienação, mas a de estar em casa (SAID, 2001, Kindle, posição 766). É como se, por alguns instantes, o vínculo entre a linguagem e seu mundo voltasse a estar presente em sua vida.

Pode-se pensar que o deslocamento apontado por Said refletiu o processo de *desvínculo* que Faiz enfrentava. Longe de sua terra, vivenciava o distanciamento do seu mundo, de seus pares e da cultura curda, encarando assim o estranhamento de estar entre palestinos. Como consequência sentia-se deslocado - no lugar errado ou alienado -, dissociado de sua própria identidade. O encontro com um conterrâneo e a comunicação em sua língua nativa, ainda que por alguns instantes, foi capaz de dissipar o estranhamento e o distanciamento - apontados por Georg Simmel como característicos da condição de estrangeiro<sup>58</sup> - e suscitar no poeta curdo um reencontro com seu mundo e com ele mesmo, com sua identidade.

Edward Said, relator da história de Faiz, também vivenciou os desafios impostos pela relação entre idioma e identidade:

Um palestino que frequentava a escola no Egito, com um prenome inglês, um passaporte americano e nenhuma identidade certa. Para piorar as coisas, o árabe, minha língua materna, e o inglês, meu idioma escolar, estavam inextricavelmente misturados: eu nunca soube qual era a minha primeira língua e nunca me senti plenamente à vontade nas duas, embora sonhe em ambas. Toda vez que pronuncio uma frase em inglês, ouço seu eco em árabe, e vice-versa. (SAID, 2001, Kindle, posição 5386)

Said, no relato sobre sua vida, conta a experiência de sentir-se sempre fora do lugar, deslocado. Na escola, aprendia a língua, a história e a cultura inglesas e era proibido de falar árabe, mas, ao mesmo tempo, era ensinado a perceber-se como um não europeu que nunca

---

<sup>58</sup> “A unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro, de um modo que pode ser formulado da maneira mais sucinta dizendo-se que, nesta relação, a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação.” (SIMMEL, 1983, p. 182-183).

seria considerado um inglês. Vivenciando a condição de homem marginal, ele não podia viver sua identidade árabe plenamente, tampouco podia tornar-se um inglês.

Aos 16 anos, o jovem palestino foi levado por sua família para estudar nos Estados Unidos. Na escola americana, relata que tinha a sensação de ser o único estrangeiro. Chegou a procurar um professor egípcio para sentir-se um pouco menos estranho naquele país e, por alguns instantes, vivenciar o vínculo com sua casa. Ao encontrá-lo, começou imediatamente a falar árabe, mas o interlocutor pediu que não prosseguisse: “Não, meu irmão, nada de árabe aqui. Eu deixei tudo isso para trás quando vim para a América” (SAID, 2001, Kindle, posição 5418). Na busca por um espaço onde pudesse encontrar um pequeno vínculo com o mundo em que se constituiu, Said deparou-se com a experiência do *desvínculo*. Deixar de falar árabe foi a forma que o professor encontrou de se distanciar do seu passado egípcio para iniciar uma nova vida na América.

Essas experiências de Freud, Faiz e Said contribuem para a compreensão de que a busca ou a negação da língua materna vai além da mera necessidade de comunicação, estando relacionadas com o processo de construção da identidade de cada indivíduo: quem sou, de que mundo faço parte ou de qual mundo quero fazer parte.

Sendo o idioma um elemento central na relação do indivíduo com suas origens e com sua terra natal, faz-se aqui necessária uma atenção maior à questão da linguagem na trajetória de alguns refugiados e, particularmente, na de Stefan Zweig.

Tratando do contexto da ascensão nazifascista, vale ainda pensar o idioma alemão, língua materna de Stefan Zweig, também como o idioma do inimigo, daquele mesmo que quer aniquilar a sua existência e a de seus familiares. A fuga da Áustria afastou Zweig do convívio com o mundo em que se comunicava a partir de sua língua materna, mas o abismo entre o escritor austríaco e a língua alemã não era apenas físico. Como podia o alemão, idioma de grandes poetas e intelectuais admirados por Zweig, até então um símbolo do progresso, ser também aquele usado pelos nazistas?

O uso ou desuso do alemão tornou-se uma questão para muitas das vítimas do nazismo que eram germanófonas. As formas de se relacionar com o alemão, apesar de diferentes em cada indivíduo, não deixaram de demonstrar o conflito sobre o lugar que a língua materna passaria a ter na vida de cada um e o impacto disso sobre sua existência.

Para alguns, como o artista plástico dadaísta alemão perseguido pelo nazismo Kurt Schwitters (1887-1948), o caminho encontrado em seu exílio na Inglaterra foi o abandono da sua língua materna e a adoção vitalícia do inglês. Para outros, como o intelectual Victor

Klemperer (1881-1960), alemão e judeu convertido ao protestantismo, a arriscada permanência na Alemanha e um precioso estudo sobre a linguagem do Terceiro Reich<sup>59</sup> foram as formas dele de lutar por sua existência.

A trajetória do refugiado do nazismo Aharon Appelfeld (1932-2018) é também interessante para se pensar a centralidade do idioma nos desafios que o indivíduo refugiado enfrenta para continuar a existir. Nascido em 1932, nos arredores da cidade de Czernowitz, parte da Romênia desde o fim da Primeira Guerra quando o Império Austro-Húngaro foi desmembrado, Appelfeld também teve sua vida fortemente abalada pelos acontecimentos históricos do século XX. Apesar de ter avós ortodoxos falantes de ídiche, seus pais seguiram o caminho da assimilação<sup>60</sup> e viam, tal qual o próprio Stefan Zweig, a cultura alemã como símbolo da modernidade e do progresso. Por isso, inclusive, rejeitaram o ídiche e adotaram o alemão. Em entrevista, Appelfeld afirma:

Eu vinha de uma família assimilada que acreditava no progresso, que o mundo avançava para o bem. (...) Havia o símbolo do bom e do belo, a literatura alemã era a melhor literatura, a língua alemã era a mais bonita, Viena e Berlim, as cidades importantes. (APPELFELD *apud* LIMA, HATEAU e ACSELRAD, 2018, p. 6)

Quando eu visitava o meu avô nas montanhas dos Cárpatos, costumava ir com ele à sinagoga. Com eles, com a vovó e com o vovô, eu costumava falar ídiche. Mas com meus pais eu falava alemão. Só alemão. Para mim, como criança, a separação era nítida. Mais ainda: meus pais falavam comigo em um estilo purista de alemão, para que o ídiche, Deus o livre, não estragasse o meu alemão. Do ponto de vista deles, alemão era o mundo moderno, cultura, música, literatura; e ídiche, todas as coisas antiquadas. Eles não ocultavam o seu judaísmo, mas absolutamente não o cultivavam. (APPELFELD *apud* ROZENCHAN, 2016, p. 7)

Aos 8 anos, Appelfeld teve a mãe e a avó assassinadas durante a invasão nazista a sua cidade e foi obrigado junto a seu pai a caminhar até um campo de concentração na Ucrânia. De lá, com cerca de 10 anos, fugiu sozinho e passou a viver escondido geralmente na companhia de ladrões e prostitutas. Nesse tempo, aprendeu um pouco de ucraniano, comunicando-se da forma como era possível. Aos 12 anos, tornou-se ajudante de cozinha no exército soviético e pode aprender russo. Tempos depois, conseguiu ir para um campo de refugiados na Itália e teve aulas de francês e italiano. Em 1946, foi enviado para a Palestina,

<sup>59</sup> Ver KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

<sup>60</sup> “Assimilação foi definida então como ‘o ‘processus’ pelo qual um grupo étnico se incorpora noutra, perdendo (a) sua peculiaridade cultural e (b) sua identificação étnica anterior.’” (OLIVEIRA, 1960a, p. 111 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 118).



onde era grande a pressão sionista<sup>61</sup> para que os recém-chegados esquecessem seu passado e se dedicassem à construção de um novo país:

Lembro-me que, em minha juventude, estava andando na rua com um parente, e falava com ele em alemão. Um senhor de aparência muito respeitável nos interpelou e advertiu-nos: ‘Um hebreu deve falar hebraico!’ O ideal da sociedade era o membro de um Kibutz. (FORNER e KRAUSZ, 2013, p. 4)

Appelfeld, até então Erwin, recebeu um novo nome (Aharon), foi praticamente proibido de falar sua língua materna (o alemão) — da qual já estava distante desde os anos de fuga pela Ucrânia — e foi obrigado a aprender o hebraico. Sobre essa pressão em relação ao seu idioma, e cerca de 1 ano após sua chegada à Palestina, Aharon Appelfeld registrou em seu diário:

Data: 13-8-1947

Diário: Todas as noites repito para mim mesmo: escutar mais e mais. Quanto mais escuto, mais fácil será para mim fundir-me com essa terra e o seu idioma. São muitos os obstáculos. Ontem tive uma longa conversa com a professora Sh. Falamos em alemão. Fazia anos que não falava e, apesar de tudo, a língua fluía de minha boca. Evidentemente, uma língua materna não se pode extirpar da raiz. (APPELFELD *apud* LIMA, HATEAU e ACSELRAD, 2018, p. 5)

Décadas depois, em 1999, sua relação com a língua materna já não era a mesma:

O esforço para preservar minha língua materna em um ambiente em que me impuseram uma língua diferente era inútil. Semana após semana esta se reduzia e, ao final do primeiro ano, só me restaram fragmentos. Minha mãe foi assassinada no começo da guerra, e em todo o transcorrer da mesma levei dentro de mim o seu rosto. O idioma de minha mãe e minha mãe se converteram em uma só coisa. (*Ibid.*, p.12)

É particularmente interessante a maneira como Aharon Appelfeld fala dos idiomas nos trechos supracitados. De certa forma, o escritor elucida o laço entre idioma, existência, o mundo com o qual nos relacionamos e o afeto. Seus avós, para guardar as tradições judaicas e evitar a assimilação, falavam o iídiche, enquanto muitos, inclusive, seus filhos - pais de Appelfeld - procuravam falar um alemão puro sem nenhuma influência do iídiche, de forma a fazer parte do que acreditavam ser a modernidade e o progresso da humanidade. O idioma mostra-se aqui como elemento fundamental para o processo de construção identitário: com

---

<sup>61</sup> O movimento sionista defende, desde o século XIX, o direito de o povo judeu ter um Estado próprio, com seu governo, território e idioma. Após a Segunda Guerra Mundial, esse movimento ganhou ainda mais força por conta das atrocidades cometidas contra os judeus nos países em que viviam. A pressão sionista resultou, então, na criação do Estado de Israel, em 1948, que adotou o hebraico como seu idioma oficial.

qual mundo me identifico e quero ser identificado? Se com o mundo das tradições e da ortodoxia, falo iídiche; se com o mundo do progresso e da modernidade, falo alemão.

Já Appelfeld, ao se deparar com a identidade predatória nazista, não pôde escolher sua história, sua identidade, sua realidade, seu idioma. Teve sua mãe e sua língua materna assassinadas e, com sua fuga e resistência, foi levado à Palestina, onde, a partir da fluência e da escrita na língua hebraica - a língua madrasta, como a chamou (FORNER e KRAUSZ, 2013, p. 2) -, pôde integrar-se a uma nova pátria (“Quanto mais escuto, mais fácil será para mim fundir-me com essa terra e o seu idioma.”). Ao mesmo tempo, pôde reconstruir e criar suas memórias de infância e de seus familiares. Dessa forma, vivendo na Palestina, mais tarde Israel, adotando o hebraico como sua principal língua e reconstruindo suas memórias em seus livros, Appelfeld reconstituía-se como sujeito que definia sua própria identidade:

Eu cheguei à terra de Israel sem pais e não queria viver uma existência estéril de órfão. Então, eu reconstruí, para mim mesmo, meus pais e meus avós. Se meus pais eram judeus assimilados, eu queria tê-los junto de mim, e se meus avós se mantinham apegados à tradição, eu queria que eles estivessem comigo. Queria ter à minha volta a minha cidade, o meu ambiente, os Cárpatos. Escrever ajudou-me a reconstruir as minhas vivências da infância. (APPELFELD *apud* KRAUSZ, 2011, p. 5)

Pode-se perceber, a partir desses relatos e reflexões, que o idioma tem uma face que vai muito além da imediata necessidade de comunicação, apresentando-se como elemento fundamental da constituição do ser: quem sou, como me apresento perante o mundo, quais valores e relações carrego em mim.

#### **4.2 Stefan Zweig e o idioma alemão: os impactos do *desvínculo*.**

*Muitos foram aqueles que viram sua língua materna alemã em uma posição totalitária e a serviço do nazismo. Se este conflito já pode trazer consequências devastadoras para qualquer um, que dizer de pessoas que têm sua vida dedicada ao ofício de escrever?*

(Referência desconhecida)

Essa percepção sobre a relevância do idioma na construção identitária também pode ser encontrada ao longo da vida de Stefan Zweig. O escritor austríaco tornou-se um dos grandes nomes de sucesso da literatura de língua alemã e teve suas obras traduzidas pelo mundo todo. A língua materna para Zweig era o instrumento essencial de suas produções, seu

valor ia para além da comunicação com seus pares para ser, sobretudo, o tom das obras e mensagens que o escritor queria transmitir ao mundo.

Zweig escrevia em alemão. A estrutura, a estética, o conteúdo, o som de cada palavra estavam ali em seu idioma natal. Cabia, então, aos tradutores o esforço de transpor esses simbolismos para as versões de seus livros em línguas estrangeiras.

No entanto, o mesmo escritor para quem a língua materna era a mais intensa forma de se relacionar com o mundo, que via Goethe, Rilke e Beethoven como pilares e guias da cultura ocidental, teve que se exilar para fugir dos nazistas, passando a enfrentar uma série de conflitos em relação ao idioma e sua identidade.

A partir de 1934, após a Grande Queima de Livros em Berlim (1933) e depois de ter sua casa em Salzburg vasculhada pela polícia (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5343), Stefan Zweig mudou-se para Londres, onde iniciou sua vida de refugiado e exilado. Entre 1934 e 1940, o escritor austríaco fez numerosas viagens, passando por Escócia, França, Estados Unidos, Portugal, Brasil e Argentina, principalmente por conta de compromissos profissionais: palestras, negociações e coletas de materiais.

Receosos pela situação na Europa, mesmo após terem recebido a cidadania britânica<sup>62</sup>, Lotte e Stefan Zweig deixaram de vez o continente europeu e viajaram para a América em junho de 1940. Com dificuldades para se fixar em um país, seja por questões de vistos, inseguranças relacionadas à guerra, compromissos de trabalho ou problemas de adaptação, o casal esteve nos EUA, na Argentina e no Brasil durante a etapa americana de seu exílio.

Os relatos e as análises feitas sobre os conflitos enfrentados por Stefan Zweig em relação à língua materna e à aquisição de um novo idioma, o português, estarão centrados nesse último período em que o exílio se deu em solo americano, ou seja, de junho de 1940 até 22 de fevereiro de 1942, quando o casal se suicida em Petrópolis. Neste trabalho, serão avaliadas as trocas de correspondência entre Lotte e Stefan Zweig, amigos e familiares, os diários do escritor austríaco e algumas de suas produções durante essa época, com destaque para seu livro autobiográfico *O Mundo de Ontem: Memórias de um europeu*.

O livro de memórias de Stefan Zweig trata essencialmente de momentos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Contudo, a elaboração e escrita dessas memórias começa no refúgio inglês e se estende até julho de 1941 nos Estados Unidos, cerca de seis meses após a fuga do casal do continente europeu. Já a revisão da obra ocorre praticamente em solo brasileiro até novembro de 1941.

---

<sup>62</sup> Stefan Zweig recebeu a cidadania britânica, em março, e sua esposa Lotte, em junho de 1940.

Esse esclarecimento faz-se necessário para que o leitor tenha em mente que, ao ler trechos de *O Mundo de Ontem: Memórias de um europeu*, não está lendo os fatos relatados em seu estado puro, mas sim contaminados pelo olhar de Stefan Zweig no momento em que redige o livro e de suas inquietações decorrentes de sua vida como refugiado, apátrida e exilado.

Interessante é perceber que boa parte da temática acerca da língua materna será abordada nas páginas em que Zweig relembra situações no contexto da Primeira Guerra Mundial, o que expõe o quanto questões identitárias e nacionalistas se fortalecem em momentos de conflito.

Em seus relatos sobre a Primeira Guerra Mundial, o escritor austríaco tratou principalmente do uso do idioma como forma de posicionamento político e como elemento identitário. Zweig começa condenando a maneira como inúmeros poetas e intelectuais se comportaram durante o conflito e o uso que fizeram do idioma alemão:

Em sua maioria pouco  europeizados, vivendo totalmente em  ambiente alemão, a maioria dos nossos poetas achava que poderia contribuir melhor reforçando o entusiasmo das massas e cimentando a suposta  beleza da guerra com apelo poético ou ideologias científicas. Quase todos os autores alemães, encabeçados por Hauptmann e Dehmel, acreditavam  ter o dever, como os bardos na época das tribos germânicas, de incitar combatentes, com canções e rimas, o entusiasmo para ir à morte. Houve surtos de poemas que evocavam guerra e vitória, necessidade e morte. (ZWEIG, 2014, p. 208-209, destaques meus)

A maioria velha demais ou fisicamente incapaz para servir, acreditava que tinha o compromisso de realizar alguma 'façanha' para ajudar.  Deviam ao idioma - e, por isso, ao povo - o que haviam criado. Por isso, queriam  servir ao seu povo através do idioma e fazê-lo ouvir o que ele queria escutar: (...) que a Alemanha haveria de vencer (...).” (ZWEIG, 2014, p. 209, destaques meus)

“Em sua maioria pouco europeizados, vivendo totalmente em ambiente alemão”, assim Zweig caracterizou os escritores que ele criticava por usarem as palavras para justificar a guerra e acentuar o nacionalismo germânico. A seu ver, esse comportamento só podia vir de pessoas que não haviam conhecido a França, a Inglaterra e outros países europeus a ponto de perceber e valorizar também o que nesses lugares era intelectualmente produzido e a potência, por consequência, de uma cultura que mais do que austríaca, alemã ou francesa, era europeia.

Se o idioma pertence ao povo, devemos usá-lo em prol do nosso país e contra nossos inimigos. Esse era o pensamento que, segundo Zweig, contagiou aqueles que viram as palavras como arma a partir da qual podiam lutar essa guerra. Um dos exemplos mais

marcantes relatados por Zweig é o poema *Canto de Ódio contra a Inglaterra*, que se espalhou rapidamente pela Alemanha, das salas de aulas aos teatros e aos campos de batalha.

O sucesso foi tanto que seu autor, Ernst Lissauer, um judeu alemão “apaixonado e encantado pela língua alemã”, tornou-se muito famoso e foi condecorado pelo imperador. No entanto, finalizada a guerra, o poema deixou de fazer sentido e seu autor passou da fama para uma espécie de ostracismo: seus textos deixaram de ser publicados e sua pessoa já não era bem-vinda em círculos de intelectuais (ZWEIG, 2014, p. 211).

Ainda durante a Grande Guerra, inscrições em francês e inglês eram retiradas das lojas em Viena e senhoras da sociedade escreviam cartas aos jornais dizendo que nunca mais fariam uma só palavra em francês (*Ibid*, p. 213). Falar um idioma estrangeiro é, de certa forma, compartilhar o mundo do outro e, mais do que isso, reconhecer sua existência, seu direito à existência, o que, em uma situação de guerra, era visto, por muitos, como traição ao próprio país e à sua identidade.

Fica cada vez mais claro, portanto, que o idioma extrapola sua função de comunicação e que carrega uma importante carga identitária. Cada palavra traz consigo mais do que seu significado, mais do que o processo racional de nomear algo. É também uma forma de expressão do e no mundo com o qual me relaciono e dos afetos ali implicados. Há uma mensagem muito mais ampla do que o significado da palavra em si.

Stefan Zweig foi bastante crítico à postura dos poetas e intelectuais que fizeram de suas produções propagandas de guerra. Em resposta ao que considerava ser uma traição “à verdadeira missão dos poetas, a de preservar e defender o que há de mais humano no ser humano” (*Ibid.*, p. 209), o escritor vienense fez uso de seu idioma para defender a paz<sup>63</sup>. Em

---

<sup>63</sup> Vale dizer que no início da Primeira Guerra, Zweig também foi influenciado por ânimos nacionalistas. Mas, inspirado por seu amigo francês Romain Rolland, acabou por adotar uma postura supranacionalista e pacifista. Esse seu flerte inicial com o nacionalismo não é mencionado em sua autobiografia:

*“Nuremberg at last! As the train is coming in you see the ancient city spread before you, the mighty bastion of all that Germany stands for. And now you see the houses, bright and shining, strong and clean, the great factories humming with activity, the well-ordered conduct of life in public and private, and again you get a joyous sense, as so often, of Germany’s power and strength. And in this one city you feel the presence of all German cities, the whole wide fruitful land, the strength and resolve of the nation, and you breathe reassurance. Because this, you know for certain, is indestructible and invincible, nothing can break the strength that lies in such a brazen edifice.”* (MATUSCHEK, 2011, Kindle, posição 2197).

*“In the next pieces he published — Ein Wort zu Deutschland appeared on 6th August — he continued to make it clear where his sympathies lay, emphasising the national aspect in the most unequivocal terms: “Germany must now strike with both fists, to the right and to the left, to extricate itself from the double pincer movement of its enemies. Every muscle of the nation’s magnificent strength is stretched to the full, every nerve of its will quivers with courage and confidence.”* (MATUSCHEK, 2011, Kindle, posição 2208-2214).

seu livro de memórias, lembra que escreveu a peça pacifista *Jeremias*, publicada em 1917, e viajou para a Suíça, território neutro, onde sua obra foi encenada.

Durante o tempo de estadia nesse país, encontrou-se com grupos de artistas franceses e outros estrangeiros que também se recusavam a aderir ao patriotismo hostil tão presente no meio intelectual. Esteve com Romain Rolland, com quem, “na língua estrangeira, falei mais confiante e mais abertamente do que com qualquer pessoa na minha pátria.” e realizou uma palestra pública com P.-J. Jouve, que leu versos do poeta austríaco em francês, enquanto Zweig leu trechos de *Jeremias* em alemão (*Ibid.*, p. 241).

Mais uma vez, pode-se notar a carga simbólica presente no idioma. Em sua língua nativa, Zweig, em meio à guerra, escreveu uma peça defendendo a paz e também, durante o conflito, encontrou-se com amigos franceses, conversou em francês e deu uma palestra, ao lado de um escritor estrangeiro, em que trechos de obras foram lidos em sua língua materna e também na do inimigo de guerra. Com esses relatos, ele procura mostrar sua preocupação com o uso que era feito do idioma alemão e coloca-se ao lado daqueles que usavam sua língua materna como ferramenta pacifista.

Aparentemente ciente dos impulsos nacionalistas que os idiomas provocam, Zweig, ainda em suas memórias sobre a Grande Guerra, elogia as imagens produzidas por Frans Masereel, que, livres de palavras, seriam, a seu ver, capazes de levar mensagens de paz tanto para os que não eram letrados quanto para aqueles que transformaram as línguas em armas de guerra, como se a imagem fosse uma linguagem capaz de alcançar a universalidade proibida aos idiomas: “Como sonhávamos poder lançar dos aeroplanos sobre cidades e exércitos, em vez de bombas, em forma de panfletos, essas acusações cruéis compreensíveis sem palavras, sem idioma (...)” (*Ibid.*, p.242, destaque meu).

Figura 1A e 1B- Xilogravuras de Frans Masereel



Figura 1A: Frans Masereel. Arise, You Dead (Levante, você está morto). 1917. Woodcut.

Fonte: <https://lunaspace.org/tag/frans-masereel/>



Figura 1B: Frans Masereel. Die passions eines Menschen (As paixões de uma pessoa), 1918. Woodcut.

Fonte: [https://artigos.wiki/blog/en/25\\_Images\\_of\\_a\\_Man%27s\\_Passion](https://artigos.wiki/blog/en/25_Images_of_a_Man%27s_Passion)

Stefan Zweig conta também seu encontro com James Joyce, que se apresentou como irlandês e recusou qualquer relação com a Inglaterra:

Disse (...) que escrevia em língua inglesa, mas que não pensava e nem queria pensar em inglês. ‘Quero’, disse-me então, ‘uma língua que esteja acima das línguas, uma língua a que todas sirvam. Não posso me expressar totalmente em inglês sem, com isso, encerrar-me em uma tradição.’ (*Ibid.*, p. 247-248)

Relatou ainda um reencontro com o músico Ferruccio Busoni, “italiano por nascimento e educação e alemão por opção” (*Ibid.*, p. 248). Em suas memórias, Zweig destacou a aparência triste do compositor e seus questionamentos sobre pertencimento: “A que lugar pertencço? (...) Quando sonho à noite e acordo, sei que falei italiano no sonho. E quando escrevo, penso em palavras em alemão.” (*Ibidem*).

O escritor austríaco continua suas reflexões acerca da relação entre idioma e pertencimento, referindo-se aos alsacianos:

Pior para os que, como René Schickele, tinham o coração preso à França e escreviam em língua alemã. (...) queriam (...) obrigá-los a professar sua fidelidade à Alemanha ou à França, mas eles repudiavam esse ‘isso ou aquilo’ que era impossível para eles. (*Ibid.*, 249).

Por fim, Zweig fala das famílias mistas, aquelas que eram compostas por cidadãos dos países que se enfrentavam na guerra:

Todos esses que se sentiam divididos tinham se refugiado na Suíça para escapar à suspeita que os perseguia da mesma forma na pátria nova e na pátria antiga. Temendo comprometer uns aos outros, evitavam falar qualquer língua e vagavam como sombras - existências dilaceradas, quebradas. (*Ibidem*, destaque meu)

Essa série de considerações feita por Stefan Zweig, ao retratar a Grande Guerra em sua autobiografia, demonstra a forte relação percebida pelo austríaco entre idioma, pertencimento, identidade e existência e suscita reflexões pertinentes ao exílio que ele vivenciava enquanto escrevia suas memórias: “O processo de escrever é tanto uma questão relativa ao passado quanto ao presente.” (KILOMBA, 2019, p. 29).

Marcante é a maneira como o escritor faz relatos que situam o idioma em pé de igualdade com a própria pátria: a que lugar Busoni pertence se ele sonha em italiano e pensa em alemão? O conflito que Joyce enfrenta em relação à língua inglesa é o símbolo de sua rejeição à Inglaterra como pátria. Língua e pátria, nessa perspectiva apresentada por Zweig, estão completamente entrelaçadas. E mais do que isso: uma vez que não mais é possível viver no solo de sua pátria, a língua é uma forma de carregar consigo parte do seu mundo nativo. Todavia, quando seu idioma também já não pode ser o seu lar, muitos indivíduos, como aqueles de famílias mistas em meio à guerra, silenciam e tornam-se, nas palavras do escritor austríaco, “sombras” e “existências dilaceradas”.

Se até aqui foi apresentado um olhar de Stefan Zweig em retrospectiva, ou seja, tendo como base as memórias de sua vida escritas por ele enquanto vivia no exílio, a partir de agora será feita uma análise momentânea, utilizando principalmente missivas trocadas entre Stefan Zweig, amigos, grandes intelectuais e familiares desde a ascensão nazista, ademais de seu diário.

A exploração e a reflexão sobre essas fontes têm como proposta atentar ao conflito que Stefan Zweig vivenciava em relação ao alemão, sua língua materna - mas também o idioma daqueles que aprisionavam boa parte do mundo e procuravam aniquilar sua existência e a de muitos dos seus pares -, e às barreiras que enfrentava para tornar-se fluente em português.

Zweig mostrou-se sempre muito atento às questões políticas europeias. Em 1933, logo após a chegada do Partido Nazista ao poder na Alemanha, seguida pela nomeação de Hitler como Chanceler, pelo incêndio do Reichstag e pela Lei de Concessão de Plenos Poderes<sup>64</sup>, o escritor austríaco enviou uma longa carta a seu amigo francês, Romain Rolland, em que demonstrava sua preocupação com o futuro da Áustria e via a anexação de seu país (*Anschluss*) como algo próximo e inevitável. Dividia com o amigo suas angústias e a dúvida entre continuar em sua terra natal ou partir.

---

<sup>64</sup> Lei que dava ao Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), conhecido como Partido Nazista, o poder de impor leis sem a aprovação do Parlamento. Marcou o início da ditadura nazista na Alemanha.



Interessante, por ora, nessa missiva é o trecho:

Je passe en [= sous] silence ce que nous avons tous souffert moralement, car même en ce moment je ne veux pas, fidèle à moi-même, haïr tout un pays et je sais que la langue dans laquelle on écrit, ne permet pas de séparer d'un peuple même dans sa folie et de le maudire.<sup>65</sup> (ZWEIG *apud* BECK e BERLIN, 2005, p. 53)

Zweig demonstra a ligação que se dava, a partir da língua, entre ele e o povo alemão. Uma relação tão forte que naquele momento impedia inclusive que o famoso escritor austríaco se expressasse publicamente contra o crescimento do fascismo e do antissemitismo na Alemanha. Stonequist aponta também que essa dificuldade em romper totalmente com a sociedade dominante na qual Stefan Zweig acreditava estar inserido, posicionando-se contra ela por exemplo, faz parte da *lealdade dividida* característica de muitos indivíduos marginais, que se reflete na incapacidade de rejeitar completamente um de seus mundos e em atitudes e opiniões ambíguas.

Em outra carta ao escritor alemão Erich Ebermayer, Zweig escreveu que precisava sair pelo mundo para “*a substitute for what one has lost at home (for the German language is my home indissolubly)*”<sup>66</sup> (PROCHNIK, 2014, p. 42). Ciente da necessidade do refúgio, de deixar sua terra natal, acreditava ainda poder levar com ele o que havia de mais precioso na sua identidade, a língua alemã. No entanto, o fortalecimento do nazismo, a manipulação do idioma alemão pela máquina de propaganda nazista e o longo exílio a que foi submetido foram privando-o também do acesso a esse lar.

Quebrado e dilacerado, assim se tornou Stefan Zweig desde que seus livros foram queimados e banidos da língua alemã. Ainda em sua autobiografia e também em seu diário, o escritor expressou o impacto desse silenciamento a que suas obras, e, por extensão, ele mesmo, foram submetidos.

Em *O Mundo de Ontem*, referindo-se ao apartamento onde foi viver nos primeiros anos de refúgio na Inglaterra, Zweig conta ao leitor que, por alguns instantes, teve a sensação de estar em Viena, no início de sua carreira, no pequeno apartamento onde escolheu viver 30 anos antes. Naquela altura, não possuía nenhuma produção reconhecida como um sucesso e era um escritor desconhecido (“meus livros e meu nome ainda não viviam no meu país”).

---

<sup>65</sup> Carta de Zweig para Romain Rolland (Salzburg, 10 de abril de 1933).

“Eu passo em [= sob] silêncio o que todos nós sofremos moralmente, porque mesmo agora não quero, fiel a mim mesmo, odiar um país inteiro e sei que a língua em que nós escrevemos, não permite que nos separemos de um povo mesmo na sua loucura e amaldiçoá-lo” (Tradução minha).

<sup>66</sup> “Um substituto para o que se perdeu em casa (pois a língua alemã é minha casa indissolúvelmente)” (Tradução minha).

Trinta anos depois, o nazismo parecia roubar-lhe as conquistas de sua carreira, proibindo seus livros e impedindo que seu público de língua alemã tivesse acesso aos seus escritos: “Seria um símbolo de que a minha vida - tão larga durante tanto tempo - voltava agora a encolher em direção ao passado e que eu me tornava sombra de mim mesmo?” (ZWEIG, 2014, p. 346, destaque meu).

Páginas à frente, quando o assunto são os impactos em sua vida provocados pela queda da Áustria (1938), o escritor opta por revelar uma conversa tida com Dimitri Merejkovski uma década antes, na qual o romancista russo se queixava de seus livros estarem proibidos na Rússia enquanto Zweig, na tentativa de consolar o amigo, dizia que esse fato era pouco se comparado ao alcance que os livros de Merejkovski tinham, nas mais diversas línguas, no mundo todo. Agora, vivenciando a mesma situação, o refugiado austríaco parecia compreender o incômodo do amigo em não poder publicar em seu próprio idioma e “a sua queixa de só poder publicar a palavra criada em traduções, em um meio iludido e transformado!” (*Ibid.*, p.361, destaque meu).

Essa tristeza vivenciada por Zweig por perder o público de sua língua materna aparece também em seu diário, escrito nos anos de exílio. No dia 29 de maio de 1940, registrou:

La idea de que mis libros ya no existen es una conmoción, si es que hay algo que aún pueda conmocionarme. Me enoja quedar condenado a seguir escribiendo toda la vida en la misma lengua que solo hablan aquellas personas que no le pueden leer a uno - el cambio [de idioma] se antoja imposible para los de mi generación, ya es demasiado tarde.<sup>67</sup> (ZWEIG, 2021, p. 121)

Mais uma vez, aparece a palavra “sombra” já presente nas memórias sobre a Primeira Guerra Mundial. Zweig indaga-se: “eu me tornava sombra de mim mesmo?”. Será que o silenciamento dos seus livros na sua língua materna dilacerava tudo o que foi construído ao longo desses trinta anos entre o início de sua carreira e a ascensão nazista? Aquele escritor austríaco renomado deixava de existir? Ele passava a ter uma existência mutilada?

As traduções para numerosos idiomas e inclusive para o braille, com as quais ele foi apresentado em seu aniversário de 50 anos (1931)<sup>68</sup> e que o escritor considerava como uma

---

<sup>67</sup> Tradução minha: “A ideia de que meus livros já não existem é um choque, se é que há algo que ainda pode me chocar. Me irrita ser condenado a seguir escrevendo toda a vida na mesma língua que só aquelas pessoas que não podem ler [meus escritos] falam - a mudança (de idioma) parece impossível para os de minha geração, já é tarde demais.” (ZWEIG, 2021, p. 121).

<sup>68</sup> “O meio pelo qual quis desenvolver e expressar o meu ser - a produção poética e literária - produziu um efeito que superava em muito os meus mais arrojados sonhos de menino. Como homenagem da Insel Verlag pelo meu aniversário de cinquenta anos, tinha sido impressa uma bibliografia dos meus livros publicados em todas as línguas, o que em si mesmo já era um livro; não faltava nenhuma língua, não faltavam o búlgaro, o finlandês, o português, o armênio, o chinês, o marata. Minhas palavras e meus pensamentos haviam chegado até as pessoas

extensão do seu ser, pareciam agora insuficientes e, de certa forma, infieis - “iludido e transformado” - à obra original do autor. Mais uma sombra de si mesmo, mais uma forma de existência quebrada.

As palavras do historiador da arte alemão Erwin Panofsky a respeito do que observou em um acadêmico exilado contribuem para a compreensão da sensação de incompletude na qual vivia o escritor austríaco Stefan Zweig durante seu refúgio:

Se encontra diante de uma verdadeira encruzilhada. Nele, a formulação estilística é parte intrínseca do sentido que tenta transmitir. Em consequência, quando escreve em uma língua que não a sua, ele machuca os ouvidos do leitor com palavras, ritmos e construções pouco familiares; quando pede para alguém traduzir seu texto, ele se dirige a seu público usando peruca e nariz falso. (PANOFSKY *apud* BURKE, 2017, Kindle, posição 238)

Sofrendo o processo de *desvínculo* também imposto pela impossibilidade de continuar a produzir e publicar livros em alemão, Zweig tinha dificuldades para continuar a ser o escritor que era e parecia não encontrar caminhos para voltar a ser ele mesmo. Obrigado a escrever em outro idioma ou a ver suas obras publicadas apenas quando traduzidas, sentia-se silenciado, como se suas palavras e suas produções estivessem incompletas e possuíssem sempre o silêncio daquilo que não pode ser dito ou traduzido para outro idioma. E, assim, vivenciando esse silenciamento, Zweig via-se cada vez mais como sombra ou ainda como alguém que “se dirige ao público usando peruca e nariz falso”.

Em carta para Richard Friedenthal, em janeiro de 1942, o escritor austríaco desabafa sobre a dificuldade em escrever sua autobiografia para um público não germanófono. Zweig não se queixa do problema das traduções ou da semântica das palavras, mas da dificuldade de fazer certas referências culturais desconhecidas por esses leitores:

Bei meiner eigenen Arbeit bin ich ziemlich behindert durch das unbewußte Gefühl, daß ich kein richtiges Publikum mehr besitze. Wenn ich bei meiner Autobiographie zum Beispiel über Hofmannsthal oder Beer-Hofmann etwas sagen wollte, so mußte ich mich daran erinnern, daß *in dem Sprachbereich, in dem das Buch erscheinen soll*, niemand von den Beiden etwas weiß.<sup>69</sup> (ZWEIG, 1984 *apud* HOLMS, 2019)

---

em braile, em estenografia, em todos os caracteres e idiomas exóticos. Eu ampliara a minha vida incomensuravelmente além do espaço do meu ser.” (ZWEIG, 2014, p. 315).

<sup>69</sup> Tradução: “Estou realmente bloqueado no meu próprio trabalho pelo sentimento inconsciente de não ter mais nenhum público certo. Toda vez que em minha autobiografia eu desejava falar algo, por exemplo, de Hofmannsthal ou de Beer-Hofmann, então eu precisava me lembrar que, no campo linguístico em que o livro deve ser publicado, ninguém conhece nada dos dois” (HOLMS, 2019)

A última vez, em sua autobiografia, em que Zweig refere-se à questão da língua, é já no final da obra, quando, ao relatar a entrada da Inglaterra na guerra, expressa as contradições decorrentes desse fato: tornava-se um austríaco refugiado de guerra em solo inglês. Ao mesmo tempo, passava a ser visto como um potencial “enemy alien” (estrangeiro inimigo) porque falava e pensava na língua do país que o expulsara (alemão), enquanto suas ideias e sentimentos pertenciam “aos países que estavam em armas em prol da liberdade do mundo.”<sup>70</sup>.

É uma clara mensagem para o leitor de que Zweig já não encontra seu lugar no mundo. A língua materna, que na carta para Erich Ebermayer ele afirmava ser “indissolúvelmente a sua casa”, retirava dele a possibilidade de continuar a viver na Europa e sentir-se seguro. Todos os lados o silenciavam: proibido de publicar em alemão pelos nazistas e desencorajado de expressar-se publicamente em alemão nas terras dos aliados.

Se, em um primeiro momento, Zweig parecia perceber o exílio na perda de sua terra natal, depois, a impossibilidade de continuar a se comunicar e a escrever em sua língua materna, o fortalecimento do nazifascismo e a manipulação do idioma alemão pela máquina de propaganda hitlerista vão fazendo com que ele perceba o seu exílio não apenas no desterro, mas também na transformação pela qual esse idioma passava.

Apropriado pelo nazismo, o então símbolo da modernidade e do progresso da humanidade tornava-se para os nazistas uma importante arma de comunicação com o povo, essencial para a difusão de seus ideais; já para os aliados, o símbolo da ameaça. Zweig via o idioma que ele há anos acreditava ser a melhor forma de transmitir suas mensagens pacifistas e europeístas ao mundo transformar-se no símbolo da barbárie e da desumanização.

No livro antissemita, *Minha Luta*<sup>71</sup>, Hitler ataca os judeus das mais diversas formas e a questão do idioma é uma delas. O líder nazista vai defender exatamente a dissociação entre língua e nacionalidade, negando aos judeus alemães sua nacionalidade, pois, em seu pensamento racista, o fato de os judeus viverem já por muitas gerações na Alemanha e dominarem o idioma alemão não lhes transformava em germanos. Tornar-se alemão, do ponto de vista eugenista de Hitler, era uma questão de sangue e não de idioma. Além disso, ele ainda vai acusar os judeus de maltratar o idioma alemão e de, junto com outras etnias, transformarem o alemão falado em Viena em uma língua incompreensível. Segundo seu

---

<sup>70</sup> “Com uma penada, o sentido de uma vida inteira se transformara num contrassenso; eu escrevia e pensava ainda em língua alemã, mas cada pensamento que eu tinha, cada desejo que sentia, pertencia aos países que estavam em armas em prol da liberdade do mundo.” (ZWEIG, 2014, p. 384).

<sup>71</sup> Preferi não fazer referência a nenhuma edição específica desse livro racista/antissemita, que tem sua publicação e venda proibidas no Brasil.

pensamento racista e eugenista, a mistura de “raças” estava corroendo a velha cultura germânica e era necessário impedi-la.

Não sabemos se Stefan Zweig fez a leitura desse livro de ódio nazista. Mas tal fato é pouco relevante, visto que Zweig foi vítima do pensamento nele propagado. Na prática, sua língua materna e seu direito à nacionalidade foram desvinculados. Sua pátria falada não encontrava suas fronteiras terrestres correspondentes e, mais do que isso, dificultava ou fechava o acesso a outras fronteiras.

O idioma alemão também tornava-se outro. A tomada de poder pelos nazistas gerou marcantes transformações na linguagem. Comunicar-se com as massas e transmitir o ódio racista e o antissemitismo exigia certa manipulação das palavras, da semântica e do idioma de forma geral. A partir das Leis de Nuremberg (setembro e novembro de 1935), o governo nazista definia o judeu como uma categoria legal e afirmava que judeus, ciganos, negros ou seus descendentes eram impuros. Dessa forma, estabelecia quem era alemão (*Volkgenossen*) e quem era cidadão de sangue estrangeiro (*Staatsangehörigen*).

Victor Klemperer, em seus estudos sobre a LTI<sup>72</sup>, demonstra, por exemplo, o quanto a palavra *Volk* (povo) passou a ser explorada pela política nazista com a criação de inúmeros neologismos, tais como: *Volkssolidarität* (solidariedade do povo), *Volksgenosse* (camarada do povo), *Volkswagen* (carro do povo), *Volkshaft* (próprio do povo) e *Volksfremd* (estranho ao povo, estrangeiro). A criação e a repetitiva utilização dessas palavras com o prefixo *Volk* foi uma estratégia de engajamento do povo alemão no projeto nazista a partir da difusão da noção de pertencimento a um povo pretensamente singular, superior e autêntico.

O governo nazista uniformizava cada indivíduo no coletivo *Volk* e, associando a língua à linguagem e à estética próprias do nazismo, transformava os discursos dirigidos à multidão em mobilizadores da emoção. A organização, as bandeiras, os estandartes, as gesticulações de quem discursava, a repetição da palavra *Volk* inúmeras vezes e a construção de um inimigo do povo nos discursos públicos das lideranças nazistas mobilizavam o sentimento de pertencimento e devoção ao povo alemão e o ódio aos judeus (SANTOS, 2018, p. 117-181).

Cada vez mais estava claro para Zweig que os nazistas não se apropriaram apenas de sua terra natal e de seus bens na Áustria, mas também da sua língua materna. O retorno para casa parecia cada vez mais difícil. Em 1941, em seu discurso no jantar do European PEN nos Estados Unidos, Zweig falou da vergonha que era compartilhar da mesma língua que os opressores nazistas: “*We writers of the German language feel a secret and tormenting shame*

---

<sup>72</sup> LTI é a sigla de *Lingua Tertii Imperii*, usada por Victor Klemperer para denominar a linguagem nazista no Terceiro Reich.

*because these decrees of oppression are conceived and drafted in the German language, the same language in which we write and think.*”<sup>73</sup> (PROCHNIK, 2014, p.144). E ainda se desculpou por todas as dores que estavam sendo causadas em nome do espírito alemão (PROCHNIK, 2014, p. 144, tradução minha).

Em 20 de novembro do mesmo ano, já no Brasil, em sua carta aos amigos Franz Werfel e Alma Mahler-Werfel, relatou o colapso mental que teve durante sua estada nos EUA por não encontrar mais sua identidade, citando como uma das causas o fato de ser escritor e poeta numa língua em que estava proibido de escrever (BECK e BERLIN, 2005, p. 324-327). Zweig parecia estar enfrentando alguns dos efeitos psicológicos destacados pelo sociólogo Stonequist ao tratar do desajustamento da condição marginal: “Consiste (...) em uma tensão íntima e mal-estar, um senso de isolamento e de quase não se pertencer (...)” (STONEQUIST, 1948, p. 214).

Cerca de um mês depois, em 13 de dezembro, em carta ao poeta alemão Victor Wittkowski, também refugiado no Brasil, desabafa sobre um decreto do governo nazista que retirava os direitos civis e as propriedades de todos os judeus no exterior e continua lamentando ter que pensar e escrever na mesma língua daqueles que os aniquilam. Fala do seu desespero ao ver seu mundo destruído - *“Die Generation für die ich sprechen durfte hat keine Erben, keine Hörer und alle Übertragungen ekeln mich an.”*<sup>74</sup> - e mostra-se ainda admirado com a força do amigo que continua a traduzir Paul Valéry para os refugiados alemães (*Ibid.*, p. 332-333).

É perceptível, portanto, como era dolorosa a relação de Stefan Zweig com sua língua materna. Proibido de escrever em seu idioma para continuar a produzir suas obras e defender suas ideias para os seus principais leitores e obrigado a acompanhar a barbárie perpetrada pelos nazistas apoiados na manipulação do idioma alemão, o escritor austríaco percebia que, assim como sua terra natal, sua língua materna também vinha sendo usurpada com brutalidade. Alguns dos pilares centrais de sua identidade eram violentados pelos nazismo e ele, Zweig, sentia-se cada vez mais dilacerado, fragmentado, uma sombra do que um dia foi.

Hannah Arendt, ao ser questionada após a guerra sobre o que havia sobrevivido do período anterior à ascensão nazista, respondeu: a língua alemã, porque “não foi a língua que enlouqueceu” e “não há substituto para a língua materna”. Zweig não pôde chegar até esse

---

<sup>73</sup> Tradução minha: “Nós, escritores de língua alemã, sentimos uma vergonha secreta e atormentadora porque estes decretos de opressão são concebidos e redigidos na língua alemã, a mesma língua em que escrevemos e pensamos”.

<sup>74</sup> Tradução minha: “A geração pela qual fui autorizado a falar não tem herdeiros, não tem ouvintes, e todas as traduções me enojam”.

momento para responder a essa mesma pergunta, mas, para ele, parecia que a língua alemã, a partir do momento em que foi confiscada pelos nazistas, tinha sim enlouquecido: “*hijacked—stripped for parts and reconfigured in the linguistic equivalent of a chop shop*”<sup>75</sup> (PROCHNIK, 2014, p. 157).

Enquanto o escritor austríaco acompanhava o processo de desmanche pelo qual passava o alemão, a aprendizagem do português era também um desafio. Ele achava o idioma difícil e sentia-se velho para se dedicar a essa nova língua. O *desvínculo* causado pela perda da sua língua materna era doloroso e o domínio do português não parecia ser uma saída.

Em diversas cartas para a família Altmann (principalmente para Manfred, irmão de Lotte, e Hanna, sua esposa) observações sobre a dificuldade em relação à aprendizagem do português são recorrentes, como podemos perceber a seguir:

Nosso isolamento tem como desvantagem o fato de que meu português não faz progresso algum - há também em mim alguma repressão interior; quando estudei francês, inglês e italiano aos quinze anos de idade, eu sabia que estava fazendo um esforço que valeria por quarenta ou cinquenta anos. Mas por quantos muitos ou melhor, por quantos poucos anos valeria meu estudo de português? Lotte aprende bem melhor porque as tarefas de casa a obrigam a conversar. (DAVIS e MARSHAL, 2012, p. 233)

Para o historiador Peter Burke, “Um grande problema para os exilados do século XX, em particular, foi a necessidade de ser fluente em um novo idioma.” (BURKE, 2017, Kindle, posição 227). Segundo ele, exilados do início da época moderna sofreram menos com essa questão, visto que o latim era a língua acadêmica e o francês estava presente em muitos lugares do continente europeu (*Ibidem*). O historiador ainda cita Zweig e o romancista húngaro Sándor Márai para afirmar que escritores imaginativos eram mais impactados pela impossibilidade de continuar a usar sua língua nativa. Márai, opositor do regime comunista húngaro, foi também vítima da proibição de seus livros em seu país e escreveu muito pouco desde então até desistir da vida por completo (*Ibid.*, posição 231).

A Lise e Jules Romain, Stefan Zweig escreveu em 19 de fevereiro de 1942 - três dias antes de cometer suicídio - uma carta em que demonstrava seu estado de tristeza e se comparava a uma árvore sem raízes que praticamente já não consegue se manter de pé: “O conflito mental conduz ao desânimo e talvez ao desespero” (STONEQUIST, 1948, p. 214). Destaca ainda estar feliz pelo amigo francês, que pode ver seus livros em seu próprio idioma. A seguir, um trecho dessa carta:

---

<sup>75</sup> Tradução minha: “[A língua alemã havia sido] sequestrada – fragmentada em pedaços e reconfigurada no equivalente linguístico a um desmanche”.

Tout devient toujours un peu plus difficile et je t'envie ta [= ton] énergie inépuisable; moi je me [=] fléchis devant chaque coup de vent et ma seule force de me maintenir était de me retirer en moi-même. Un arbre sans racines est une chose bien chancelant[e], mon ami — je suis heureux que tu voi[e]s tes livres encore dans ta langue et que [= qu'] avec ta vaillante compagne tu te tien[ne]s droit et fier.<sup>76</sup> (BECK e BERLIN, 2005, p. 340-341)

A perda da língua materna provocou um desvínculo tão forte em Zweig que, nas poucas linhas de sua carta-despedida - aquela deixada quando se suicidou -, essa questão também aparece. De certa forma, está ali uma das respostas possíveis aos questionamentos assinalados a seguir, pelo escritor vietnamita-americano Ocean Vuong, que também experimentou a condição de refugiado:

‘Nenhum objeto está numa relação constante com o prazer’, escreveu Barthes. ‘Para o escritor, no entanto, esse objeto existe, é a língua materna’. Mas e se a língua atrofiar? E se essa língua não for só o símbolo de um vácuo, mas for em si um vácuo, e se a língua for amputada? É possível sentir prazer na perda sem se perder inteiramente? (VUONG, 2019, p. 42, destaque meu)

Zweig, em um trecho de sua carta-despedida, escreveu: *“Mit jedem Tage habe ich dies Land mehr lieben gelernt und nirgends hätte ich mir mein Leben lieber vom Grunde aus neu aufgebaut, nachdem die Welt meiner eigenen Sprache für mich untergegangen ist und meine geistige Heimat Europa sich selber vernichtet.”*<sup>77</sup> (BECK e BERLIN, 2005, p. 345 - destaque meu). Mais uma vez, e agora de forma definitiva, o exilado austríaco demonstra o vínculo entre língua materna, pertencimento, identidade e existência. Para ele, não era possível ter sua língua amputada “sem se perder inteiramente”. Os pilares de sua existência foram destruídos e extintos e ele sentia-se velho<sup>78</sup> demais para reerguer sua identidade sob outros pilares. O Brasil era um país acolhedor, mas, para Zweig, enraizar-se nos trópicos era uma impossibilidade.

<sup>76</sup> Tradução minha: “Tudo está se tornando cada vez mais difícil e eu invejo sua energia inesgotável; eu [=] me inclino diante de cada rajada de vento e minha única força para me manter foi retirar-me para dentro de mim. Uma árvore sem raízes é uma coisa muito vacilante, meu amigo - estou feliz que você ainda veja seus livros em seu idioma e que [= que] com seu corajoso companheiro você esteja de pé e orgulhoso”.

<sup>77</sup> Tradução de André Vallias: “A cada dia fui aprendendo a amar mais e mais este país, e em nenhum outro lugar eu poderia ter reconstruído por completo a minha vida, justo quando o mundo de minha própria língua se acabou para mim e meu lar espiritual, a Europa, se autoaniquila” (ZWEIG, 1942, destaque meu).

<sup>78</sup> Peter Burke destaca que o processo de adaptação para os exilados, geralmente, é mais fácil para os mais jovens: “As que chegaram ao exílio relativamente jovens aprenderam a nova língua sem muitos problemas e se adaptaram à cultura local com certa facilidade. Algumas delas até se tornaram especialistas na cultura do país anfitrião, em sua história, literatura, filosofia e arte.” (BURKE, 2017, Kindle, posição 3634).



As cartas escritas por amigos do casal após a morte de Stefan e Lotte enfatizam o quanto o escritor austríaco sentia falta da língua alemã e de toda uma vida, um mundo que esse idioma significava para ele. Gabriela Mistral, poetisa chilena e amiga do casal Zweig, que também vivia em Petrópolis, escreveu sobre Stefan Zweig em uma carta publicada em 02 de março de 1942 no jornal *La Nación* de Buenos Aires:

Sua melancolia mais visível era a perda da língua materna. Em sua primeira visita a esta casa, ele me disse que nada no mundo poderia consolá-lo de não voltar a ouvir ao seu redor a língua de sua infância. 'Esta', disse ele, 'é a única perda irremediável'. (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 253)

O também amigo e refugiado Ernst Feder, umas das últimas pessoas a encontrar com casal antes do suicídio, enviou uma carta para o irmão de Lotte em que dizia: “Sua irmã sempre nos pedia para visitá-los com mais frequência porque ele não tinha uma vida social muito estimulante e raramente encontrava almas com quem tivesse afinidade; ele sentia muita falta de uma troca de ideias em alemão.” (*Ibid.*, p. 256).

Essas missivas são registros que reforçam a percepção de que Stefan Zweig enfrentou com muita dor o processo de *desvínculo*, a perda não só de sua língua, mas do mundo constituído por ela. Ao se despedir da vida falou desse vazio, “o mundo de minha própria língua pereceu”, o que foi também notado por seus amigos: “nada no mundo poderia consolá-lo por não voltar a ouvir ao redor a língua de sua infância” e “sentia muita falta de trocar ideias em alemão”.

É significativo retomar aqui a citação de Ocean Vuong<sup>79</sup>, utilizada nas primeiras páginas deste capítulo, e somá-la às palavras de Jorge Luís Borges: “*A veces en las tardes una cara nos mira desde el fondo de un espejo; el arte debe ser como ese espejo que nos revela nuestra propia cara*”.<sup>80</sup>

Apesar de a afirmação de Borges referir-se principalmente ao fato de a obra de arte poder ser interpretada pelo seu leitor/apreciador de múltiplas formas, de maneira que ele

---

<sup>79</sup> “Talvez a gente olhe espelhos não meramente em busca de beleza, independentemente de quão ilusória, mas para ter certeza, apesar dos fatos, de que continuamos aqui. De que o corpo assombrado em que nos movemos ainda não foi aniquilado, eliminado. Ver que você ainda é você é um refúgio que não pode ser conhecido por homens que não foram negados.” (VUONG, 2019, p. 132, destaque meu).

<sup>80</sup> Tradução minha: “Às vezes, à tarde, um rosto nos olha do fundo de um espelho; a arte deve ser como aquele espelho que nos revela nosso próprio rosto” (BORGES, 1981)

mesmo pode se reconhecer nela, o escritor argentino, com essa assertiva, também possibilita que se considere a forma como o próprio autor da obra se vê refletido nela. Pensando em Stefan Zweig, pode-se questionar: Qual aspecto de sua realidade Zweig encontrava refletido quando olhava para suas obras traduzidas?

Parece que o escritor austríaco, ao olhar para seus livros traduzidos, já não conseguia ver a si mesmo integralmente, mas apenas fragmentos e sombras do que foi ou almejava ser. Na medida em que o exílio se prolongava, é possível que sua obra em idiomas estrangeiros, antes tão celebrada, tivesse passado a refletir uma imagem que acentuava a perda de parte vital de sua existência - sua expressão em seu próprio idioma e seu público germanófono -, de forma que esse espelho já não dava ao escritor austríaco a certeza, citada por Vuong, de que ele, Stefan Zweig, continuava ali.

## 5. IDENTIDADE E DOCUMENTO

Os papéis. Os papéis que atestam nossa identidade. Certidão de nascimento, passaportes, registros nacionais de identidade. Papéis que falam sobre quem somos, de onde somos, de quando somos. Nos dias atuais, e desde o nascimento, cartórios e instituições estatais registram e identificam os membros de sua população. A partir de então, esses documentos passam a validar nossa identidade, são exigidos e aceitos - ou não - sempre que precisamos comprovar quem somos, de onde somos, quando nascemos.

No entanto, essa forma de identidade e identificação é algo recente na história da humanidade. Por muito tempo, formas tradicionais de identificação foram suficientes para comprovar quem se era, como, por exemplo, o depoimento do próprio indivíduo, associado à confirmação de alguma testemunha que o reconhecesse. Mas, principalmente a partir do século XIX, os documentos escritos e oficiais foram tornando-se a principal forma de identidade e identificação<sup>81</sup> e, nesse processo de reconhecimento, a palavra ou opinião do identificado sobre ele mesmo passou a ser levada cada vez menos em consideração. Além disso, esses documentos de identificação passaram a ser associados à constituição da categoria de cidadão.

Nos tópicos seguintes pretende-se demonstrar de que maneira a tríade identidade/identificação/cidadania foi estabelecida pelos Estados e apresentar algumas questões relacionadas aos refugiados e apátridas implicadas nesse processo, para depois analisar de que maneira essa tríade afetou Stefan Zweig durante seu exílio.

### 5.1 As origens do passaporte

*“Antigamente, a pessoa só tinha um corpo e uma alma. Hoje ainda precisa ter um passaporte também, caso contrário não será tratada como gente.” (ZWEIG, 2014, Kindle, p. 5637)*

A importância do passaporte como documento de identidade/identificação é algo recente na história da humanidade. Sua obrigatoriedade para viagens internacionais foi estabelecida apenas no século XX. O nascimento do passaporte, no entanto, ocorreu em séculos anteriores, a partir de documentos como o salvo-conduto e a permissão real, usados

---

<sup>81</sup>Anthony Giddens destacou a importância da escrita para o desenvolvimento do poder administrativo dos Estados Modernos. (GIDDENS, 1987, *apud* TORPEY, 2018, p. 18)

no século XI. Ambos documentos estavam vinculados ao processo de formação do Estado-Nação e, por isso, visavam o fortalecimento da soberania e da segurança do Estado, não a identificação de seu portador (ROBERTSON, 2010, p. 3-4).

O salvo conduto e a permissão real não tinham a função de identificar seu detentor, eram documentos que buscavam indicar o objetivo da viagem e garantir o deslocamento de forma segura. Dessa forma, aquele que apresentava um deles era considerado seu portador legítimo, não tendo de passar por processo de identificação algum que confirmasse seu direito à posse daquele documento. Muitas vezes, o salvo conduto e a permissão real não tinham sequer o nome de seu portador escrito (*Ibidem*).

No entanto, com a busca pela consolidação e fortalecimento do Estado-Nação, controlar quem poderia ou não cruzar suas fronteiras e identificar quem fazia e quem não fazia parte da nação se tornaram questões fundamentais. Não bastava mais que o indivíduo apresentasse um documento que explicasse o motivo de sua viagem, indicasse a autorização do rei ou reivindicasse uma passagem segura: era essencial saber quem era o portador daquele documento. Essa necessidade fez com que os Estados se dedicassem cada vez mais a aprimorar métodos de identificação, buscando um sistema de registro nacional e tecnologias que levaram séculos para alcançarem o patamar atual (TORPEY, 2018, p. 42).

#### - *Liberdade, igualdade, fraternidade e passaporte*

Para conhecer um pouco mais a fundo a história do passaporte, é importante tratar de um acontecimento que foi um divisor de águas no mundo ocidental: A Revolução Francesa. Tal evento teve um papel importante no que diz respeito ao sentido que passou a ser atribuído ao passaporte na modernidade. Esse processo histórico carregou o lema “liberdade, igualdade, fraternidade” e, pautado nos ideais iluministas, procurou romper com o Antigo Regime para defender os direitos naturais dos homens. Contudo, segundo a análise de Torpey, a partir de 1792, os frequentes debates sobre a liberdade ou a restrição do deslocamento resultaram muito mais em decretos que limitavam o ir e vir e obrigavam a apresentação do passaporte do que em uma real política de liberdade plena (*Ibid.*, p.68-69).

A obrigatoriedade de apresentação do passaporte tinha sido estabelecida na França pelo rei absolutista Luís XIV em 1669 (*Ibid.*, p. 26). E, embora inicialmente os revolucionários considerassem o controle sobre o deslocamento das pessoas um traço do autoritarismo e da desigualdade do passado com o qual queriam romper, ao longo da Revolução o argumento da ameaça contrarrevolucionária e da necessidade de limitar a

liberdade de movimento em prol da segurança nacional teve mais força entre os diversos grupos que estiveram no poder.

É importante registrar que as decisões relacionadas a essa temática foram, geralmente, acompanhadas de inúmeros debates e discordâncias. Alguns registros do “Caderno dos Estados Gerais” (1789) apresentam argumentos prós e contras utilizados logo no início da Revolução:

Como todo homem é igual perante Deus e cada peregrino nessa vida não deve ser perturbado em suas possessões legítimas, especialmente em sua natureza e vida política, é o desejo dessa assembleia que a liberdade individual seja garantida para todos os franceses, e portanto, cada um deve ser livre para mover-se dentro e fora do Reino, sem permissões, passaportes, ou outras formalidades que tendem a dificultar a liberdade de seus cidadãos<sup>82</sup>. (TORPEY, 2018, p. 28, tradução minha)

Por exemplo, a ordem da nobreza de balaio de Montargis incita em seus cadernos que os encarregados da manutenção da segurança pública sejam obrigados a exercer “a mais meticulosa supervisão sobre os certificados e passaportes de vagabundos”<sup>83</sup> (*Ibidem*)

No decorrer da Revolução Francesa, muitos outros embates foram traçados. Para alguns, como o filósofo Condorcet, a França era uma terra livre que deveria servir de asilo a todos, garantindo a liberdade e igualdade universais (*Ibid.*, p. 38). Para outros, como o Bispo Le Coz, membro da Assembleia, o controle de movimento era necessário por conta da ameaça contrarrevolucionária. Le Coz chegou a afirmar que o passaporte era o *Argos*<sup>84</sup> da Pátria (*Ibid.*, p. 40). Havia ainda discussões sobre a presunção de culpa implicada na exigência de os indivíduos em deslocamento portarem passaportes ou sobre a necessidade de aceitar um cerceamento da liberdade de movimento em prol de algo maior: a vitória da Revolução e a instauração de um regime de plena liberdade (*Ibid.*, p. 41).

Argumentos como esses, pautados nos conceitos filosóficos do direito natural à liberdade e à igualdade, e, em contrapartida, os que defendiam as restrições desses direitos em prol da segurança pública fizeram parte de inúmeras discussões e decisões em cada etapa da Revolução Francesa. A discriminação em relação a camadas mais pobres, já há muito tempo

---

<sup>82</sup> Do original: “*As every man is equal before God and every sojourner in this life must be left undisturbed in his legitimate possessions, especially in his natural and political life, it is the wish of this assembly that individual liberty be guaranteed to all the French, and therefore that each must be free to move about or to come, within and outside the Kingdom, without permissions, passports, or other formalities that tend to hamper the liberty of its citizens.*” (TORPEY, 2018, p. 28).

<sup>83</sup> Do original: “*For example, the order of the noblesse du bailliage of Montargis urged in its cahiers that those charged with the maintenance of public security be required to exercise “the most meticulous oversight over the certificates and passports of vagabonds.*” (*Ibidem*).

<sup>84</sup> Referência ao personagem da mitologia grega que, por ter muitos olhos, seria um bom vigia.

alvo de medidas restritivas de deslocamento, também foi uma temática presente nesses debates.<sup>85</sup>

As decisões pela adoção da obrigatoriedade do passaporte, durante a maior parte dos anos da Revolução, fortaleceram a ideia de que o controle de movimento pode ser necessário para a segurança do Estado e que a distinção entre nativos e estrangeiros também contribuiu para isso, ideia essa que será recorrente na modernidade. Dessa forma, a França revolucionária apontou no sentido do monopólio estatal dos meios de locomoção, mesmo que, na prática, suas leis afeitas ao controle do deslocamento tenham sido menos eficazes do que se desejava por conta da instabilidade do período e da ausência de uma administração burocrática consolidada (*Ibid.*, p. 69).

#### - O liberalismo do século XIX

O século XIX caminhou em sentido diverso e, principalmente em sua segunda metade, ficou marcado como um período de liberdade de locomoção. A derrota de Napoleão e o Congresso de Viena (1815)<sup>86</sup> resultaram em uma Europa estável, que procurou afrouxar as restrições de deslocamento. Além disso, o fim dos laços de servidão em diversas regiões - estimulado pela abolição do feudalismo na França (1789) -, unido à necessidade de mão de obra nas indústrias capitalistas, também contribuiu para a liberdade de movimento nesse período (*Ibid.*, p.69-70).

O intenso deslocamento de pessoas tornou fundamental a determinação de quem pertencia ou não aos Estados. Por conseguinte, o século XIX também ficou conhecido como a era de ouro da codificação das leis de cidadania<sup>87</sup> (*Ibid.*, p.87).

Marcante nesse século foi a lei de 1867, instaurada pela Confederação Norte-Alemã liderada pela Prússia, que aboliu para qualquer viajante, estrangeiro ou nativo, a necessidade

---

<sup>85</sup> “Em tempos de motins, revoltas e fome, circular dentro da França para alguns era muito mais uma questão vital do que fugir para o exterior. Nos primeiros anos da Revolução Francesa, a liberdade de ingressar e sair do país esteve garantida, contudo, a liberdade de deslocamento interno passou a encontrar barreiras a partir de um decreto da Assembleia Nacional em 1790. O decreto obrigava todos os mendigos e vagabundos (sem aveu) não franceses que viviam em Paris por menos de 1 ano, e também os mendicantes franceses residentes em Paris por menos de seis meses, a deixar a cidade e obter um passaporte que indicasse a rota que deveriam seguir para deixar o Reino ou retornar ao seu local de origem. Aqueles que desobedecessem ao decreto seriam presos e deveriam oferecer suas explicações.” (TORPEY, 2018, p. 29-30).

<sup>86</sup> O Congresso de Viena marcou a derrota de Napoleão Bonaparte e reorganizou o mapa europeu, restaurando o poder de monarquias absolutistas que haviam sido derrubadas ao longo das guerras napoleônicas.

<sup>87</sup> Por exemplo, após o Congresso de Viena, em 1818, a Bavária tomou uma decisão que acabou sendo abraçada pela maioria dos estados da Confederação Alemã: seriam cidadãos apenas aqueles que tivessem o *Indigenat* (i.e., nacionais bávarios) e a aquisição do *Indigenat* só era possível por laços de sangue/descendência e não pela comprovação de residência no território. Era a predominância do princípio *jus sanguinis* (a lei do sangue) sobre o *jus solis* (a lei do solo) (*Ibid.*, p. 88).

de apresentar documentos que autorizassem sua entrada, saída ou viagem pelo território dos estados da Confederação. Segundo essa legislação, o passaporte deixava de ser obrigatório e tornava-se um direito. Qualquer indivíduo da Confederação poderia solicitar esse documento, que deveria ser acessível financeiramente e, em alguns casos, a depender do município, inclusive gratuito. A camada mais pobre da população, que muitas vezes era alvo dos controles de locomoção, também estava livre da obrigatoriedade de visto ou passaporte<sup>88</sup>, mas poderia solicitar o documento com o intuito de portar algo que comprovasse sua identidade, já que, pela nova legislação, as autoridades continuavam a ter o direito de solicitar tal confirmação. O passaporte passava a ser padronizado para todos os estados da Confederação e seu presidente mantinha a autoridade de restabelecer sua obrigatoriedade temporariamente em caso de ameaça à ordem ou à segurança (*Ibid.*, p. 100-101).

Os debates, durante a elaboração da lei de 1867, incluíram posicionamentos sobre a importância do passaporte tornar-se um direito e não uma obrigação para as classes trabalhadoras e tentativas de expandir o direito de residência também para estrangeiros: “É uma barbárie fazer a distinção entre estrangeiros e nativos (*Einheimischen*) em relação ao direito de residência hospitaleira. Todo ser humano, não só todo alemão, tem o direito a não ser expulso como um cachorro.”<sup>89</sup> (*Ibid.*, p.107, tradução minha). No entanto, esse último propósito não foi alcançado.

Vale dizer ainda que essa legislação deu um passo em direção à emissão de passaportes apenas para indivíduos nacionais ao deixar de citar o direito de o estrangeiro solicitar seu passaporte nos estados do norte alemão. Já, em relação aos indivíduos da Confederação, a lei expandiu-se nas semanas seguintes, garantindo o direito de se estabelecer, adquirir propriedade e exercer funções comerciais em qualquer um de seus estados, independentemente de religião ou de pertencer ou não àquela localidade (*Ibid.*, p. 108).

A adoção da Lei de 1867 gerou importantes transformações. O passaporte, antes visto mais como uma autorização de viagem, tornava-se também um documento de identificação caso as autoridades questionassem a identidade de um indivíduo. A liberdade de movimento contribuiu para a construção de um espaço de cidadania comum para muitos alemães e, especificamente, o livre deslocamento das camadas trabalhadoras favoreceu a formação de

---

<sup>88</sup> A liberdade de locomoção às camadas pobres foi um dos principais itens que fizeram com que os estados alemães do sul se recusassem a assinar o tratado de 1867 (*Ibid.*, p. 100).

<sup>89</sup> Do original: “It is a barbarity to make a distinction between foreigners and the indigenous (*Einheimischen*) in the right to hospitable residence (*in dem gastlichen Rechte des Aufenthalts*). Not only every German, but every human being has the right not to be chased away like a dog.” (*Ibid.*, p. 107).

um mercado de trabalho alemão, fortalecendo as bases do desenvolvimento do capitalismo industrial na região (*Ibid.*, p.110).

Essa tendência liberal não ficou restrita aos alemães. A segunda metade do século XIX foi marcada pela confiança de que o liberalismo era o caminho mais certo para atingir a prosperidade, e o relaxamento das restrições de movimento espalhou-se por toda a Europa Ocidental. Na Inglaterra, por exemplo, apenas em 1905 uma nova lei foi estabelecida para controlar o deslocamento de estrangeiros.<sup>90</sup> Na França, o controle de movimento também perdia espaço, com exceção do período da Comuna de Paris e de algumas obrigatoriedades para as camadas mais pobres. Essa tendência predominou até a Primeira Guerra Mundial (1914-18) (*Ibid.*, p. 112).

Enquanto maior liberdade de movimento era promovida como necessária ao desenvolvimento econômico, uma preocupação atingiu os Estados: como identificar quem eram os nacionais e quem eram os estrangeiros? Como reconhecer aqueles que poderiam receber benefícios sociais? Como saber quem necessitaria cumprir com seus deveres e ter acesso aos direitos como cidadãos? Essa preocupação levou os Estados a desenvolverem cada vez mais formas de identificar seus indivíduos (*Ibid.*, p. 113).

### 5.1.1 Identidade e Identificação

*"Você deveria ter alguns papéis para mostrar quem você é."  
- o policial aconselhou-me.*

*"Eu não preciso de nenhum papel. Eu sei quem eu sou." -  
respondi.*

*"Talvez sim. Outras pessoas também estão interessadas em  
saber quem você é." - ele disse.*

*(B. TRAVEN, The Death Ship. Tradução minha)*

Identidade e identificação são dois conceitos distintos e complementares. Eu me identifico de certa maneira, mas como fazer com que o outro reconheça minha identidade? Como possibilitar que o outro também saiba quem eu sou? Como garantir que a identificação de minha identidade seja possível e confiável? Se os Estados, a partir da segunda metade do século XIX, precisavam de métodos de identificação, eles tinham que encontrar algumas dessas respostas.

---

<sup>90</sup> A anterior era de 1836, mas foi desconsiderada na segunda metade do século XIX (*Ibid.*, p. 112).



Para tratar dessa temática, a professora Jane Caplan, em sua aula *Identity and Identification*<sup>91</sup>, conta a história de Odisseu, que, ao retornar para sua terra, só teve sua identidade reconhecida por seu pai ao mostrar uma cicatriz antiga e, acrescento, após descrever o pomar que havia recebido dele. A partir desse relato, Caplan desenvolve sua argumentação sobre o processo de identificação, afirmando que ele só acontece quando existe um símbolo que é conhecido pelo responsável por identificar o outro. No caso de Odisseu, seu pai só pôde identificá-lo porque tinha conhecimento da cicatriz e da história do pomar, ou seja, os elementos fornecidos pelo filho eram confiáveis.

A peça *Embarque Imediato*, de Aldri Anuniação<sup>92</sup>, é uma outra história que contribui também para essa reflexão. Seus dois personagens centrais se encontram na “sala *clean*” de um aeroporto, onde foram colocados por terem perdido seus documentos ou terem tido problemas com seus passaportes, o que os impedia de seguir viagem. O Jovem Cidadão e o Velho Cidadão, enquanto aguardam algum atendimento da segurança do aeroporto, travam um diálogo bastante instigante a respeito de identidade/identificação. Ambos possuem raízes africanas: Jovem Cidadão é um brasileiro de 33 anos, cosmopolita, indo a Munique fazer seu mestrado sobre Bertolt Brecht e que pouco se interessava pela África e por esse traço de sua origem; já o Velho Cidadão é um senhor africano de oitenta anos e descendente de agudás<sup>93</sup>, vestido em trajes tradicionais.

JOVEM CIDADÃO: O senhor já passou por isso alguma vez na vida?

VELHO CIDADÃO: Primeira vez. É realmente angustiante. Ficar aqui significa que, por hora, somos nada! Ninguém! É como se a gente não pertencesse a nenhum lugar. E não tivesse história alguma pra contar.

*O Velho Cidadão olha para o Jovem Cidadão.*

JOVEM CIDADÃO: Um trânsito... pelo vazio. Mas, de uma certa forma, eles estão com a razão.

VELHO CIDADÃO: Razão de quê?

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www.gresham.ac.uk/lectures-and-events/identity-and-identification>>. Acesso em 13 mar 2022.

<sup>92</sup> A peça *Embarque Imediato*, de Aldri Anuniação, faz parte do livro *Trilogia do Confinamento* (p. 115-169) e já foi encenada por Antônio e Rocco Pitanga em diversos teatros. A versão apresentada, durante a pandemia do coronavírus para a programação do *Em Casa com Sesc*, pode ser vista no link disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aWUwA9w4G9Y>>. Acesso em 13 mar 2022.

<sup>93</sup> “No Benim, Togo e Nigéria são conhecidos como agudás, ou ‘brésiliens’, os descendentes de traficantes brasileiros ou portugueses que se instalaram naquela região ao longo dos séculos XVIII e XIX e dos africanos escravizados no Brasil que para lá retornaram ao longo do século XIX. Incluem-se nesse grupo os descendentes dos escravos a serviço desses traficantes e dos retornados, que assimilaram a cultura e até os sobrenomes dos seus senhores, como esses haviam feito com os seus senhores no Brasil. Todos possuem, então, patronímicos de origem portuguesa, o que permite a sua identificação de imediato, sendo que as mulheres, pelo casamento, perdem seus nomes de família de solteira.”. Disponível em <<http://acervoaguda.com.br/>>. Acesso em 12 dez 2021.

JOVEM CIDADÃO: Se não temos esses documentos, como eles vão monitorar a segurança do lugar?  
 VELHO CIDADÃO: Segurança?  
 JOVEM CIDADÃO: Sim!  
 VELHO CIDADÃO: Você oferece algum perigo?  
 JOVEM CIDADÃO: Eu não!  
 VELHO CIDADÃO: Então!?  
 JOVEM CIDADÃO: Eu sei que não ofereço nenhum perigo pro aeroporto. Mas como eles vão saber disso?  
 VELHO CIDADÃO: É seu passaporte que iria garantir a segurança do local?  
 JOVEM CIDADÃO: Não a segurança. Mas... o passaporte garante pra eles quem eu sou! Sem o passaporte... eu não sou nada.  
 VELHO CIDADÃO: Ah, sim! Então agora você é nada? Não é você?  
 JOVEM CIDADÃO: Como assim?  
 VELHO CIDADÃO: Você acabou de me dizer que você é o passaporte.  
 JOVEM CIDADÃO: Deixa eu me explicar: sem o número do passaporte eles não podem checar meus dados... quem sou eu de verdade!  
 VELHO CIDADÃO: Mas é claro que podemos perceber quem você é.  
 JOVEM CIDADÃO: Não compreendo.  
 (...)  
 VELHO CIDADÃO: É uma grande besteira essa questão de documento! Bastava ele ter perguntado pra gente... que a gente falava quem a gente é.  
 (...)  
 VELHO CIDADÃO: Desculpe se eu te irritei. Não foi minha intenção. Estamos presos nesta sala, aguardando os consulados darem um parecer sobre nossas identidades. Esperar que a embaixada diga quem nós somos... dá uma certa aflição. Sabe-se lá o que o diplomata vai falar de mim! Nenhum diplomata me conhece! Você conhece algum? (ANUNCIACÃO, 2020, p. 132-135)

O diálogo entre o Jovem e o Velho Cidadão levanta diversos pontos interessantes sobre identidade/identificação. Para refletir sobre a argumentação proposta por Caplan acerca da necessidade de um símbolo para que o processo de identificação ocorra, pode-se atentar-se aos trechos nos quais o Jovem Cidadão insiste em afirmar a importância do passaporte (“Deixa eu me explicar: sem o número do passaporte eles não podem checar meus dados... quem sou eu de verdade!”), enquanto o Velho Cidadão questiona a necessidade desse documento para comprovar quem ele é, já que, a seu ver, basta que ele responda quem é (“É uma grande besteira essa questão de documento! Bastava ele ter perguntado pra gente... que a gente falava quem a gente é.”). Em sua fala, o Velho Cidadão faz referência aos *Oriki*s, que, em algumas culturas africanas, são válidos como forma de identificação<sup>94</sup>.

Esse diálogo reafirma, de certa forma, o argumento de Jane Caplan de que o processo de identificação só é possível a partir da existência/construção de um símbolo que seja reconhecido e legitimado pela pessoa que tem a função de identificar. Declamar ou cantar um *Oriki* para o funcionário do aeroporto não permitiria que o viajante cruzasse as fronteiras,

<sup>94</sup> “Aqui uma referência aos *Oriki*s, que são declamados ou cantados. Em algumas culturas africanas, essa é a forma de você se identificar para a sociedade (para o mundo). A fala (ou o *Oriki*) tem a importância oficial de identificação. Talvez o *Oriki* seja o equivalente ao nosso RG no mundo ocidental.” (ANUNCIACÃO, 2020, p. 134).

porque o símbolo ali aceito como prova de identidade, geralmente, é o passaporte. Era necessário apresentar ao funcionário uma forma de identificação considerada por ele como confiável. Nessa conversa entre os Cidadãos, fica também compreendido que os meios de identificação são processos culturalmente construídos em um determinado espaço e tempo, ou seja, o que é válido em um lugar pode não ser aceito em outro, o que é considerado confiável em uma época é motivo de desconfiança em outra.

Nas sociedades ocidentais atuais, temos o predomínio da documentação de identificação: cartões, registros, passaportes, meios legítimos de provarmos oficialmente quem somos. O processo de construção desses símbolos como meios confiáveis de identificação teve grande impulso a partir do final do século XIX: “O período (...) viu a difusão de vários tipos de documentos de identificação que acentuaram a linha entre nacionais e estrangeiros.”<sup>95</sup> (TORPEY, 2018, p. 114, tradução minha). Essa difusão esteve ligada à liberdade de movimento no período e também aos avanços do processo de democratização, visto que cada vez mais tornava-se crucial para os Estados distinguirem os nacionais dos estrangeiros, e de que forma cada uma dessas categorias deveria se relacionar com as instituições estatais (*Ibid.*, p. 149-150).

No caso estadunidense, por exemplo, o sistema de documentação teve grande desenvolvimento ao longo do século XIX, principalmente por conta de questões sobre cidadania suscitadas pela intensa imigração chinesa e pelas reivindicações dos afro-americanos livres. Nesse processo, restrições à entrada de chineses e também à naturalização deles foram impostas e a função do passaporte passou a ser questionada e transformada. Seria esse um documento que poderia ser concedido a qualquer pessoa que estivesse nos EUA? Estrangeiros poderiam receber um passaporte estadunidense? Afro-americanos livres tinham direito a solicitar seus passaportes? O passaporte era apenas uma autorização de viagem ou um documento que garantia proteção do governo estadunidense a seus cidadãos? Ser portador de um passaporte tornava a pessoa um cidadão estadunidense?

É preciso atentar ao fato de que o livre movimento de pessoas no século XIX e início do XX não era tão livre assim. Impregnadas pela visão eugenista da superioridade racial branca frente à inferioridade negra e asiática/amarela, as decisões de Estados europeus e do governo dos EUA foram inúmeras vezes racistas, impedindo, limitando e restringindo a

---

<sup>95</sup> Do original: “*The period also saw the spread of various kinds of identification documents that sharpened the line between national and alien (...)*” (TORPEY, 2018, p. 114).

liberdade de grupos considerados ameaçadores “à pureza da sociedade branca”. Por muito tempo, então, os processos de documentação foram direcionados para identificar esses grupos racializados com o intuito de discriminá-los<sup>96</sup> (ROBERTSON, 2010, p. 12-13 e 76-77).

Por exemplo, para conseguir fazer valer o controle sobre a imigração chinesa, o Departamento de Estado determinou que os chineses naturalizados americanos deveriam, ao solicitar seus passaportes para viajar, enviar o nome de seu porto de retorno e duas fotos, sendo que uma seria anexada ao formulário de aplicação e a outra enviada para os oficiais de imigração do seu porto de retorno. Essa medida procurava adicionar elementos de confiança para que os oficiais conseguissem identificar o viajante e aprovar ou não sua entrada no país. Interessante notar que nenhuma das fotos era colocada no passaporte em si, já que as autoridades não confiavam em seus portadores e temiam alterações: “Documentos nas mãos dos imigrantes não poderiam garantir a identidade com tanta autoridade quanto aqueles no armário de arquivos.”<sup>97</sup> (*Ibid.*, p.182, tradução minha).

O advento da Primeira Guerra Mundial alterou o cenário mundial de mobilidade humana, fazendo com que não apenas grupos específicos considerados suspeitos pelas autoridades tivessem que apresentar seu passaporte. O contexto era outro: conflitos e nacionalismos exacerbados impediram a manutenção da liberdade de movimento que vigorava para aqueles que não eram considerados ameaça por parte dos Estados. A guerra, de certa forma, tornava todos potencialmente suspeitos e muitos países passaram a exigir que os viajantes apresentassem seus passaportes nas fronteiras<sup>98</sup>.

Esse documento, que por muito tempo esteve no limiar entre uma autorização de passagem e um documento de identificação, foi recebendo novas características para transformá-lo em um símbolo seguro de comprovação de identidade. No entanto, a obrigação em apresentar um passaporte e o padrão de identificação ditado pelas autoridades geraram desconforto entre os grupos sociais que associavam essas práticas ao controle de suspeitos e criminosos:

---

<sup>96</sup> Entre 1870 e 1904, o Congresso dos EUA aprovou uma série de leis que discriminavam os chineses. Em 1880, outro tratado foi assinado entre China e EUA, possibilitando ao governo estadunidense limitar a entrada de chineses quando julgassem que esta afetava ou ameaçava os interesses do país. Em 1882, foi decretado o primeiro Ato de Exclusão Chinesa, que impedia os trabalhadores chineses de emigrar para os EUA por dez anos. Essa lei foi renovada numerosas vezes e estendida a outros grupos asiáticos (TORPEY, 2018, p. 119).

<sup>97</sup> Do original: “*Documents in the hands of the immigrant could not secure identity as authoritatively as those in a filing cabinet.*” (ROBERTSON, 2010, p. 182).

<sup>98</sup> A Alemanha, por exemplo, em julho de 1914, decretou a obrigatoriedade do passaporte para todos os que viajassem para o país. Em 1916, decretou também a necessidade de vistos emitidos pelas autoridades alemãs (*Ibid.*, p. 138-139).

Quando uma documentação mais rigorosa de identidade era aplicada à população marginal como criminosos e chineses, isso tendia a fazer sentido para a população em geral, mas isso fez muito menos sentido quando ela mesma tornou-se objeto dessas práticas de identificação burocráticas e percebeu que sua palavra valia cada vez menos.<sup>99</sup> (*Ibid.*, p. 119, tradução minha)

Em dezembro de 1914, o secretário de estado dos EUA tornou obrigatória a anexação de fotografias aos passaportes de todos os americanos. A foto presente nesse documento receberia ainda um carimbo com a seguinte legenda: “Isto é para certificar que a fotografia anexada aqui é a imagem da pessoa para quem este passaporte foi emitido.”<sup>100</sup> (*Ibid.*, p.80). A fotografia, aos poucos, foi substituindo a descrição física (formato da cabeça, do nariz, da boca, cabelo, cor dos olhos etc.) presente no passaporte, considerada por muitos um atributo subjetivo e, por isso, pouco confiável para o processo de identificação (*Ibid.*, p. 77).

É importante, contudo, ressaltar que a fotografia enfrentou bastante resistência como um mecanismo confiável de prova da identidade. Considerada um elemento distorcido e pouco fiel à identidade do fotografado, as fotos dos passaportes eram associadas às formas de identificação de suspeitos e marginais: “Ninguém jamais foi conhecido por admitir que sua foto do passaporte se parece com ele mesmo, pois geralmente o apresenta como candidato a Rogues’ Gallery <sup>101</sup> ou à ala dos psicopatas.” <sup>102</sup> (*Ibid.*, p. 87). Essa sensação, certamente, era gerada por uma fotografia cada vez mais padronizada para ressaltar as características de cada rosto e que buscava simplificar e estabilizar aspectos identitários para permitir ao Estado a identificação dos indivíduos (*Ibid.*, p. 88).

A cada nova exigência em relação à fotografia (distância certa da câmera, tamanho, posição do rosto, foto recente etc.), as pessoas sentiam que a identificação feita pelo Estado não era pautada em suas próprias identidades, mas em uma outra identidade de si mesmo, construída pelos meios oficiais. Para elas, as fotos não condiziam com suas percepções de si mesmas. Ao mesmo tempo, suas autopercepções não eram mais válidas como prova de quem eram, pelo menos não oficialmente (*Ibid.*, p. 89-90).

---

<sup>99</sup> Do original: “When a more rigorous documentation of identity was applied to marginal populations such as criminals and Chinese, it tended to make sense to the population at large, but it made much less sense to the larger population when they themselves became subjected to bureaucratic identification practices and found their word increasingly discounted.” (*Ibid.*, p. 119).

<sup>100</sup> Do original: “This is to certify that the photograph attached hereto is a likeness of the person to whom this passport is issued.” (*Ibid.*, p. 80).

<sup>101</sup> Referência às coleções de fotos de pessoas presas e a outras imagens de suspeitos organizadas por policiais para facilitar a identificação de criminosos. Pode-se pensar também nos cartazes de “Procura-se” (*Wanted*), característicos dos filmes de Velho Oeste.

<sup>102</sup> Do original: “No one has ever been known to admit that his passport picture looks like himself and usually it presents him as a candidate for the Rogues’ Gallery or the psychopathic ward.” (*Ibid.*, p. 87).

A exigência do passaporte para cruzar as fronteiras no decorrer da Primeira Guerra Mundial contribuiu para que essa documentação ocupasse seu papel central hoje no processo de deslocamento e identificação de pessoas pelo mundo, tornando-se, como a cicatriz de Odisseu, um símbolo confiável de identificação. Ao longo dos séculos XX e XXI, o passaporte sofreu alterações e recebeu novos elementos biométricos, como a impressão digital e o escaneamento da retina, para aumentar a precisão e confiabilidade no processo de identificação do viajante. Alguns acontecimentos do século XXI, entre eles o ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, tiveram como resposta um controle cada vez maior sobre o deslocamento das pessoas (*Ibid.*, p. 17).

No entanto, o que esse processo também tem feito é, cada vez mais, retirar das mãos do próprio indivíduo a possibilidade de se identificar<sup>103</sup>, deslocando essa função para sistemas de computação que têm como principal objetivo conectar os dados registrados em seus arquivos àqueles fornecidos pelo corpo da pessoa<sup>104</sup>. Esse processo acaba por construir uma identidade estável e objetiva do sujeito para inseri-lo oficialmente no espaço público internacional (*Ibidem*).

Contudo, tais características dessa nova identidade, que ignoram o seu processo transitório e subjetivo, podem ser geradoras de conflitos, principalmente para aqueles que têm sua identidade oficial abalada por conta de suspeições e perseguições por parte do próprio

---

<sup>103</sup> Bauman atenta para a importância da constituição de uma identidade nacional superior a todas as outras identidades para a consolidação e manutenção da nação. Ressaltando, inclusive, o caráter artificial desse processo que se pressupõe natural: “Tal como as leis dos Estados passaram por cima de todas as formas de justiça consuetudinária, tornando-as nulas e inválidas em casos de conflito, a identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir (fosse em princípio ou ocasionalmente) com a irrestrita prioridade da lealdade nacional. Ser indivíduo de um Estado era a única característica confirmada pelas autoridades nas carteiras de identidade e nos passaportes. Outras identidades, ‘menores’, eram incentivadas e/ou forçadas a buscar o endosso-seguido-de-proteção dos órgãos autorizados pelo Estado, e assim confirmar indiretamente a superioridade da ‘identidade nacional’ com base em decretos imperiais ou republicanos, diplomas estatais e certificados endossados pelo Estado. Se você fosse ou pretendesse ser outra coisa qualquer, as ‘instituições adequadas’ do Estado é que teriam a palavra final. Uma identidade não-certificada era uma fraude. Seu portador, um impostor – um vigarista. A severidade das exigências era um reflexo da endêmica e incurável precariedade do trabalho de construir e manter a nação. Permitam-me repetir: a ‘naturalidade’ do pressuposto de que ‘pertencer-por-nascimento’ significava, automática e inequivocamente, pertencer a uma nação foi uma convenção arduamente construída – a aparência de ‘naturalidade’ era tudo, menos ‘natural’.” (BAUMAN, 2005, Kindle, posição 337, 343 e 349).

Em relação às identidades “menores” citadas por Bauman que devem buscar o “endosso-seguido-de-proteção dos órgãos autorizados” pelo Estado, pode-se pensar nos registros profissionais como o CRO (Conselho Regional de Odontologia) e o CRM (Conselho Regional de Medicina) que reconhecem os indivíduos como profissionais da odontologia e da medicina respectivamente.

<sup>104</sup> A discussão atual a respeito da identificação a partir de tecnologias de reconhecimento facial é bastante pertinente. Estudos têm demonstrado a tendência racista desses algoritmos. Essa temática é abordada no artigo *Vigilância negra: O dispositivo de reconhecimento facial e a disciplinaridade dos corpos*, de MAGNO e BEZERRA (2020).

Estado a que pertencem, como indivíduos apátridas, refugiados e exilados: “Muitas vezes se ignora que o registro legal, os documentos de identificação e as leis são o que, em última análise, determina a ‘identidade’ dos imigrantes.”<sup>105</sup> (NOIRIEL, 1996, *apud* TORPEY, 2018, p. 16, tradução minha).

### 5.1.2 *O entre-guerras: passaporte e cidadania*

*“O homem acorda, durante o entreguerras, do sono de alguns anos para ver que ele pode falar no telefone com amigos de Londres, Paris, Tóquio, ou Nova Iorque, ouvir cotações do mercado de ações ou concertos de todo o mundo, voar cruzando os oceanos - mas não atravessar fronteiras sem rigorosas formalidades burocráticas que irão examinar sua nacionalidade de perto.”* (TORPEY, 2018, p. 151)

Durante a Primeira Guerra Mundial, muitos países alegaram que as restrições impostas ao livre deslocamento seriam temporárias e haviam sido retomadas apenas para garantir a segurança nacional em tempos de instabilidade. No entanto, o fim da Grande Guerra não resultou na anulação das leis que impunham barreiras ao ir e vir. Em junho de 1919, por exemplo, a Alemanha reafirmou a necessidade de passaporte e visto para todos os que desejassem ingressar em seu território e a obrigatoriedade de que todos os estrangeiros portassem seus passaportes durante sua estada no país (TORPEY, 2018, p. 143). A Inglaterra, em 1920, decretou a permanência das exigências estabelecidas durante a Primeira Guerra, ou seja, todos que entrassem ou deixassem seu território deveriam ter “um passaporte válido com sua fotografia ou outro documento que estabelecesse de maneira satisfatória sua nacionalidade e identidade.”<sup>106</sup> (*Ibid.*, p. 143, tradução minha).

Os Estados Unidos, país de destino de inúmeros imigrantes, também caminharam no sentido de manter as barreiras ao livre deslocamento. Em 1919, o Congresso fez algumas modificações em uma lei do ano anterior, indicando que limitações para a entrada no país seriam permanentes e não mais apenas para períodos de guerra. Além disso, restrições com alvos específicos, indicados pela lei de imigração de 1917, foram mantidas: teste de

<sup>105</sup> Do original: “It is often overlooked that legal registration, identification documents, and laws are what, in the final analysis, determine the ‘identity’ of immigrants.” (NOIRIEL, 1996, *apud* TORPEY, 2018, p. 16).

<sup>106</sup> Do original: “Either a valid passport furnished with a photograph of himself or some other document satisfactorily establishing his national status and identity.” (TORPEY, 2018, p. 143).

alfabetização para imigrantes, o que dificultava o acesso de inúmeros europeus, e o impedimento da imigração de pessoas originárias da Zona Ásia-Pacífico, entre elas chineses, japoneses, coreanos e indianos (*Ibid.*, p. 144). Em 1921 e 1924, novas leis foram feitas estabelecendo cotas de imigração para algumas nacionalidades já presentes em território americano e estendendo o controle dessas cotas para os consulados estadunidenses no exterior, bem como a checagem de outras qualificações do imigrantes, tais como visão política, situação médica, financeira e ficha criminal (*Ibid.*, p. 148).

A continuidade da exigência do passaporte após a Primeira Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos contribui para a “revolução da identificação”, uma vez que os Estados precisaram aprimorar a capacidade de identificar seus cidadãos e os não-cidadãos. A tendência ao protecionismo, o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar, o crescimento de movimentos trabalhistas e a democratização tiveram importante papel na busca estatal por reconhecer quem fazia ou não parte de sua nação (*Ibid.*, p. 149). Dessa forma, um documento de identificação como o passaporte deixou de ser apenas algo para atravessar as fronteiras entre os países para tornar-se um documento que comprovava a pertença do indivíduo a um corpo de cidadãos e, por isso, o acesso a direitos e deveres que tal cidadania lhe concedia e lhe obrigava.

No entanto, esse processo, que procurou cada vez mais identificar e vincular os cidadãos aos seus Estados para a garantia de seus direitos, também gerou uma questão até hoje não resolvida: como garantir direitos aos indivíduos que tiveram seus laços de cidadania rompidos, aqueles que foram obrigados a deixar sua terra natal por motivo de perseguição e que tiveram suas identidades oficiais invalidadas? Como garantir os direitos humanos aos refugiados e apátridas? (*Ibid.*, p. 152).

Não se pode ignorar que o mesmo processo que atrelou a identidade, à identificação e à cidadania foi também aquele que gerou numerosas minorias. A Primeira Guerra Mundial resultou no fim da Era dos Impérios e territórios com populações multinacionais tornavam-se Estados que buscavam a formação de sua nação. Nesse processo, os novos países almejavam a constituição de um corpo de cidadãos semelhantes. Sendo assim, diferenças étnicas, religiosas e linguísticas foram motivo para excluir determinados grupos do acesso à cidadania (LOESCHER, 2001, p. 22-23).



## 5.2 As minorias: direitos humanos, nacionalidade e cidadania

O surgimento e deslocamento de grupos considerados minorias ou minorizados<sup>107</sup> e, por isso, excluídos do acesso à cidadania no território em que viviam gerou um número cada vez maior de refugiados e apátridas: indivíduos que foram identificados oficialmente em seus países como não cidadãos, vistos, portanto, como ameaça à pretensa homogeneidade da nação e que passaram a ser excluídos ou perseguidos. Esse processo de perda do acesso aos direitos por parte dessas pessoas impõe uma questão central: os direitos humanos são do indivíduo ou do Estado?

Em busca de respostas para essa pergunta, faz-se importante compreender o caminhar histórico, ou pelo menos seus aspectos centrais, do reconhecimento pela comunidade internacional do que hoje denominamos direitos humanos.

O processo histórico de construção dos direitos humanos teve um marco importante na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, fruto da Revolução Francesa no século XVIII. Esse foi um momento histórico de importantes rupturas com o modelo absolutista de Estado-Nação, quando os indivíduos passam a ser reconhecidos como cidadãos. Nesse contexto, fortaleceu-se a narrativa de que os direitos civis e políticos dos homens são naturais, ou seja, que a legitimidade desses direitos vem da natureza humana de cada indivíduo e não mais de fontes religiosas ou dos costumes. Consolidava-se, assim, a ruptura com a sociedade estamental medieval (RAMOS, 2019, p. 45-46). A concepção de um mundo dividido entre nobres e servos transformava-se mediante a ideia de igualdade civil: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos.”<sup>108</sup>

No entanto, o que seria a emancipação do indivíduo não veio desacompanhada da ideia de emancipação dos povos. O Iluminismo, campo filosófico das revoluções do século XVIII - com ênfase para a Revolução Francesa -, foi fundamental também para a construção da ideia de soberania popular: “O povo, submetido às leis, deve ser o autor delas” (ROUSSEAU, 1959-1995, *apud* KAWAUCHE, 2013, p. 26).

Se a natureza humana passou a ser a fonte legítima dos direitos do indivíduo, a soberania popular tornou-se a garantia desses direitos. Rompendo com a perspectiva absolutista, Rousseau defendeu que o povo deveria ser, ao mesmo tempo, ativo e passivo na

---

<sup>107</sup> Visto que o grupo minoritário pode ser às vezes demograficamente majoritário. Contudo, é minorizado pelo grupo dominante, que usa de seu poder para criar mecanismos de exclusão e marginalização.

<sup>108</sup> *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1789/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em 5 dez 2019.

política. Como corpo ativo, deveria ser o autor das leis e soberano; como corpo passivo, aquele que obedece às leis e ao poder soberano.

Se consideramos humanamente as coisas, não há contradição alguma em afirmar que, em relação às leis civis, o corpo político instituído no contrato social é soberano e súdito, uma vez que cada um desses termos designa o mesmo objeto, porém, de pontos de vista diferentes: a pessoa pública formada pela união de todos os membros que pactuam recebe o nome de corpo político, "o qual é chamado por seus membros de [...] soberano quando ativo", ao passo que os associados "[...] recebem coletivamente o nome de povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto participantes da autoridade soberana, e súditos, enquanto submetidos às leis do Estado. (*Ibid.*, p. 33, destaque meu)

A concepção rousseuniana da soberania popular e a consolidação do Estado-Nação resultaram em um paradigma que vem mostrando seus problemas desde o século XIX<sup>109</sup>, com a fragmentação dos impérios europeus e a questão da autodeterminação dos povos.

O Estado-nação, com a sua reivindicação de representação popular e soberania nacional, tal como havia evoluído desde a Revolução Francesa até o século XIX, resultava da combinação de dois fatores que, ainda separados no século XVIII, permaneceram separados na Rússia e na Áustria-Hungria até 1919: nacionalidade e Estado. As nações adentravam a história e se emancipavam quando os povos adquiriram a consciência de serem entidades culturais e históricas e a de ser o seu território um lar permanente marcado pela história comum, fruto do trabalho dos ancestrais, e cujo futuro dependeria do desenvolvimento de uma civilização comum. (ARENDRT, 2013, p. 288)

Na prática, a soberania popular demonstrou que no interior de um mesmo território era possível haver indivíduos que, partilhando do poder soberano, ocupavam a um só tempo o lugar de cidadãos e súditos. Eram cidadãos que, por serem ativos no corpo político, tinham seus direitos protegidos. Enquanto, por outro lado, aos indivíduos que por algum motivo fossem impedidos de participar do poder soberano, do corpo político, restava apenas o lugar daquele que, como súdito, está submetido às leis do Estado, às quais podem não prever a garantia dos seus direitos e, em casos mais graves, violá-los.<sup>110</sup>

<sup>109</sup> É sob o modelo democrático proveniente da Revolução Francesa que esses Estados vão, finalmente, transmutar-se, ao longo de todo o século XIX, em Estados nacionais. O modelo francês, fruto da democratização será, portanto, a referência para os fundamentos de todo Estado nacional surgido a partir de então (VALLERIO, Rafael G. *Estado-Nação, Direitos Humanos e Cidadania: o problema do refugiado*, p. 10. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewFile/9666/7964>>. Acesso em 10 dez 2019.

<sup>110</sup> Essa convicção de que grupos não reconhecidos como nacionais corriam o risco de não ter a proteção do Estado onde viviam, segundo Arendt, além de “baseada no conceito da Revolução Francesa que conjugou os Direitos do Homem com a soberania nacional, era reforçada pelos próprios Tratados de Minorias os quais não confiavam aos respectivos governos a proteção das diferentes nacionalidades do país, mas entregavam à Liga das Nações a salvaguarda dos direitos daqueles que, por motivos de negociações territoriais, haviam ficado sem Estados nacionais próprios, ou deles separados, quando existiam”. (ARENDRT, 2013, p. 338).

Nesse sentido, Hannah Arendt chama-nos a atenção para o lugar que os povos passaram a ocupar no pensamento moderno: “Como a humanidade, desde a Revolução Francesa, era concebida à margem de uma família de nações, tornou-se gradualmente evidente que o povo, e não o indivíduo, representava a imagem do homem.” (*Ibid.*, p. 356).

Nessa perspectiva, o protagonismo atribuído aos povos fortaleceu a importância do indivíduo como membro de uma nação soberana para que sua imagem de ser humano fosse reconhecida e, de certa forma, enfraqueceu o reconhecimento da humanidade presente em cada indivíduo por si só. Sendo assim, atrelou-se a concepção de que um povo sem soberania tem seus direitos ameaçados à ideia de que a luta pelos direitos era, antes, uma luta pela soberania. Diversos movimentos de emancipação política passaram a ser defendidos por diferentes povos ao longo da História como o único ou principal caminho para terem seus direitos respeitados.

Essas lutas por emancipação estão diretamente atreladas ao fortalecimento da noção de minoria. A necessidade da construção de um Estado próprio tem origem, principalmente, no fantasma da insegurança. Um Estado-Nação se forma pautado na construção da ideia de nação. É um território, com fronteiras delimitadas, no qual uma determinada nação, ou seja, indivíduos que compartilham de valores nacionais, tem um governo próprio e é soberano. A construção do Estado-Nação enfatiza mais a igualdade entre os pares e a particularidade de seus valores do que a integração das diversidades e a universalidade da natureza humana. Viver em um Estado-Nação e não partilhar integralmente da identidade nacional dos seus cidadãos gera insegurança. Ser minoria, nessa concepção de sociedade que atrela o reconhecimento da humanidade à nacionalidade, fortalece a sensação de que os seus direitos humanos podem estar constantemente ameaçados, ademais do medo de que o lugar de cidadão, de acordo com Rousseau, seja negado, restando apenas a condição de súdito.

O sociólogo indiano Arjun Appadurai, em sua obra sobre as causas das perseguições às minorias, aprofunda essa reflexão:

As minorias são uma categoria social e demográfica recente e, hoje, elas geram novas preocupações sobre direitos (humanos ou não), sobre cidadania, sobre fazer parte e ser autóctone e sobre titularidade de direitos concedidos pelo estado (ou por seus vestígios fantasmas). E elas suscitam novas maneiras de examinar as obrigações dos estados, bem como os limites da humanidade política, pois pertencem à área cinzenta incômoda situada entre os cidadãos propriamente ditos e a humanidade em geral. (APPADURAI, 2009, p. 39)

O vínculo histórico construído entre soberania popular e garantia dos direitos humanos parece ter fortalecido mais o aspecto particular da nacionalidade - que constrói uma nação de iguais para diferenciar-se dos outros - do que o aspecto universal da humanidade - que percebe a natureza humana como traço central da igualdade entre os indivíduos<sup>111</sup>. A soberania popular como caminho para o acesso aos direitos enfatiza a necessidade dos povos em se diferenciar e se particularizar em um Estado-Nação com fronteiras, território e povo próprio e reforça a ideia de que ter uma nacionalidade é condição para ser cidadão. A identidade particular - as características e valores que tornam o indivíduo parte dessa nação - se sobrepõe à identidade universal, que é a pertença à Humanidade. Dessa perspectiva, nascer humano não seria, portanto, condição suficiente para nascer com direitos. Seria necessário mais do que isso: nascer como cidadão para ocupar um lugar na Humanidade (ASSUNÇÃO, 2019, p. 239).

Do ponto de vista do Estado, possuir nacionais é exercer uma competência dita pessoal sobre um determinado número de pessoas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do indivíduo, ser nacional é um direito que se refere ao reconhecimento, pelo Estado, do vínculo legal que essa pessoa tem com ele. É baseado neste link, a princípio contínuo e relativamente estável, que os indivíduos normalmente possuem com um (ou mais Estados), que se distingue o nacional do não nacional, cuja presença no território deve ser em regra autorizada pelo Estado em questão. (*Ibid.*, p. 241)

Assim posto, a questão da nacionalidade é fulcral nas discussões sobre a garantia dos direitos e da proteção da pessoa humana, na medida em que, ao vincular nacionalidade à cidadania, promove-se mais uma política de exclusão do que de inclusão.<sup>112</sup> Vale ressaltar que a concessão da nacionalidade é uma prerrogativa do Estado, estando, por isso, o indivíduo impossibilitado de tê-la em caso de recusa por parte do poder estatal (*Ibidem*).

---

<sup>111</sup> Movimentos como o *Brexit*, que marcou a saída do Reino Unido da União Europeia, demonstram a dificuldade de superar esse paradigma particularizante.

<sup>112</sup> Nesse sentido, “A Corte Internacional de Justiça declarou, no caso *Nottebohm* (1955), que ‘*nationality is a legal bond having as its basis a social fact of attachment, a genuine connection of existence, interests and sentiments (...)* genuine link - for the purposes of nationality attribution. Among them: place of birth, descent, residence, family ties, language and ethnicity’, dependendo da lei de nacionalidade de cada Estado. O caso *Nottebohm* (1955) foi determinante, no Direito Internacional, para o estabelecimento de critérios para o reconhecimento da nacionalidade de um indivíduo. Friedrich Nottebohm, nascido na Alemanha, viveu na Guatemala entre 1905-1943, onde foi preso e extraditado para os EUA. Em 1946, Nottebohm tentou voltar à Guatemala e reaver seus bens que haviam sido expropriados pelo governo. Pediu ajuda ao governo de Liechtenstein, pois, desde o início da guerra em 1939, tinha conseguido a nacionalidade desse país. No entanto, a Corte Internacional de Justiça recusou-se a reconhecer o direito de defesa de Liechtenstein em relação a Nottebohm, argumentando que não existiam laços genuínos entre Nottebohm e Liechtenstein e que, portanto, sua nacionalidade de Liechtenstein não era efetiva e real e não precisava ser aceita por outros Estados.” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 241).

A história do século XX expôs o quanto essa construção da ideia de nacionais e não nacionais foi o motor de grandes atrocidades. Um século de genocídios - armênio, judaico e ruandês - apresentou ao mundo o processo de desumanização a partir da desnacionalização. Os judeus, por exemplo, deixaram de ser vistos como alemães para se tornarem os traidores da pátria e, além de não terem seus direitos garantidos, passaram a tê-los violados: “Como se sabe, a desnacionalização em massa dos judeus alemães ocorreu como parte do execrável projeto nazista, sendo parte de uma política desumanizadora mais ampla, que primeiro negou os direitos de cidadania, para depois convertê-los em não cidadãos.” (*Ibid.*, p. 225).

### **5.2.1 O surgimento de um sistema internacional de proteção à pessoa refugiada e apátrida**

O surgimento de ações internacionais que respondessem à situação deplorável de inúmeros migrantes forçados após a Primeira Guerra Mundial esteve ligado à criação da Liga das Nações<sup>113</sup>.

Nesse contexto, o número de pessoas deslocadas crescia como resultado não só do desmembramento dos Impérios e da formação dos Estados-Nação em regiões do antigo Império Otomano e Austro-Húngaro, mas também do genocídio armênio perpetrado pela Turquia e da Revolução Russa, seguida pela crise de fome no país em 1921. A situação dos refugiados da revolução socialista ainda foi agravada pelo decreto de desnacionalização de inúmeros russos refugiados em 1922.<sup>114</sup> A Europa enfrentava, então, um número nunca visto de pessoas deslocadas (FARIA, 2015, p. 131).

O primeiro esforço para responder à situação de milhões de pessoas em deslocamento forçado ocorreu em 1921, com a criação do Alto Comissariado para Refugiados, coordenado pelo Dr. Fridtjof Nansen, que tinha como objetivo definir a situação jurídica, repatriar ou reassentar e assistir apenas os refugiados russos. Em 1924, no entanto, essa proteção foi estendida para os refugiados armênios.

---

<sup>113</sup> A Liga das Nações foi uma organização internacional criada com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1919. Seu objetivo principal era a mediação de conflitos e a garantia da paz. Até 1926, a Alemanha foi proibida de ingressar na Liga das Nações. Os Estados Unidos, apesar de participarem da fundação da organização, não aprovaram o Tratado de Versalhes e, por consequência, passaram a não fazer parte da Liga. A organização perdeu força com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e foi desativada em 1946. É tida hoje como a organização precursora da ONU (Organização das Nações Unidas).

<sup>114</sup> “Estes eventos cataclísmicos dispersaram entre 1 e 2 milhões de pessoas do Império Russo - principalmente russos - para a Alemanha e a França, mas também para as regiões mais distantes do mundo, incluindo a China no leste e a América do Norte no oeste. Os refugiados russos incluíam muitas pessoas que o Partido Comunista percebia como obstáculos para alcançar uma mudança revolucionária na nova União Soviética. Os migrantes também incluíam soldados dos exércitos brancos russos derrotados que haviam participado da Guerra Civil Russa, civis fugindo do caos e da fome provocados pela revolução e pela guerra civil, russos étnicos fugindo da Polônia recentemente independente e dos Estados bálticos e judeus russos enfrentando perseguição.” (LOESCHER, 2001, p. 23, tradução minha).

Ainda na década de 1920, um importante instrumento foi criado para apoiar as pessoas em deslocamento forçado, o passaporte Nansen:

Esse passaporte permitiu, pela primeira vez, a determinação da situação jurídica dos apátridas por meio de um acordo internacional específico; em uma época em que governos e burocracias definiam cada vez mais a posição de seus cidadãos, o passaporte Nansen, no entanto, permitiu que uma agência internacional, o Alto Comissariado, atuasse por aqueles que seus países de origem haviam rejeitado.<sup>115</sup> (MARRUS, 1985, p. 85 *apud* TORPEY, 2018, p. 160)

Inicialmente emitido para os russos, ampliado para os armênios e mais tarde para outros grupos específicos, como os judeus, o passaporte Nansen era uma forma de restabelecer a identidade jurídica das pessoas que foram obrigadas a deixar seu território natal e que foram destituídas de sua nacionalidade. A princípio, os Estados signatários do Acordo tinham a obrigação de emitir passaportes para os apátridas, sem contudo se comprometer a permitir que estes retornassem para seus territórios. Anos depois, uma nova conferência foi feita, estabelecendo que o Estado emissor também permitiria o retorno do indivíduo em deslocamento para o seu território. Essa alteração fez com que apenas metade dos Estados signatários do acordo anterior continuassem a emitir o passaporte Nansen (TORPEY, 2018, p. 158-159).

A instauração do passaporte Nansen foi um grande avanço para a Lei Internacional dos Refugiados, na medida em que propôs ações supranacionais para problemas criados pelos Estados-Nação. Contudo, as práticas que emergiram para a proteção dos refugiados ainda encaravam essa questão como algo temporário e, também, careciam de apoio político e financeiro por parte dos Estados membros da Liga das Nações. Dessa forma, apesar de importantes para lidar com o deslocamento forçado de pessoas no contexto em que surgiram, não tiveram força para se institucionalizar como algo permanente (*Ibid.*, p. 159-160).

Infelizmente, o cenário de massas de pessoas deslocadas à força de sua terra natal não era uma realidade temporária. O fim da crença no liberalismo político e econômico e o fortalecimento de medidas protecionistas nas principais potências dificultavam a situação dos refugiados e apátridas. Foi nesse contexto que a ascensão nazista passou a produzir um número cada vez maior de refugiados e apátridas que precisavam da proteção internacional (*Ibid.*, p. 16-162).

---

<sup>115</sup> Do original: “*For the first time it permitted determination of the juridical status of stateless persons through a specific international agreement; at a time when governments and bureaucracies increasingly defined the standing of their citizens, it nevertheless allowed an international agency, the High Commission, to act for those whom their countries of origin had rejected.*” (MARRUS, 1985, p. 85 *apud* TORPEY, 2018, p. 160).

### 5.2.2 A ascensão nazista na Alemanha e os judeus: identidade, identificação e cidadania

A chegada de Hitler ao poder alemão em janeiro de 1933 teve enormes consequências para o cenário já difícil de pessoas em deslocamento forçado. A relação entre identidade/identificação/cidadania ficou ainda mais clara a partir de uma série de leis racistas impostas pelo governo nazista:

Em um mundo onde a identificação como cidadão constituía pré-requisito *sine qua non* para o acesso aos direitos de cidadania, concedidos pelos Estados, a primeira medida da Alemanha nazista foi justamente retirar a cidadania alemã da população de crença judaica, negando-lhes o direito à proteção estatal e tornando-os espécie de apátridas dentro de seu próprio país, vulneráveis, portanto, a perseguições de toda ordem, decretadas sob alegado viés nacionalista. (FARIA, 2015, p. 142)

As autoridades alemãs basearam-se no racismo biológico, desenvolvido por pseudocientistas desde o século XIX, para criar o ideal de identidade do cidadão alemão, que seria aquele pertencente à “raça ariana”, e, ao mesmo tempo, criar identidades que seriam ameaçadoras à pretensa “superioridade ariana”. A legislação nazista serviria, portanto, para indicar as formas de identificação de cada uma dessas identidades para lhes garantir ou abolir acesso à cidadania. Para ser direta, as novas leis definiam quem poderia ou não ser alemão e quais as consequências para aqueles que, vistos de forma racista como “inferiores”, perdiam sua nacionalidade e cidadania. Os judeus foram a principal minoria atingida de maneira atroz por essa nova legislação racista e antissemita. No entanto, não se pode esquecer que ciganos, negros, homossexuais e opositores políticos também foram vítimas desse processo.

Entre as leis nazistas desse período, vale citar a Lei da Retração de Naturalizações e Desreconhecimento da Cidadania Alemã, de 14 de julho de 1933, que concedia às autoridades alemãs o direito de retirar a cidadania de todos aqueles que se nacionalizaram entre 1918 e 1933, afetando principalmente os judeus que migraram para a República de Weimar; bem como as Leis de Nuremberg, de setembro 1935, que, na verdade, podem ser desmembradas em duas: A Lei de Cidadania do Reich e a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã, promulgadas por Hitler e aprovadas pelo parlamento alemão (TORPEY, 2018, p. 163-164).

A Lei de Cidadania do Reich foi responsável por oferecer uma definição legal que permitisse às autoridades identificar quem era judeu. Essa definição tornava-se necessária para um governo antissemita que sabia da impossibilidade de identificar um judeu apenas pelas suas características físicas, apesar de suas propagandas racistas, muitas vezes, defenderem o contrário.

A comunidade judaica alemã era plural. Muitos judeus já estavam bastante integrados à sociedade inclusiva e haviam abandonado as vestes e costumes judaicos. Havia vários judeus que celebravam o natal e que tinham se casado com cristãos. No entanto, baseada nas teorias do racismo biológico, a Lei de Cidadania do Reich utilizava o critério de sangue para identificar quem seria ou não cidadão alemão e quem era ou não judeu. Definiram assim a falsa existência de uma “raça judaica”, à qual todos os indivíduos com três ou mais avós nascidos na comunidade religiosa judaica pertenceriam<sup>116</sup>:

Esta definição legal dos judeus na Alemanha cobria dezenas de milhares de pessoas que não se consideravam judias, ou que não tinham laços religiosos nem culturais com a comunidade judaica. Por exemplo, ela definia como judias as pessoas que haviam se convertido do judaísmo para o cristianismo. Ela também definia como judias as pessoas cujos pais ou avós haviam se convertido ao cristianismo. Esta lei retirou de todos eles a cidadania alemã e os privou dos mais básicos direitos humanos. (*Ibidem*)

Nesse sentido, são precisas as palavras do escritor Aharon Appelfeld, em seu livro *Uma mesa para um*: "Hitler forçou esses judeus assimilados a se tornarem judeus. Aqueles que tiveram o infortúnio de permanecer lá (na Europa) passaram seus últimos dias nos campos com os judeus da Europa Oriental, que eles tentaram evitar durante todas as suas vidas." (APPELFELD *apud* KRAUSZ, 2010).

A Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã preocupava-se em impedir a miscigenação entre cidadãos identificados como arianos e não arianos (judeus, negros, ciganos, entre outros), porque o pensamento racista e antissemita propagado pelos nazistas defendia que essa mistura deterioraria a “raça ariana”. Essa lei, por tanto, impedia por exemplo o casamento entre judeus e arianos.

Essa legislação racista - que inclusive no decorrer da Segunda Guerra foi adaptada e adotada por países aliados e dependentes da Alemanha<sup>117</sup> - demonstrou o perigo da tríade identidade/identificação/cidadania e consolidou a total anulação do indivíduo face à construção de sua identidade perante o Estado. Uma vez que o Estado construiu identidades desejadas e não desejadas, forjou formas de identificação dessas identidades e excluiu os

---

<sup>116</sup> Para complicar ainda mais as definições, também havia pessoas que moravam na Alemanha que, inicialmente, não eram definidas pelas Leis de Nuremberg como alemãs nem como judias, ou seja, pessoas que tinham só um ou dois avós nascidos na comunidade religiosa judaica. Tais indivíduos, considerados como de “raça mista”, eram conhecidos como *Mischlinge*. Inicialmente eles tinham os mesmos direitos que os cidadãos de “raça” alemã, mas tais direitos foram continuamente reduzidos por legislação subsequente (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. As Leis de Nuremberg. In: United States Holocaust Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nuremberg-laws>>. Acesso em 9 abr 2022).

<sup>117</sup> Em 1941, a Itália, a Hungria, a Romênia, a Eslováquia, a Bulgária, a França de Vichy e a Croácia já haviam promulgado legislação anti-judaica semelhante às Leis de Nuremberg (*Ibidem*).



identificados como não desejados do seu corpo de cidadãos, de que forma esses indivíduos poderiam afirmar quem são e clamar por seus direitos?

Identidade predatória (APPADURAI, 2009, p. 46), mais uma vez, é o termo que se pode usar aqui. Os nazistas, ao constituir a ideia racista de identidades “puras” e “impuras”, não estavam apenas se diferenciando de outros grupos étnico-culturais. Estavam, na verdade, impondo quem poderia continuar a ser cidadão alemão e quem não poderia, quem teria direitos e quem seria humilhado e, por fim, quem poderia matar e quem deveria morrer. A identidade ariana era, portanto, predatória porque exigia a extinção do outro considerado “impuro/inferior”.

As leis antisemitas rompiam os laços de cidadania dos judeus e retiravam sua condição de *sujeito* para transformá-los em *objetos*. A partir dessas leis, os judeus foram demitidos de cargos governamentais (7 de abril de 1933), tiveram sua participação em escolas públicas limitada (25 de abril de 1933), foram também proibidos de exercer cargos editoriais (4 de outubro de 1933), obrigados a adotarem um nome adicional - Sara para mulheres e Israel para homens (17 de agosto de 1938) -, tiveram suas propriedades confiscadas (3 de outubro de 1938) e sua livre circulação restrita (28 de novembro de 1938)<sup>118</sup>.

Essas leis racistas retiraram dos judeus quaisquer possibilidades de continuar a viver com dignidade nos territórios do Terceiro Reich e de seus aliados: desempregados, destituídos de suas posses, impedidos de circular livremente, excluídos do convívio social, humilhados e maltratados, o caminho que restava para grande parte deles era buscar refúgio em outro país. Por conta disso, a partir de 1936 foi criado o ACRJ (Alto Comissariado para Refugiados Judeus), inicialmente para judeus provenientes da Alemanha e, após 1938, também para os austríacos (JUBILUT, 2019).

Ainda no ano de 1938, a participação dos Estados Unidos nas discussões e decisões sobre apátridas e refugiados se fortaleceu, ocorrendo também uma importante mudança nas análises de solicitação de refúgio, que deixam de ser coletivas para se tornarem individuais: não bastava mais ser um judeu alemão, por exemplo, haveria uma análise individual inclusive de suas convicções. Nesse mesmo ano, formou-se o Comitê Internacional para Refugiados e

---

<sup>118</sup> Para tomar ciência de algumas leis antisemitas da Alemanha Nazista, acesse: ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Exemplos de legislação antisemita: 1933-1939. In: United States Holocaust Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/examples-of-antisemitic-legislation-19331939?parent=pt-br%2F11475>>. Acesso em 9 abr 2022.

realizou-se a Conferência de Evian para determinar quais eram as causas do crescimento de refugiados e apátridas pelo mundo<sup>119</sup> (*Ibidem*).

### 5.3 Stefan Zweig e a tríade identidade/identificação/cidadania

*“A cena paradigmática, talvez da era moderna (...), é a do oficial de imigração examinando um passaporte. Esta é uma cena que é óbvia e insondável. Óbvia é a obrigação imposta de ter uma identidade como esta ou aquela pessoa; insondável e, portanto, insidioso, é o método de provar; que—qual?—identidade.”*

— Dieter Hoffmann-Axthelm, “Identity and Reality: The End of the Philosophical Immigration Officer”

Como foi apontado nos tópicos anteriores, durante os séculos XIX e XX os Estados ocidentais construíram suas nações a partir de um processo que relacionava identidade/identificação/cidadania. Nesse contexto, o passaporte tornou-se um símbolo central, permitindo que cada indivíduo tivesse uma identidade oficial, reconhecida internacionalmente, e que garantiria a sua cidadania/nacionalidade. Contudo, desde o início do século XX, a condição das minorias e a emergência de refugiados e apátridas demonstrou a fragilidade dos direitos do ser humano frente a essa tríade.

Stefan Zweig (1881-1942) vivenciou exatamente a transição de um mundo de livre deslocamentos para aquele da obrigatoriedade do passaporte e vistos: “sempre me divirto com o espanto de jovens quando lhes conto que viajei para a Índia e os Estados Unidos antes de 1914 sem possuir um passaporte ou jamais ter visto um” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5655). Além disso, experienciou desde os privilégios de ser reconhecido pelo seu sucesso como escritor de língua alemã até a suspeição derivada de seus documentos - nos quais era identificado como judeu e refugiado - surgida a partir da ascensão nazista. Sentiu a perda de seu passaporte austríaco e de sua cidadania, ademais do peso de depender da boa vontade de outros Estados para ter um novo documento e um lugar seguro para viver no exílio<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> A Conferência de Evian é considerada moderna por se propor a pensar nas causas (*roots causes*) das fugas de milhões de pessoas de seus países (JUBILUT, 2019).

<sup>120</sup> “De fato, nada talvez revele mais o imenso retrocesso do mundo desde a Primeira Guerra Mundial do que a restrição da liberdade individual de ir e vir e a redução de direitos de liberdade. Antes de 1914 a Terra pertencera a todos os homens. Cada um ia aonde queria e ficava por quanto tempo quisesse. Não havia autorizações e permissões, e sempre me divirto com o espanto de jovens quando lhes conto que viajei para a Índia e os Estados Unidos antes de 1914 sem possuir um passaporte ou jamais ter visto um. Embarcava-se e desembarcava-se sem perguntar e sem ser perguntado e não era preciso preencher nem um dos cem papéis que hoje são exigidos. Não havia permissões, vistos, importunações; as mesmas fronteiras que hoje foram transformadas em barricadas de

Antes mesmo de perder seu passaporte e a cidadania austríaca, mas já vivendo no refúgio, Zweig registrou em seu diário em 27 de setembro de 1935:

Mas não, homem do século 20: não se esqueça que você também é cidadão, quase mais propriedade do Estado do que de si mesmo! Lembre-se humildemente das cerimônias que foram planejadas em nossa pequena Europa para poder atravessar (...) uma fronteira: fique na fila diante do controle de passaportes! Pacientemente fique ali, resignado e amargurado. A alegria, o frescor do sentimento puramente animal e a voluptuosa sensação de liberdade são vaporizados! Ninguém se sente uma pessoa livre e despreocupada, mas sim um súdito. Imediatamente desperta-se um sentimento de rebeldia que talvez só se aninha dentro de nós - os povos do pré-guerra que outrora iam sem preocupações, de país em país, sem passaporte e sem qualquer papel; algo que é um mero desejo das pessoas hoje (...) É palpável que a maioria dos Estados dá mais atenção à sua defesa do que ao fortalecimento dos laços humanos.<sup>121</sup> (ZWEIG, 2021, p. 60-62, tradução minha)

O desconforto registrado nessas palavras ainda não era o de alguém que havia sido impedido de ter o passaporte e a cidadania em seu país, mas sim de uma pessoa que percebia o controle das fronteiras e a exigência de documentação para cruzá-las como aspectos de limitação da liberdade do indivíduo frente ao poder do Estado e, dessa forma, como um entrave ao que Zweig acreditava ser seu projeto maior: o humanismo e o pacifismo<sup>122</sup>.

O poema de Wislawa Szymborska (1923- 2012), que vivia na Polônia durante a ocupação nazista, compartilha dessa perspectiva crítica de Zweig sobre o controle das fronteiras pelos Estados-Nação. A poetisa polonesa descreve o livre movimento da natureza para criticar a divisão e controle das fronteiras. O verso “Só o que é humano pode ser verdadeiramente estrangeiro.” provoca o leitor a questionar um mundo que rompe cada vez mais com a noção de natureza humana - comum a todos - e distancia os indivíduos a partir de uma perspectiva que cria e evidencia diferenças entre *nós* e os, denominados, *estrangeiros*.

Oh, como são permeáveis as fronteiras dos países!  
Quantas nuvens flutuam impunemente sobre elas,  
quanta areia do deserto passa de um país a outro,  
quantas pedras da montanha rolam para terras alheias

---

aramé farpado por funcionários da aduana, polícia, postos de gendarmaria por causa da desconfiança patológica de todos contra todos não significavam mais do que linhas simbólicas que podiam ser atravessadas da mesma maneira despreocupada como se atravessa o meridiano de Greenwich.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5655 e 5661).

<sup>121</sup> Do espanhol: “*Pero no, hombre del siglo XX: no olvides que también tú eres un ciudadano, casi más propiedad del Estado que de ti mismo! recuerda humilde las ceremonias que han sido ideadas en nuestra pequeña Europa para poder cruzar la santa nada de una frontera: guardar cola ante el control de pasaportes! Pacientemente uno se apostea allí, resignado y amargado. Quedan volatilizadas la alegría, la frescura del sentimiento puramente animal y la sensación voluptuosa de la libertad. Uno no se siente persona libre y despreocupada, sino súbdito. Inmediatamente se despierta un sentimiento de rebeldía que tal vez solo anide dentro de nosotros - las personas prebélicas que antaño íbamos sin preocupaciones, de país en país, sin pasaporte y sin papel alguno: algo que es mero deseo para la gente hoy. (...) Es palpable que la mayoría de los Estados prestan más atención a su defensa que a estrechar lazos humanos.*” (ZWEIG, 2021, p. 60-62).

<sup>122</sup> Cabe ressaltar que Stefan Zweig via a si mesmo como um escritor que agia em prol do humanismo, do pacifismo e do cosmopolitismo. No entanto, a palavra europeísta talvez seja mais precisa para retratar o escritor austríaco.

com saltos desafiadores.

Devo mencionar um a um cada pássaro que voa  
ou que pousa na barreira abaixada da fronteira?  
Se fosse um pardal — a cauda já estaria no exterior  
e o bico ainda na pátria.  
E além do mais, como se agita!

Entre os inúmeros insetos, me limitarei à formiga  
que entre a bota esquerda e a direita do guarda  
não se sente obrigada a responder à pergunta de onde? para onde?  
(...)

Só o que é humano pode ser verdadeiramente estrangeiro.  
O resto é bosque misto, trabalho de toupeira e vento.  
(SZYMBORSKA, 2016, p. 152)

Três anos após aquele desabafo sobre o controle das fronteiras em seu diário, a condição de Zweig mudava radicalmente. Além de refugiado e exilado, Stefan Zweig tornava-se também um apátrida. Em seu livro de memórias, o escritor relata a diferença entre as condições do exílio e de apatridia e chama atenção para uma sensação que passou a persegui-lo desde a perda do passaporte e da sua cidadania austríaca: o receio de ser expulso de qualquer país.

Nos primeiros anos, a Inglaterra foi tão pouco um lugar de exílio para mim quanto, na época, Sorrento para Górkí. A Áustria seguia existindo, mesmo depois daquela pretensa “revolução” e da posterior tentativa dos nacional-socialistas de conquistar o país através de um golpe e do assassinato de Dollfuss. A agonia da minha pátria ainda haveria de durar quatro anos. Eu podia voltar a qualquer momento para a Áustria, não estava banido, não era um proscrito. Os meus livros continuavam incólumes na minha casa em Salzburgo, eu ainda usava o meu passaporte austríaco, minha pátria ainda era minha pátria, ali eu ainda era cidadão, e cidadão com plenos direitos. Ainda não começara aquela terrível condição de apátrida, uma condição que não pode ser explicada a ninguém que nunca a sentiu no próprio corpo, essa sensação que dilacera os nervos, de cambalear de olhos abertos e vigilantes no vácuo e saber que poderá ser repellido em qualquer parte para onde tiver ido. Mas eu estava só no começo. (ZWEIG, 2014, Kindle, posições 5379, 5384, 5391)

Nesse trecho, escrito em sua obra autobiográfica em 1940 e 1941, é marcante a forma como Zweig retrata a apatridia: algo que é sentido no corpo e que gera uma forte insegurança no indivíduo que vivencia essa condição. Parece que a partir da perda de sua cidadania, Stefan Zweig passou a perceber de forma mais enfática a sua pertença a uma minoria da qual acreditava não fazer parte. Sua identidade, atribuída pelo outro, imposta pelo nazismo era a de judeu, um apátrida, e não um membro da sociedade dominante austríaca/europeia como acreditava ser. Sua condição de homem marginal ficou cada vez mais explícita, porque era excluído do mundo a que acreditava pertencer, e incluído naquele com o qual, apesar de suas origens judaicas, pouco se identificava.

O diálogo da peça *Embarque Imediato*<sup>123</sup> (*loc. cit.*), já reproduzido anteriormente, incita o leitor a pensar sobre os impactos da ausência do passaporte ou a respeito de problemas pertinentes a essa documentação para a identidade da pessoa em refúgio/apatridia/exílio. Alguns pontos interessantes podem ser levantados a partir da conversa entre o Jovem e o Velho Cidadão<sup>124</sup>: a ausência de documentação válida coloca o indivíduo num limbo (“É como se a gente não pertencesse a nenhum lugar.”), a questão da segurança vem sendo cada vez mais utilizada como justificativa para controle e exigências de documentação (“Se não temos documento como eles vão monitorar a segurança do lugar?”), a diferença entre identidade e identificação fica mais marcada: a história e a identidade do indivíduo contadas por ele mesmo não têm valor oficial sem a chancela do Estado, que o faz a partir da concessão de documentos como carteira de identidade e passaporte (“Esperar que a embaixada diga quem somos nós...”) e a perda ou ausência dessa documentação válida afeta diretamente a existência do indivíduo (“Sem o passaporte...eu não sou nada”).

A partir de 1938, a trajetória de Stefan Zweig foi bastante abalada pelas questões relacionadas à documentação. Como uma pessoa em refúgio, Zweig enfrentou a sensação de não pertencer a lugar nenhum, enfrentando as exigências de vistos, passaporte, documentos a cada deslocamento que fazia, a dependência de concessões estatais para que tivesse seu direito de ir e vir e também o de permanecer garantidos e as consequências de todo esse processo para a sua existência/identidade. Em sua obra autobiográfica, *O Mundo de Ontem*, Stefan Zweig evoca o momento em que se tornou um apátrida:

A QUEDA DA ÁUSTRIA trouxe uma mudança para a minha vida particular que no início considerei sem a menor importância e meramente formal: perdi meu passaporte austríaco e tive de solicitar às autoridades inglesas um documento substituto, um passaporte para apátridas. Em minhas fantasias cosmopolitas muitas vezes eu imaginara em segredo como devia ser maravilhoso e bem de acordo com meus sentimentos íntimos ser apátrida, sem compromisso com nenhum país e, por isso, pertencendo a todos indistintamente. Porém tive de reconhecer mais uma vez a insuficiência da nossa fantasia terrena, e o fato de que só compreendemos os

---

<sup>123</sup> *Embarque Imediato* concentra-se essencialmente na vivência da diáspora africana, mas as questões suscitadas a partir da sua leitura/encenação são também bastante pertinentes para o estudo de outras situações de exílio/refúgio. As dificuldades em relação à documentação é uma constante na vida de indivíduos que vivem fora de sua terra natal e ainda mais presente na vida de pessoas em refúgio.

<sup>124</sup> É importante notar que esse diálogo é, na realidade, uma conversa entre indivíduos diaspóricos. Jovem Cidadão e Velho Cidadão não são apenas cidadãos comuns que se encontram numa sala de aeroporto, mas são indivíduos diaspóricos apresentados dramaturgicamente como indivíduos coletivizados. Ou seja, seus pensamentos, no diálogo citado, mesmo que apresentados como subjetividade de uma única pessoa, são na verdade vozes múltiplas de uma memória coletiva: estão ali, Jovem Cidadão e Velho Cidadão discutindo questões identitárias enfrentadas por pessoas que vivenciam ou vivenciaram a diáspora/o exílio (ANUNCIACÃO, 2020, p. 120-121).

sentimentos mais importantes depois de sofrê-los na própria pele. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5637 - destaque do próprio autor)

Em 1938, o escritor já vivia fora da Áustria há quatro anos, desde que a ascensão nazista alemã apresentou-se como uma ameaça aos judeus austríacos. No entanto, mesmo fisicamente distante, ele ainda era um cidadão de seu país - podia retornar para lá, como o fez algumas vezes, apesar do temor - e um homem com documentos. A anexação nazista da Áustria, contudo, teve efeitos diretos na cidadania de Zweig. As autoridades de seu país deixaram de considerá-lo cidadão e retiraram seu direito a um passaporte austríaco. Desterrado, o escritor tornava-se também um *sans-papiers*<sup>125</sup>.

Zweig relata a nova condição que a perda de sua cidadania austríaca lhe impunha: um apátrida que dependia da concessão de um novo documento por parte da Inglaterra e que perdia seu “status” de hóspede estrangeiro para ser enquadrado na incômoda categoria de refugiado: um homem sem direitos que a todo momento precisava comprovar não ser um incômodo ou uma ameaça (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5637). As palavras de um exilado russo, lembradas pelo escritor em sua autobiografia, “Antigamente, a pessoa só tinha um corpo e uma alma. Hoje ainda precisa ter um passaporte também, caso contrário não será tratada como gente.” (*Ibidem*), expressam ainda a percepção de Zweig sobre a relação direta entre passaporte e direitos e também remetem à fala do Jovem Cidadão na peça de Anunciação: “Sem o passaporte ... eu não sou nada.” (loc. cit.).

Hannah Arendt (2012), em *Origens do Totalitarismo*, argumentou que os apátridas e os refugiados expuseram uma importante fragilidade da garantia aos direitos, uma vez que, não sendo mais cidadãos de nenhum país, tornavam-se também vulneráveis em seus direitos. Defendeu que os direitos do homem, apesar de afirmados pelos iluministas como naturais e inalienáveis, na prática não eram algo dado e dependiam do vínculo de cidadania/nacionalidade, já que, segundo Arendt, os refugiados e apátridas demonstravam que ninguém nasce com seus direitos garantidos a não ser que passe a ser parte de um Estado, que se torne seu cidadão.

Nesse sentido, é interessante a forma como Zweig menciona a perda de seu passaporte austríaco e o documento concedido para estrangeiros pelo governo inglês:

Pois eu tivera direito ao meu passaporte austríaco. Todo funcionário consular austríaco ou oficial da polícia era obrigado a fornecê-lo a mim, na condição de cidadão com plenos direitos. Já o documento para estrangeiros que recebi da

---

<sup>125</sup> Expressão para designar indivíduos carentes de cidadania, indocumentados.

Inglaterra, eu precisei solicitar. Era um favor concedido, e um favor que, ainda por cima, poderia me ser retirado a qualquer momento. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5637)

O escritor refere-se ao passaporte austríaco como um direito, expressando esse vínculo indicado por Arendt entre direito e cidadania/nacionalidade. No entanto, ao citar o documento para estrangeiros concedido pela Inglaterra, que, diferentemente da Áustria não era seu Estado de nascimento/nacionalidade/cidadania, Zweig argumenta que tal concessão não é uma obrigação e sim um favor concedido pelo Estado inglês. A partir dessa diferenciação, Stefan Zweig corrobora a visão de Arendt de que a nacionalidade e a cidadania são condições fundamentais para a garantia dos direitos e que um indivíduo desprovido dessas qualidades dependerá da boa vontade e do favor de outros Estados para acessar novamente um espaço de direitos.

Giorgio Agamben, cerca de meio século depois, reafirmou o pensamento de Arendt ao dizer que o indivíduo em refúgio expõe o hiato que existe entre o nascimento do ser humano e sua integração a uma comunidade política nacional. O refugiado/apátrida, segundo ele, escancara que esse processo não é automático e natural e que a ideia de humanidade atrelada à nacionalidade é falha, particularizante e excludente, já que não abarca na noção de humanidade, de fato, todos os seres humanos. A condição de ser humano, como detentor de direitos essenciais, é legitimada somente com a aquisição da nacionalidade. Nesse sentido, Agamben afirma:

Se os refugiados (cujo número nunca parou de crescer no nosso século<sup>126</sup>, até incluir hoje uma porção não desprezível da humanidade) representam, no ordenamento do Estado-nação moderno, um elemento tão inquietante, é antes de tudo porque, rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna. Exibindo à luz o resíduo entre nascimento e nação, o refugiado faz surgir por um átimo na cena política aquela vida nua que constitui seu secreto pressuposto. Neste sentido, ele é verdadeiramente, como sugere Hannah Arendt, “o homem dos direitos”, a sua primeira e única aparição real fora da máscara do cidadão que constantemente o cobre. (AGAMBEN, 2010, p. 128)

Refugiados e apátridas, que perderam toda a roupagem da cidadania e a proteção do estatuto legal do Estado e, por isso, deveriam ser aqueles que encarnam os direitos do homem, pelo contrário, são os responsáveis por expor a fragilidade dos direitos humanos ao mesmo tempo em que colocam em xeque a noção de humanidade (AGAMBEN, 1998, p. 3).

---

<sup>126</sup> O autor refere-se ao século XXI.

Em suas memórias, escritas em 1941 enquanto já vivia no exílio há 7 anos, Stefan Zweig chega inclusive a nomear a condição de refugiado como uma “categoria inferior”, expressão forte que o autor logo na sequência preocupa-se em afirmar não ser vergonhosa ou desonrosa. É possível que essa categorização tenha sido utilizada pelo escritor austríaco exatamente porque estar na situação de apátrida/refugiado era viver a privação de seus direitos e receber tratamentos inferiores àqueles oferecidos aos cidadãos como, por exemplo, a constante desconfiança que refugiados/apátridas enfrentavam quando procuravam atravessar uma nova fronteira nacional:

Na véspera ainda um hóspede estrangeiro e, de certo modo, um *gentleman* que ali gastava o seu salário internacional e pagava impostos, eu me tornara emigrante, um *refugee*. Caíra para uma categoria inferior, embora não ignominiosa. Além disso, precisava fazer um requerimento especial para cada visto estrangeiro naquela folha branca de papel, pois todos os países tinham desconfiança contra a “espécie” de gente à qual eu pertencia agora, contra o indivíduo sem direitos, apátrida, que não podia ser deportado e devolvido à sua pátria como os outros caso se tornasse incômodo e ficasse muito tempo no país. (Zweig, 2014, Kindle, posição 5649)

Estava Zweig, portanto, vivenciando essa condição, a de que fazer parte de uma suposta humanidade não era condição suficiente para ter uma vida digna com seus direitos garantidos: “constantemente éramos obrigados a sentir (...) que nada era nosso direito e apenas uma graça concedida pelas autoridades.”. O escritor austríaco ainda se percebia como um objeto - “Aliás, este é um dos trunfos da ideologia totalitária: transformar os indivíduos em meros objetos, reduzindo-os à categoria de seres sub-humanos.” (CARNEIRO, 2010, p.23) - que havia perdido a possibilidade de determinar sua identidade, sua história e seu destino, passando seu tempo mais dedicado a discutir questões de vistos e permissões de viagem, tentando comprovar que não era uma ameaça - “Constantemente éramos interrogados, registrados, numerados, revistados, carimbados” - do que dedicando-se àquilo que desejava: à literatura, aos seus livros e à defesa de seus ideias de uma república universal. Podemos ir além e reconhecer nessas palavras de Zweig não apenas a dor e o cansaço, mas também uma pergunta de fundo: será ainda possível romper com o lugar de *objeto* a mim imposto e voltar a ser um *sujeito*?

Quando nos reuníamos – os mesmos que outrora falavam sobre poemas de Baudelaire ou debatiam animadamente problemas intelectuais –, percebíamos de repente que falávamos sobre *affidavits* e *permits* e se deveríamos solicitar um visto permanente ou para turista; conhecer uma modesta funcionária em um consulado que pudesse abreviar a espera era mais importante na década passada do que a amizade de um Toscanini ou de um Rolland. Constantemente éramos obrigados a sentir, nós que nascêramos com a alma livre, que éramos objeto e não sujeito, que



nada era nosso direito e apenas uma graça concedida pelas autoridades. Constantemente éramos interrogados, registrados, numerados, revistados, carimbados, e ainda hoje eu, um homem incorrigível de uma época mais livre e cidadão de uma sonhada república universal, sinto cada um desses carimbos no meu passaporte como se fosse uma marca de ferrete, cada uma dessas perguntas e revistas como uma humilhação. São bagatelas, sempre apenas bagatelas, eu sei – bagatelas numa época em que o valor da vida humana caiu ainda mais rápido do que o das moedas. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5677 e 5684, destaque meu)

Stefan Zweig era um escritor de língua alemã de muito sucesso que, nos anos anteriores à ascensão nazista, desfrutou de muitos privilégios decorrentes de sua fama, inclusive no que dizia respeito ao seu deslocamento pelo mundo e à sensação de que as fronteiras eram, na verdade, um portão aberto: “A vaidade podia ser agradavelmente estimulada quando no vagão-dormitório do trem o condutor recebia com mais respeito o passaporte depois de ver o nome, ou quando um funcionário italiano da aduana abria mão de revolver a bagagem, grato por algum livro que lera.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 4468 e 4475).

Tendo experienciado não só uma condição anterior de plenos direitos como cidadão austríaco, mas para além, os inúmeros privilégios de ser uma figura pública, do tratamento diferenciado concedido não só ao escritor de sucesso, mas ao homem europeu, de origem burguesa das grandes capitais europeias, Zweig vivenciava na sua condição de refúgio mais do que a perda dos direitos comuns a todos os cidadãos: a perda do lugar de destaque e regalias que sua identidade/identificação anterior ao nazismo lhe concedia. A queda foi brusca. O homem que se via e também era identificado como um intelectual europeu e cosmopolita, que tinha livre acesso aos lugares e uma facilidade enorme para publicar seus textos, tornava-se agora não um cidadão comum, com direitos, mas sem privilégios e sim um indivíduo identificado entre os não desejáveis. Judeu em seu país, estrangeiro inimigo, judeu e refugiado na Inglaterra, privado de seus direitos e documentos/cidadania e dependente de vistos, permissões e favores para buscar um lugar de segurança e se deslocar entre as fronteiras antes para ele tão abstratas.

É sensato e também fundamental pensar que o sucesso de Stefan Zweig, bem como sua boa situação financeira, permitiram que o escritor austríaco e sua esposa Lotte tivessem acesso a contatos, ajudas e condições muito mais favoráveis do que inúmeros outros refugiados. No entanto, como já abordado no item 2.5 *A experiência múltipla da condição de marginal: refugiado, apátrida e exilado*, a condição financeira não é um fator determinante para que uma pessoa seja considerada refugiada. O refugiado é alguém que deixa seu país para garantir a sua existência. Foi exatamente isso que aconteceu com o escritor que deixou a

Áustria ao se sentir ameaçado pela ascensão nazista a partir de 1933 e, mais tarde, pelo mesmo motivo, deixou a Europa, o continente que considerava sua pátria, para viver na América.

A vida de Stefan Zweig foi totalmente abalada pelo antissemitismo e pelo nazismo. Se por um lado sua condição material e sua fama permitiram que conseguisse enfrentar menos barreiras que outros refugiados ao atravessar as fronteiras e se estabelecer em um novo país, por outro, essas condições não lhe impediram de vivenciar as dificuldades que as pessoas em situação de refúgio enfrentam por terem sua realidade, identidade e história definidas pelos outros.

Desde que deixou a Áustria em 1934, após se sentir ameaçado por uma inspeção policial em sua casa, Stefan Zweig passou a enfrentar questões como refugiado que, contudo, se agravaram a partir da impossibilidade de retorno à sua pátria e da retomada de sua cidadania austríaca. Em suas memórias, o escritor austríaco expressa o impacto que essas perdas causaram em relação à sua própria identidade, como se o fato de depender do que ele considerava favores de países estrangeiros tivesse retirado dele mesmo sua autonomia como *sujeito*, sua possibilidade de viver como quem ele desejava e acreditava ser:

Talvez eu estivesse muito mal-acostumado antes. Talvez a minha sensibilidade tenha sido super excitada pelas mudanças abruptas dos últimos anos. Toda forma de emigração já causa em si inevitavelmente uma espécie de perturbação do equilíbrio. Perde-se – e até isso é preciso ter experimentado para compreender – a postura ereta quando não se tem a própria terra debaixo dos pés, torna-se inseguro e desconfiado contra si próprio. E não hesito em confessar que, desde o dia em que tive que passar a viver com documentos ou passaportes estrangeiros, nunca mais me senti inteiramente pertencente a mim mesmo. Algo da identidade natural com o meu eu original e verdadeiro foi destruído para sempre. Tornei-me mais retraído do que deveria ser, de acordo com a minha natureza, e tenho hoje constantemente a sensação – eu, o velho cosmopolita – de que deveria agradecer por cada porção de ar que inspiro e tiro de um povo estranho. Racionalmente, reconheço o absurdo desses pensamentos, mas desde quando a razão ganha do sentimento? De nada me valeu que durante quase meio século eduquei o meu coração a bater de maneira cosmopolita, como o de um “cidadão do mundo”. Não: no dia em que perdi o meu passaporte, descobri, aos 58 anos, que ao perder a pátria perde-se mais do que uma área delimitada de terra. (*Ibid.*, posição 5691 e 5697, destaque meu)

A perda da cidadania e do passaporte austríaco não foram o último impacto sobre a vida de Stefan Zweig e sobre sua identidade pessoal: seu “eu original”. Cerca de um ano após a perda de sua cidadania e passaporte austríacos e cinco anos já refugiado de sua terra natal, começava a Segunda Guerra Mundial. O início de um dos eventos mais brutais da história da humanidade atingiu mais uma vez a vida de Stefan Zweig. Em seu diário, o escritor, que aguardava desde 1938 a solicitada naturalização britânica, expressa a preocupação com uma

possível entrada da Inglaterra no conflito, “Enquanto a guerra não for declarada sou um homem livre e posso permanecer na Inglaterra”, e a aflição com a qual acompanhava as notícias sobre a guerra (ZWEIG, 2021, p. 93, tradução minha)<sup>127</sup>. Um dos seus maiores temores desde que seus direitos austríacos foram abolidos parecia aproximar-se: seria expulso do país onde havia se refugiado desde 1934?

No dia seguinte, os ingleses declararam guerra à Alemanha, “Agora começa uma vida distinta para mim: já não sou livre e nem independente.” (*Ibid.*, p. 94)<sup>128</sup>, e, em vinte quatro horas, Stefan Zweig e Charlotte Altmann, em breve sua segunda esposa, se depararam com a nova condição a que eram relegados em solo britânico: estrangeiros inimigos.

O registro em si foi resolvido rapidamente, embora lamento que nos registrem como estrangeiros inimigos: o que significa que o governo britânico reconhece, de forma velada, a anexação da Áustria e nos trata como se fôssemos alemães. Mesmo que não sejamos transferidos para um campo, temos que ficar dentro de um raio de 5 milhas e informar a delegacia se desejamos ultrapassá-lo. (*Ibid.*, p. 95-96)<sup>129</sup>

Mais uma vez Zweig tinha sua identidade definida pelas autoridades. Sua história de vida, a perda de sua pátria, sua carreira como escritor de sucesso e seus projetos que almejavam o europeísmo e o pacifismo eram ignorados. Toda a complexidade da sua identidade era desprezada em nome da segurança nacional, e Stefan Zweig era atestado, por escrito, como estrangeiro inimigo e sofria todas as privações decorrentes dessa identificação.

Apesar de assustado e preocupado com os rumos da guerra e os impactos sobre sua permanência na Inglaterra, Zweig ainda parecia acreditar na possibilidade de permanecer vivendo naquele país: o casal esperava a aprovação de seu pedido de nacionalidade britânica<sup>130</sup> e comprou uma casa em Bath: “É bom o que estou fazendo porque será impossível circular livremente pelo mundo por anos. Nestes tempos se deseja algo parecido com um lar.” (*Ibid.*, p. 101)<sup>131</sup>.

<sup>127</sup> Do espanhol: “*Siempre que no se declare la guerra soy un hombre libre y puedo permanecer en Inglaterra*”. Registro de 2 de setembro de 1939.

<sup>128</sup> Do espanhol: “*Ahora comienza una vida distinta para mí, ya no soy libre ni independiente.*”. Registro de 3 de setembro de 1939.

<sup>129</sup> Do espanhol: “*El registro en sí se solventa con rapidez, aunque me apena que nos inscriban como extranjeros enemigos; lo que el gobierno británico reconoce, veladamente, la anexión de Austria y nos trata como si fuésemos alemanes. Aunque no nos trasladen a un campamento deberemos permanecer dentro de un radio de 5 millas e informar en comisaría si deseáramos traspasarlo.*”. Registro de 4 de setembro de 1939.

<sup>130</sup> Stefan Zweig havia solicitado sua naturalização britânica em 13 de dezembro de 1938, seis meses depois do pedido feito por Charlotte Altmann, em 14 de julho de 1938. Ambos, na data da solicitação, tinham que comprovar que já estavam vivendo em territórios do Reino Unido há pelo menos um ano e que tinham permanecido no Reino Unido por quatro dos últimos oito anos (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 65, nota 42).

<sup>131</sup> Do espanhol: “*Es bueno lo que estoy haciendo porque será imposible moverse libremente por el mundo durante años. En estos tiempos uno desea algo parecido a un hogar.*”. Registro de 11 de setembro de 1939.

Após cerca de 1 ano e 3 meses de espera, em 12 de março de 1940, Zweig estava de posse de sua cidadania britânica. Já Charlotte Altmann precisou esperar até junho para receber seu passaporte inglês. Tornar-se novamente cidadão de um país, deixar a apatridia, era algo bastante significativo e difícil de ser alcançado naquele contexto. A influência de amigos, como o escritor H.G. Wells<sup>132</sup>, foi crucial para essa conquista.

Apesar da retomada da condição de cidadão, o casal Zweig se sentia cada vez menos seguro na Inglaterra. Os motivos dessa insegurança eram dois: o aumento do antissemitismo e do antigermanismo na sociedade britânica e a expansão nazista pela Europa. Como resultado do primeiro, Stefan Zweig tinha medo de sofrer privações, ataques ou mesmo a expulsão do país, de um lado por ser judeu e de outro por ser reconhecido como estrangeiro inimigo - por ser germanófono e por conta da anexação sofrida por sua pátria.

No trecho a seguir, o escritor expressa suas preocupações e demonstra um traço, apontado por Stonequist (1948), como característico da condição marginal: uma excessiva autoconsciência sobre si mesmo e sua marginalidade, o que gerava uma constante sensação de perseguição e discriminação.

Um porta-voz [do governo] hoje pede que todos sejam cautelosos em suas negociações com ex-alemães e austríacos. É uma afirmação que implicitamente me deixa à margem da lei: algo garantido para toda a vida, sabendo que meu sobrenome é impronunciável para os ingleses. A questão é apenas em que condição serei mais odiado: como alemão ou como judeu? (*Ibid.*, p. 122)<sup>133</sup>

Cabe refletir aqui sobre a ideia de hospitalidade. Kant, em seu ensaio *À Paz Perpétua* (GUINSBURG, 2004), diferencia o direito de visitação (*Besuchsrecht*) do direito de residência (*Gastrecht*). Abrir as portas de seu território para a visitação de um estrangeiro seria uma obrigação moral, enquanto receber alguém de outro país para viver em suas terras seria um ato de beneficência soberana. Essa característica do direito   residência tornaria, então, a condição de todo hóspede insegura e precária, já que o soberano poderia romper esse ato beneficente a qualquer momento. Jacques Derrida (2003) foi além e cunhou o termo “*hostipitality*”, que entrelaça as palavras *hostis* e *hospis*, *enmity* e *amity*<sup>134</sup> que a condição de

<sup>132</sup> O escritor H. G. Wells ajudou Stefan Zweig nesse processo de retirada da cidadania brit nica (ZWEIG, 2021, p. 147, nota 220) .

<sup>133</sup> Do espanhol: “*Un portavoz [gubernamental] pide hoy que todos sean cautos en su trato con antiguos alemanes y austríacos. Es una declaración que implicitamente me deja fuera de la ley; algo asegurado de por vida, sabiendo que mi apellido es impronunciable para los ingleses. La cuestión reside solo en calidad de bajo que condición se me odiar  m s: si como alemán o como jud o.*”. Registro do dia 30 de maio de 1940 (*Ibid.*, p. 122).

<sup>134</sup> *Hostis* (inimigo), *hospis* (hospedeiro), *enmity* (inimizade), *amity* (amizade).

ser uma hóspede implica. A diferenciação feita por Kant e o neologismo criado por Derrida talvez ajudem para a compreensão das inseguranças que os refugiados, entre eles, Stefan Zweig, experienciam ao viver no exílio.

Já em relação ao segundo receio, o escritor austríaco tinha medo de que os alemães invadissem a Inglaterra e das possíveis consequências da instauração do regime nazista no país: “Eu não gostaria de cair vivo nas mãos desses caras: estou muito ciente do que aconteceria em tais circunstâncias, principalmente para uma pessoa que é amaldiçoada - não culpada - de ser um judeu.” (*Ibid.*, p. 124)<sup>135</sup>. Nas duas situações, a cidadania britânica não parecia protegê-lo: “De qualquer maneira, seremos aqui cidadãos de sétima classe, seja como ex-alemães ou como judeus; Eu não considero, em absoluto, descartada uma revogação [de nacionalidade].”<sup>136</sup> (*Ibid.*, p. 124 e 125).

Novamente ficava claro para Zweig que os direitos não lhe pertenciam, que a cidadania britânica era algo que poderia ser perdida a qualquer momento, que sua identidade e seu destino estavam mais nas mãos do Estado do que nas suas: “Seria necessário se livrar de qualquer ideia de obrigação para com o Estado porque não há garantia de que ele cumprirá seus compromissos para conosco.” (*Ibid.*, p. 124)<sup>137</sup>.

Esse cenário levou Stefan Zweig a refletir sobre a possibilidade de viver em outro lugar: “Mas onde poderia escapar desse ódio? Em todos os lugares seremos rejeitados e perseguidos.” (*Ibid.*, p. 120)<sup>138</sup>. Em 30 de maio de 1940, o escritor registrou em seu diário que havia sido informado da possibilidade de ir para o Brasil<sup>139</sup>:

Devo fazer isso? Separar-me novamente do trabalho, de casa, de tudo, ir em direção ao desconhecido? Abandonar-me novamente ao incerto? Perder tempo novamente em conferências, eventos sociais enquanto a alma está petrificada, embutida no corpo? O que ontem teria sido uma alegria hoje tem gosto de fel.<sup>140</sup> (*Ibid.*, p. 122).

<sup>135</sup> Do espanhol: “*No quisiera caer vivo en manos de esos tipos; tengo muy presente lo que aconteceria en semejante circunstancias, particularmente a una persona sobre la que pesa la maldición - que no la culpa - de ser judío.*”. Registro de 2 de junho de 1940.

<sup>136</sup> Do espanhol: “*En cualquier caso, aquí seremos ciudadanos de séptima clase, sea como antiguos alemanes sea como judíos; en absoluto considero descartada una revocación [de la nacionalidad].*”. Registro de 2 de junho de 1940.

<sup>137</sup> Do espanhol: “*Habría que deshacerse de toda ideal de obligación para con el Estado porque no hay garantía de que este cumpla sus compromisos para con nosotros.*”. Registro de 2 de junho de 1940.

<sup>138</sup> Do espanhol: “*Pero a dónde se podría escapar de este odio? En todas partes nos rechazarán y nos perseguirán.*”. Registro de 27 de maio de 1940.

<sup>139</sup> “Acabo de receber a notícia de que poderia ir para o Brasil via Nova Iorque.”. Registro do dia 30 de maio de 1940 (ZWEIG, 2021, p. 122).

<sup>140</sup> Do espanhol: “*Debo hacerlo? volver a separarme del trabajo, de la casa, de todo, para ir hacia lo desconocido? volver a abandonarme a lo incierto? volver a perder tiempo en conferencias y actos sociales mientras se tiene al alma petrificada, incrustada en el cuerpo? Lo que ayer hubiera sido una alegría hoy sabe a hiel.*”. Registro de 10 de junho de 1940.

Como se pode perceber, as dúvidas e angústias eram muitas. Mais uma vez sua vida não estava sob seu controle. O avançar da guerra nos dias que se seguiram e, principalmente, a queda da França<sup>141</sup> fizeram com que Stefan Zweig tomasse a decisão de ir para o Brasil com sua esposa Lotte. Continuar a viver no país que lhes havia concedido cidadania não parecia seguro, permanecer na Europa era arriscado e o único caminho possível àquela altura era deixar tudo e atravessar o Atlântico:

A derrota [alemã] é agora totalmente impensável. (...) Eu não tenho mais vontade. Considero que minha vida nunca será resolvida e que ela seria sem sentido com uma França e uma Inglaterra destruídas e hostis a mim - seja como alemão ou como judeu. (...) Para completar, vem a tragédia doméstica: a Sra. Kahn, como demais alemães e austríacos, tem que dizer adeus quando a cidade é declarada 'área protegida'. Meu Deus, como as pessoas são tratadas: o dentista, que com seus últimos recursos montou um consultório, tem que deixá-lo da noite para o dia, assim como vem acontecendo com milhares de pessoas na França. (*Ibid.*, p. 127-128)<sup>142</sup>

A presença de simpatizantes nazistas em Bath<sup>143</sup> e as decisões de expulsão de alemães e austríacos, como a senhora Kahn<sup>144</sup>, fortaleceram a decisão de partida do casal Zweig: “Não suporto a desconfiança e o ódio constantes ao meu redor.”<sup>145</sup> (*Ibid.*, p. 130). No entanto, era necessário providenciar a documentação, os vistos e os lugares no navio para partir da Europa e ingressar nos Estados Unidos e no Brasil. O tempo do livre deslocamento estava distante e um casal de judeus provenientes dos territórios do Reich era visto com desconfiança pelo mundo todo. A cidadania britânica e amigos influentes foram, sem dúvida, de grande valia nesse momento.

É importante ressaltar que o antissemitismo não estava restrito à Europa no ano de 1940. Na verdade, a América, fosse os Estados Unidos ou o Brasil, também tinha sido afetada

<sup>141</sup> “*En el periódico, la temida noticia: evacuación de París, los alemanes se encuentran a sólo treinta millas de distancia. Dado que la zona industrial ya está ocupada, con la caída de París desaparece cualquier posibilidad de resistencia.*”. Registro de 11 de junho de 1940 (ZWEIG, 2021, p. 128).

<sup>142</sup> Do espanhol: “*La derrota [alemana] ya es totalmente impensable. Austria solo fue prelude de todo esto. Mi gestión para viajar a Bras. tampoco va bien; parece que otra vez llego con una hora de retraso, como de costumbre. Ya no tengo voluntad. Considero que mi vida no se va a arreglar jamás y carecería de sentido con una Francia destruida y una Inglaterra que me fuera hostil - bien como alemán bien como judío. Para rematar aparece la tragedia doméstica: la señora Kahn, al igual que los demás alemanes y austriacos, tiene que despedirse al ser declarada la ciudad protected area [zona protegida]. Dios mío, cómo se trata a las personas! el dentista, que son sus últimos recursos montó una consulta, tiene que abandonarla de la noche a la mañana, al igual que viene ocurriendo en Francia con miles de personas.*”. Registro de 10 de junho de 1940.

<sup>143</sup> “*Por otro lado resulta inquietante que aquí, en Bath, se celebren juicios contra simpatizantes nazis casi a diario - clara muestra de la colaboración de Alemania con los fascistas locales. Que pasará, una vez acabada la guerra, cuando toda esa gente salga de prisión ungida con la gloria de los mártires?*”. Registro de 12 de junho de 1940 (*Ibid.*, p. 129).

<sup>144</sup> A Sra. Kahn trabalhava para os Zweig na casa de Bath.

<sup>145</sup> Do espanhol: “*No soporto la desconfianza y el odio constantes a mi alrededor.*”. Registro de 13 de junho de 1940.

pela onda antissemita propagada a partir do racismo biológico<sup>146</sup>. As sociedades desses países tinham manifestações antissemitas e racistas e, em alguns casos, como o brasileiro, também as leis de imigração eram pautadas por essas ideias.

As teorias racistas, como a eugenia, propagavam a ideia de que negros, judeus, asiáticos e árabes pertenciam a um grupo de “raças indesejáveis”, e diversos especialistas, entre eles, antropólogos, médicos, jornalistas, economistas e advogados, defendiam que os países deveriam evitar incorporar pessoas desses grupos na sua população e, por isso, dificultar a entrada delas no país (CARNEIRO, 2010, p. 43).

Nos Estados Unidos, as regras para imigração eram baseadas em cotas para cada nacionalidade. Após a anexação da Áustria e a Noite dos Cristais (1938), indivíduos de nacionalidades que nunca antes haviam tido suas cotas preenchidas começaram a solicitar vistos que excediam o limite estabelecido. Segundo as regras do país, o Departamento de Estado americano podia emitir, por exemplo, no máximo 23.700 vistos para austríacos e alemães. Em junho de 1938, 140.000 pessoas dessas nacionalidades solicitavam vistos para entrar nos EUA; em setembro, já eram 220.000 na lista de espera. Entre 1939 e 1941, essa lista cresceu para 300.000 pedidos, a maior parte deles feitos por judeus.<sup>147</sup>

Além do controle de cotas, outra grande dificuldade que os refugiados encontravam para imigrar para os Estados Unidos era cumprir a série de exigências das autoridades americanas antes mesmo que adentrassem qualquer navio: apresentação de ficha de antecedentes criminais, declaração financeira, documentos de identificação, entre outros. A obtenção dessa documentação podia ser cara e difícil por conta da sequência exigida e da expiração da validade de cada documento. Os preços das passagens de navios também estavam cada vez mais elevados, já que muitas companhias tinham deixado de fazer a travessia do Atlântico durante a guerra.<sup>148</sup>

A opinião pública da sociedade estadunidense também poderia ser um entrave. Duas situações, em 1939, ilustram bem as dificuldades nesse sentido: a Lei Wagner-Rogers e o navio St. Louis.

---

<sup>146</sup> A postura antissemita sustentada pelo governo Vargas entre 1937-1945 tem suas raízes na mentalidade racista persistente no Brasil desde os tempos coloniais. Mas foi a partir das últimas décadas do século XIX que as teorias racistas importadas da Europa sustentaram um caloroso debate sobre qual seria a “melhor raça” para compor o povo brasileiro: amarela, branca ou negra? Que tipo étnico deveria ser incentivado a imigrar para o Brasil? (CARNEIRO, 2010, p. 43).

<sup>147</sup> ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **The United States and the refugee crisis - 1938-41**. In: United States Holocaust Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-united-states-and-the-refugee-crisis-1938-41>>. Acesso em 10 abr 2021.

<sup>148</sup> *Ibid.*

A Lei Wagner-Rogers foi uma tentativa fracassada de dois parlamentares americanos aprovarem uma legislação que permitiria, para além da cota estabelecida para aquele ano, a entrada de 20 mil crianças alemãs que fugiam do nazismo. A primeira-dama, Eleanor Roosevelt, apoiou publicamente essa lei. No entanto, a opinião pública americana colocou-se contra e, por isso, a lei nunca chegou a ser votada no Congresso.<sup>149</sup>

Em 13 de maio de 1939, o navio St. Louis, com 937 pessoas que fugiam da guerra, partiu de Hamburgo, Alemanha, com destino a Havana, Cuba. Chegando lá, os passageiros foram impedidos pelo governo cubano de desembarcar, pois as permissões de desembarque que tinham conseguido eram inválidas, e assim o navio foi pressionado a deixar as águas cubanas. O St. Louis seguiu para Miami, mas os refugiados também não puderam desembarcar nos EUA: a cota de alemães já tinha sido alcançada e apenas uma nova lei aprovada pelo Congresso ou uma ordem presidencial poderia autorizar a entrada dessas pessoas em território estadunidense. No entanto, o índice de 83% de rejeição popular fez com que o navio tivesse de retornar à Europa. O *American Jewish Joint Distribution Committee* (JDC) convenceu quatro países a aceitar os passageiros do St. Louis: França, Inglaterra, Holanda e Bélgica. Contudo, a expansão nazista pela Europa assassinou cerca de 254 refugiados que haviam estado no St. Louis.<sup>150</sup>

A situação no Brasil também era delicada. A partir de uma concepção eugenista, o governo de Getúlio Vargas reviu suas leis de imigração com o objetivo de selecionar imigrantes que contribuiriam para o desenvolvimento da sociedade brasileira: judeus, negros e japoneses eram, dentro dessa lógica, considerados indesejáveis.<sup>151</sup>

O que constatamos pela documentação é que, a partir de 1933, as autoridades brasileiras começaram a construir um discurso antisemita assimilado daquele que estava em evidência na Alemanha. Os documentos diplomáticos a partir dessa época reproduzem acusações e estigmas próprios do discurso nazista alemão – por exemplo, o argumento de que um cidadão não é ariano puro ou é judeu, da "raça" semita. Esse discurso foi sendo assimilado, até que, em 1937, culminou na promulgação da primeira circular secreta e no fechamento das portas da imigração brasileira.”. (CARNEIRO, 2011)

---

<sup>149</sup> *Ibid.*

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> A prioridade à imigração de brancos já era prática no Brasil desde o século XIX, quando se iniciou a onda imigratória para substituir a mão de obra escrava. No livro *Siamo Tutti Oriundi!: a presença italiana no Brasil*, lê-se que a preferência pelos europeus católico-romanos era estimulada pelo Estado, que adotava, então, a política do branqueamento da sociedade brasileira.



Entre 1933 e 1948 o governo brasileiro manteve, principalmente nos bastidores, uma postura antissemita e emitiu dezenas de circulares secretas que tinham como objetivo dificultar ou impedir a entrada de judeus que fugiam dos horrores do nazi-fascismo europeu. O livro *Cidadão do Mundo*, de Maria Luiza Tucci Carneiro, faz uma preciosa análise de como os diplomatas brasileiros eram, inclusive a partir de circulares secretas, orientados a impedir a imigração de refugiados judeus:

Helio Lobo<sup>152</sup> havia recebido, com certa antecedência, instruções por meio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, atendendo ordens de Oswaldo Aranha, que o aconselhou a ter sempre em vista a Circular Secreta n.1.127, que vetava os vistos nos passaportes israelitas, além de chamar sua atenção para a proibição da entrada dos apátridas. (CARNEIRO, 2010, p. 98)

Oficialmente, essa legislação [decreto-lei n.406] não fazia qualquer referência textual aos imigrantes judeus. Assim, para impedir que nosso representante em Londres<sup>153</sup> se pautasse pelo texto da lei, o Itamaraty recomendava-lhe que “tivesse sempre em mente” a Circular Secreta n. 1.127, fazendo eventualmente uso dela, “com a maior discrição”. (*Ibid.*, p. 112)

Essa postura antissemita não era oficialmente declarada pelo governo brasileiro, que procurava transmitir uma imagem de país hospitaleiro para a comunidade internacional, principalmente para os EUA<sup>154</sup>. No entanto, na prática, o Brasil vinha fechando cada vez mais as portas para os judeus. A Circular Secreta n. 1.249, de 27 de setembro de 1938, permitia a permanência definitiva no Brasil somente daqueles judeus com parentes consanguíneos de até segundo grau já residindo em território brasileiro, dos cientistas, artistas, técnicos para indústria e dos judeus que “provarem transferência, para emprego no Brasil, de 5.000 ou mais”, os chamados “vistos capitalistas”, que só eram emitidos mediante um depósito no Banco do Brasil (*Ibid.*, p. 126).

Foi nesse contexto estadunidense e brasileiro que Stefan e Lotte Zweig começaram a preparar sua documentação para o exílio na América. A cidadania britânica, a fama, os amigos influentes e a boa situação financeira do escritor austríaco abriram muitas dessas portas, que grande parte dos refugiados encontraram trancadas. Contudo, essa condição material não deve fazer com que se desconsidere os impactos do nazismo sobre a vida e a

<sup>152</sup> Hélio Lobo foi o representante do Brasil na Conferência de Evian.

<sup>153</sup> Referindo-se à Conferência de Londres (1938) sobre o auxílio a refugiados políticos.

<sup>154</sup> “No dia 7 de junho de 1937, com a autorização de Getúlio Vargas, o ministro das Relações exteriores publicou a Circular Secreta 1.127 que proibia a liberação de vistos para pessoas de ‘origem semítica’, embora um memorando de esclarecimento concedesse algumas exceções - os vistos poderiam ser liberados, por exemplo, para ‘personalidades judaicas proeminentes no campo cultural, político ou social’. A circular resultou, já no ano seguinte, em 75% de queda na imigração de judeus e legitimou o antissemitismo.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 44).

identidade de Stefan Zweig. O escritor compartilhava das inseguranças e incertezas que a condição de desterro, de perda da sua pátria/nacionalidade e de ser identificado como um judeu e, por vezes, estrangeiro inimigo causava durante a Segunda Guerra Mundial. O seu sucesso literário e financeiro não havia impedido que os policiais inspecionassem sua casa em Salzburgo (1934), que ele perdesse sua cidadania austríaca (1938), além de seu direito de escrever para seu público de língua alemã, que fosse atestado como inimigo estrangeiro na Inglaterra e se sentisse ameaçado ao ponto de decidir deixar não só a Áustria, mas a Europa, continente que ele reconhecia também como sua pátria. A sua existência e a de Lotte estavam ameaçadas no contexto europeu da *Shoá*<sup>155</sup>, e esse é o ponto fundamental.

Stefan Zweig relatou alguns dos trâmites necessários para ingressar nos Estados Unidos e no Brasil, sendo possível perceber as facilidades, dificuldades e receios que vivenciou nessa etapa. Seu contato com pessoas influentes que o auxiliaram nesse processo pode ser constatado quando o escritor escreve sobre as ajudas de Eisenmann<sup>156</sup> e Miss Egerton<sup>157</sup>, por exemplo. O fato de terem a cidadania e o passaporte britânico facilitava, e muito, a saída do casal da Europa e sua entrada nos EUA e no Brasil, já que não se encaixavam na categoria de refugiados e nem apátridas, além de não disputarem a cota estadunidense de imigração de nacionalidade alemã/austríaca. Mesmo assim, o processo de organização da partida, que durou cerca de um mês, enfrentou alguns contratemplos, registrados em seu diário:

Comecei a manhã indo ao consulado americano. O cônsul, que faz 10 dias se comprometeu a me entregar um visto de ‘visitante’, disse agora que não pode o fazer porque existe uma nova ordem que impede emitir vistos dessa classe. Só pode emitir um visto de trânsito mediante a apresentação da minha passagem para o Brasil. O que eu posso fazer?! Vou à Cunard Line, onde não encontro nenhum responsável: me pedem para aguardar uns minutos, mas fico aguardando das 10 até as 11:30. Quando, por fim chega o encarregado, ele me explica que não pode emitir a passagem se eu não apresentar o visto: concordo, mas quando disse que só na segunda-feira eu teria o visto brasileiro, ele acrescentou que também preciso apresentar o visto americano. O problema é que só conseguirei o visto americano se

<sup>155</sup> Shoá significa devastação ou catástrofe em hebraico e é o termo, muitas vezes, utilizado no lugar de Holocausto com o intuito de enfatizar o caráter singular desse genocídio.

<sup>156</sup> “Luego he hablado con Eisenmann por el transporte”. Registro de 3 de junho de 1940 (ZWEIG, 2021, p. 125).

Heinrich Eisenmann (1890-1972), editor e livreiro judeu-alemão especializado em livros antigos e manuscritos autografados que proporcionou a Stefan Zweig muitas das peças da sua coleção. Os nazistas obrigaram-no a fechar seu negócio em Frankfurt em 1931 e, então, teve que expatriar-se em Londres. Na capital britânica, deu continuidade à relação profissional com Zweig e foi a chave para que ele conseguisse as passagens de navio para sair da Inglaterra (ZWEIG, 2021, p. 152, nota 272).

<sup>157</sup> “Muerto de cansancio, voy al Grosvenor Hotel, donde me entero que el cónsul había dado su aprobación [al visado americano] gracias a una llamada telefónica de Miss Egerton.”. Registro de 16 de junho de 1940 (*Ibid.*, p. 132-133). Possivelmente uma referência à esposa do cônsul geral dos EUA em Londres (*Ibid.*, p. 153, nota 295).

apresentar a passagem, não antes. Termina dizendo que lamenta, mas de maneira indelicada. (...) Por fim, retorno a Bath sem ter conseguido resolver nada.. Também chegam notícias arrepiantes: a bandeira da cruz gamada na torre Eiffel! Soldados de Hitler montando guarda em frente ao Arco do Triunfo! A vida já não merece ser vivida. Tenho quase 59 anos e os próximos serão terríveis: para que passar por tantas humilhações?<sup>158</sup> (ZWEIG, 2021, p. 131-132, tradução minha)

Volto a Londres. Acontece o mesmo que da outra vez. Primeiro consigo o certificado de vacina. Logo vou ao encontro de Jenkins<sup>159</sup>, uma hora e meia de espera para que ao final me diga que não conseguiu nada. (...) Às 2 chega a notícia da capitulação francesa. Por fim, recebo os vistos brasileiros; logo corro para conseguir as passagens do navio. Após aguardar uma fila de duas horas na Cunard Line, me informam que não há nada reservado e que não há alternativa. Sofro uma nova espera interminável enquanto telefonam para (?) mas, no final, só nos dizem para voltar amanhã pela manhã; parece que vão tentar algo mais, mas não nos podem garantir nada. (*Ibidem*)<sup>160</sup>

Frente às situações com as quais se deparava - a incerteza se conseguiria os vistos necessários e a compra das passagens de navio<sup>161</sup>, a sensação de ser tratado com desconfiança na Inglaterra<sup>162</sup> e a conquista da França pelos nazistas<sup>163</sup> -, Stefan Zweig expressava como tudo isso o atingia psicologicamente. Sentia-se humilhado e questionava se havia sentido em continuar a viver.

<sup>158</sup> Do espanhol: “Comencé la mañana yendo al consulado americano. El cónsul, quien hace 10 días se comprometió a entregarme un visado de ‘visitor’ [visitante], dice ahora que no puede hacerlo al existir una nueva orden que impide emitirlos de esa clase. Solo me puede expedir un visado de tránsito presentándole ante mi billete a Brasil. ¡Qué le vamos hacer! Voy a la Cunard Line, allí no encuentro responsable alguno: me dicen que espere unos minutos, pero he tenido que aguardar desde las 10 hasta las 11 y media. Cuando, por fin, llega el encargado este me explica que no puede emitir el billete si no le presento antes el visado; quedo conforme, pero al decirle que el lunes solo tendré el visado brasileño añade que también necesita ver el americano. Lo malo es que el segundo solo me darán si muestro el billete, no antes. Concluye afirmando que lo siente, pero de manera descortés. (...) Al cabo, regreso a Bath sin haber conseguido nada. Además llegan noticias escalofriantes: la bandera de la cruz gamada en la torre Eiffel! soldados de Hitler montando guardia delante del Arco del Triunfo! La vida ya no merece ser vivida. Tengo casi 59 años y los próximos serán terribles: ¿para qué pasar tantas humillaciones?”. Registro do dia 15 de junho de 1940.

<sup>159</sup> Provavelmente, o cônsul dos Estados Unidos Douglas Jenkins (ZWEIG, 2021, p. 153, nota 292).

<sup>160</sup> Do espanhol: “Vuelvo a Londres. El mismo recorrido que la otra vez. Primero consigo el ‘endorsement’ [certificado] de vacunación. Luego voy donde Jenkins, hora y media de espera para que al final me diga que no ha logrado hacer nada. (...) A las 2 llega la noticia de la capitulación francesa. por fin recibo los visados brasileños; luego acudo a recoger los pasajes del barco. Tras guardar una cola de dos horas en la Cunard Line, me informan que no hay nada reservado y que no existe alternativa. Sufro una nueva espera interminable mientras telefonan a diestro y siniestro pero, al cabo, solo nos dicen que regresemos mañana por la mañana; parece ser que van a intentar una cosa más, aunque não pueden garantizarme nada. ”. Registro de 16 de junho de 1940.

<sup>161</sup> “Minha gestão para viajar para o Brás. Também não está indo bem: pareço estar uma hora atrasado de novo, como sempre. Já não tenho vontade (...) já não <quero continuar>: só hesito em como me impor essa vontade, talvez me ajudem de fora.”. Registro de 10 de junho de 1940 (*Ibid.*, p. 128).

<sup>162</sup> “Depressão total: França perdida, o país mais adorável da Europa será devastado por século - para quem escrever? Para que viver? Além disso, a situação aqui está se tornando cada vez mais tensa; percebo que, apesar da naturalização, sou um pária que incomoda ao tratar-se de alguém com quem se deve ter cautela.”. Registro do dia 16 de junho de 1940 (*Ibid.*, p. 132-133).

<sup>163</sup> “Também chegam notícias arrepiantes: a bandeira da cruz gamada na torre Eiffel! Soldados de Hitler montando guarda em frente ao Arco do Triunfo! A vida já não merece ser vivida. Tenho quase 59 anos e os próximos serão terríveis: para que passar por tantas humilhações?”. Registro de 15 de junho de 1940 (*Ibid.*, p. 131-132).

Em busca de um lugar seguro, em 25 de junho de 1940, o casal Zweig partia de Liverpool rumo a Nova Iorque, de posse dos passaportes britânicos, com visto de trânsito estadunidense e visto turístico brasileiro, o qual lhe permitia permanecer no país, sem realizar trabalho remunerado, por 180 dias. Após um mês nos EUA, Stefan e Lotte Zweig seguiram para o Rio de Janeiro, onde chegaram em 21 de agosto de 1940. A partir de então, mudaram algumas vezes de cidade e país,<sup>164</sup> fosse por compromissos de trabalho do escritor ou por tentativas de adaptação para se fixar em algum lugar. As viagens, que no início pareciam excitantes, com o passar do tempo foram mostrando-se cansativas, até que o casal Zweig decidiu residir permanentemente na cidade de Petrópolis a partir de agosto de 1941.

Em relação à documentação, o exílio dos Zweig no continente americano foi marcado pela ajuda de amigos e conhecidos para que conseguissem vistos de viagens e o direito à residência permanente no Brasil. Com dúvidas sobre onde deveriam residir, no Brasil - belo, tranquilo e com custo de vida barato para os parâmetros dos Zweig - ou nos EUA - onde havia bibliotecas e mais possibilidades de renda -, pesou sobre a decisão o visto de permanência brasileiro<sup>165</sup>, as inseguranças geradas pela dificuldade em conseguir um visto semelhante nos EUA e também a forte possibilidade de ingresso estadunidense na Segunda Guerra Mundial, o que novamente poderia colocar o casal na categoria estrangeiro inimigo: “O Brasil tem vantagens de que eu poderia ficar o tempo que quisesse e tem todas as oportunidades possíveis. O que acontecerá aqui [EUA] em caso de guerra não é nada agradável. Não podemos alugar um apartamento e odeio fazer e desfazer as malas.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 164).

É importante registrar que, em 1941, enquanto estavam nos EUA, antes de se decidirem por residir definitivamente no Brasil, Stefan e Lotte Zweig cogitaram retornar para a Inglaterra, fato que perceberam ser impossível uma vez que os aviões estavam lotados por meses e viajar de navio àquela altura do conflito não era uma opção segura (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 162).

Em cartas para a família de Lotte, Zweig refletia: “Quem pode fazer planos!? Quem pode dizer ‘eu vou’ ‘eu pretendo’?”, demonstrando a falta de liberdade para decidir sobre o

---

<sup>164</sup> O itinerário dos Zweig na América: junho a agosto de 1940, Estados Unidos; agosto a outubro de 1940, Brasil; outubro a novembro de 1940, Argentina; novembro de 1940 a janeiro de 1941, Brasil; janeiro a agosto de 1941, Estados Unidos; e agosto de 1941 a fevereiro de 1942, Brasil.

<sup>165</sup> “Me lembro como foi complicado no Brasil transformar nossos vistos de visitantes em vistos permanentes e vocês podem imaginar que tudo foi bem preparado para nós, mas há sempre alguma coisa ou um detalhe faltando nesses tempos burocráticos; agora tudo está em perfeita ordem e não precisamos mais de permissão especial para entrar e sair do Brasil. Podemos ficar o tempo que quisermos.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 117, carta enviada em 15/11/1940).

seu próprio destino: “Nossa decisão depende de muitas coisas, especialmente da evolução dos acontecimentos no mundo. A vida de qualquer um não passa de um micróbio no corpo desse monstro que chamamos: A Guerra.” (*Ibidem*). Sua vontade era de voltar à Europa. Não podendo, acabou por decidir viver no país onde sua situação parecia mais estável e segura, o Brasil, que concedeu ao casal residência permanente e parecia, àquela altura, estar mais distante dos conflitos da Segunda Guerra.

Ao mesmo tempo em que vivia o seu exílio e as constantes necessidades de vistos e documentações para comprovar não ser uma ameaça, Zweig, por sua fama internacional e boa condição financeira, passou a receber inúmeros pedidos de ajuda para concessão de *affidavits* e vistos:

A grande dificuldade agora é assegurar a volta [para Nova York] quando o verão começar no [no Brasil], porque os vistos de visitantes não estarão mais disponíveis (especialmente no caso de uma declaração de guerra global). Por outro lado, se tirarmos um visto de imigrante isso pode ser facilmente mal interpretado como se eu quisesse trocar minha cidadania. Vocês não podem imaginar quantas dessas questões faço diariamente e, ao mesmo tempo, quantas cartas e cabogramas aparecem todos os dias solicitando *affidavits* e vistos. (*Ibid.*, p. 163)

Em cartas do casal para Hannah e Manfred Altmann, é possível acompanhar alguns dos esforços feitos por Zweig para conseguir vistos para parentes e amigos: para sua ex-esposa, Friderike e família, Heiner Meyer, Richard Friedenthal, Fritz Landshoff, Herbert Reichner e Heinrich Eisemann, para citar alguns exemplos.<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> “E isso também é uma grande dificuldade para o *affidavit* de Heiner - não posso pedir a Huebsch porque ele já deu muitos e eu não sei se podemos encontrar alguém nesses dois últimos dias super cheios. Até agora eu não pude fazer nada pela minha ex-esposa, estou tentando agora vistos mexicanos para toda a sua família.” A bordo do S.S. Argentina, agosto de 1940 (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 79).

“Sobre o *affidavit* de Heiner, envie aqui um cabograma dizendo que ele seria enviado em breve, pelos Estados Unidos, por Jacob Landau (...) ele é diretor da Agência Telegráfica Judaica.” (IBID., p. 81, 23/08/1940).

“Tive aqui uma audiência privada com o ministro do Exterior, Roca, para pedir a ele três vistos, um para Friedenthal, que ele foi muito gentil em me conceder.” (Ibid., p.115, 12/11/1940). “Além de um visto para seu amigo Richard Friedenthal, Zweig também estava solicitando vistos para Herbert Reichner, seu antigo editor na Áustria, e Fritz Landshoff, o cofundador em Amsterdã da editora Querido Verlag, voltadas para editores de língua alemã no exílio.” (*Ibid.*, p. 199, nota 2).

“Tenho esperanças que a filha de Catas, depois da morte de seu pai, possa resolver tudo isso em Cuba para Eisemann - aqui estamos numa situação delicada porque nos sentimos pessoalmente responsáveis por todos (...), mas sabemos como são pequenas as chances de obter permissão para novos refugiados.” (*Ibid.*, p. 131, 11/12/1940).

No entanto, a política imigratória do Estado Novo de Vargas, a partir de parâmetros antissemitas<sup>167</sup>, restringia a entrada de judeus no Brasil, o que fez com que Stefan Zweig conseguisse ajudar cada vez menos pessoas em refúgio:

Você sabe que a única maneira de agradecer pelo privilégio e felicidade que usufruímos é tentar usar nosso prestígio aqui para ajudar os outros. Isso ficou terrivelmente difícil porque agora existe uma ordem secreta para não dar mais vistos para judeus e somente o Ministro do Exterior em pessoa poderia quebrar essa regra de ferro. (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 115)

Além dessas ajudas diretas para conhecidos, Stefan Zweig também fazia doações para entidades judaicas e participava de eventos para arrecadação de dinheiro para assistência aos refugiados. Contudo, em algumas cartas e em seu diário, chegou a demonstrar seu incômodo com as constantes solicitações de ajuda que recebia. Considerava que sua condição financeira e seu poder de influência eram superestimados.

A partir de 1939, quando o perfil dos refugiados se modificou e passou a ser formado por pessoas menos instruídas, Stefan Zweig chegou a se referir a eles como: “Nada além de mendigos, quase todos pessoas de segunda classe, irmãos mais fracos ‘que protelaram demais’”(ZWEIG *apud* SPITZER, 2001, p. 192). Segundo Leo Spitzer, é possível que essa insatisfação com os pedidos de ajuda estivesse ligada ao fato de que mais uma vez Zweig era definido de fora para dentro, era tido pelos refugiados judeus como um deles, enquanto ele mesmo tinha pouca identificação com a maior parte dessas pessoas (*Ibidem*). Em alguns momentos, Zweig chegou inclusive a dizer que a sua escolha pelo Brasil também era uma forma de se afastar do contato e das demandas que vinham da comunidade de refugiados nos EUA.

Durante esse período no exílio, principalmente desde a perda de sua cidadania austríaca, Zweig registrou na sua autobiografia, em cartas a parentes e amigos e em seu diário, o desgaste que esse processo de emissão de uma nova cidadania, passaporte e vistos gerava para ele. Entendendo-se como um cosmopolita, humanista e cidadão do mundo, na prática, o escritor tornava-se um cidadão britânico vivendo no Brasil, não por conta de seus desejos e

---

<sup>167</sup> Nem mesmo o irmão de Lotte Zweig conseguiu ajudar em relação à documentação: “*Quanto ao visto brasileiro, não acho que vá ser possível. Como eles [oficiais brasileiros] negam agora visto para judeus, isso significaria pedir favores pessoais e essa é a única coisa que não posso pedir a Stefan.*” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 130, 11/12/1940).

“Stefan está tentando conseguir aqui um visto para seu amigo, Friedenthal e talvez até um trabalho modesto, mas não sabe como se comunicar com ele, e depois obter vistos aqui se tornou quase tão difícil quanto nos EUA, ou até mais difícil, uma vez que não há regras explícitas mas apenas restrições silenciosas.” (*Ibid.*, p. 101, 16/10/1940).

escolhas, não pela sua liberdade, mas exatamente pela falta dela, pela perda dos seus direitos austríacos e por conta da ameaça nazista na Europa.

O passaporte, os vistos, os inúmeros documentos e interrogatórios que eram exigidos a cada fronteira atravessada eram de certa maneira a materialização não só do não lugar em que Zweig se encontrava, mas também do questionamento sobre quem era: “‘Minha crise interior consiste em não ser capaz de me identificar com o eu do meu passaporte, o eu do exílio’, informou ele a Romains.” (PROCHNIK, 2014, p. 354).

A perseguição nazista fez com que a identidade de Stefan Zweig fosse definida pelo outro, “de fora para dentro”, nas palavras de Leo Spitzer (2001). Os favores e toda a burocracia envolvida para o acesso a documentos de identificação e vistos eram, na verdade, a construção de uma identidade oficial em que ele mesmo não se reconhecia. Seu passaporte, seus documentos, seus vistos, apesar de serem formas legais de identificação para que acessasse a comunidade internacional, não eram, para Zweig, compatíveis com seu interior, com o que desejava ser, com sua identidade pessoal. De certa forma, é como se, para continuar existindo nos documentos de identificação oficial que permitiram a ele fugir da ameaça nazista, o escritor tivesse se tornado uma sombra de si mesmo:

Imagine suas sensações após o início da guerra em 1939, quando os encontros com o oficialismo se multiplicaram além das medidas e as viagens exigiram a proliferação de carteiras de identidade, vistos, passagens, convites, cópias de impressões digitais e certificados de saúde. Quanto mais provas de quem ele era, menos ele se sentia como ele mesmo - ou, para tanto, como qualquer um. A externalização oficial da identidade significava a eliminação do eu interior. (PROCHNIK, 2014, p. 356)

O poema *O Estrangeiro*<sup>168</sup>, atribuído a Guilherme de Almeida, pode contribuir para a percepção dos impactos enfrentados por Stefan Zweig sobre sua identidade. O forasteiro é aquele a quem se faz muitas perguntas, em sua maior parte, carentes de respostas objetivas, principalmente quando o questionado se encontra em deslocamento forçado. Como responder quem se é ou de onde se vem quando suas certezas foram destruídas, quando a documentação, por exemplo, não diz que você é austríaco, mas inglês? De que forma lembrar a própria história se ela causa sofrimento porque a realidade é apenas, e a cada instante, mais sombra do passado?

---

<sup>168</sup> O poema *O Estrangeiro* foi encontrado apenas em blogs e com autoria atribuída a Guilherme de Almeida. Disponível em:

<https://brisa-ventania.tumblr.com/post/100402870436/que-a-gente-encontra-as-vezes-no-fundo-de-um> - Acesso em 05 de maio de 2022.

### O Estrangeiro

- ... que a gente encontra, às vezes, no fundo de um espelho.
- Quem és tu?
  - Se eu soubesse, não diria.
  - De onde vens?
  - De um país que não tem nome.
  - Quando chegaste?
  - Certa noite. Um dia...
  - Sozinho?
  - Minha sombra acompanhou-me.
  - Que trazes?
  - A Esperança de um “jamais”.
  - Vieste?
  - Lembrar ou esquecer aqui.
  - Lembrar o quê?
  - Já me Esqueci.

O escritor austríaco vivenciava essas incertezas decorrentes da condição de refugiado e a tríade Identidade/Identificação/Cidadania, consolidada no início do século XX, tornava-se um obstáculo para ele. As perseguições nazistas retiraram do escritor a possibilidade de pertencimento à Áustria, à comunidade germanófona e à Europa exatamente a partir do rompimento da sua cidadania austríaca e da identificação de Zweig como judeu acima de qualquer outro elemento identitário. Identificado como membro de uma minoria indesejada<sup>169</sup>, Stefan Zweig percebia-se cada vez mais distante do mundo intelectual e cosmopolita europeu ao qual acreditava ter estado totalmente integrado.

Para manter-se seguro, adquiriu a cidadania britânica e vistos, entre eles o de permanência no Brasil. Se por um lado essas documentações eram essenciais naquele contexto de perseguição, por outro, eram também para Zweig o registro de que a sua identidade pessoal, o seu eu interior, o Zweig que ele mesmo desejava ser, desaparecia: “E não hesito em confessar que, desde o dia em que tive que passar a viver com documentos ou

---

<sup>169</sup> “Nunca terei de esquecer a imagem quando, certa vez, entrei em Londres em uma agência de viagens; estava lotada com refugiados, quase todos judeus, e todos queriam ir para algum lugar. Não importava para que país, para o gelo do polo Norte ou as areias abrasadoras do Saara, queriam sair, ir adiante, pois a licença para permanecer no país havia expirado, era preciso seguir, com mulher e filhos, para outros países, de língua estranha, para o meio de pessoas desconhecidas e que não os queriam. Encontrei ali um homem que fora um industrial muito rico em Viena, um dos nossos mais inteligentes colecionadores de arte; no primeiro momento, nem o reconheci, de tão grisalho, velho, cansado. Fraco, ele se segurava na mesa com as mãos. Perguntei-lhe para onde queria ir. ‘Não sei’, disse ele. ‘E quem ainda pergunta pela nossa vontade? Vamos aonde nos deixam ir. Alguém me disse que aqui talvez ainda se consiga um visto para o Haiti ou Santo Domingo.’ Meu coração quase parou: um velho senhor cansado, com filhos e netos, que treme de esperança de se mudar para um país que antes nunca viu direito no mapa, só para continuar mendigando lá, sendo estrangeiro e inútil! Ao lado, outro perguntou com sofreguidão desesperada como chegar até Xangai, pois ouvira dizer que os chineses ainda aceitavam judeus. Assim, todos se aglomeravam, antigos professores universitários, diretores de banco, comerciantes, fazendeiros, músicos, cada um disposto a carregar os miseráveis escombros de sua existência não importava para onde no mundo, atravessando os mares, suportando qualquer coisa, só para sair da Europa, ir para longe! Era um bando fantasmagórico.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5889).



passaportes estrangeiros, nunca mais me senti inteiramente pertencente a mim mesmo. Algo da identidade natural com o meu eu original e verdadeiro foi destruído para sempre.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 5691).

Tratado como um *objeto* pela identidade predatória nazista, o escritor interpretava os registros em seus documentos de identificação como a materialização da perda de liberdade para decidir seu destino e como o atestado de que outras pessoas estavam determinando e escrevendo a história da sua vida em um sentido oposto a quem ele, Stefan Zweig, em seu interior acreditava ser de fato.

## 6. REAÇÕES AO DESAJUSTAMENTO DA CONDIÇÃO MARGINAL

Os capítulos anteriores sobre questões associadas à língua materna e ao passaporte contribuíram para a percepção da intensidade do desajustamento vivido por Stefan Zweig e dos impactos sobre sua identidade. Consciente da condição de *homem marginal*, cada vez mais o escritor austríaco percebia-se objetificado por não conseguir ser senhor de sua realidade, de sua identidade e de seu destino, por tê-los definidos por outros, de “fora para dentro”.

Stonequist, em *O Homem Marginal*, arrola possíveis reações dos indivíduos marginais na tentativa de encontrar uma nova realidade em que se sintam ajustados ou menos desajustados, a saber: o nacionalismo, a conversão, o papel intermediário, a assimilação e o *passing*.

### 6.1 A busca do *sujeito* Stefan Zweig: reações ao desajustamento

Refletindo sobre a trajetória de Stefan Zweig, é possível perceber a dificuldade e mesmo, em alguns casos, a impossibilidade de escolha de um desses caminhos em busca do ajustamento:

Conversão: A conversão ao cristianismo, por exemplo, não era uma opção possível aos judeus perseguidos pelo nazismo. Muitos dos que tinham antepassados judeus, mas que já haviam se convertido ao cristianismo, foram ainda classificados pelos nazistas como judeus e alvo das mesmas violências perpetradas contra aqueles que professavam a fé judaica. A discriminação do nazismo contra os judeus não se baseava na religião, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu nos tempos da Inquisição na Península Ibérica, quando muitos judeus optaram pela conversão como caminho de sobrevivência e ajustamento. A ideologia nazista pautava-se pelo racismo científico e defendia a ideia de que algumas “raças inferiores” eram portadoras de genes “degenerados/impuros” que se transmitiam através da hereditariedade, geração a geração. Desse ponto de vista, a conversão jamais transformaria um judeu em um ariano.

Passing: Stonequist aponta o *passing* como um caminho buscado por muitos indivíduos em condição marginal que possuem “traços gerais, físicos e sociais, do grupo dominante. O judeu que não é aceito em termos de igualdade pode ‘passar’ [por um membro do grupo dominante], contanto que sua linguagem, nome e outros características sociais não o traíam.” (STONEQUIST, 1948, p. 199).

O sociólogo norte-americano ressalta, portanto, a necessidade da invisibilidade de “marcadores raciais”<sup>170</sup> para que o indivíduo integrante de grupos socialmente discriminados possa se passar por membro do grupo dominante. A busca por essa forma de ajustamento exige um ato consciente e deliberado de ocultar sua origem, garantindo que esse aspecto de sua história seja mantido em segredo. Sendo assim, “tal procedimento pode oferecer vantagens econômicas e sociais, mas tende a criar outros problemas sociais e morais.” (*Ibid.*, p. 208).

Algumas experiências reproduzidas por Stonequist explicitam os conflitos que o indivíduo marginal enfrenta por conta das questões morais e sociais implicadas no *passing*. O trecho a seguir é parte do depoimento de um judeu que, querendo tornar-se ministro protestante, adotou o *passing* para integrar-se ao grupo de não-judeus:

Quase todas as minhas devoções diárias destacaram o conflito sempre presente à minha consciência. Eu racionalizava bem - estava bem integrado na vida e nas atividades do Seminário; tornara-me amigo íntimo de pelo menos três homens; fora eleito Presidente da minha classe (...); que importância tinha minha origem; a única coisa que importava realmente eram os meus atos; se eu me abrisse então, teria vergonha de não tê-lo feito há mais tempo aos amigos, cujos segredos mais íntimos eu partilhara; se revelasse a minha origem, poderia eu arruinar a chance de conseguir colocação; se viessem a saber, aqueles que tão cordialmente me tratavam e em cujo convívio me sentia tão feliz, podiam-se voltar-se contra mim - eu ouvira os rapazes falarem mal de judeus; assim, pois, continuei nesse círculo vicioso. (*Ibid.*, p. 211)

Esse relato é revelador do conflito enfrentado pelos indivíduos que omitem suas origens em busca de evitar a discriminação. O indivíduo dessa história fala sobre o receio de revelar sua identidade porque tem consciência de suas consequências: “poderia eu arruinar a chance de conseguir colocação; (...) aqueles que tão cordialmente me tratavam (...) podiam-se voltar-se contra mim”. Tais considerações remetem à seguinte colocação de Frantz Fanon sobre a situação marginal do judeu: “O judeu deixa de ser amado a partir do momento em que é identificado.” (FANON, 2020, p. 131).

Fanon, indo além da questão judaica, complementa: “Mas, no meu caso, tudo ganha uma nova cara. Nenhuma chance me é concedida. Sou sobredeterminado a partir do exterior. Não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas da minha aparência.” (*Ibidem*). E, assim, diferencia a condição marginal do judeu e do negro. O primeiro ainda teria a chance de fugir do racismo a partir do ocultamento de suas origens, enquanto ao segundo nem essa possibilidade lhe era permitida, já que não era possível invisibilizar seu “marcador racial”, a

<sup>170</sup> Nunca é demais reforçar que “raça” é uma categoria social e não biológica e, portanto, a definição e identificação de tais “marcadores raciais” também é fruto do processo histórico-social.

cor de sua pele: “Quando me amam, dizem que é a despeito da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é por causa da minha cor... Por um lado ou por outro, sou prisioneiro do círculo vicioso.” (*Ibid.*, p. 131-132 ).

Essas observações acerca da possibilidade do *passing* apenas para alguns grupos discriminados remetem ao estudo *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, de Oracy Nogueira (2006). Ao diferenciar os “marcadores raciais” nos Estados Unidos e no Brasil, o antropólogo aponta que no país norteamericano a pessoa é identificada como negra independentemente de seus traços físicos, mas por conta de sua ascendência. Não importa, portanto, a cor de seu cabelo, de sua pele e de seus olhos, mas apenas se em sua família existem negros (pai, mãe, avó ou avô, por exemplo). Já no Brasil, a identificação racial é feita a partir do fenótipo, onde, diferente dos EUA, alguém de cabelos loiros, olhos azuis e pele branca, com pai, mãe ou avós negros, é considerado branco (NOGUEIRA, 2006, p. 294).

Como consequência, Nogueira argumenta que, no Brasil, o *passing* não faz sentido para esses indivíduos com traços brancos e ascendência negra; já nos Estados Unidos é um caminho que muitas dessas pessoas fazem para escapar à situação marginal: “Nos Estados Unidos, a fuga do *passing* somente é possível a negros de tal modo brancos que sua filiação racial apenas pode ser conhecida através de documentos de identidade e provas circunstanciais.” (*Ibidem*).

O antropólogo também relata o sofrimento de quem vivencia o *passing* a partir da história de “uma senhora que ‘passou’, durante seis meses, aceitando, como branca, um emprego de secretária, oferecido através de um anúncio.” (*Ibidem*) e que, tendo acreditado ter sua eficiência reconhecida pelo patrão, julgou ser possível revelar sua identidade racial, o que, segundo pensava, poderia inclusive contribuir para mudar a atitude dele em relação ao grupo negro. Contudo, após a revelação, ela foi sumariamente despedida. Nogueira ainda ressalta que o indivíduo que busca o *passing* vivencia o conflito duplamente, não apenas no grupo dominante em caso de revelação, mas também no grupo discriminado:

Da parte do grupo branco, as sanções podem ir desde a simples perda de emprego e o rompimento das relações que, como branco, o indivíduo teve ensejo de estabelecer, até a depredação de bens, a agressão física e o linchamento; da parte do grupo negro, o indivíduo estará exposto à censura moral, por falta de lealdade, ao ridículo e ao boicote. (*Ibidem*)

É sabido que, mesmo com essas dificuldades apontadas por Stonequist, Fanon e Nogueira, muitos indivíduos de grupos discriminados buscaram (e ainda buscam) sua sobrevivência a partir do *passing*, entre eles, inclusive judeus que ocultaram sua real identidade durante o nazismo<sup>171</sup>. Para Stefan Zweig, contudo, essa não foi uma possibilidade. Não só pelo fato de o escritor austríaco ser internacionalmente reconhecido, o que dificultaria sobremaneira a adoção de uma nova identidade, mas também pela importância que Stefan Zweig concedia à sua liberdade interior e a continuar a ser ele mesmo.

O *passing* exigia uma morte e um renascimento social praticamente impossíveis para um homem como Stefan Zweig, que procurava, mesmo que interiormente, manter-se fiel à sua identidade, aos seus valores e ao perfil daquele indivíduo que almejava ser. É pertinente, por isso, refletir que, para Zweig, manter sua história e sua identidade em segredo, adotando um novo nome e uma outra profissão, pareceria menos uma forma de sobrevivência do que de morte em vida.

Assimilação: A assimilação também mostrou-se um caminho difícil para o escritor. Primeiro, porque não era uma opção em terras nazistas, e, segundo, porque, uma vez tendo sido identificado de forma racista como judeu, Stefan Zweig passou a ter consciência de sua condição marginal, temendo transformar-se em *estrangeiro inimigo* a qualquer momento nos países onde viveu desde a sua saída da Áustria.

O exílio na América tornava sua assimilação ainda mais difícil, já que o escritor via a si mesmo como um europeu e sentia-se velho, chegando aos 60 anos, para recomeçar uma vida nos EUA ou no Brasil. Recém chegado em Petrópolis, Zweig expressou: “Agora nós já estamos há quatro dias aqui e nos sentimos bem - feliz não digo porque não posso me adaptar a essa vida nômade, sem uma casa e sem livros, nós seremos europeus para sempre e nos sentiremos estrangeiros em qualquer parte.” (DAVIS e MARSHAL, 2012, p. 182, 31/8/41).

Nacionalismo: A tomada de consciência de sua condição marginal fez com que alguns intelectuais judeus comesçassem a defender a criação de um Estado judaico como solução para que o povo judeu pudesse ter uma vida digna, uma terra com governo próprio, onde os judeus poderiam ser eles mesmos, longe do antissemitismo e do autoritarismo dos países nos quais foram viver durante a diáspora judaica. Tratava-se, portanto, da reação frequente do tipo

---

<sup>171</sup> Sobre o *passing* entre judeus que adotaram novas identidades para sobreviver ao nazismo, ver o docudrama *Os Invisíveis*, de Claus Räfle, lançado em 2018 no Brasil, o livro *Odyssey of Exile: Jewish Women Flee the Nazis for Brazil*, de Katherine Morris e o romance *Paris é para sempre*, de Ellen Feldman. Sobre o *passing* entre negros nos Estados Unidos ver o filme *Passing*, de Rebecca Hall (EUA, 2021).

nacionalista, identificada por Stonequist, na busca pelo ajustamento em variadas coletividades marginais:

Ao ‘homem marginal’ apresenta-se uma forma de ajustamento, ou pelo menos de ajustamento parcial, pela identificação com o grupo subordinado ou ‘oprimido’, e talvez a suposição de um papel de liderança nesse grupo. Tal liderança toma muitas vezes a forma de nacionalismo ou movimento racial. São exemplos de tais reações o movimento do ‘Retorno à África’ de Garvey, os nacionalistas da Europa e Ásia, o sionismo judeu, e o renascimento do Novo Negro nos Estados Unidos. (STONEQUIST, 1948, p. 177)

O movimento sionista judaico ganhou força no final do século XIX como uma reação à impossibilidade da emancipação judaica na Europa Oriental - onde os judeus viviam sob governos autoritários com práticas antissemitas e eram constantemente vítimas de *pogroms*<sup>172</sup> - e também à percepção de que a emancipação e a assimilação dos judeus da Europa ocidental não eram suficientes para integrá-los como iguais na sociedade dominante:

Isso não nos é permitido. Em vão somos patriotas leais, às vezes superlativamente leais; em vão fazemos os mesmos sacrifícios da vida e da propriedade que nossos concidadãos; em vão lutamos para aumentar a fama de nossas terras natais nas artes e nas ciências, ou para ampliar sua riqueza por meio do intercâmbio e do comércio. Em nossas terras natais, nas quais vivemos há séculos, continuamos a ser aviltados como estrangeiros, muitas vezes por homens cujos ancestrais ainda não haviam chegado a elas, quando já fazia muito tempo que os lamentos judaicos eram ouvidos no país. A maioria decide quem é o “estrangeiro”; isso, como tudo o mais nas relações entre os povos, é uma questão de poder. (HERZL *apud* SPITZER, 2001, p. 212-213)

Theodor Herzl (1860-1904), um dos fundadores do sionismo, foi contemporâneo de Stefan Zweig. Nasceu na Hungria, sete anos antes da emancipação judaica, e mudou-se com sua família para Viena no final da década de 1870. Dedicou-se à literatura e também formou-se em Direito na Universidade de Viena. Assim como Zweig, era um judeu assimilado de origem burguesa que procurava cada vez mais se integrar à cultura germânica. No entanto,

<sup>172</sup> “*Pogrom* é uma palavra russa que significa ‘causar estragos, destruir violentamente’. Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. Acredita-se que o primeiro incidente deste tipo a ser rotulado pogrom foi um tumulto anti-semita ocorrido na cidade de Odessa em 1821. Como termo descritivo, a palavra ‘pogrom’ tornou-se de uso comum durante as grandes revoltas antissemitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884, após o assassinato do Czar Alexandre II. Durante o período do nazismo na Alemanha e no leste europeu, assim como havia acontecido na Rússia Czarista, os pretextos para os pogroms eram ressentimentos econômicos, sociais, e políticos contra os judeus, reforçando o já tradicional anti-semitismo religioso.

Os perpetradores dos pogroms os organizavam localmente, algumas vezes com o incentivo do governo e da polícia.” (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Pogroms. In: United States Holocaust Museum. Disponível em:

<<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms#:~:text=Pogrom%20%C3%A9%20uma%20palavra%20russo,russo%20como%20em%20outros%20pa%C3%ADses>>. Acesso em 12 abr 2022).

já em 1883, o crescente antissemitismo no Império Áustro-Hungaro e, principalmente, sua experiência como membro de uma fraternidade nacionalista alemã, tornavam Herzl consciente de sua condição marginal. Os *pogroms* no leste europeu e a sua cobertura jornalística do *Caso Dreyfus*<sup>173</sup> foram ainda elementos determinantes para que Theodor Herzl passasse a defender a reação dos judeus pelo caminho do sionismo, ou seja, da formação de um Estado judaico. Para isso, inclusive, escreveu o livro *O Estado Judeu (Der Judenstaat)* em 1896.

Herzl não foi o único que pensou a solução sionista: enquanto ele propunha o sionismo liberal, Aaron David Gordon e Dov Beer Borochof defenderam o sionismo socialista, Achad Haam, o chamado sionismo cultural e Zeev Jabotinsky, o sionismo revisionista. Contudo, foi com Theodor Herzl e suas ideias que Stefan Zweig teve maior contato.

No início dos anos 1900, Herzl era bastante influente no meio literário e responsável por revelar novos nomes na cena intelectual vienense. Àquela altura, ele era editor do *Feuilleton* do *Neue Freie Presse* e foi, de certa maneira, um mentor literário do jovem Stefan Zweig, pois, além de ser um dos primeiros a tecer publicamente elogios aos seus versos, também o convidou para ser colaborador do jornal.

Aproximando-se de Theodor Herzl, Stefan Zweig começou a frequentar os encontros sobre a temática sionista e a interessar-se pelas ideias de seu mentor.<sup>174</sup> Mas, ao longo de sua vida, Zweig seguiu por outro caminho e rompeu com o sionismo por considerar que os judeus não deveriam defender uma solução nacionalista, pelo contrário, deveriam adotar valores humanistas e posturas universalistas.

---

<sup>173</sup> “Em 1894, o capitão Alfred Dreyfus, oficial judeu do exército francês é preso e falsamente acusado de entregar documentos que envolviam a segurança nacional da França à Alemanha. Após julgamento sumário por uma corte militar, Dreyfus é considerado culpado por traição e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, localizada na costa da Guiana Francesa. Este caso divide a França em dois grupos opostos: aqueles que alegam que Dreyfus é culpado (conservadores, nacionalistas e antissemitas), e aqueles que dizem que Dreyfus deve receber um julgamento justo (liberais e intelectuais). Em 1899, Dreyfus é novamente julgado por uma corte militar, mas outra vez é considerado culpado. No entanto, o presidente da República Francesa intervém e concede-lhe indulto. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, Dreyfus é totalmente inocentado por uma corte civil. A controvérsia acerca do caso Dreyfus reflete o antissemitismo latente nas corporações oficiais e em outros grupos conservadores (franceses).” ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Anti-semitismo. In: United States Holocaust Museum. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/antisemitism-1>>. Acesso em 20 maio 2022).

<sup>174</sup> Provavelmente, não era a primeira vez que o jovem austríaco tinha contato com essa temática. Sua amizade e, inclusive, seus comentários sobre a obra de Efraim Moses Lilien demonstram que a solução sionista para a questão judaica já era algo presente nos círculos intelectuais frequentados por Zweig (BENSON, 2014, p. 108-109).

Em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, período em que Stefan Zweig fortaleceu sua visão europeísta do mundo, ele escreveu em carta para o filósofo e amigo Martin Buber:

Quanto aos meus sentimentos como judeu, nunca me senti tão livre como agora, nos dias da decepção nacionalista. Discordo de você e de seus seguidores no fato de que nunca quis que o judaísmo voltasse a ser uma nação, reduzindo-se assim a competir com as realidades presentes. Amo a diáspora e a apoio por seu idealismo, assim como por seu apelo humano e universal. Não quero outra união que não seja a do espírito, único fator real que temos em comum, nunca a da língua, a da nação, a das tradições, das belas mas perigosas simplificações. Considero a situação atual como a melhor para a humanidade: uma entidade sem língua, sem vínculos, sem pátria, unida apenas por sua própria aura. Parece-me que qualquer unificação mais próxima e tangível deterioraria esta situação incomparável. A única qualidade que devemos reforçar é a de não ver esta circunstância como uma humilhação, mas sim aceitá-la com amor e com plena consciência, como eu a aceito. (LA BIBLIOTECA NACIONAL DE ISRAEL - DEPÓSITO DE MEMORIA)<sup>175</sup>

Décadas depois, em 1935, quando já era um dos maiores escritores de língua alemã de sua época, durante uma conferência de imprensa em Nova Iorque, Zweig foi pressionado a tomar uma posição em relação à Alemanha hitlerista. No entanto, o escritor austríaco recusou-se, respondendo que fazia tempo que havia estado no país e que, portanto, não tinha como emitir uma opinião sobre o que lá acontecia, e completou: “Eu não farei nenhuma profecia. Eu nunca falaria contra a Alemanha. Eu nunca falaria contra país nenhum.”<sup>176</sup> (PROCHNIK, 2014, p. 60, tradução minha).

Nessa mesma entrevista, Stefan Zweig criticou o sionismo dizendo que a Palestina estava demonstrando uma tendência a se transformar em um movimento nacionalista perigoso e, quando interpelado por um repórter sobre sua antiga associação a Herzl e outros sionistas, o escritor austríaco respondeu: “Eu nunca fui um real sionista. Eu odeio todo tipo de nacionalismo. Eu não gostaria que os judeus se tornassem nacionalistas.”<sup>177</sup> (*Ibid.*, tradução

<sup>175</sup> Do espanhol: “*En cuanto a mis sentimientos como judío, nunca me he sentido tan libre como ahora, en los días de la decepción nacionalista. Difiero de usted y sus seguidores en el hecho de que nunca he querido que el judaísmo se convierta de nuevo en nación, reduciéndose así a competir con las realidades presentes. Amo la Diáspora y la apoyo por su idealismo, así como por su llamamiento humano y universal. No deseo otra unión que la del espíritu, el único factor real que tenemos en común, nunca la de la lengua, la de la nación, la de las tradiciones, simplificaciones bellas pero peligrosas. Considero la situación actual como la mejor para la humanidad: una entidad sin lengua, sin lazos, sin patria, unida únicamente a través de su propio aura. Me parece que cualquier unificación más cercana y tangible deterioraría esta situación incomparable. La única cualidad que debemos reforzar es la de no ver esta circunstancia como una humillación sino más bien aceptarla con amor y con plena conciencia, como lo hago yo.*” (LA BIBLIOTECA NACIONAL DE ISRAEL - DEPÓSITO DE MEMORIA. La carta a Buber. In: Carta de Zweig a Buber. Disponível em: <<http://gizra.github.io/CDL-ES/pages/464AAD88-DF79-75FE-4CAE-3B36EF5DDECB/#A39F194E-7EA0-E641-B943-A9255C33A28D>>. Acesso em 01 jun 2022).

<sup>176</sup> Do inglês: “*I will make no prophecy. I would never speak against Germany. (...) I would never speak against any country.*” (PROCHNIK, 2014, p. 60).

<sup>177</sup> Do inglês: “*I was never a real Zionist. (...) I hate all kinds of nationalism. I wouldn't want the Jews to become nationalist.*” (*Ibidem*).



minha). Dessa maneira, Zweig demonstrava que o nacionalismo também não era um caminho possível para ele e adotava cada vez mais o discurso internacionalista. Parecia que, àquela altura, o escritor ainda acreditava na razão como instrumento que venceria a insensatez nazista, e seu caráter conciliador o impedia de tomar posicionamentos mais radicais.

Pode-se pensar, então, que o internacionalismo pudesse ser uma forma de ajuste para a condição marginal de Stefan Zweig e é, sim, possível dizer que essa concepção de mundo contribuiu para que o escritor vivesse por oito anos fora de sua pátria. No entanto, o sociólogo Stonequist chama a atenção para a impossibilidade desse ajustamento para aqueles que foram destituídos de sua nacionalidade: “Se lhe desprezam a nacionalidade, não resolve ele a dificuldade com a desnacionalização e evasão para qualquer forma espúria de cosmopolitismo; porque o desenvolvimento de uma ‘mentalidade internacional’ supõe a existência de um espírito nacional integrado.” (STONEQUIST, 1948, p. 221).

Desde a Primeira Guerra Mundial, o escritor austríaco defendia o que acreditava ser valores humanistas e internacionalistas. Colocava-se contra as fronteiras europeias e argumentava a favor do que denominava “união espiritual da Europa”. Valorizava a grandeza dos intelectuais austríacos e também dos franceses, ingleses e alemães: “Ele pode compreender os valores de outras culturas nacionais porque compreende e se harmoniza intimamente com os de sua própria cultura.” (*Ibid.*, p. 195).

A ruptura forçada com sua pátria, nacionalidade e cidadania austríacas foi um fator de potente desequilíbrio para a concepção internacionalista de Stefan Zweig. Seu “espírito nacional” foi desintegrado e o escritor, que havia em 1917 endereçado ao filósofo Buber palavras que valorizavam sua condição diaspórica como judeu, já em sua autobiografia de 1941, afirmava: “não pertencço a lugar algum, em toda parte sou estrangeiro ou, na melhor das hipóteses, hóspede” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 96) e “De nada me valeu que durante quase meio século eduquei o meu coração a bater de maneira cosmopolita, como o de um “cidadão do mundo” (*Ibid.*, posição 5698). A desnacionalização e a impossibilidade de voltar a viver na Europa pareciam demonstrar a Zweig as dificuldades de um caminho internacionalista na medida em que sua pátria lhe era renegada.

O intermediário cultural - O papel de intermediário cultural também era um caminho repleto de barreiras para Stefan Zweig. Ao longo da história judaica, é possível identificar muitas vezes os judeus nesse papel de intermediário. Georg Simmel analisou essa questão ao qualificar o judeu como um estrangeiro/estranho no mundo cristão e, por isso, como alguém dotado da proximidade e, ao mesmo tempo, do distanciamento necessários para analisar as

situações em cada uma das culturas de forma mais objetiva do que aqueles completamente nelas imersos. Segundo Simmel, a atividade comercial, umas das poucas opções para os judeus por muito tempo, potencializava esse lugar de mediação, já que o comerciante se estabelece apenas por um tempo na comunidade dominante e, assim, passa a ter certo desprendimento em relação às questões locais e uma percepção mais imparcial da situação.

Se os judeus têm historicamente esse lugar de mediação cultural, por qual motivo essa não era uma escolha possível a Stefan Zweig? Mais uma vez, a forma de discriminação orquestrada pelo Reich contra os judeus não permitia que existisse qualquer diálogo entre os grupos discriminados e a sociedade dominante. Os nazistas, primeiro, tentaram livrar a Alemanha dos judeus, expulsando-os de seus territórios. A partir de 1941, quando perceberam as dificuldades dessa estratégia, decidiram implementar uma política de extermínio, primeiro com fuzilamento e depois com a deportação para campos de extermínio dotados de câmaras de gás.

Karl Mannheim<sup>178</sup>, sociólogo judeu que fugiu da Alemanha para Londres em 1935, no entanto, tratou das possibilidades do refugiado em ocupar a função de mediador entre a cultura de sua terra natal e a do país onde se refugiou (MANNHEIM *apud* BURKE, 2017, Kindle, posição 536 e 543). Pode-se, então, pensar que Stefan Zweig poderia ter sido um intermediador cultural na Inglaterra, nos Estados Unidos ou no Brasil, como fizeram muitos outros judeus perseguidos pelo nazismo<sup>179</sup>.

---

<sup>178</sup> “Duas vezes exilado, da Hungria para a Alemanha e, depois, da Alemanha para a Inglaterra, defendia que o conhecimento era socialmente situado. Seu argumento tinha a intenção de se aplicar a todo mundo, mas em particular é óbvio no caso dos exilados, que tiveram de responder a grandes mudanças em suas situações.” (BURKE, 2017, Kindle, posição 152 e 158).

<sup>179</sup> Peter Burke destaca: “Alguns foram tradutores, tanto linguísticos quanto culturais, apresentando aos alunos da cultura anfitriã a linguagem e a cultura de sua terra natal. Bernard Groethuysen fez a França conhecer Kafka e a sociologia alemã. Nos Estados Unidos, Kurt Wolff traduziu Simmel e Mannheim; Hans Gerth traduziu Max Weber; Werner Stark introduziu os escritos de Max Scheler; e Walter Kaufmann traduziu e comentou muitas obras de Nietzsche. O filósofo alemão Fritz Heinemann explicou o existencialismo para os britânicos na forma de livro (*Existentialism and the Modern Predicament* [O existencialismo e a condição moderna], 1958), e outros exilados, entre eles George Lichtheim, atuaram como mediadores via jornalismo. Outros exilados apresentaram aos alunos do país anfitrião a história de sua terra natal. A história alemã ‘não estava bem estabelecida nas universidades americanas nos anos 1930’. Uma geração depois, nos anos 1960, a situação já mudara completamente, graças a acadêmicos como Hajo Holborn, Hans Rosenberg, Fritz Redlich, George Mosse, Fritz Stern e Peter Gay. Holborn, por exemplo, que se tornou professor em Yale, publicou em três volumes a *History of Modern Germany* [História da Alemanha moderna] na década de 1960. De maneira similar, o austríaco Robert Kann escreveu sobre o Império Habsburgo, e o húngaro Peter Sugar, sobre o centro e o leste da Europa. Na Grã-Bretanha, a situação era semelhante. Francis Carsten recordou que, quando fora nomeado palestrante no Westfield College, em 1947, tinha “quase o monopólio” do ensino da história alemã na Universidade de Londres. A exemplo de predecessores russos como George Vernadsky, os exilados colocaram seus países de origem no mapa histórico dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de outros lugares – e ensinaram uma geração de doutorandos nativos a continuar seu trabalho.” (BURKE, 2017, Kindle, posição 3941, 3949 e 3957).

De fato, essa era uma possibilidade, até porque Zweig, sendo um grande escritor e tradutor, já havia assumido função semelhante ao longo de sua vida. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o escritor austríaco foi para a Suíça para unir-se a conhecidos franceses, exatamente no intuito de aproximar duas sociedades que estavam em conflito: a germânica e a francesa. O escritor austríaco, após 1916, procurou transmitir uma mensagem humanista e internacionalista/europeísta, unindo-se a intelectuais europeus e apresentando à sociedade europeia seu potencial de aproximação <sup>180</sup>.

Em 1920, Zweig fortaleceu esse caminho de mediador cultural europeu publicando o primeiro volume da série *Os Construtores do Mundo (Baumeister der Welt): Três mestres - Balzac, Dickens e Dostoievski (Drei Meister. Balzac. Dickens. Dostojevski)*, no qual tratava desses três romancistas, o francês, o inglês e o russo, todos nacionais dos países que haviam lutado e vencido a Alemanha e o Império Austro-Húngaro na Grande Guerra. A partir da escrita, Stefan Zweig procurava firmar a ideia de herança cultural comum para que a Europa superasse as rivalidades e o revanchismo do pós-guerra (GIL, 2019, p. 141). A pesquisadora Maria de Fátima Gil ainda complementa:

A par da escrita, Zweig dedicou-se também nesta altura a aperfeiçoar o seu próprio modelo de unidade europeia. Assim, dilatou a atividade de mediador cultural, redigindo textos biográficos com valor parabólico sobre figuras oriundas dos mais diversos países, publicando artigos e revisões sobre autores seus contemporâneos, e promovendo até, na Alemanha, a edição de grandes obras da literatura europeia nas línguas em que originalmente haviam sido escritas. Além disso, empenhou-se em alargar a sua rede de contatos pessoais, quer consagrando-se a viagens frequentes, quer escrevendo missivas para todos os cantos da Europa, quer ainda recebendo em sua casa muitos dos nomes mais destacados da cultura ocidental de então. (*Ibid.*, p. 143)

No início da ascensão nazista, Stefan Zweig também acreditou que poderia mais uma vez assumir o papel de intermediário e começou, em 1933, a redação de um manifesto que enviou a outros intelectuais de língua alemã, como Albert Einstein, Felix Salten e Max Brod, em busca de apoio. O rascunho inicial do que denominou *Pontos básicos de um manifesto a ser trabalhado coletivamente* procurava expor a ideia de que nada desonraria os judeus, nem mesmo a retirada de seus direitos, as violências e humilhações que vinham sofrendo por parte dos nazistas. Ressaltava ainda algumas contribuições do povo judeu à humanidade, como o Velho Testamento e o tratamento de combate à sífilis, para reafirmar que os judeus, tendo

---

<sup>180</sup> *Der Turm zu Babel (A Torre de Babel)*, um artigo publicado em Abril de 1916, em tradução francesa, na revista Carmel, de Genebra, e a peça *Jeremias* de 1918 são exemplos dessa postura de Stefan Zweig durante a Primeira Guerra Mundial.

demonstrado seu potencial para ajudar no desenvolvimento da sociedade, não tinham porque se defender de acusações de que pertenceriam a “raças inferiores”, já que os fatos falavam por si só (ZWEIG, 2013, p. 230). Por fim, Stefan Zweig reconhecia o que chamou de “problema dos judeus” e afirmava a vontade e boa disposição deles em ajudar a resolver essa questão:

Por mais que recusemos qualquer tentativa de privação de direitos e desonra por parte de qualquer nação, estamos prontos a contribuir com todas as nações (...) em qualquer solução do problema dos judeus, enquanto corresponder à nossa honra e à honra do século. Estamos dispostos a fazer qualquer sacrifício a fim de acelerar a construção de uma nova pátria para os degredados, examinaremos agradecidos qualquer proposta e receberemos com solicitude qualquer sugestão; o mundo verá o judaísmo alegremente à disposição para todos e para tudo que exigir energia, sacrifício, devoção e atitude - exceto reconhecer como válida a loucura racista, perigosa para o mundo, e chamar alguma vez a violência de justiça. (*Ibid.*, p. 231)

A articulação de Stefan Zweig para a publicação do manifesto em conjunto com outros intelectuais de língua alemã fracassou. O tom pacífico e pouco combativo exatamente no momento em que os judeus eram submetidos a numerosas privações, provavelmente, impediu que os outros intelectuais percebessem esse manifesto como uma ação efetiva e mesmo pertinente ao momento. Zweig "frustrado desativou a recém militância judaica e engajou-se na preparação do perfil biográfico do humanista Erasmo de Roterdã, a sua duradoura parábola contra a intolerância e o fanatismo." (*Ibid.*, p. 228), não chegando nunca a assumir o protagonismo no combate ao nazismo que seu amigo Romain Rolland pressionava-o a ocupar.

Refugiado na Inglaterra desde 1934 e exilado nos Estados Unidos e no Brasil a partir de 1940, o escritor austríaco encontrou outras dificuldades para buscar seu ajustamento na função de intermediação cultural. Na Inglaterra, Stefan Zweig tentou ocupar um cargo onde pudesse contribuir com suas ideias, mas não obteve sucesso <sup>181</sup>, sentindo-se cada vez mais

---

<sup>181</sup> Traduzido do alemão: “Caro Frischauer, a única boa notícia que vejo no jornal hoje é que você solicitou a naturalização - embora eu tenha ouvido que tudo, provavelmente, ficará parado até o fim da guerra e não quero nem pensar em tanto tempo. Nossa condição aqui é bastante absurda! Se eu contar com calma, devo dizer que, além de Thomas Mann, nenhum outro escritor em língua alemã (infelizmente!) poderia ser tão valioso internacionalmente quanto eu em todos os aspectos - eu também me ofereci, já que, de todo modo, não se pode trabalhar razoavelmente e porque infelizmente tenho a sensação de que poderíamos fazer a propaganda melhor do que os funcionários locais do Ministério da Informação, porque conhecemos melhor a psicologia dos países europeus e neutros. Como não parecemos ser necessários, estou agora considerando se não deveria me colocar à disposição da França, onde tenho os jornais à mão, todos me conhecem e pode-se entrar em contato direto com os dirigentes - é terrível demais sentar-me aqui inutilmente e ver o quanto é perdido. Além disso, não reconheço *ad personam* a classificação como um inimigo estrangeiro; nosso governo fica no Hotel Metrópole ou está perfilado e declarou guerra à Inglaterra (...). Estou preso em Bath, meu 'espaço de vida' fica a 5 milhas do mercado e já tinha garantido uma casa antes; eu lhe disse que me casei com Lotte A. no primeiro dia da guerra, ela arranhou um marido um tanto melancólico. Foi realmente uma coincidência que a guerra me encontrou ainda aqui, eu já estava no Consulado Sueco para o Congresso P.E.N; dois dias depois e eu teria visto tudo isso de

inútil no país. Em carta para sua família, já no exílio norte-americano, Lotte confidenciou: “Às vezes gostaríamos de estar de volta a ‘Rosemount’<sup>182</sup>, apesar de tudo que nos fez partir (...). Racionalmente não parece ser (a melhor opção). Provavelmente Stefan se sentiria de novo inútil ou lhe seria ofertado um emprego sem importância.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 164).

Após 1938, quando se torna um *estrangeiro inimigo* e passa a ter que respeitar restrições impostas pelo governo britânico, demonstra frustração, e também certo temor, com a impossibilidade em expressar sua opinião em um país do qual não era cidadão: “Isolado e sem a oportunidade de expressar-me. (...) Escuto no rádio que Freud morreu ontem à noite (...) Volto a me sentir ilhado neste país ao não poder prestar homenagem por escrito em nenhum jornal.”<sup>183</sup> (ZWEIG, 2021, p. 106, tradução minha).

Mesmo após a concessão da cidadania britânica em 1940, talvez como um traço da hipersensibilidade do homem marginal identificada por Stonequist<sup>184</sup>, permaneceu inseguro em relação ao tratamento que receberia na Inglaterra, já que muitos ex-austríacos e ex-alemães<sup>185</sup> vinham sendo alvo de restrições e até impedidos de continuar a viver em terras

---

longe. Mas quem sabe o que é melhor ou menos pior.” (BECK e BERLIN, 2005, p. 259-260 - 15 de setembro de 1939, tradução minha).

Original: “*Lieber Frischauer, ich sehe heute aus der Zeitung als einzig erfreuliche Nachricht, daß Sie um Naturalisierung eingereicht haben - allerdings höre ich, daß Alles gestoppt ist wahrscheinlich bis Kriegsende und auf so weite Zeit will ich gar nicht denken. Unser Zustand hier ist recht absurd! Wenn ich ruhig überzähle[,] muß ich doch sagen, daß außer Thomas Mann kein Schriftsteller in (leider!) deutscher Sprache international so verwertbar sein könnte wie ich in jeder Weise — ich habe auch angeboten, da man doch ohnehin nicht vernünftig arbeiten kann und weil ich leider das Gefühl habe, daß wir die Propaganda besser machen könnten als die hiesigen Beamte[n] des Inf. Ministeriums, weil wir doch die europäische und neutrale Länder Psychologie besser kennen. Ich erwäge nun, da man uns nicht zu benötigen scheint, ob ich nicht Frankreich mich zur Verfügung stellen soll, wo ich die Zeitungen an der Hand habe, jeder mich kennt und man mit den führenden Leuten direct in Contact kommen kann - es ist zu grauenhaft, nutzlos hier herumzusitzen und zu sehen, wie viel versäumt wird. Dazu kommt, daß ich ad personam die Einteilung als enemy alien nicht anerkenne; unsere Regierung sitzt in Hotel Metropole oder ist ein geschart und hat England den Krieg erklärt; ich finde daß diese Anerkennung der Annexion Österreichs auf unserem Kücken recht überflüssig war und man durchaus uns mit den Czechoslow. hätte gleichstellen können. Ich sitze in Bath fest, mein »Lebensraum« ist 5 Meilen vom Marktplatz aus gerechnet und hatte mir schon vordem ein Haus gesichert; daß ich Lotte A. am ersten Kriegstag heiratete, habe ich Ihnen ja gemeldet, sie bekommt einen etwas melancholischen Gatten. Es war wirklich ein Zufall, daß mich der Krieg hier noch antraf, ich war schon auf dem schwedischen Consulat für den P. E.N Congress; zwei Tage später und ich hätte dies alles von ferne mitangesehen. Aber wer weiß, was besser ist oder weniger schlecht.*” (Ibidem).

<sup>182</sup> Rosemount é o nome da casa adquirida por Stefan Zweig em Bath, na Inglaterra.

<sup>183</sup> Do espanhol: “*Aislado y sin oportunidad de expresarme. (...) Escucho en la radio que Freud murió ayer por la noche (...) Vuelvo a sentir mi aislamiento en este país al no poder rendirle homenaje escrito en ningún diario*” (ZWEIG, 2021, p. 106).

<sup>184</sup> Conforme abordado no capítulo *Stefan Zweig, um homem marginal*, essa hipersensibilidade causaria uma “exagerada autoconsciência desenvolvida pela contínua observação de si mesmo pelos olhos dos outros. Ela pode resultar numa tendência a descobrir malícia e discriminação onde não existiam.” (STONEQUIST, 1948, p. 168).

<sup>185</sup> Na versão espanhola dos diários de Zweig, esses termos referem-se àqueles indivíduos que haviam sido destituídos de sua nacionalidade austríaca ou alemã pelo governo nazista.

britânicas. Sendo assim, a dificuldade em encontrar portas abertas em jornais onde pudesse contribuir e, mais tarde, a insegurança gerada por sua origem austríaca foram fatores que impediram Zweig de tornar-se um intermediador cultural durante seus seis anos de vida inglesa.

O caso dos Estados Unidos apresenta-se como mais complexo à compreensão. Por algum motivo, ainda pouco claro, Stefan Zweig tinha resistência em relação ao país. Talvez, pela frustração em ter recebido apenas um visto de trânsito quando partiu da Inglaterra, pelo excessivo contato com outros refugiados em terras estadunidenses, por sua percepção de que as portas não estavam abertas aos intelectuais ou ainda por acreditar que aquilo que produzia não era de interesse da sociedade estadunidense. Mesmo não conseguindo precisar a motivação de sua resistência, é possível perceber em suas cartas<sup>186</sup> seu desajustamento durante sua estada nos EUA, o que impossibilitava-o de exercer o papel de intermediação cultural naquela sociedade:

Sabemos que Zweig recebeu diversos convites de lá, mas recusou todos. Ele também enfrentara grandes dificuldades ao procurar ajudar Giuseppe Borgese e Lavinia Mazzucchetti a serem contratados por universidades estadunidenses e entendeu que, mesmo para cientistas de excelência, a situação não era fácil. Além disso, disse em diversas ocasiões que a "esfera anglo-americana" não lhe convinha (para mim, esse é um comentário bastante estranho, já que ele havia residido durante mais de seis anos na Grã-Bretanha). (BOHUNOVSKY, 2015, p. 244-245)

No Brasil, diferente dos EUA, o idioma estrangeiro era um impeditivo. Zweig não dominava o português e, por isso, tinha dificuldades em estabelecer uma ponte intercultural. Pode-se pensar que o livro *Brasil, um país do futuro*, era de certa forma uma tentativa de apresentar o país que o acolheu ao mundo, principalmente aos seus leitores europeus. No entanto, a conturbada recepção que a obra recebeu na sociedade brasileira - que chegou a acusar Zweig de publicar um livro utópico sobre o Brasil a mando do ditador Getúlio Vargas em troca da sua residência no país - impossibilitou a construção de um ajustamento nessa direção e contribuiu para a intensificação do estado depressivo do escritor austríaco.

---

<sup>186</sup> Ver Parte II: *Interlúdio em Nova York*, 24 de janeiro a 15 de agosto de 1941. (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 154-176).

## 6.2 A escrita como espelho para Stefan Zweig: Erasmo de Rotterdam, Montaigne e ele mesmo

Se o papel de intermediador cultural não foi ocupado pelo escritor austríaco para se ajustar à sociedade inglesa, norte-americana ou brasileira, não se pode ignorar, contudo, que, de certa maneira, o múltiplo homem marginal Stefan Zweig tentou assumir por anos um papel similar no qual, a partir de suas obras, procurava apresentar ao mundo cada vez mais nacionalista, intolerante e segregacionista, valores internacionalistas e humanistas. Escolhendo temáticas históricas e mediante o emprego de metáforas e parábolas, Zweig procurava traduzir para a cultura do ódio e da violência a importância da cultura universal, pacifista e humanista.

Durante muito tempo, desde sua fuga da Áustria em 1934, Stefan Zweig utilizou a escrita como ferramenta de ajustamento e de retomada de sua condição de sujeito da sua própria vida. Mudava-se constantemente de cidade e de país em busca de um lugar onde pudesse sentir segurança e continuava a escrever obras para transmitir ao mundo seus principais valores, e também para afirmar a si mesmo e aos outros sua própria identidade: “Os espíritos criadores podem encontrar uma descarga no uso do conflito como tema de expressão artística ou investigação científica. A alguns indivíduos será possível mudar-se para localidades onde os problemas raciais são menos agudos.” (STONEQUIST, 1948, p. 220-221).

Entre os livros relevantes que escreveu no período de exílio, pode-se citar: *Erasmo de Rotterdam, grandeza e decadência de uma ideia* [*Triumph und Tragik des Erasmus von Rotterdam*] (1934); *Uma consciência contra a violência: Castélio contra Calvino* [*Castellio gegen Calvin oder Ein Gewissen gegen die Gewalt*] (1936); os trabalhos biográficos *Maria Stuart* (1935), *Fernão de Magalhães* [*Magellan. Der Mann und seine Tat*] (1937) e *Américo Vespúcio* (1941); o romance *Coração Inquieto* [*Ungeduld des Herzens*] (1939), *Brasil - um país do futuro* [*Brasilien – Ein Land der Zukunft*] (1941), sua autobiografia *O Mundo de Ontem* [*Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers*] (1941), a novela *Xadrez* (1941) e o ensaio inacabado sobre *Montaigne* (1941/1942) (*Ibidem*). Nas próximas páginas, foi dada atenção especial a *Erasmo de Rotterdam*, *Montaigne* e *O Mundo de Ontem* por conta das expressivas características autobiográficas dessas obras.

### 6.2.1 O espelho Erasmo de Rotterdam

*“O retrato do grande humanista, que vê a verdade, mas cujas advertências são ignoradas, foi uma imagem espelhada de sua própria situação”.* (MATUSCHEK, Kindle, posição 4826)

A obra *Erasmo de Rotterdam* foi uma maneira de Stefan Zweig se posicionar frente ao nazismo da forma como ele acreditava ser possível para manter sua liberdade interior, ainda mais importante para ele em tempos de privação de sua liberdade exterior. Escrevendo sobre Erasmo de Rotterdam, Zweig criticava a ditadura e a intolerância de seu tempo, reforçando os valores humanistas, cosmopolitas e pacifistas que defendia serem o caminho para o progresso da humanidade. Dessa maneira, acreditava estar agindo contra o nazismo, ao mesmo tempo em que conseguia se manter distanciado de engajamentos políticos e de reações violentas e cheias de ódio que o seu caráter conciliador e tolerante condenavam.

Em carta para Klauss Mann, em 15 de maio de 1933, Zweig compartilhou seus objetivos:

Estou trabalhando agora num estudo sobre Erasmo de Rotterdam, o humanista também de coração, que sofreu a mesma derrota de Lutero que os humanistas alemães hoje estão sofrendo de Hitler. Quero por analogia representar e desdobrar de modo incensurável, fazendo a máxima justiça a esse homem do nosso tipo e a outros. Espero que seja um hino à derrota.<sup>187</sup> (WEISSENBERGER, 2014, p. 127-128, tradução minha)

O puramente agressivo não combina com meu caráter, porque não acredito em "vitórias", mas na nossa quieta e convicta perseverança, em nossa manifestação artística reside talvez a força mais poderosa. Outros podem lutar, como eles declararam, mas nós devemos atingi-los na outra área em que são inferiores.<sup>188</sup> (BERLIN, 2014, p. 228, tradução minha)

---

<sup>187</sup> Original: *“Was ich jetzt arbeiten will, ist eine Studie über Erasmus von Rotterdam, den Humanisten auch des Herzens, der durch Luther die gleichen Niederlagen erlitten hat wie die humanen Deutschen heute durch Hitler. Ich will durch Analogie darstellen und auf unkonfiszierbare Weise mit höchster Gerechtigkeit an diesem Menschen unseren Typus entwickeln und den anderen. Es wird hoffentlich ein Hymnus auf die Niederlage sein.”* Traduzido para o português do inglês: *“What I am now working on is a study about Erasmus of Rotterdam, the humanist also of the heart, who suffered from Luther the same defeats as today the humanistic Germans are suffering from Hitler. I want to portray through analogy and develop our type [of person] and the other one in a way that cannot be confiscated and is doing ultimate justice [to him] as well. Hopefully it will be a hymn to defeat.”* (WEISSENBERGER, 2014, p. 127-128).

<sup>188</sup> Original: *“Das rein Aggressive liegt mir charaktermäßig nicht, weil ich an ‘Siege’ nicht glaube, aber in unserem stillen entschlossenen Beharren, in der künstlerischen Kundgabe liegt vielleicht die stärkere Kraft. Kämpfen können die andern auch, das haben sie bezeugt, so muß man sie auf dem andern Gebiet schlagen, wo sie inferior sind.”*

Traduzido do inglês: *“The purely aggressive does not match my character. I do not believe in ‘victories’ but in our intended persistence, and the stronger force probably lies in the artistic pronouncement. As has been shown, others can also fight. But we must strike them in the other area where they are inferior.”* (BERLIN, 2014, p. 228)



E Para Hermann Hesse:<sup>189</sup>

Escolhi Erasmo de Rotterdam para ser meu [santo auxiliador] , o homem do meio e da razão, que por acaso acabou entre os moinhos do protestantismo e do catolicismo, assim como nós entre contra-movimentos de hoje. Para mim, foi um pequeno consolo ver como as coisas lhe iam mal e que não se está sozinho quando honrosamente se aflige com decisões difíceis, em vez de se acomodar, saltando no lombo de um partido a outro. (WEISSENBERGER, 2014, p. 129, tradução minha)

Nessas duas cartas, Stefan Zweig deixa claro que procurava por meio de sua obra agir contra o nazismo e que buscava figuras históricas para defender o seu tipo de posicionamento menos acalorado e distante de movimentos políticos<sup>190</sup>: “Para mim, todos os eventos políticos de hoje são pura loucura: se a escolha é Hitler ou os socialistas, isso não muda nada. A base está podre.”<sup>191</sup> (BERLIN, 2014, p. 226, tradução minha). A obra *Erasmo*, portanto, era mais do que uma biografia, como o próprio Zweig chegou a afirmar em carta para Richard Strauss, em 17 de maio de 1934. Era um símbolo de sua própria atitude perante a vida<sup>192</sup>.

Erasmo é, então, retratado como o homem da razão em contraposição a Lutero: “um homem de ação (...) um revolucionário, demoniacamente agitado pelas forças iradas do povo

---

<sup>189</sup> Original: “*Ich habe mir Erasmus von Rotterdam als Nothelfer gewählt, den Mann der Mitte und der Vernunft, der ebenso zwischen die Mühlsteine des Protestantismus und Katholizismus geriet, wie wir zwischen die großen Gegenbewegungen von heute. Es war für mich ein kleiner Trost zu sehen, wie schlecht es ihm ging und daß man nicht allein ist, wenn man sich anständiger Weise mit schweren Entscheidungen und Entschliefungen quält, statt es sich bequem zu machen und mit einem Ruck auf den Rücken einer Partei zu springen.*”

Trazido para o português do inglês: “*I chose Erasmus of Rotterdam to be my [saintly] helper in need, the man in the middle and of reason, who happened to end up between the millstones of Protestantism and Catholicism, just as we [are caught] between the big counter-movements of today. It was a small consolation for me to find out how poorly he fared and that one is not alone, if out of decency one torments oneself with difficult decisions and resolutions, instead of taking the easy way out and jumping on the bandwagon of any one party.*” (WEISSENBERGER, 2014, p. 129)

<sup>190</sup> “O ser humano educado de forma humanista, dotado de opiniões humanistas no sentido de Erasmo, não deve, por consequência, conjurar-se com nenhuma ideologia, porque toda ideia aspira naturalmente a hegemonia; não tem que se ligar a nenhum partido, pois é dever de todo homem de partido ver as coisas de maneira partidária, senti-las e pensá-las. Em todo momento tem que conservar sua liberdade de pensamento e de ação, porque sem liberdade a justiça é impossível, única ideia que, como supremo ideal, deveria ser comum a toda a humanidade.” Do espanhol: “*El ser humano educado humanísticamente, dotado de humanas opiniones en el sentido de Erasmo, no debe, por consecuencia, conjurarse con ninguna ideología, porque toda idea aspira naturalmente a la hegemonía; no tiene que ligarse con ningún partido, pues es deber de todo hombre de partido ver de un modo partidista las cosas, sentirlas y pensar en ellas. En todo momento tiene que conservar su libertad de pensamiento y de acción, pues sin libertad es imposible la justicia, única idea que, como supremo ideal, debería ser común a toda la humanidad.*” (ZWEIG, 2016, p. 70, tradução minha).

<sup>191</sup> Original: “*Für mich ist alles, was heutzutage politisch geschieht, der pure Irrsinn: ob man Hitler oder den Sozialisten wählt, es ändert nichts. Der Grund ist faul.*”

Traduzido do inglês: “*For me, all political events today are pure madness: whether the choice is Hitler or the socialists, that changes nothing. The basis is rotten.*” (BERLIN, 2014, p. 226, Carta para Romain Rolland, em 18/12/1932).

<sup>192</sup> No original: “*Ich habe mir damit die eigene Lebenshaltung in einem Symbol besiegelt.*”

Em Inglês: “*In this work I have provided [affixed a seal to] a symbol of my own attitude to life*” (Ibid., p. 229).

alemão.” (ZWEIG, 2016, p. 13, tradução minha). Seria o indivíduo equilibrado que, em meio a pressões para se juntar a um dos lados - a Lutero ou a Igreja Católica -, manteve-se firme em seus princípios e em sua liberdade:

Erasmus [...] não se ligaria a nada nem a ninguém, a nenhum príncipe (...), nem sequer ao serviço divino [...]. Ele não sentia que devia lealdade a nenhuma corte, universidade, profissão, mosteiro, igreja ou cidade. E assim como sua liberdade espiritual, também defendeu por toda sua vida sua liberdade moral. (*Ibid.*, p. 23, tradução minha)

Era também o intelectual livre que, em meio a uma Europa dividida pelos dogmas religiosos, defendeu o cosmopolitismo e o pacifismo: “Erasmus tem que ser considerado o primeiro teórico literário do pacifismo; compôs pelo menos cinco escritos contra a guerra em um tempo de lutas contínuas.”<sup>193</sup> (*Ibid.*, p.66). Tal qual Stefan Zweig ansiava em fazer ao se recusar a aderir às variadas formas de nacionalismo, dentre elas o sionismo, e aos chamados para que adotasse publicamente uma postura mais agressiva em relação ao nazismo:

Com ele, aparece um novo conceito no pensamento europeu: o supranacional. Os idiomas, que até então eram os impenetráveis muros divisorios entre os seres humanos, não devem separar mais os povos: estende-se uma ponte entre todos eles com a língua comum, o latim humanístico, que vale universalmente, e, do mesmo modo, o ideal de pátria deve ser superado como insuficiente, por ser um ideal muito estreito, pelo ideal supranacional, o europeu. «O mundo inteiro é uma pátria comum» proclama Erasmus. <sup>194</sup> (*Ibid.*, p. 65, tradução minha)

O filósofo Luis Fernando Moreno Claros, em seu artigo para o *El País*, observou que *Erasmus* poderia ser considerada uma autobiografia intelectual de Stefan Zweig:

O escritor retratava em seu Erasmus um alter ego, e, com a história de sua vida e suas insônias, apresentou uma defesa desesperada do ideal clássico de humanidade em uma Europa cega e desumana (...) na biografia de Erasmus, Zweig destacava principalmente a luta tenaz, embora silenciosa, do homem moderado, (...) do indivíduo completo, verdadeiramente civilizado e culto, contra o poder implacável

---

<sup>193</sup> Traduzido do espanhol: “*Erasmus tiene que ser considerado como el primer teorizador literario del pacifismo; no menos de cinco escritos compuso contra la guerra en un tiempo de continuas luchas*” (*Ibid.*, p. 66)

<sup>194</sup> Traduzido do espanhol: “*Con ello, aparece un nuevo concepto en el pensamiento europeo: lo supranacional. Los idiomas, que hasta entonces eran los impenetrables muros divisorios entre los seres humanos, no deben separar ya a los pueblos: tiéndese un puente entre todos ellos con la lengua común, el latín humanístico, que vale universalmente, y, del mismo modo, el ideal de patria debe ser superado como insuficiente, por ser un ideal demasiado estrecho, por el ideal supranacional, el europeo. «El mundo entero es una patria común», proclama Erasmus*” (*Ibid.*, p. 65).

do totalitarismo e do fanatismo, contra o poder dos homens de massa.<sup>195</sup> (CASA STEFAN ZWEIG, 2005, tradução minha)

Além de *Erasmus*, outras obras do período de refúgio e exílio parecem ter sido importantes maneiras de Stefan Zweig tentar reencontrar e reafirmar sua identidade pessoal em um momento em que era continuamente definido pelo outro: pressionado por seus pares para que agisse contra o nazismo de maneiras que considerava serem contra a sua natureza e impedido de ser que desejava pela violência perpetrada pelos nazistas.

Anos depois da publicação de *Erasmus*, Zweig revela em sua autobiografia: “Em minhas novelas é sempre o vencido pelo destino que me atrai; nas biografias, a figura de quem tem razão não no espaço do sucesso, mas unicamente no sentido moral – Erasmus, e não Lutero; Maria Stuart, e não Elisabeth; Castello, e não Calvino.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 2401). Seria ele também o indivíduo vencido pelo destino? Aquele derrotado em seu tempo, mas vitorioso em seus valores e em sua moral?

Essa maneira de se posicionar frente ao nazismo fez com que Stefan Zweig fosse alvo de inúmeras críticas por parte de muitos intelectuais, que exigiam do renomado escritor austríaco uma postura explícita e até mesmo de liderança pública contra a Alemanha hitlerista. Seu amigo Joseph Leftwich ressalta: “Foi parte da desgraça de Zweig que as pessoas tivessem adquirido o hábito de atribuir a sua recusa a qualquer coisa estridente e assertiva a uma covardia pessoal.”<sup>196</sup> (BERLIN, 2014, p. 231, tradução minha).

Tais cobranças deixavam o escritor ainda mais isolado no exílio:

A rejeição de ambos, Stefan Zweig e sua obra, tem uma longa história, seus contemporâneos passaram a ridicularizá-lo (...) até mesmo (...) amigos íntimos (...) contribuindo para a cronologia da marginalização de Zweig. Grande parte das críticas tinha como suporte o desapontamento por Zweig não usar seu próprio peso no esforço anti-fascista contra o Nacional Socialismo, tentando, em vez disso, sobreviver entre e mesmo além das frentes.<sup>197</sup> (RENOLDNER *apud* BERLIN, 2014, p. 231)

---

<sup>195</sup> Original: “*El escritor retrataba en su Erasmus a un álgter ego, y con la historia de su vida y desvelos presentaba una defensa desesperada del ideal clásico de humanidad en una Europa ciega e inhumana. (...) en la biografía de Erasmus Zweig destacaba principalmente la tenaz aunque callada lucha del hombre mesurado, del homo pro se o individuo completo, verdaderamente civilizado y culto, contra el poder implacable del totalitarismo y el fanatismo, contra el poder de los hombres-masa.*” (CASA STEFAN ZWEIG, 2005).

<sup>196</sup> Traduzido do inglês: “*It was part of Zweig’s misfortune that people had acquired the habit of attributing his shrinking withdrawal from anything strident and assertive to personal cowardice.*” (BERLIN, 2014, p. 231)

<sup>197</sup> Traduzido do inglês: “*The rejection of both Stefan Zweig the man and his work has a long history, his contemporaries took to mocking him (...) even (...) close friends [which] contributed to the chronology of Zweig’s marginalization. Much of the criticism was borne of the disappointment that Stefan Zweig did not pull his own weight in the anti-fascist effort against National Socialism, attempting instead to survive between and even beyond fronts.*” (RENOLDNER *apud* BERLIN, 2014, p. 231).

Visto como covarde e criticado por muitos de seus amigos, Zweig perdia ainda mais seu espaço no mundo e parecia buscar refúgio na reafirmação de seus valores humanistas, pacifistas e europeístas, a partir dos quais justificava sua postura moderada frente ao nazismo:

Talvez seja antiquado em um mundo que procura a satisfação no heroísmo sustentar ainda o conceito da liberdade, eu procuro isto na minha vida privada a qualquer custo. Eu não me filio a nenhum partido, a nenhum grupo, perco minhas relações editoriais com a Alemanha (devagar e sem toda a ostentação que eu odeio), vou embora de Salzburgo, mas tudo o que eu faço, tento fazer quieto e prefiro ser atacado por isso a ser elogiado. O assim chamado heroísmo não tem a ver comigo. Eu nasci conciliador e devo me portar de acordo com a minha natureza [...] Eu só posso produzir a partir do que é conjuntivo e esclarecedor, mas não posso ser martelo, nem desejo me tornar bigorna. Então somos nós alguns dos poucos, que detemos o posto mais ingrato e mais perigoso: ficar no meio entre as trincheiras, as mesmas que não atiram, mas lavram. Nossa união é incerta, mas talvez seja uma mais estreita que os slogans e congressos e um sentimento íntimo me diz, que nós agimos certo, se nós permanecermos fiéis ao que é humano e renunciarmos o que é partidário. (carta a René Schickele, 7/08/1934 apud HOLMS, 2019, p. 124, nota 223)

### 6.2.2 O espelho Montaigne

O isolamento em relação a seus pares parecia levá-lo a buscar companhia nos personagens que construía para suas biografias, ensaios e novelas: “[Montaigne é] alguém de quem me sinto próximo como de um amigo<sup>198</sup>. Além de Erasmo, Castélio e Montaigne também tornavam-se não só projeções de quem Zweig almejava ser, mas seus aliados na luta pacífica contra a barbárie e a intolerância:

Ele [Montaigne] é nosso contemporâneo, um homem de hoje e sempre, e sua luta, a mais atual do mundo. Centenas de vezes, quando se folheia Montaigne, temos a sensação **nostra res agitur**, trata-se de nós; a sensação de que ali se pensou muito melhor do que eu próprio poderia dizer sobre o que é a preocupação mais íntima da minha alma nesse tempo. (ZWEIG, 2013, p. 24, destaque do autor)

O ensaio inacabado sobre Montaigne, redigido em Petrópolis entre setembro de 1941 e fevereiro de 1942, é outra obra do período do exílio que merece maior atenção. O biógrafo Alberto Dines justifica:

Stefan Zweig não o escolheu pelo gênero que inventou - os ensaios -, mas pelos valores que encarna. Última parada na galeria de humanistas iniciada com Erasmo

<sup>198</sup> “Não é um livro que está na minha mão, não é literatura nem filosofia, e sim um homem de quem sou irmão, um homem que me aconselha e me consola, um homem que eu entendo e que me entende. Quando folheio os Ensaios, o papel impresso desaparece no cômodo à meia-luz. Alguém respira ali, alguém vive comigo, um estranho entrou e deixou de ser estranho, tornou-se alguém de quem me sinto próximo como de um amigo.” (ZWEIG, 2013, p. 24).

de Roterdã, continuada com Castélio e completada com este que simboliza a liberdade de ser. (DINES *apud* ZWEIG, 2013, p.15).

Zweig começa o ensaio dizendo que em sua juventude não conseguiu reconhecer o valor de Montaigne porque durante os anos 1900 sua liberdade individual parecia algo natural e não estava ameaçada: “Assim para nossa geração, Montaigne parecia sacudir inutilmente amarras que pensávamos estarem rompidas.” (*Ibid.*, p. 18). No entanto, a ascensão e expansão nazista teriam despertado o escritor austríaco para a obra do filósofo francês que também havia vivido tempos de intolerância por causa das guerras religiosas do século XVI:

Foi só nessa fraternidade do destino que Montaigne se tornou, para mim, o amigo indispensável, que consola e ajuda, pois o seu destino é desesperadamente semelhante ao nosso! Quando Michel de Montaigne inicia sua vida, uma grande esperança começa a se apagar, a mesma que nós vivenciamos no princípio do nosso século: a da humanização do mundo. (*Ibidem*)

Uma vez justificada sua identificação com Montaigne, Stefan Zweig escreve cerca de sessenta páginas sobre a luta do filósofo francês para continuar a ser ele mesmo frente a todos os desafios que a barbárie e a intolerância do seu tempo impunham: “A mim, no entanto, uma única questão interessa e me toca em Montaigne: como ele conseguiu se libertar interiormente em um tempo semelhante ao nosso.” (*Ibid.*, p.22).

Durante a leitura desse ensaio, iniciado no mesmo período em que Zweig finalizava sua autobiografia *O Mundo de Ontem*, fica difícil para o leitor não interpretar que, ao falar de Montaigne, Stefan Zweig estava, na verdade, mais uma vez falando de si mesmo, de sua postura perante a vida e de sua própria luta por sua liberdade interior: “Ali há um tu em que o meu eu se espelha” (*Ibid.*, p.24).

O escritor austríaco valorizou o que chamou de “postura discreta e insignificante” de Montaigne, que não tomava partido e procurava sempre estar no papel de conciliador, mesmo nos momentos em que era pressionado a se juntar a um dos lados e que, por sua recusa, era chamado de passivo, covarde ou de indiferente. Zweig ainda revelou que, após o fanatismo da guerra civil, Montaigne foi convidado para mediar a sucessão do trono francês entre Henrique de Navarra e o rei Henrique III:

Depois que o fanatismo foi às raias do absurdo, o apartidarismo, até então visto como defeito, de repente se torna uma vantagem na política, e um homem que sempre se manteve livre de julgamentos e preconceitos, que se manteve entre os partidos, incorruptível por vantagens ou fama, torna-se o mediador ideal. (*Ibid.*, p.69-70)

Era essa uma das maneiras do exilado austríaco dizer que o tempo pode corrigir os julgamentos injustos do presente e reconhecer o valor moral daqueles que, como ele mesmo, optaram pelo apartidarismo e por posturas públicas moderadas em épocas de radicalismos.

Zweig, nesse mesmo ensaio, ressalta também o humanismo de Montaigne: “Não me rendo de forma alguma ao equívoco de julgar os outros de acordo com a minha imagem.”, colocando-o ao lado de Erasmo e Castélio e diferenciando-o de Calvino e Torquemada que, em nome de alguma verdade absoluta, tornaram-se intolerantes e fanáticos e defenderam o assassinato de centenas de pessoas. Apoiava-se na máxima do filósofo francês, “*Que sais-je?*” (O que eu sei?), e nos exemplos de até onde o fanatismo cego de uma época pode levar os indivíduos para justificar a sua própria postura contra o nazismo, criticada por muitos de seus pares (*Ibid.* p. 57).

Para o exilado austríaco, Montaigne havia, portanto, escolhido o caminho da busca pela liberdade interior ao se recusar a aderir ao radicalismo de seu tempo, ao colocar-se em posição de tolerância e ao procurar respeitar os limites entre suas obrigações com o Estado, com a família, com a sociedade e com a defesa do seu interior, daquilo que Goethe denominou “cidadela”:

(...) no olhar de Zweig, é como preservar a integridade interior contra os ataques do mundo externo, e como conservar intacta a “cidadela” da qual Goethe fala em suas obras. Montaigne renuncia ao mundo exterior, recolhe-se à sua biblioteca e às suas meditações, busca seu eu interior, e ainda assim acaba desempenhando um papel central na pacificação de uma França dilacerada pelo ódio entre católicos e huguenotes. (KRAUSZ *apud* ZWEIG, 2015, p. 11)

Tanto a biografia de Erasmo de Roterdã quanto o ensaio sobre Montaigne podem ser lidos como espelhos, projeções que Stefan Zweig fazia sobre si mesmo e sobre sua situação no refúgio e no exílio: “Ele viu a si mesmo e suas próprias circunstâncias espelhadas nesta figura histórica [Montaigne], como ele tinha feito anos antes em seu Erasmus”<sup>199</sup> (MATUSCHEK, 2011, Kindle, posição 6148, tradução minha).

Tendo seus valores questionados e abalados, em meio à barbárie de sua época, escrever sobre esses indivíduos era uma reafirmação de sua própria identidade, a busca pelo reencontro consigo mesmo, se não no mundo de seus pares e em sua Europa, pelo menos no espelho dessas narrativas e na companhia desses intelectuais.

---

<sup>199</sup> Do original: “*The essay on Montaigne was looking very promising: he saw himself and his own circumstances mirrored in this historical figure, as he had years before in his Erasmus*” (MATUSCHEK, 2011, Kindle, posição 6148).

Figuras históricas europeias retratadas como moderadas, conciliadoras, resistentes e críticas do fanatismo e das verdades absolutas, defensoras da tolerância, do pacifismo, do humanismo e do cosmopolitismo, que enfrentaram tempos de opressão e de violência foram criticadas por não se engajar publicamente em nenhum dos lados. Grandes intelectuais que, na visão de Zweig, conseguiram, mesmo frente às adversidades de seu tempo, manter-se fiéis aos seus valores morais e à sua liberdade interior. Qualidades que, na perspectiva de Zweig, por vezes, só o futuro seria capaz de reconhecer.

### 6.2.3 O espelho Stefan Zweig

Não foi apenas utilizando esse mecanismo simbólico que Stefan Zweig procurou defender seus valores e reafirmar sua própria identidade. O escritor austríaco, além de redigir biografias e ensaios sobre personalidades europeias com características autobiográficas, escreveu também, durante o exílio, sua própria história em seu livro *Autobiografia: O Mundo de Ontem - memórias de um europeu (Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers)*.

Considerando que as fronteiras entre a *memória* e *autobiografia* não são claramente delimitadas e que há obras com características mistas (SMITH e WATSON, 2010), esse livro de Zweig pode ser classificado, como sugere o próprio título na tradução em português, tanto como *autobiografia* quanto como *memória*.<sup>200</sup>

O relato em forma de prosa e em ordem cronológica da vida de um europeu nos séculos XIX e XX encaixa-se na tradicional acepção de autobiografia. No entanto, a maneira como essa narração é feita, o tom da escrita e os assuntos, políticos e econômicos, mencionados nos remetem mais à ideia de memória. Encontra-se nos relatos de Zweig um tom menos confidente sobre sua vida privada, característica das autobiografias, do que uma

---

<sup>200</sup> O teórico Philippe Lejeune propõe uma definição mais precisa: para ele, a autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade.” (2014, p.16) .

No entanto, Smith e Watson (2010) problematizam essa definição, afirmando que há diferentes maneiras de se fazer a escrita da própria vida, que não seja necessariamente em prosa ou focada na história individual e na personalidade do biógrafo/biografado. Os autores consideram a definição de Lejeune bastante limitadora e propõem que se repense o sentido que se dá à palavra vida e, conseqüentemente, o que se chama de escrita autobiográfica: “*If life is expanded to include how one has become who he or she is at a given moment in an ongoing process of reflection, the concept of the autobiographical as a story requires more contextualizing.*” (2010, p. 1, destaques dos autores). Smith e Watson, acrescentam ainda que muitos críticos pós-modernos e pós-coloniais defendem que o termo autobiografia é insuficiente para abarcar as variadas maneiras de escrita sobre a vida que existem por todo o mundo e que valorizar apenas as narrativas centradas no “eu soberano”, fruto do Iluminismo europeu, excluiria as diferentes obras sobre a vida produzidas pelo mundo não europeu e também a escrita de pessoas escravizadas e da vida doméstica das mulheres, por exemplo. Por esse motivo, Smith e Watson optaram por utilizar o termo autobiografia “*only to refer to the traditional Western mode of retrospective life narrative.*” (2010, p. 4, destaque meu).

preocupação em descrever e explicar as sociedades vienense e europeia do final do século XIX ao início da Segunda Guerra Mundial.

É bastante comum encontrar discussões acerca do que é verdade e ficção em uma autobiografia. Vale ressaltar que essa não é uma preocupação desta dissertação, que fez a leitura de *O Mundo de Ontem* a partir da perspectiva a seguir apontada por Philippe Lejeune e na busca por compreender quem era o Stefan Zweig narrado por ele mesmo nos tempos do exílio:

O fato de a identidade individual, na escrita como na vida, passar pela narrativa não significa de modo algum que ela seja uma ficção. Ao me colocar por escrito, apenas prolongo aquele trabalho de criação de ‘identidade narrativa’, como diz Paul Ricoeur, em que consiste qualquer vida. É claro que ao tentar me ver melhor, continuo me criando, passo a limpo os rascunhos da minha identidade, e esse movimento vai provisoriamente estilizá-los ou simplificá-los. Ao seguir as vias da narrativa, ao contrário, sou fiel à minha verdade: todos os homens que andam na rua são homens-narrativas, é por isso que conseguem parar em pé. Se a identidade é um imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade. Nenhuma relação com o jogo deliberado da ficção. (LEJEUNE, 2014, p. 121)

Em meados de 1939, Stefan Zweig, já vivendo há cerca de seis anos no exílio, decidiu relatar a história de sua vida<sup>201</sup> e o fez, principalmente, enquanto estava nos Estados Unidos e já estabelecido no Brasil, em Petrópolis, em 1941.

A obra autobiográfica *O Mundo de Ontem* começa com um prólogo do autor e segue com mais 16 capítulos que tratam da vida de Zweig e dos acontecimentos na Europa desde o final do século XIX até o início da Segunda Guerra Mundial, sendo: os oito primeiros capítulos referentes ao período anterior à Primeira Guerra Mundial, os três seguintes à época da Grande Guerra e os cinco finais ao entre-guerras e à ascensão nazista. O livro termina no início da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Já no título, são apresentados indícios de dois aspectos que irão nos acompanhar por todo o livro: a proposta do autor em demonstrar a ruptura entre o passado e o presente, daí o uso do termo “mundo de ontem”, e sua autoidentificação mais como “um europeu” do que um vienense, austríaco ou judeu.

Ainda no prólogo, Stefan Zweig afirma que, mais do que um relato de sua vida, a intenção dele é contar a história de sua geração:

Nada mais distante de mim do que me colocar em primeiro lugar (...) E nem será tanto a **minha** trajetória que pretendo contar, e sim a de uma geração inteira - nossa

<sup>201</sup> Conforme carta para Félix Braun de 20 de junho de 1939 (BECK e BERLIN, 2005, p. 250).



geração única, carregada de vicissitudes como poucas outras no curso da história. (ZWEIG, 2014, p. 13, destaque do autor)

Essa afirmação remete à defesa que o autor fez de Montaigne, em seu ensaio inacabado, ao dizer que os estudos do filósofo francês sobre ele mesmo não eram sintomas de egoísmo, mas, ao contrário, uma preocupação com a dimensão humana comum a todos os indivíduos: “Quem narra sua própria vida vive para todos os homens, quem expressa seu tempo o faz para todos os tempos.” (ZWEIG, 2013, p. 52-53).

O exilado austríaco procurava, então, garantir ao leitor que seu livro memorialista não era um ato egoísta, mas sim um gesto de comprometimento com a humanidade. O uso do pronome *nós* em muitos trechos, ao invés de *eu*, reforça ainda mais sua busca por apresentar-se e ser visto/lido não como uma voz individual, mas como uma voz de sua geração, um indivíduo coletivizado.

Como apontado por Mariana Holms em sua dissertação *‘Um palestrante narrando slides’: o sujeito autobiográfico esquivo em Die Welt von Gestern de Stefan Zweig*, Zweig justifica o relato de sua vida como algo que o contexto histórico e as tragédias de sua época obrigavam-no a fazer. A autora destaca, inclusive, as numerosas vezes em que o verbo alemão *müssen* é utilizado no texto (mais de 270 vezes) para indicar que a autobiografia não era tida/apresentada pelo escritor como algo simplesmente voluntário e fruto de sua vaidade, mas uma ação mandatória e imprescindível (HOLMS, 2019, p. 18).

Ainda no prólogo, o autor coloca-se como um apátrida que, não estando preso a nada, teria o distanciamento necessário para ser sincero e imparcial em seu relato. Apresenta sua vida como se fossem três: “Qual vida? A de antes da Guerra Mundial, a de antes da primeira, a de antes da Segunda ou a vida de hoje?” (ZWEIG, 2019, Kindle, posição 102). E, por fim, assume que escreve seu relato sem ter acesso a livros, cartas e notas, mas argumenta que sua memória, ao lembrar e esquecer, já faz uma sábia seleção do que deve ser conservado de forma a relatar o que chamou de “um reflexo da minha vida”.

É importante esclarecer que esta dissertação não se propõe a fazer uma análise exaustiva de *O Mundo de Ontem*, e sim a destacar alguns importantes pilares sobre os quais Stefan Zweig apresenta sua identidade nessa narrativa, a partir dos quais procura responder à pergunta *Quem eu sou?*, ou, da perspectiva do leitor, *Quem foi Stefan Zweig?*. Nesse sentido, as páginas a seguir procuram demonstrar de que maneira o autobiografado se apresentou em suas memórias como um intelectual humanista, europeísta, pacifista, conciliador e defensor da liberdade exterior e interior.

a) Sua origem judaica humanista:

No primeiro capítulo, *O mundo da segurança*, Stefan Zweig faz uma apresentação de suas origens familiares. Conta que a família de seu pai se originou da Morávia e que sua mãe tinha uma origem internacional, já que os Brettauer deixaram logo Hohenems, na fronteira com a Suíça, e se espalharam pelo mundo, em lugares como: Sankt Galle, Viena, Paris, Itália e Nova York. Além disso, reconhece que ambas as famílias faziam parte do que denominou “a boa burguesia judaica”, bem-sucedidas nos negócios, que “emanciparam-se cedo da ortodoxia” e tornaram-se seguidoras de outra religião, o progresso (ZWEIG, 2014, p. 23 e 26).

Curiosa, contudo, é a forma como Stefan Zweig fala sobre o povo judeu, sua relação com o enriquecimento e com a intelectualidade:

De maneira geral, supõe-se que enriquecer seja o verdadeiro e típico objetivo de vida de um judeu. Nada mais falso. Enriquecer, para ele, significa apenas um degrau intermediário, um meio para o verdadeiro fim, e nunca o objetivo interior. A verdadeira aspiração de um judeu, o seu ideal imanente, é a ascensão intelectual para uma camada cultural mais elevada. (*Ibid.*, p. 28)

Ciente de que Zweig está escrevendo esse livro durante a Segunda Guerra Mundial e a *Shoá*, faz sentido pensar que ele procura demonstrar para o leitor um aspecto do povo judeu diferente dos estereótipos racistas vigentes na época - avarento, mesquinho, conspirador - e a partir do que considera características positivas dos judeus. Zweig o faz argumentando que a tendência natural do povo judeu, seu objetivo interior, não é o sucesso econômico, e sim o alcance e a pertença ao mundo intelectual.

Para isso, cita exemplos de grandes famílias de banqueiros e industriais judeus, como Rothschild, Warburg, Sasson e Cassirer, das quais seus herdeiros se recusaram a cuidar dos negócios dos pais para seguir como intelectuais: ornitólogo, historiador da artes, filósofo ou poeta:

Todos obedecendo ao mesmo impulso inconsciente de se libertar daquilo que tornou o judaísmo estreito, a pura atividade fria de ganhar dinheiro, e talvez se expresse ali a secreta nostalgia de, através da fuga para o campo intelectual, sair da esfera judaica para se dissolver no que é propriamente humano. (*Ibid.*, p. 28-29)

Em seus argumentos, o escritor austríaco ainda reforça que a opção por essa trajetória cultural era, na verdade, uma tendência humanista judaica que, por muitos séculos, havia sido impossibilitada pelas restrições da vida imposta no gueto (*Ibid.*, p. 29).

Era ele também, Stefan Zweig, membro de uma família de banqueiros e industriais, que havia escolhido seguir o caminho da intelectualidade. Sua explicação acerca dos valores judaicos em relação à riqueza, à intelectualidade e à cultura pode ser lida também como uma preocupação do próprio autor em apresentar sua origem a partir de valores humanistas. Como se o seu judaísmo não fosse um impeditivo para sua defesa de um mundo humanista e cosmopolita, mas, ao contrário, um fator agregador, porque estaria na natureza de todo judeu o anseio por assimilar-se a uma cultura universal.

Para reforçar sua argumentação, nesse mesmo capítulo, Zweig trata da burguesia judaica como elemento vital no desenvolvimento cultural vienense. Segundo ele, os judeus eram os grandes apoiadores da arte, pois frequentavam e davam suporte às mais diversas manifestações artísticas. Longe de serem só espectadores ou patrocinadores, tornaram-se também grandes nomes das artes, como músicos, escritores ou pintores, que não produziam uma arte particularmente judaica, mas, pelo contrário, teriam expressado da forma mais sensível o espírito artístico vienense e austríaco<sup>202</sup>. Do particular rumo ao universal, do gueto para a assimilação, do sucesso material para o intelectual, da arte judaica para uma arte europeia, era esse o caminho que Zweig procurava demonstrar como o verdadeiro objetivo dos judeus e, portanto, também o dele mesmo (*Ibid.*, p. 40).

b) Sua origem como intelectual europeísta e pacifista:

Ao tratar de sua época escolar e evocar os valores daquele tempo, que foram determinantes para ser quem ele se tornou, Stefan Zweig relata no capítulo *A escola no século*

---

<sup>202</sup> “É incomensurável o grau de participação da burguesia judaica pela sua maneira solidária e promotora na cultura vienense. Eram eles o verdadeiro público, enchiam teatros e os concertos, compravam os livros, os quadros, visitavam as exposições e, com seu entendimento artístico flexível, menos carregado de tradições, tornavam-se por toda parte apoiadores e vanguardistas de tudo que era novo.” (*Ibid.*, p. 37).

“Os judeus de Viena haviam se tornado produtivos em termos artísticos, não de uma maneira especificamente judaica, mas conferindo à natureza austríaca, vienense, a expressão mais intensa do milagre da sensibilidade. Goldmark, Gustav Mahler e Schönberg se tornaram figuras internacionais da criação musical. Oscar Strauss, Leo Fall, Kálmán levaram a tradição da valsa e da opereta a um novo florescimento; Hofmannsthal, Arthur Schnitzler, Beer-Hofmann, Peter Altenberg conferiram à literatura vienense um novo valor, que ela não tiveram nem com Grillparzer e Stiffer. Sonnenthal, Max Reinhardt renovaram no mundo inteiro a fama da cidade dos teatros; Freud e os grandes da ciência atraíram os olhares para a velha e famosa universidade - por toda parte, fossem sábios ou virtuosos, pintores, diretores ou arquitetos, ou jornalistas, eles mantinham de maneira incontestada as mais altas posições na vida intelectual de Viena. Por seu amor apaixonado pela cidade, por sua vontade de se integrar, eles se adequaram totalmente e estavam felizes em poder servir à glória da Austria; percebiam sua condição de austríacos como uma missão no mundo e - é preciso repetir, por honestidade - uma boa parte, se não a maior parte de tudo o que a Europa e a América hoje admiram na música, na literatura, no teatro, no artesanato como expressão de uma cultura austríaca revivida, foi criada pelos judeus vienenses, os quais, por sua vez, ao assim se externarem atingiram a realização suprema de seu milenar anseio intelectual.” (*Ibid.*, p. 40).

*passado* a importância do grupo de colegas aficionado pela arte: “O fato de eu ter ido para uma turma de fanáticos por arte pode ter sido decisivo para todo o resto da minha trajetória.” (ZWEIG, 2014, p. 51), deixando ainda claro sua insatisfação com o processo de aprendizagem na escola:

Se nossos professores não fossem tão indiferentes, teriam notado que nas tardes que antecediam uma grande estreia (...) dois terços dos alunos haviam adoecido de maneira misteriosa. Se prestassem atenção, descobririam que nas capas dos nossos livros de gramática latina havia poesias de Rilke, e que usávamos nossos cadernos de matemática para copiar os poemas mais belos de livros emprestados. (...) Enquanto o professor fazia sua peroração desgastada sobre a *Poesia ingênua* e *sentimental* de Schiller, sob a carteira líamos Nietzsche e Strindberg, nomes que o bom e velho professor jamais ouvira. (IBID., p. 51 e 52 - destaques do autor)

Teriam sido intelectuais e artistas como Rilke, Nietzsche, Strindberg, Richard Strauss, Gerhart Hauptmann, Paul Valéry, Baudelaire, Walt Whitman, Gustav Mahler, Arthur Schnitzler, Hermann Bahr, Richard Beer-Hofman, Peter Altenberg e Hugo von Hofmannsthal, os seus verdadeiros professores. A partir de suas obras e das discussões com os colegas, ele teria aprendido na juventude muito do que o levou a ser o escritor austríaco que se tornou: “Isso criou em mim uma paixão por tudo o que é intelectual que nunca mais quero perder, e tudo o que desde então li e aprendi baseia-se no fundamento cimentado naqueles anos.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 947).

Em seu relato memorialista, Zweig demonstra enorme admiração por esses artistas, chegando inclusive a citar a frase de Balzac: “As pessoas célebres eram para mim como deuses que não falam, não caminham, nem comem como os outros homens.” (*Ibid.*, posição 714, nota 4). E conta que encontrar com um deles pela rua, ou mesmo conhecer algum de seus parentes, era um acontecimento digno de ser compartilhado com os colegas. Reforça o lugar de prestígio que esses intelectuais teriam para ele e sua turma de amigos e o sonho de algum dia fazer parte desse panteão.

Qualificando esse intelectuais como “deuses”, Zweig expressa um distanciamento em relação a esse grupo do qual ele e seus colegas, ainda jovens e imaturos, sonhavam em se aproximar. Contudo, por vezes na mesma página, o escritor austríaco relata conversas particulares que, no decorrer da vida, teve com esses mesmos intelectuais:

Arthur Schnitzler me contou quase o mesmo. (*Ibid.*, posição 800)

Também em conversas particulares percebi, anos mais tarde, a força mágica [de Hofmannsthal] (...). Jamais vivi outras conversas desse nível intelectual, afora

algumas vezes com Valéry, que pensava de maneira mais comedida, cristalina, e com o impetuoso Keyserling. (*Ibid.*, posição 835 e 844)

Utilizando, em sua narrativa, esse contraste entre distância e proximidade, entre o desejo de cruzar com um desses intelectuais pelas ruas em sua juventude e a intimidade de conversas particulares mantidas com eles na vida adulta, Zweig, indiretamente, apresenta-se para o leitor como alguém que passou a fazer parte desse panteão:

A coleção de episódios particulares de Zweig e dos tantos outros nomes mencionados cumpre a função de uma representação coletiva, mas de um coletivo mais restrito e seletivo do que o autor informa no Prólogo. [...] Por meio dessa construção coletiva, Zweig expressa sua qualidade individual e reitera seu espaço e seu direito como participante desse coletivo." (HOLMS, 2019, p.129)

Em seu retrato sobre seus tempos de Liceu, Zweig, além de relatar o início de sua formação como intelectual, confia também os modelos e inspirações que teriam conduzido sua geração. Dentre os nomes citados, dois recebem destaque, Hofmannsthal e Rilke, retratados nas memórias de Zweig como uma espécie de “irmãos mais velhos”, que inspiram e ensinam os mais novos.

O primeiro, o jovem genial com domínio impecável da língua alemã, mostrava ser possível alcançar o impossível ainda na juventude; e o segundo, com produções que só aos 22 e 23 anos começaram a ganhar personalidade, oferecia a confiança necessária para os jovens com produções ainda imaturas: “Em vez do milagre de Hofmannsthal, podíamos talvez repetir a ascensão mais reservada e normal de Rilke” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 859, 866 e 879).

As personalidades europeias citadas durante a narrativa não aparecem apenas para compor o cenário intelectual de uma época, senão também com a intenção de apresentar ao leitor quem era o próprio Stefan Zweig, tal qual o ditado popular: “Diga-me com quem andas e eu te direi quem és”. Não à toa, ao relatar a primeira publicação de um volume de seus poemas, quando estava no início da Universidade, Zweig faz questão de citar que a editora Schuster&Löffler - “a mais representativa para a poesia lírica alemã” - já havia publicado “Liliencron, Dehmel, Bierbaum, Mombert, toda aquela geração que, junto com Rilke e Hofmannsthal, criara a nova poesia alemã.” (*Ibid.*, posição 1450).

A recepção positiva à sua obra, inclusive por parte de Rilke, que o parabenizou e o presenteou com uma edição especial de seus poemas com dedicatória, teria, segundo sua

narrativa autobiográfica, encorajado-o a tentar abrir outras portas desse círculo intelectual. Mais uma vez, sua jovem ousadia parecia ter êxito e Zweig passava a contribuir com o *feuilleton*<sup>203</sup> do jornal vienense *Neue Freie Presse*: “oráculo dos meus antepassados e morada dos sete vezes ungidos.” (*Ibid.*, posição 1497).

Na sequência, Zweig afirma que, com esse feito, alcançava a fama, apoiado por Theodor Herzl, editor do *feuilleton*, que, além de permitir que ele contribuísse no jornal vienense, também escreveu dias depois um texto dizendo que, além de Hofmannsthal, existiam muitos jovens talentosos em Viena, dentre os quais Stefan Zweig.

Após relatar o seu despertar para as artes e seu ingresso no prestigioso mundo dos intelectuais austríacos, Stefan Zweig, em sua narrativa autobiográfica, enfatiza a importância das viagens para a expansão de seus valores e conhecimento. Zweig retrata seu semestre universitário em Berlim como um período de vivências muito diferentes daquelas em Viena, principalmente porque passou a conviver com pessoas diversas, não pertencentes às normas sociais seguidas por seus amigos da burguesia judaica vienense; encontrava-se e conversava com indivíduos ricos ou pobres, morfomanos, bêbados e ladrões. Segundo o escritor, foi nesse período que teve contato com figuras intensas pelas quais ele afirma que passou a ter predileções em suas novelas (*Ibid.*, posição 1716).

Ainda narrando sua vida berlinense, o escritor austríaco ressalta sua “sedução pelo exótico, estrangeiro”, reforçada pelos encontros que teve com E.M. Lilien, quando “pela primeira vez encontrei um verdadeiro judeu do Oriente e, assim, um judaísmo que eu desconhecia em sua força e em seu obstinado fanatismo” (*Ibidem*), com um jovem russo que traduziu belas passagens dos *Irmãos Karamázov*, “livro até então desconhecido na Alemanha”, e com uma jovem sueca que lhe apresentou obras de Munch. Por fim, Zweig reconhece essa experiência como reveladora de que sua obra ainda era imatura e que era necessário conhecer muito mais a realidade para amadurecê-la (*Ibid.*, posição 1729).

O exilado austríaco relata que, após Berlim, demorou três anos para publicar uma obra em prosa e seis anos para um novo livro de poemas. Zweig justifica que, durante esse intervalo, dedicou-se a fazer traduções de Baudelaire, Verlaine, Keats, William Morris,

---

<sup>203</sup> “Esse templo do ‘progresso’ abrigava ainda um santuário especial, o chamado *feuilleton* que, como os grandes diários parisienses, *Le Temps* e o *Journal des Débats*, publicava os ensaios mais sólidos e completos sobre poesia, teatro, música e arte, nitidamente separados das coisas efêmeras da política e do cotidiano. Ali, a palavra só era concedida às autoridades, aos que haviam provado a sua competência.” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 1483).

Charles van Lerberghe, Camille Lemonnier, o que teria permitido a ele “compreender de maneira mais profunda e criativa o espírito da própria língua” (*Ibid.*, posição 1736).

Nessas passagens sobre a experiência berlinense e as subsequentes traduções, Zweig parece expressar o momento em que teria percebido a alteridade como elemento fundamental de sua constituição identitária e de sua própria existência. Em relação ao trabalho com traduções, diz: “Eu senti pela primeira vez a segurança de estar fazendo algo (...) que justificava minha existência.” (*Ibid.*, posição 1742).

Com o ímpeto de desbravar o desconhecido, Zweig foi passar um verão na Bélgica, terra de Khnopff, Rops na pintura, Constantin Meunier e Minne na escultura, Van der Velde no artesanato, Maeterlinck, Eekhoud, Lemonnier na poesia e Émile Verhaeren, poeta ainda desconhecido na Alemanha, que o fascinava e teria sido a maior motivação de sua ida ao país, onde teria tido o prazer de conhecê-lo: “Nessa primeira hora do encontro pessoal tomei a decisão de servir a esse homem e à sua obra. Era uma decisão deveras ousada, pois esse cantador da Europa era ainda pouco conhecido na Europa.” (*Ibid.*, posição 1800).

A saída de Viena e as viagens para outros cantos da Europa aparecem nas memórias escritas de Zweig como caminhos que expandiram o seu conhecimento artístico e também suas conexões com intelectuais internacionais<sup>204</sup>, de forma a torná-lo um apreciador não apenas da arte austríaca, mas das produções europeias.

O europeísmo, a partir de então, começa a aparecer de maneira cada vez mais forte nos relatos de Zweig e, portanto, em sua identidade narrativa<sup>205</sup>. No capítulo *Paris, cidade da eterna juventude*, essa questão fica ainda mais evidente. Ao relatar seu ano na *cidade luz* após ter concluído a universidade, o escritor austríaco, além de lamentar profundamente o estado em que a capital francesa se encontrava no momento em que redige sua autobiografia<sup>206</sup>, trata também da liberdade na atmosfera parisiense e, principalmente, de sua força cultural: “a Paris

---

<sup>204</sup> “E logo tive um agradecimento inesperado pela dedicação aparentemente ingrata à obra de Verhaeren; seus amigos no exterior tiveram sua atenção chamada para mim e logo se tornaram também meus amigos. Assim, um dia veio-me visitar Ellen Key, essa maravilhosa sueca que lutava com uma ousadia ímpar pela emancipação das mulheres naqueles tempos ainda tão cheios de resistência e, muito antes de Freud, alertou em seu livro *O século da criança* para a vulnerabilidade da juventude; por seu intermédio fui introduzido na Itália no círculo poético de Giovanni Cena e ganhei um importante amigo na pessoa do norueguês Johan Bojer. Georg Brandes, o mestre internacional da história da literatura, voltou seu interesse para mim, e, graças à minha publicidade, logo o nome de Verhaeren passou a ser mais conhecido na Alemanha do que em sua pátria. Kainz, o ator maior, e Moissi recitavam publicamente seus poemas na minha tradução. Max Reinhardt levou *O claustro* para os palcos alemães: eu podia, com razão, ficar satisfeito.” (ZWEIG, 2014, posição 1813).

<sup>205</sup> A sua própria identificação como um indivíduo europeu e a importância que atribui a esse elemento de sua identidade aparecem até mesmo no título final escolhido por Zweig, que havia aventado outras possibilidades: *Geração Provada, Nós, Nossa geração, Uma vida pela Europa* (HOLMS, 2019, p. 19 e 32).

<sup>206</sup> Referindo-se à Ocupação Nazista de Paris.

de Rétif de la Bretonne e de Balzac, de Zola e de Charles-Louis Philippe” (*Ibid.*, posição 1927).

Escrevendo seu livro memorialista em seu exílio norte-americano, longe da Europa e de seus amigos, Zweig relembra diversos encontros com intelectuais estrangeiros, como Verhaeren, também na França, as visitas em sua companhia a poetas, escultores e pintores, como Renoir e Rodin, a amizade íntima com o poeta León Bazalgette, “porque ambos éramos antinacionalistas” (*Ibid.*, posição 1979) e também o tempo de maior proximidade com o conterrâneo Rainer Maria Rilke.

Finalizada a jornada francesa, Zweig relata que seguiu para Londres, onde tinha menos contatos e teve dificuldade em se inserir em um grupo com o qual pudesse ter trocas intelectuais, como se dava em Paris ou em Berlim: “Passei nove décimos do meu tempo londrino trabalhando no meu quarto ou no Museu Britânico.” (*Ibid.*, posição 2246). Lá, teria conhecido Arthur Symons, W.B. Yeats, mas sua verdadeira descoberta teria sido o já falecido William Blake: “Eu ganhara um novo amor entre tantos neste mundo.” (*Ibid.*, posição 2272).

Após esse tour pela Europa, Zweig conta que sentia a necessidade de fixar-se em algum lugar e alugou um pequeno apartamento na periferia de Viena, sem fazer grandes investimentos em móveis ou decoração, e confia que adornou a parede com duas preciosidades: o desenho de Blake comprado na Inglaterra e “um dos mais belos poemas de Goethe em sua fluente caligrafia” (*Ibid.*, posição 2304).

Zweig revela para o leitor que desde os tempos de estudante fazia coleções de autógrafos, mas com o passar dos anos interessava-se, de fato, por manuscritos originais. Justificava esse interesse com as palavras de Goethe: “para compreender as grandes criações, não basta vê-las em sua perfeição, mas também durante a sua evolução” (*Ibid.*, posição 2316). Adquirindo raridades pelas mais diversas somas<sup>207</sup> e pedindo contribuições para seus

---

<sup>207</sup> Em dezembro de 1927, Zweig escreveu para seu amigo Romain Rolland: “*I have to confess that everything that good old Volpone brought in this year has been spent on manuscripts. But what wonders have augmented and refined my collection! Johann Sebastian Bach, the cantata *Wo soll ich fliehen hin*, complete, 16 pages; Chopin; Cimarosa; Brahms (the *Zigeunerlieder*, twenty-two pages); Mozart, *Una Marcia*, eight minuets and two unpublished minuets; Schubert; Scarlatti (large manuscript), etc etc. In the literature department, thirty-two pages of the first draft of Montesquieu’s *Esprit des Lois*, a major speech by Robespierre, [ ... ] two poems from *Les Fleurs du mal* [ ... ], a wonderful drawing by Goethe—you’ll find the Kapuzinerberg transformed into a museum.*” (MATUSCHEK, Kindle, posição 3847).

Tradução minha: “Devo confessar que tudo o que o bom e velho Volpone trouxe este ano foi gasto em manuscritos. Mas que maravilhas aumentaram e refinaram minha coleção! Johann Sebastian Bach, a cantata *Para onde fugirei*, completa, 16 páginas; Chopin; Cimarosa; Brahms (*o Zigeunerlieder*, vinte e duas páginas); Mozart, *Una Marcia*, oito minutos e dois minutos inéditos; Schubert; Scarlatti (grande manuscrito), etc etc. No departamento de literatura, trinta e duas páginas do primeiro rascunho do *Esprit des Lois* de Montesquieu, um grande discurso de Robespierre, [ ... ] dois poemas de *Les Fleurs du mal* [ ... ], um maravilhoso desenho de Goethe - você encontrará o Kapuzinerberg transformado em museu.”



amigos, o escritor austríaco formou uma expressiva coleção de peças de grandes intelectuais europeus:

Rolland me deu um volume do seu *Jean Christophe*; Rilke, sua obra mais popular, *A canção de amor e de morte*; Claudel, *A anunciação à Virgem Maria*; Górkki, um grande rascunho; Freud, uma dissertação; todos eles sabiam que nenhum museu guardaria com mais carinho seus manuscritos. (*Ibid.*, p. 2330)

Sua confiança sobre a existência dessa coleção e a citação de peças que dela fazem parte é mais uma maneira de expressar para o leitor o seu europeísmo. Possuir e cuidar de fragmentos de obras de artistas e intelectuais franceses, russos, austríacos, alemães, ingleses, entre outros, parecia ser também uma maneira de resguardar para a posteridade o que considerava haver de mais significativo na produção europeia<sup>208</sup>.

Uma vez no exílio, distante de sua coleção e sem saber o destino que ela teria, é possível reconhecer em sua escrita autobiográfica também esse anseio pelo registro documental da cultura europeia para as gerações futuras. Os artistas e intelectuais citados em suas memórias não deixam de ser peças selecionadas por Zweig, que, a seu ver, deveriam ser conhecidas e lembradas pelo mundo de amanhã.<sup>209</sup>

Assim, tal qual o homem cuidadoso que zelaria pelos manuscritos originais melhor do que um museu, Zweig, ao tratar da intelectualidade de sua época para além das fronteiras austríacas, procura afirmar-se como um intelectual que, uma vez mais, zelava pelo que havia de mais potente na arte europeia de seu tempo. Reforçando, para o leitor do seu presente e das futuras gerações, a manutenção de sua identidade como um europeísta, mesmo no momento em que a barbárie, a intolerância e o fanatismo fraturavam a Europa.

A pesquisadora Mariana Holms fez um importante levantamento das personalidades que aparecem em *O Mundo de Ontem* (HOLMS, p. 35-36) e identificou que a quantidade de

<sup>208</sup> A pesquisadora Mariana Holms aponta para o fato de que falar de sua coleção era também uma forma de Stefan Zweig valorizar o seu papel no contexto intelectual europeu: “Tais objetos continham uma carga afetiva considerável e relembavam fases da vida do escritor bem como sua relação com seus contemporâneos (...). Esses objetos, portanto, desempenham uma importante função de caracterizar o autor na obra memorialística, são artigos que reforçam a singularidade e a relevância de Zweig no panorama cultural de sua época.” (HOLMS, 2019, p. 74).

<sup>209</sup> A pesquisadora Mariana Holms (2019) atenta inclusive para o fato de amigos próximos de Zweig não terem sido citados em sua autobiografia: “Seria problemática a tentativa de apontar, dentre as pessoas mencionadas em *Die Welt von Gestern*, aqueles que seriam mais íntimos de Zweig. No livro, amigos íntimos como Viktor Fleischer (1882-1951), Felix Braun (1885-1973) e, especialmente, Joseph Roth (1894-1939) sequer são mencionados, ao passo que Zweig descreve como próximas pessoas com quem ele tinha uma relação distante, ainda que cordial. Esse é o caso da amizade com Rainer Maria Rilke e da relação controversa com Hugo von Hofmannsthal. Segundo Mark H. Gelber (1995), o escritor pretendia apresentar na sua obra somente referências intelectuais e morais que fossem reconhecíveis para um público internacional no contexto de exílio. O autor esperava alcançar as futuras gerações europeias, levando em conta a possibilidade de que os nomes de que os nomes perdessem sua importância e fossem esquecidos no pós-guerra.” (HOLMS, 2019, p. 37-38).

“internacionais” foi maior do que a de falantes de língua alemã. Sobre esse aspecto, a pesquisadora diz: “A ênfase de Zweig nas conexões internacionais é coerente com a caracterização que ele faz de si, com a intenção de promover nas suas memórias uma representação supranacional da Europa pré-guerra, que fosse conciliadora das diferenças.” (*Ibid.*, p.37).

Traçando esse panorama de pensadores europeus, Stefan Zweig valoriza o supranacionalismo como um aspecto de sua identidade desde a sua formação como intelectual até o momento em que escreve suas memórias. Apresenta-se para o leitor como um pensador para quem as fronteiras e as nacionalidades não importavam e deveriam ser cada vez mais desconsideradas, reforçando assim sua postura de vida e sua defesa intelectual do que denominou “união espiritual da Europa”:

Também eu viajei muito naquele tempo, mas era um viajar diferente dos dias da minha juventude. Pois eu já não era mais um desconhecido nos países que visitava, por toda parte tinha amigos, editores, um público. Chegava como autor dos meus livros, e não mais como o curioso anônimo de antes. Isso proporcionou várias vantagens. Pude agir com mais ênfase e influência mais ampla em prol da ideia que havia muitos anos se tornara a verdadeira ideia da minha vida: a união espiritual da Europa. Nesse sentido, fiz conferências na Suíça, na Holanda, falei em francês no Palais des Arts de Bruxelas, italiano em Florença, na histórica Sala dei Dugento, onde tinham estado Michelangelo e Leonardo da Vinci, em inglês nos Estados Unidos em uma lecture tour do oceano Atlântico ao Pacífico. Era um outro viajar; por toda parte tive encontros amigáveis com as pessoas mais notáveis de cada país, sem ter que procurá-las; homens para os quais, na juventude, eu erguera respeitosamente o olhar e aos quais jamais teria ousado escrever uma linha sequer haviam se tornado meus amigos. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 4511e 4517)

Zweig, ao tratar da Primeira Guerra Mundial, reforça sua identidade como intelectual europeísta e pacifista citando, por exemplo, a publicação de *Jeremias* e ações em conjunto com outros intelectuais de países inimigos<sup>210</sup>. Reconhece a importância de Romain Rolland<sup>211</sup> nesse caminho:

Senti-me fortalecido pela força espiritual de Rolland. Pois, apesar das fronteiras, eu sabia de que maneira maravilhosa Rolland conservava sua humanidade. Encontrara o único caminho certo que um poeta pode seguir em tais épocas: não participar da destruição e do assassinato, e sim (...) agir em obras de socorro e de humanitarismo. (*Ibid.*, posição 3322)

<sup>210</sup> Ver item 4 *Identidade e Idioma* nesta dissertação.

<sup>211</sup> Com Romain Rolland, mais uma vez Stefan Zweig apresenta em suas memórias um intelectual que foi seu modelo e inspiração. Dessa vez, não mais austríaco, como eram seus “irmãos mais velhos”, mas um francês. Não mais um modelo para que se tornasse um escritor renomado, mas uma inspiração ética e moral: “Nele, eu sentia – e isso provoca em mim sempre um sentimento de felicidade – uma superioridade humana e moral, uma liberdade interior sem orgulho, liberdade como algo natural em uma alma forte.” (*Ibid.*, posição 2857).

Critica seus amigos, “em sua maioria pouco europeizados, vivendo totalmente no ambiente alemão”, que inflamavam as massas com seus escritos e rompiam com os intelectuais estrangeiros (*Ibid.*, posição 3196).

O europeísmo e o pacifismo aparecem ao longo das suas memórias como pilares centrais de sua identidade individual. Mas, se por um lado, reafirmar essas bases de sua identidade poderia fazer com que fosse mais difícil para o escritor europeu reconstruir sua vida no exílio americano enquanto a sua Europa era destruída, por outro lado, Zweig pode ter encontrado nesse documento que narrava para a posteridade a maneira de resistir a mais uma usurpação nazista, a de sua identidade pessoal: “Zweig não era o ‘o escritor judeu’, mas ‘o judeu escritor’ - cosmopolita, internacionalista, preocupado com a sorte da humanidade. A aceleração e a intensificação do furor nazista o assustaram.” (DINES, 2013, p. 12).

d) um defensor da liberdade;

Escrevendo suas memórias durante o auge da barbárie nazista e na posição de exilado, Zweig utiliza o substantivo *Freiheit* (liberdade) no prólogo e em quinze<sup>212</sup> dos dezesseis capítulos, um total de 64 vezes, o que demonstra a relevância da temática da liberdade em sua obra autobiográfica.

O escritor, ainda no prólogo, caracteriza-se como alguém que faz parte de uma geração que o tempo e o destino afetaram de forma trágica, e diz:

Na época anterior à guerra, conheci a liberdade individual em seu grau e forma mais elevados, e, depois, em seu nível mais baixo em muitos séculos (...). Aos poucos, fomos obrigados a nos acostumar a viver sem chão sob nossos pés, sem direitos, sem liberdade, sem segurança. (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 124)

Separando sua vida, e a de sua geração, entre dois momentos, o de ontem, do auge da liberdade individual, e aquele de hoje, que a oprimia de todas as formas, Zweig procura expor ao leitor mais uma fratura que o nazismo provocava em sua identidade.

Na origem da formação de seus valores, seja a partir da vivência no núcleo familiar ou da experiência escolar, estaria a defesa e a busca pela liberdade. Do pai, Moritz, o escritor expõe que teria herdado “o que considero ser talvez minha única posse segura: o sentimento de liberdade interior” (*Ibid.*, posição 280). Zweig atribui à postura discreta e reservada do pai,

<sup>212</sup> Apenas no capítulo *Der Kampf um die geistige Brüderschaft*, traduzido como *A luta pela fraternidade espiritual*, a palavra *Freiheit* (liberdade) não aparece.

que nunca aceitou honrarias ou cargos honoríficos e que mesmo milionário não cedia à ostentação, o aprendizado sobre o mérito da liberdade interior.

Já a experiência escolar, durante a qual foi submetido à grande pressão psicológica dos métodos pedagógicos austríacos, teria contribuído não para que desenvolvesse um “complexo de inferioridade”, como acontecera com muitos alunos, mas para que detectasse seu impulso para a liberdade e o ódio a todo tipo de autoritarismo. (ZWEIG, 2014, Kindle, Posição 646).

Seria a liberdade, então, um aspecto que desde cedo o escritor austríaco aprendera a nutrir tanto interna quanto externamente e que teria norteado, ao longo de sua vida, muitas escolhas importantes. A opção por estudar Filosofia na Universidade de Viena teria sido, na verdade, uma maneira de ocupar pouco o seu tempo, deixando-o livre para dedicar-se a suas paixões: a literatura (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 1429), a decisão de passar um semestre universitário em Berlim<sup>213</sup>, a busca por “uma forma elevada e mais perfeita de liberdade” (*Ibid.*, posição 1623), uma vida distante do seu círculo vienense de amigos burgueses e imersa num mundo de jovens pensadores, que, segundo Zweig, “vinham de camadas inteiramente opostas, de cima, de baixo (...) de repente, passei a viver numa roda em que existia até mesmo a verdadeira pobreza com roupa rasgada e sapatos gastos, portanto numa esfera com a qual nunca tivera contato em Viena” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 1710), e a ida a Paris, pela terceira vez, um presente “pela liberdade conquistada” com a conclusão universitária (*Ibid.*, posição 1829): uma viagem para a cidade que teria dado para sua geração “a lição mais sábia, o exemplo mais maravilhoso de ser ao mesmo tempo livre e criadora” (*Ibid.*, posição 1839).

O relato sobre seus dias em Paris, em 1904, são permeados por essa atmosfera de liberdade: uma cidade onde todos - chineses, brasileiros ou canadenses - sentiam-se em casa à beira do Sena, na qual cada um vivia como queria, “em luxo ou na boêmia”, e sem obrigações: “podia-se falar, rir, pensar, brigar” (*Ibid.*, posição 1853).

Após Paris, a ida para Londres, assim como a menção da viagem à Índia e aos Estados Unidos, apresenta e valoriza para o leitor - que vive as burocracias de passaportes, vistos e controles fronteiriços - a liberdade de deslocamento experimentada por Zweig e por sua geração: “Nada talvez revele mais o imenso retrocesso do mundo desde a Primeira Guerra Mundial do que a restrição da liberdade individual de ir e vir e a redução de seus direitos de liberdade.” (*Ibid.*, posição 5657).

Finalizada a temporada de viagens, o escritor austríaco, ao contar que buscou um ponto estável em Viena, sua cidade natal, destaca que escolheu “de propósito um lugar

---

<sup>213</sup> “Acho que em dez anos não me entregarei tanto à sociabilidade intelectual como nesse curto semestre em Berlim, o primeiro da minha liberdade completa” (ZWEIG, 2014, Kindle, posição 1723).

pequeno e situado na periferia para que as despesas não tolhessem a minha liberdade” e não fez também grandes investimentos em móveis para que não se sentisse “preso sentimentalmente a um determinado lugar” (*Ibid.*, posição 2297). Nas memórias de Zweig, era mais uma vez a liberdade fazendo escolhas, nesse caso, sobre onde e como morar.

E como fazer escolhas quando se perde a liberdade? Essa é uma das perguntas de fundo que o leitor de *O Mundo de Ontem* escuta em cada página. Nas passagens em que relembra seu sucesso literário e a sua fama, Zweig se queixa da perda de liberdade e chega a afirmar que, se voltasse no tempo, usaria um pseudônimo para manter-se anônimo (*Ibid.*, posição 4488, 4495 e 4501). Contudo, não é desse tipo de perda que a pergunta de fundo citada aqui trata. Mas sim da liberdade violentada pela chegada dos nazistas ao poder, pela impossibilidade de continuar a viver em sua terra natal, em seu continente, de escrever e se comunicar em sua pátria linguística, de viver com seus amigos e familiares e, acima de tudo, de ser na vida quem desejava ser.

A partir de 1934, o escritor austríaco relata suas escolhas não mais como algo feito por sua liberdade, mas exatamente pela falta dela e pela busca em manter-se livre em algum grau. Sua partida de Salzburgo era a tentativa de encontrar um lugar onde pudesse ter sua liberdade individual. Em suas palavras, “a coisa mais importante no mundo”. Mas, conforme suas memórias, o início da Segunda Guerra Mundial impedia também que a Inglaterra fosse esse lugar (*Ibid.*, posição 5370).

Sua narrativa autobiográfica termina no início da Segunda Guerra Mundial, quando Zweig ainda está em Bath, cidade inglesa. Nada é falado sobre seu exílio nos Estados Unidos e no Brasil. Mas a sensação de sufocamento vivenciada pelo escritor austríaco na América é presente na obra. A forma como Zweig valoriza a liberdade e expõe seu vínculo com a Europa deixa claro para o leitor que sua partida, ao lado de Lotte, para o continente americano havia sido também uma decisão resultante da privação de sua liberdade exterior. Restava-lhe, então, nesse mundo-prisão, aquilo que havia aprendido de seu pai e parecia-lhe sua única posse segura: a liberdade interior.

#### **6.2.4 A escrita como retomada do sujeito Stefan Zweig**

O poeta vietnamita-americano Ocean Vuong disse, ao lembrar sua própria trajetória, que o indivíduo em refúgio procura se olhar no espelho para ter certeza de que ainda está ali, que não foi aniquilado. Pode-se pensar que essa também foi a função das obras *Erasmus*, *Montaigne* e *O Mundo de Ontem* na vida do refugiado e exilado Stefan Zweig:

O desejo de Zweig de voltar-se para dentro não deve ser visto apenas como um retrocesso a seus anos de formação no *fin-de-siècle*, mas como um meio de proteção contra uma situação política opressiva. Sob essas novas circunstâncias, serviu-lhe como um complexo mecanismo de sobrevivência. *O Mundo de Ontem*, escrito quase uma década depois, representa a última tentativa clara de esculpir um espaço subjetivo de existência a partir de um meio literário em tempos de crise. (GANANI e ISSLER *apud* HOLMS, 2019, p. 128)

Ao mesmo tempo em que essas narrativas foram uma tentativa fracassada de o refugiado e exilado austríaco ocupar o lugar de intermediação cultural, que considerava uma postura moderada, conciliadora e moralmente exemplar, essas três obras foram também um instrumento que Zweig utilizou para reafirmar para si e para os outros quem acreditava e almejava ser.

Stefan Zweig, bastante consciente da importância do registro escrito para futuras interpretações históricas, parece ter optado por escrever sua própria história a partir não só de sua autobiografia, mas também das obras sobre Erasmo e Montaigne, para que as sociedades futuras pudessem conhecer e reconhecer Stefan Zweig por ele mesmo e não pela narrativa dos outros sobre ele: registros nazistas ou mesmo críticas de seus pares.

Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, ao retratar a perda da condição de sujeito das mulheres negras a partir das práticas racistas cotidianas, defende a escrita como uma das formas de transição da condição de objeto para a de sujeito:

A ideia de que se tem de escrever, quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária”. (hooks *apud* KILOMBA, 2019, p. 152)

Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. (KILOMBA, 2019, p. 27-28)

O múltiplo homem marginal Stefan Zweig, em condição diversa das mulheres negras vítimas do racismo retratadas por Kilomba, vivenciava também a perda de sua condição de sujeito para a de objeto. Refugiado, apátrida e exilado por ter sido identificado, de forma racista, como judeu, o escritor austríaco percebia cada vez mais a perda de sua liberdade exterior e a impossibilidade de continuar a definir sua história, sua realidade e sua identidade. A escrita de sua autobiografia, e de obras sobre Erasmo e Montaigne, parece ter sido, portanto, uma escolha de Zweig para resistir e reagir a essa situação. Deixar o seu próprio registro sobre quem era, os valores que defendia e suas próprias justificativas em relação à sua

postura frente ao nazismo, era também uma forma de sentir-se sujeito de sua própria história e, quem sabe, ainda uma tentativa de permitir ao futuro a escuta e o reconhecimento que em seu tempo não conseguiu ter.

### 6.3 O suicídio

Em Petrópolis, na noite do dia 22 para 23 de fevereiro de 1942, Stefan Zweig e sua esposa Charlotte Zweig cometeram suicídio. Não se sabe exatamente o que o casal tomou; possivelmente, ele ingeriu Veronal ou Morfina e ela, alguma substância mais forte.

O duplo suicídio aconteceu uma semana após o carnaval, ocasião em que o casal havia descido ao Rio de Janeiro para conhecer pela primeira vez de perto a famosa manifestação popular brasileira. Estiveram acompanhados de Abrahão Koogan e Ernst Feder, que relataram a fascinação de Stefan Zweig pela folia carnavalesca (DINES, 1981, p. 374-375).

No entanto, sua alegria momentânea foi abatida por notícias da guerra. Terça-feira pela manhã, o jornal avisava: “Cingapura caiu quando não era mais possível resistir”. A importante base britânica havia se rendido. Provavelmente, assombrados por essa notícia, o casal decidiu deixar o Rio ainda naquele dia e isolar-se novamente em Petrópolis (*Ibid.*, 1981, p. 376).

Os jornais dos dias seguintes não trouxeram perspectivas melhores. Pelo contrário, o afundamento do submarino brasileiro *Buarque* pelas forças nazistas mostrava que a guerra se aproximava do Brasil (*Ibid.*, 1981, p. 378). As cartas e diários de Stefan Zweig escritos durante o refúgio e o exílio expressam em diversos momentos suas preocupações com a guerra e seu receio de que ela chegasse onde ele estava. A decisão de deixar a Inglaterra, por exemplo, foi motivada pelo medo da invasão nazista, e a opção por não permanecer nos Estados Unidos, dentre outros fatores, foi tomada em razão da possibilidade dos estadunidenses ingressarem na Segunda Guerra Mundial.

Em seu diário de 1940, Zweig trata da possibilidade de suicídio exatamente em situações em que percebia que os alemães iam expandindo seus territórios e a guerra se aproximava.

Em 26 de maio de 1940, escreveu:<sup>214</sup> “Em qualquer caso, seria recomendável ter sempre à mão «um frasquinho» com morfina, caso a necessite. (...) Até hoje os aliados não

---

<sup>214</sup> Traduzido do espanhol: “*En cualquier caso, sería recomendable tener siempre a mano un «frasquito» con morfina; quizá la necesite. (...) Hasta hoy los aliados no han utilizado ninguna novedad armamentística, al contrario de Alemania.*” (ZWEIG, 2021, p. 118).

utilizaram nenhuma novidade armamentícia, ao contrário da Alemanha.” (ZWEIG, 2021, p. 118, tradução minha).

E em 28 de maio de 1940: “Eu preparei um certo «frasquinho» prevendo qualquer coisa que possa suceder. Por exemplo, os alemães poderiam ocupar a Inglaterra, se a Itália intervisse ou a França capitulasse. Paris e Le Havre já estão perdidas.”<sup>215</sup> (ZWEIG, 2021, p. 121, tradução minha).

No mês seguinte, em 12 de junho de 1940, falando sobre a invasão nazista a Paris, diz:

"Haverá capitulação? A única ideia consoladora é que se pode «colocar um fim» a qualquer momento. Por outro lado, é perturbador que aqui em Bath, os simpatizantes nazistas estejam sendo julgados - quase diariamente - um sinal claro da colaboração da Alemanha com os fascistas locais".<sup>216</sup> (ZWEIG, 2021, p. 129, tradução e destaque meus)

O Brasil, que até então havia sido o local mais seguro para o casal, parecia agora estar na iminência de integrar o conflito. Dessa forma, as condições externas se tornavam mais difíceis. Além disso, o isolamento em Petrópolis<sup>217</sup> parecia cada vez maior. Escasseavam-se as cartas, as visitas, as notícias de amigos e familiares e havia pouca integração entre Zweig e intelectuais brasileiros, por questões do idioma ou por ser tido como um escritor aliado à ditadura varguista. Essa sensação de medo e isolamento somava-se ao quadro de depressão do escritor e às intensas crises asmáticas de sua esposa.

Nessas condições de incertezas externas e internas, Stefan e Lotte Zweig planejaram o suicídio. Escreveram cartas se despedindo de amigos e familiares, procurando também deixar organizada a herança de bens, assim como direitos de autoria, publicações de livros, ademais de orientações a respeito do enterro<sup>218</sup>:

<sup>215</sup> Traduzido do espanhol: “*Ya he preparado cierto «frasquito» previendo que pudiera suceder cualquier cosa. Por ejemplo, que los alemanes ocuparan Inglaterra si interviniera Italia o Francia capitulase. Paris y Le Havre ya están perdidos* (ZWEIG, 2021, p. 121).

<sup>216</sup> “*¿Habrá capitulación? La única idea consoladora es que uno puede «poner fin» en cualquier instante. Por otro lado resulta inquietante que aquí, en Bath, se celebren juicios contra simpatizantes nazis - casi a diario - clara muestra de la colaboración de Alemania con los fascistas locales.*” (ZWEIG, 2021, p. 129).

<sup>217</sup> “Os Zweigs socializavam com um número reduzido de brasileiros e estrangeiros. Alfonso Hernández Catá, o embaixador de Cuba no Brasil, cuja morte os afetou profundamente, era um dos amigos mais próximos. Gabriela Mistral, poeta e consulesa do Chile em Petrópolis, era outro contato importante, como foram o jornalista Ernst Feder e o historiador brasileiro Afonso Arinos de Mello Franco. Em sua biografia de Stefan Zweig, Alberto Dines levantou, na agenda telefônica do casal, 32 contatos no Rio, São Paulo e Curitiba, revelando um potencial de socialização além de Petrópolis.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 52).

<sup>218</sup> No entanto, o enterro aconteceu em Petrópolis, e com homenagem por parte do governo brasileiro, de maneira diferente ao que desejava Stefan Zweig: ser enterrado no Rio de Janeiro em uma cerimônia discreta. A sua condição marginal foi evidenciada, inclusive após sua morte, quando o Rabino Mordechai Tzekinovsky reivindicou, sem êxito, às autoridades brasileiras o direito de Stefan Zweig ser enterrado em um cemitério judaico. O Rabino conta que ao ir para Petrópolis conversar com as autoridades brasileiras para reclamar o corpo de Zweig travou o seguinte diálogo:



Stefan e Lotte Zweig também se deram ao trabalho de escrever cartas para vários amigos e conhecidos. Em 21 de fevereiro de 1942, eles escreveram, separadamente, cartas de despedida para Hannah e Manfred. A carta de Lotte, endereçada apenas à sua cunhada, é marcada pelo pedido de desculpas, embora também ofereça conselhos sobre o futuro da sobrinha Eva. Lotte termina a carta agradecendo Hannah e pedindo perdão, mas explicando que o que estava para fazer “é o melhor que podemos fazer agora”. Stefan vai mais além, explicando que eles haviam tomado a decisão em conjunto por causa do sofrimento exacerbado pela asma de Lotte e pela “vida nômade que não me permitiu realizar meu trabalho eficientemente”. Ele também pede desculpas, sente grande “responsabilidade pessoal”, mas insiste que viveram uma vida feliz juntos. (...) Stefan enviou cartas de despedidas para muitas pessoas, inclusive Friderike Zweig, Ernst Feder, Afonso Arinos de Mello Franco, Victor Wittkowski e margarida Banefield, a proprietária da casa de Petrópolis, com quem se desculpou pelos problemas que o duplo suicídio causaria. (CLZ, p. 58-59)

Stefan Zweig deixou também sua carta-despedida, nomeada *Declaração*, com um pequeno texto em alemão, apresentada aqui na tradução de André Vallias (ZWEIG, 1942):

#### Declaração

Antes de deixar a vida, de livre vontade e juízo perfeito, uma última obrigação se me impõe: agradecer do mais íntimo a este maravilhoso país, o Brasil, que propiciou a mim e à minha obra tão boa e hospitaleira guarida. A cada dia fui aprendendo a amar mais e mais este país, e em nenhum outro lugar eu poderia ter reconstruído por completo a minha vida, justo quando o mundo de minha própria língua se acabou para mim e meu lar espiritual, a Europa, se autoaniquila.

Mas depois dos sessenta anos precisa-se de forças descomuns para começar tudo de novo. E as minhas se exauriram nestes longos anos de errância sem pátria. Assim, achei melhor encerrar, no devido tempo e de cabeça erguida, uma vida que sempre teve no trabalho intelectual a mais pura alegria, e na liberdade pessoal, o bem mais precioso sobre a terra.

Saúdo todos os meus amigos! Que ainda possam ver a aurora após a longa noite! Eu, demasiado impaciente, vou-me embora antes.

Stefan Zweig  
Petrópolis, 22. 2. 1942<sup>219</sup>

---

“- Stefan Zweig deixou um testamento indicando o lugar da sepultura?

- Mas no testamento há alguma indicação de que **não** queria ser enterrado num cemitério judaico? - perguntou o Rabino Tzekinovsky segundo a dialética do **Talmud**. - É elementar que um homem seja enterrado junto a seu povo. Não é necessário especificar.

A autoridade não se deixou convencer:

- Mas o escritor jamais demonstrou seu judaísmo.

- Se ele demonstrou judaísmo ou não, isso é assunto para o Tribunal dos Céus. Ninguém sabe o que aconteceu nos seus últimos momentos.” (DINES, 1981, p. 419-420).

<sup>219</sup> O título da carta-despedida estava em português: *Declaração*, seguido do seguinte texto em alemão: “*Ehe ich aus freiem Willen und mit klaren Sinnen aus dem Leben scheidet, drängt es mich eine letzte Pflicht zu erfüllen: diesem wundervollen Lande Brasilien innig zu danken, das mir und meiner Arbeit so gute und gastliche Rast gegeben. Mit jedem Tage habe ich dies Land mehr lieben gelernt und nirgends hätte ich mir mein Leben lieber vom Grunde aus neu aufgebaut, nachdem die Welt meiner eigenen Sprache für mich untergegangen ist und meine geistige Heimat Europa sich selber vernichtet. Aber nach dem sechzigsten Jahre bedürfte es besonderer Kräfte um noch einmal völlig neu zu beginnen. Und die mei nen sind durch die langen Jahre heimatlosen Wanderns erschöpft. So halte ich es für besser, rechtzeitig und in aufrechter Haltung ein Leben abzuschließen, dem geistige Arbeit immer die lauterste Freude und persönliche Freiheit das höchste Gut dieser Erde gewesen.*”

Agradecendo ao Brasil, lamentando a perda do mundo de sua própria língua, a destruição da Europa e a dificuldade de reconstruir uma vida no exílio quando já havia alcançado sessenta anos, Zweig despede-se lembrando seu trabalho intelectual, valorizando sua liberdade pessoal e desejando tempos melhores para os amigos que ficam.

### 6.3.1 O suicídio como a retomada do sujeito Stefan Zweig

*“Podemos nós, em verdade, ignorar as diferenças humanas individuais - de origens, história pessoal e estrutura psicológica - entre aqueles que o praticaram? Sem saber o que se passava na cabeça das pessoas que resolveram matar-se, sem compreender essa decisão em termos de suas experiências e expectativas de vida, será lícito recriminar publicamente os mortos?” (SPITZER, 1989, p.200)*

É importante ressaltar que tratar do suicídio é algo bastante sensível por conta da complexidade que envolve esse ato trágico. Nesse tópico, essa dissertação se propõe a considerar o suicídio de Stefan Zweig a partir de uma perspectiva compreensiva, sem ter a intenção ou pretensão de apresentar os verdadeiros motivos que levaram o escritor a se suicidar e buscando ainda ter o cuidado de não ceder aos julgamentos morais que essa temática suscita.

Na noite de 22 para 23 de fevereiro de 1942, Stefan e Lotte Zweig cometeram suicídio. Esse último ato teve relevante repercussão internacional e foi criticado por alguns de seus pares como sendo produto de fraqueza e covardia por parte do escritor.

Thomas Mann, por exemplo, reprovou o ato suicida:

Na edição especial de *Aufbau* (Reconstrução, jornal dos exilados de fala alemã editado em Nova York), dedicada a Zweig, Mann comparece com lacônico parágrafo: “A morte de Stefan Zweig rasga dolorosa fenda nas fileiras da literatura emigrada europeia”, mas no fim do pequeno texto, lamenta que sua compreensão artística da história não tenha sido suficientemente forte para sobreviver à escuridão e saudar a aurora. (DINES, 1981, p. 431, destaque e negrito meus)

Além de expressar que o suicídio de Zweig teria sido sinal de fraqueza, Thomas Mann, nas esferas privadas, teria afirmado que esse trágico ato seria ainda fruto da covardia e do egoísmo do escritor austríaco (*Ibid.*, p. 432). Chegou também a especular em cartas

---

*Ich grüße alle meine Freunde! Mögen sie die Morgenröte noch sehen nach der langen Nacht! Ich, allzu Ungeduldiger, gehe ihnen voraus. Stefan Zweig Petrópolis 22. II 1942” (BECK e BERLIN, 2005, p. 345).*

enviadas a amigos se essa decisão seria consequência de algum escândalo sexual no qual Zweig estava envolvido e que estaria por vir à tona<sup>220</sup>.

Ao saber da crítica condição asmática de Lotte, aventada por muitos como mais um dos fatores de desgaste emocional do casal<sup>221</sup>, o renomado escritor alemão escreveu para a ex-mulher de Stefan Zweig, Friderike:

Eu ignorava que sua esposa sofria de doença incurável (...) Por que não o disse, em vez de deixar escrito que o motivo do ato teria sido o desespero, por hoje e pelo futuro? Não conhecia sua responsabilidade diante das centenas de milhares de seres, sobre os quais sua abdicação teria efeito tão arrasador? Os abandonados pelo destino, para os quais o exílio era muito mais duro do que para ele, o celebrado, protegido das necessidades materiais - será que considerava sua vida como um *affaire privé* dizendo simplesmente: ‘arranjem-se, eu vou embora?’ Será que possuía o direito de deixar para o inimigo comum a glória de saber que novamente alguém abandonou a luta diante de sua férrea vontade de refazer o mundo? (*Ibid.*, p. 432)

Foram duras as palavras de Thomas Mann. O suicídio de Zweig lhe parecia um abandono injusto aos demais refugiados e uma irresponsabilidade por parte de alguém que desfrutava de condições financeiras muito melhores do que a maioria dos exilados.

Bruno Frank, também para o *Aufbau*, ao saber da morte de Zweig escreveu:

Os pensamentos voltaram-se para os companheiros que, em circunstâncias externas mais difíceis, são obrigados a combater o desespero hora após hora (...) mantenhamo-nos juntos, ajudemo-nos uns aos outros, material e moralmente, para que ninguém mais sucumba até podermos ver a luz. (SPITZER, 2001, p. 199)

---

<sup>220</sup> “After Zweig had taken his life in 1942, Thomas Mann observed rather coolly in a letter to his patron, Agnes E Meyer: ‘I suspect that sex had reared its ugly head again, and that he feared some kind of scandal. He was vulnerable in that regard.’” (Matuschek, 2011, Kindle, posição 5007).

<sup>221</sup> Assunto de inúmeras cartas que o casal Zweig enviava para amigos e à família Altmann. Alguns exemplos: “No geral estamos muito felizes em estarmos aqui em vez de na América do Norte, e Lotte se sente um pouco melhor (...) tenho a esperança de que ela pare com sua música noturna o mais breve possível”; “Estávamos terrivelmente cansados, Lotte por sua asma e eu por minhas depressões psíquicas; aqui no nosso retiro nós esperamos adquirir novas forças (...) nós vamos precisar de muita força.”; “O tratamento consiste em tocar um Sanglien na parte superior do nariz com uma agulha (...) e depois de repetir isso cerca de uma dúzia de vezes em intervalos de 2-3 dias, a asma deve ter curado. Isso parece fantástico para nós.” (DAVIS e MARSHALL, 2012, p. 55-56).

Em 1943, Hannah Arendt<sup>222</sup> reforçou o coro de condenação ao último ato de Zweig. Em sua resenha sobre *O Mundo de Ontem*, acusou-o de fazer parte de uma burguesia judaica cega que não percebia sua condição marginal, pois estava ocupada e encantada demais com a busca pela fama (*Ibid.*, p. 439).

A filósofa alemã, também vítima do nazismo, fez importantes considerações a respeito da obra memorialística de Zweig. É pertinente considerar que um escritor, seja quem for, possa ser criticado em relação às ideias que expressa em seus livros. Contudo, as palavras de Arendt não se restringiram apenas à visão de mundo apresentada por Zweig em sua autobiografia, mas se estenderam a um tipo de argumento acusatório que procurava definir quem Stefan Zweig deveria ser e como deveria se portar no mundo:

Em um último artigo, “The Great Silence” [O grande silêncio] (9 de março de 1942), escrito pouco antes de sua morte – um artigo que me parece pertencer aos seus melhores trabalhos –, ele tentou assumir pela primeira vez na vida uma posição política. A palavra “judeu” não lhe ocorre, pois Zweig se esforçava mais uma vez para representar a Europa – mais exatamente a Europa Central – agora sufocada pelo silêncio. Se ele tivesse falado sobre o terrível destino de seu próprio povo, ele teria estado mais próximo de todos os povos europeus que estão hoje, na batalha contra o opressor, lutando contra o perseguidor dos judeus. (ARENDR, Kindle, 2016, posição 565-566)

Em sua crítica, Hannah Arendt parece desprezar o direito à autoidentificação do sujeito Stefan Zweig, que se percebia mais como um europeu do que um judeu, o direito a resistir a uma identidade definida pelos nazistas que o reduzia a um elemento identitário que não era o mais relevante para ele mesmo.

---

<sup>222</sup> Em seu texto *Nós, Refugiados*, originalmente publicado no *The Menorah Journal* em 1943, Hannah Arendt apontou o suicídio dos judeus no contexto do nazismo como um ato egoísta: “Somos os primeiros judeus não religiosos perseguidos – e somos os primeiros que, não somente in extremis, respondem com suicídio. Talvez estejam certos os filósofos que ensinam que o suicídio é a suprema e melhor garantia de liberdade humana: não sendo livres para criar nossas vidas ou o mundo em que vivemos, somos não obstante livres para jogar a vida fora e deixar o mundo. Judeus devotos, certamente, não podem perceber essa liberdade negativa; eles percebem no suicídio o assassinato, isto é, a destruição do que o homem nunca é capaz de fazer, interferência nos direitos do Criador. Ad. nathan veadonai lakach (“o Senhor nos deu e o senhor tirou”); e eles acrescentariam: Baruch shem adonai (“abençoado seja o nome do Senhor”). Para eles o suicídio, como o assassinato, significa um ataque blasfemo à criação como um todo. O homem que se mata afirma que a vida não vale a pena ser vivida e que não valeria a pena o mundo acolhê-lo. Contudo, nossos suicidas não são rebeldes loucos que desafiam a vida e o mundo, que tentam matar em si próprios todo o universo. Sua forma de desaparecer é silenciosa e modesta; eles parecem desculpar-se pela solução violenta que encontraram para seus problemas pessoais. Em sua opinião, geralmente, os acontecimentos políticos não tiveram nada a ver com seu destino individual; em bons ou maus tempos eles acreditariam unicamente em sua personalidade. Agora eles encontram algumas deficiências misteriosas em si próprios que os impedem de conviver. Tendo sentido que tinham direito a um certo padrão social desde sua tenra infância, eles são considerados fracassos aos seus próprios olhos caso esse status não possa ser mantido. Seu otimismo é a vã tentativa de manter a cabeça fora da água. Por trás dessa fachada de alegria, eles lutam constantemente com seu desespero. Finalmente, eles morrem de um tipo de egoísmo.” (ARENDR, 2016, posições 482 e 483)

A filósofa alemã faz também interessantes apontamentos sobre a burguesia judaica que perseguia a fama e o sucesso como forma de inserção social, descolando-se da atmosfera antissemita que pairava na Europa, e ainda aponta Stefan Zweig como tolo<sup>223</sup> ao deixar-se cegar pela sedução que Arendt qualifica como desonrosa, do círculo de artistas renomados. Em suas palavras: “A honra jamais será conquistada pelo culto do sucesso e da fama, pelo cultivo do íntimo, nem pela dignidade pessoal. Da desgraça de ser judeu, só existe uma saída - lutar pela honra de todo o povo judeu”. Estariam, então, todos os judeus condenados a “falar sobre o terrível destino de seu povo”? Seria essa uma missão obrigatória de todos os judeus e, ainda mais, daqueles que alcançam espaços de sucesso?

Stefan Zweig, tal qual Arendt, era mais uma vítima do longo processo de discriminação e hoje, mais do que nunca, é sabido que exigir da vítima uma postura específica não é possível. Além de *O Homem Marginal* de Stonequist, bastante interessante, nesse sentido, é a tese de doutorado de Grada Kilomba, *Memórias da Plantação*, e também *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Fanon, ambas obras já mencionadas ao longo desta dissertação. Tais autores, analisando a situação do racismo em relação aos *negros*, destacam os efeitos psicológicos da discriminação na vida dos indivíduos<sup>224</sup>. Esse aspecto parece ter sido desprezado por Thomas Mann, Bruno Frank e Hannah Arendt, que enfatizaram a boa condição financeira de Zweig para condenar sua postura frente aos nazistas e seu suicídio como um ato de fraqueza, cegueira ou covardia.

No entanto, que Arendt, Frank e Mann tenham tido essas posturas é (e deve ser) compreensível. Todos eles, Arendt e Frank, por serem judeus, e Mann, pelo conteúdo de seus escritos, foram obrigados a fugir do nazismo e viviam cotidianamente todos os efeitos físicos,

---

<sup>223</sup> “É espantoso, e mesmo assustador, que ainda havia pessoas vivendo entre nós cuja ignorância era tão grande e cuja consciência era tão pura a ponto de poderem continuar contemplando o período pré-guerra com os olhos do século XIX, e poderem olhar para o pacifismo impotente de Genebra e para a calma traiçoeira antes da tempestade, entre 1924 e 1933, como se fosse uma volta à normalidade. Mas é admirável e gratificante que pelo menos um desses homens teve a coragem de registrar tudo isso em detalhes, sem esconder ou embelezar nada. Zweig finalmente percebeu que todos eles haviam sido tolos, mesmo que para ele nunca tenha ficado clara a conexão entre seu infortúnio e sua tolice.” (ARENDR, 2016, Kindle, posição 555).

<sup>224</sup> Frantz Fanon, por exemplo, trabalha o conceito de neurose: “Com isso, fomos levados a considerar a sua alienação tendo como referência as descrições psicanalíticas. Em seu comportamento, o negro se aproxima de um tipo neurótico obsessivo ou, melhor dizendo, ele se encontra em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir da sua individualidade, de anular a sua presença.” (Fanon, 2020, p. 54). Grada Kilomba, por sua vez: “Parece, portanto, que o trauma de pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o “Outra/o”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum.” (KILOMBA, 2019, p. 40). E Stonequist, a respeito do complexo de inferioridade: “No caso do ‘homem marginal’, o sentimento de inferioridade emerge da situação grupal onde é estigmatizado como inferior ou induzido a sentir-se inaceitável.” (STONEQUIST, 1948, p. 166).

psicológicos e materiais da condição marginal do refúgio/exílio. É razoável, portanto, que o suicídio de alguém em condições similares - e que ainda contava com confortos materiais que muitos refugiados não tinham - tenha causado reações indignadas e acusações infundadas. Esses indivíduos eram também vítimas, lutando dia a dia por sua existência. A reação emocional a uma notícia trágica e, inclusive, sua condenação devem ser dimensionadas em seu contexto.

Nesse sentido, o trecho do poema *Aos que vierem depois de nós*, de Bertolt Brecht, e a colocação de Günter Anders, primeiro marido de Arendt, em *Nós, filhos de Eichmann* são preciosos:

Vocês que emergirão da torrente em que nos afogamos, lembrem-se, ao falar de nossa fraqueza, do tempo sombrio a que escaparam.  
Ai, nós que queríamos preparar o terreno para a bondade não podíamos ser bons.  
Lembrem-se de nós com indulgência. (BRECHT *apud* ARENDT, 2008, p. 243)

Reagir de modo adequado ao incomensurável era impossível.  
E quem exige isso das vítimas deveria exigir do peixe  
Jogado na praia que ele se apresse em fazer crescer pernas para retornar, aos passinhos, ao seu elemento úmido. (ANDERS *apud* AMIGORENA, 2020, p. 9)

Oitenta anos se passaram desde a trágica noite no bangalô em Petrópolis. Reproduzir as mesmas condenações a Stefan Zweig que foram feitas naquele contexto - deslegitimando seu sofrimento em detrimento de sua condição material, taxando-o de fraco, egoísta e covarde - ou mesmo censurar pessoas que viviam a opressão nazista, tal qual Mann, Frank e Arendt, pelas opiniões que emitiram sobre o suicídio do casal Zweig seria ignorar aquilo que Brecht e Anders, ambos também refugiados do nazismo, procuraram deixar registrado de forma a chamar a atenção das gerações futuras: não existia uma maneira correta, certa, precisa de lidar com os horrores da *Shoá*.

Ambos remetem à brutalidade de seu tempo - “Torrente que nos afogamos (...) tempo sombrio”, “Incomensurável” - para alertar o leitor de que aquelas não eram condições normais em que posicionamentos específicos poderiam ser cobrados. A ironia de Anders fornece a imagem da luta pela sobrevivência nas condições mais difíceis e improváveis. Assim como não era possível aos peixes deixados na areia criar pernas e voltar ao mar, era impossível às vítimas do nazismo reagirem de modo adequado ao extermínio perpetrado pelos nazistas. As palavras de Brecht soam ainda como um suplício para a posteridade: “Lembrem-se, ao falar de nossa fraqueza, do tempo sombrio a que escaparam(...) lembrem-se de nós com indulgência.”.

É importante apontar que não há aqui proposta de uma leitura acrítica da obra de Stefan Zweig. São pertinentes questionamentos acerca de sua almejada postura humanista, cosmopolita e internacionalista, que seria mais bem definida como europeísta. São válidas as observações sobre seu olhar limitado acerca da situação das massas europeias no final do século XIX e início do século XX, ou ainda sobre a ausência de críticas às barbáries que vinham sendo cometidas pelas potências europeias imperialistas na África e na Ásia. São também importantes os destaques de aspectos machistas e expressões racistas em suas obras.

Zweig esteve à frente do seu tempo ao vislumbrar o que viria a ser no futuro a União Europeia. Por outro lado, sua obra também demonstra que o escritor não conseguiu romper com alguns valores opressores de sua época, o que o impediu de avançar na defesa de um humanismo mais amplo do que aquele da maior parte da burguesia liberal europeia do seu tempo.

Se são cabíveis tais críticas sobre o conteúdo que apresentou em suas obras e em defesa de um mundo por meio de valores que acreditava serem pacifistas e humanistas, é, por outro lado, questionável a condenação de seu suicídio como uma ação que refletiria sua fraqueza, seu egoísmo e sua covardia e a desqualificação de sua obra em decorrência do julgamento desse ato trágico.

Não foram poucos os judeus que, tal qual Stefan e Lotte Zweig, cometeram suicídio nos anos 1930 e 1940, quer tenha sido nas subhumanas condições dos guetos, nos campos de concentração e extermínio ou em condições bem diversas no exílio. No pós-guerra, tal qual Primo Levi, muitos sobreviventes da *Shoá* ou, como diria a escritora ruandense Mukasonga, “subvidentes”<sup>225</sup>, também decidiram por deixar o mundo. A experiência da Segunda Guerra Mundial e do genocídio nazista gerou os mais diversos traumas nas vítimas que reagiram da forma como lhes era possível.

O psiquiatra judeu Viktor E. Frankl (1905-1997)<sup>226</sup>, também nascido em Viena, em seu livro *Em Busca de Sentido - um psicólogo no campo de concentração*, relata sua experiência enquanto prisioneiro de Auschwitz e fala da expressão “ir para o fio”, que remetia a uma maneira recorrente de cometer suicídio encostando no “arame farpado, eletrificado e de alta tensão” (FRANKL, 2018, p. 33).

---

<sup>225</sup> “Um sobrevivente, não sei se do holocausto ou do genocídio dos tutsis, disse que os sobreviventes do genocídio eram subvidentes.” (MUKASONGA, 2018, p.81).

<sup>226</sup> “Neste livro, o Dr. Frankl descreve a experiência que o levou à descoberta da logoterapia. Prisioneiro durante longo tempo em campos de concentração, onde seres humanos eram tratados de modo pior do que se fossem animais ele se viu reduzido aos limites entre o ser e o não-ser. O pai, a mãe, o irmão e a esposa de Viktor Frankl morreram em campos de concentração ou em crematórios, e exceto sua irmã, toda sua família morreu nos campos de concentração.” (FRANKL, 2018, p. 5).

Nessa obra, Frankl revela de que maneira suas experiências em campos de concentração<sup>227</sup> fizeram-no desenvolver a logoterapia<sup>228</sup>, abordagem psicológica pautada na ideia de que o sentido da vida não é abstrato e natural, e sim algo que deve ser produzido pelo próprio indivíduo, não apenas internamente ou na psique, mas na realização no mundo<sup>229</sup>. Segundo Frankl, a consciência de algum sentido ou propósito para a vida preenche um vazio existencial e torna-se uma das formas de prevenção ao suicídio (*Ibid.*, p. 165).

Ele mesmo, nas condições mais adversas e impossíveis de serem imaginadas por quem não as viveu, deu um sentido à sua vida e ainda criou uma obra bastante relevante para o mundo a partir de sua experiência. Outros refugiados do nazismo também deram diferentes respostas à situação trágica que vivenciaram que não o suicídio.

No final do livro autobiográfico *O Gueto Interior* em que Vicente, o avô do autor, culpado por todos os horrores da *Shoá* vivenciados por sua família na Polônia<sup>230</sup> enquanto ele sobrevivia na Argentina, está prestes a cometer suicídio e interrompe o ato ao escutar de sua esposa: “- Vicente? (...) Eu queria te dizer que estou grávida, meu amor.” (AMIGORENA, 2020, p. 115). Essa passagem é um exemplo de como produzir sentido para a vida previne o suicídio. Vicente definhou por anos, fechou-se em seu mundo, destruído à distância pela barbárie nazista, silenciou completamente, mas decidiu permanecer vivo quando soube da gravidez de sua mulher e produziu a partir desse fato um propósito para sua vida. Quando, em 8 de maio de 1945, escutou pelo rádio o anúncio do fim da guerra, dirigiu-se à sua esposa e, após anos emudecido, disse: “‘Se ela for menina, vai chamar Victoria.’ (...) Victoria nasceu no dia 17 de junho de 1945” (*Ibid.*, p. 120).

---

<sup>227</sup> Victor Frankl passou por 4 campos de concentração, entre os quais, Auschwitz.

<sup>228</sup> “A logoterapia diverge da psicanálise na medida em que considera o ser humano um ente cuja preocupação principal consiste em realizar seu sentido, e não na mera gratificação e satisfação de impulsos e instintos de id, ego e superego, ou na mera adaptação ou ajustamento à sociedade e ao ambiente.” (*Ibid.*, p. 128).

<sup>229</sup> “Uma vez que cada situação na vida representa um desafio para a pessoa e lhe apresenta um problema para resolver, pode-se, a rigor, inventar a questão pelo sentido da vida. Em última análise, a pessoa não deveria perguntar qual o sentido da sua vida, mas antes deve reconhecer que é ela que está sendo indagada. Em suma, cada pessoa é questionada pela vida; e ela somente pode responder à vida respondendo por sua própria vida; à vida ela somente pode responder sendo responsável. Assim sendo, a logoterapia vê na responsabilidade (*responsibleness*) a essência propriamente dita da existência humana.” (*Ibid.*, p. 133).

“De acordo com a logoterapia, podemos descobrir este sentido na vida de três diferentes formas: 1. criando um trabalho ou praticando um ato; 2. experimentando algo ou encontrando alguém; 3. pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável.”

<sup>230</sup> “Não sei em que momento preciso Vicente soube que sua mãe fora deportada para Treblinka II, esse campo onde jamais se pensou em trabalho, onde ninguém morria de cansaço, de exaustão, de fome; esse campo que fora o mais eficaz de todos, esse campo que fora uma implacável máquina destinada a matar o maior número de pessoas possível - esse campo em que, dentro de um ano, os nazistas tinham conseguido eliminar quase um milhão de pessoas. Mas sei que ele soube. Como soube que os nazistas agarraram o filho de Berl quando tinha cinco anos e o transportaram para Auschwitz. E como soube que seu irmão e a mulher dele, apesar da dor, continuaram a trabalhar até o levante do gueto, do qual participaram, e depois do qual morreram.” (AMIGORENA, 2020, p. 121).



Stefan Zweig, contudo, teria sofrido mais de um golpe ao longo de sua vida. O primeiro abalo seria em decorrência da Primeira Guerra Mundial, quando Zweig conseguiu reagir e não só produzir um sentido para a sua vida, mas também colocá-lo no mundo. Sua reação contrária à guerra e às intolerâncias nacionalistas foram transformadas em livros e palestras, de maneira que o escritor austríaco percebia-se realizando sua vontade interior, sua identidade e sua existência. *Jeremias, Os construtores do Mundo*, entre outras obras, podem ser vistas como resposta de Zweig a esse primeiro golpe.

A ascensão nazista e a Segunda Guerra Mundial foram o segundo golpe, e de proporções incomparáveis ao primeiro. Nesse, mais do que sua visão de mundo, sua existência lhe era negada. Stefan Zweig mais uma vez reagiu. Mudou-se da Áustria para a Inglaterra, de lá foi para os EUA e, ainda, cá para o Brasil. Cada vez que percebia que a guerra estava mais próxima, mudava-se para um lugar onde ele e Lotte pudessem voltar a ter a sensação de segurança. Continuou também a escrever importantes obras, defendendo os valores dos quais não abria mão: o pacifismo, a tolerância e o europeísmo.

Mas em 1942, após Pearl Harbor<sup>231</sup> (07/12/1941), os Estados Unidos já haviam entrado na guerra e os ataques nazistas a submarinos brasileiros pareciam aproximar também o Brasil do conflito do qual Zweig havia tentado a todo custo se distanciar. Aos 60 anos, sua obra estava criada e Stefan Zweig parecia acreditar que já havia expressado sua visão de mundo e seus valores. Contudo, o presente não demonstrava escutá-lo: seja porque o seu principal público, o de língua alemã, não podia ler seus livros, seja porque a intolerância de seu tempo falava mais alto. Aderir a posturas que considerava mais radicais, como engajar-se na luta política dos socialistas ou dos sionistas, era, a seu ver, romper com o que considerava mais precioso: sua liberdade interior e seus valores morais. Dessa vez, após numerosas tentativas de se adaptar a sua condição marginal, sua reação foi outra: o suicídio.

O clássico estudo de Emile Durkheim sobre o suicídio foi fundamental para que esse ato passasse a ser analisado por pesquisadores não apenas em seus aspectos psicológicos, como também em suas dimensões sociais<sup>232</sup>:

---

<sup>231</sup> Referência ao ataque da marinha japonesa à Pearl Harbor - base naval estadunidense no Oceano Pacífico. É tido como um dos fatores responsáveis pelo ingresso dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

<sup>232</sup> “Com efeito, se em vez de vermos neles apenas acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e que necessitam cada um por si de um exame particular, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma dada unidade de tempo, constatamos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção de elementos, mas que constitui por si um facto novo e sui generis, e que possui a sua unidade e a sua individualidade, a sua natureza própria por conseguinte, e que, além disso, tal natureza é eminentemente social.” (Durkheim, s/d, p. 13).

Estabelecemos, com efeito, que em cada grupo social há uma tendência específica para o suicídio que não se pode explicar nem através da constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem através da natureza do meio físico. Portanto, por eliminação, depende necessariamente das causas sociais e constitui, por si só, um fenómeno colectivo. (Durkheim, s/d, p. 127)

Durkheim caracterizou o suicídio como um fato social por ser um ato que ocorre com regularidade em cada sociedade, relacionado ao excesso ou à falta de coerção e a fatores externos que influenciam a decisão individual. Recusando, portanto, a ideia de que o suicídio seria decorrente apenas de aspectos orgânicos de quem o comete. O autor ainda classificou o suicídio em três tipos: egoísta, altruísta e anômico:

Estamos, por conseguinte, em presença de um novo tipo que tem de ser distinguido dos outros. Distingue-se, não pela maneira como os indivíduos estão ligados à sociedade, mas pelo modo como esta os regula. O suicídio egoísta provém do facto de os homens não encontrarem uma justificação para a vida: o suicídio altruísta do facto de esta justificação lhes parecer estar fora da própria vida; o terceiro tipo de suicídio, cuja existência acabámos de constatar, provém do facto de a actividade dos homens estar desregrada e do facto de eles sofrerem com isso. Em virtude da sua origem, daremos a este último tipo o nome de suicídio anômico. (*Ibid.*, p. 252)

Essa perspectiva social do suicídio, proposta pelo sociólogo francês, é valiosa para que possamos perceber a decisão de Stefan Zweig no contexto que o escritor vivenciava. Gilberto Velho (2012) ainda atenta para o fato de esses indivíduos, considerados desviantes/marginais<sup>233</sup>, não serem fruto da anomia social, como posto por Durkheim, mas sim das disputas políticas na sociedade em que vivem:

Felizmente, no estudo do comportamento desviante (mantenho a denominação porque é de uso generalizado, lembrando ser sempre necessário contextualizar) há autores que já caminharam um pouco mais, indo além da teoria da *anomie*. O grupo dos chamados interacionistas tem importante contribuição nesta área. A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados. (VELHO, 2012, p. 22)

---

<sup>233</sup> “A própria noção de desviante vem tão carregada de conotações problemáticas que é necessário utilizá-la com muito cuidado. A ideia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento ‘médio’ ou ‘ideal’, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.” (VELHO, 2012, p. 17).

“Não se trata de negar a especificidade de fenômenos psicológicos, sociais, biológicos ou culturais, mas sim reafirmar a importância de não perder de vista o seu caráter de inter-relacionamento complexo e permanente. O ‘Homem’ só existe através da vida sociocultural e isolá-lo desta, mesmo em termos puramente analíticos, pode deformar qualquer processo de conhecimento.” (*Ibid.*, p. 19).

Portanto, as pessoas que enxergam o mundo de outra forma e já não se veem inseridas socialmente, como era o caso de Zweig, não seriam desviantes por si mesmos, mas apenas na relação com outros atores sociais que, exercendo seu poder, demarcariam as normas de comportamento. Esses grupos dominantes seriam, portanto, os responsáveis por definir quem faz parte e quem está excluído, quem é o cidadão comum e quem é o desviante.

Pode-se evocar aqui, à guisa de ampliação da compreensão, um caso havido em contexto indígena. Darcy Ribeiro (2016), em seu estudo *Uirá sai à procura de Deus*, alerta sobre os fatores múltiplos que contribuem para o suicídio. O indígena Uirá, após a morte de seu filho “em uma epidemia de gripe que assolou a aldeia”, ficou muito descontente e irritado (*iñaron*) e procurou, seguindo as tradições de seu povo, os Kaapor<sup>234</sup>, recuperar-se inicialmente por meio do isolamento e depois da guerra. Não tendo conseguido reanimar-se dessas maneiras e em um estado cada vez mais intenso de tristeza (*apiay*), decidiu preparar-se com armas, trajes e pintura corporais para ir ao encontro de Maíra - o herói civilizador dos tupi<sup>235</sup>.

Durante essa jornada, saiu de sua aldeia, cruzou as matas e teve contato com os brancos em núcleos sertanejos próximos e em cidades como São Luís do Maranhão, onde sofreu inúmeras violências<sup>236</sup> e também foi preso. Por fim, ao fracassar em seu intuito de encontrar Maíra, sentia-se envergonhado perante sua família e sua etnia, decidindo-se pelo suicídio, segundo o caminho mais doloroso para os Kaapor: jogar-se no rio repleto de piranhas.

Darcy Ribeiro aponta que a decisão pela própria morte pode ter sido tomada por Uirá tanto por motivos individuais (seria Uirá mais sensível que os demais), por questões

---

<sup>234</sup> Denominados *Urubu* pelos brancos.

<sup>235</sup> “A versão *Urubu* da cosmogonia Tupi justifica tratar Maíra como algo mais que um herói mítico. A realidade e atualidade de sua existência fazem dele quase uma divindade. Não é concebido apenas como o demiurgo que operou numa era mítica criando o mundo e as coisas, mas como um ser vivo e atuante. Ainda agora, as hecatombes, as tempestades e toda a vida, concebida como uma luta, é explicada pelos índios *Urubu* através da alegoria de um conflito permanente entre um Maíra pai e um Maíra filho em que duplicaram o herói. Embora não esperem qualquer ajuda de Maíra nem concebam que se possa apelar para ele ou invocá-lo, sua ação é necessária e eficiente para manter a ordem cósmica agora como no tempo da criação.” (RIBEIRO, 2016, Kindle, p. 11-12).

“Em todos esses textos está presente para os índios *Urubu*, apesar das contradições e ambiguidades, a possibilidade de ir ter com Maíra, desde que estejam dispostos a enfrentar as provações.” (*Ibid.*, p. 17).

<sup>236</sup> “É fácil imaginar a reação do primeiro núcleo sertanejo à chegada do pequeno grupo indígena. Uirá, com o corpo pintado de vermelho e preto, armas à mão, lhes deve ter parecido o cabeça de um troço de índios que vinha atacá-los. Só assim se pode explicar o furor com que se lançaram contra eles, com que os prenderam e espancaram, segundo o relato da Katã, sua mulher.” (*Ibid.*, p. 18).

sociais/coletivas (a vergonha do retorno e as pressões que sofreria), quanto pela cosmovisão mítica dos Kaapor (pode-se encontrar Maíra tanto em vida quanto na morte)<sup>237</sup>.

A partir das considerações de Durkheim, Velho e Ribeiro, é possível ampliar a percepção da complexidade do suicídio e dos variados fatores que contribuem para uma pessoa consumir esse ato radical.

Definido como desviante e excluído da sociedade em que acreditava e à qual almejava pertencer, Stefan Zweig não encontrava um lugar no mundo onde pudesse dar continuidade ao sentido que produziu para sua vida. Dessa forma, percorreu o caminho que alguns de seus amigos já haviam tomado<sup>238</sup>. Seu suicídio, portanto, não é compreendido nesta dissertação como um ato antissocial, de covardia, fraqueza, egoísmo ou símbolo de sua desistência, mas sim, na mesma perspectiva proposta pelo historiador Leo Spitzer, como um ato positivo, apesar de trágico.

Cabe enfatizar que a expressão “ato positivo” aqui não carrega um juízo de valor. Não é intenção dessa dissertação analisar ou mesmo avaliar o suicídio de Stefan Zweig como uma ação boa ou ruim. Ao aderir à perspectiva que enxerga esse ato radical do escritor austríaco como um ato positivo, o que se propõe é um olhar compreensivo capaz de perceber o suicídio não como uma negação/anulação de sua existência ou mesmo como um abandono de seus pares, mas como um caminho de busca de Stefan Zweig pela afirmação de sua existência e de sua identidade.

Nesse sentido, o ato fatal de Stefan Zweig pode ser entendido (...) como reação *trágica* e não *antissocial* de uma pessoa *indiferente aos acontecimentos gerais*. Refletiu sua incapacidade psicológica de modificar uma visão pessoal de mundo e uma visão de si mesmo que eram antitéticas a uma identificação grupal ou nacional: uma visão de mundo supranacional, acima da política, que dissuadia o escritor de se engajar na resistência política à opressão por meio da ação coletiva. Mas foi também

---

<sup>237</sup> Convém observar que o diagnóstico e o receituário para o combate à depressão estão dados no próprio contexto social, mítico e cosmológico Kaapor. Primeiro, o grupo afasta o indivíduo deprimido, definido na categoria *iñaron*. Ele vivencia o isolamento e o processo catártico em que destrói sua casa e seus bens. Seus pares ajudam-no depois a fazer a reconstrução do necessário. Persistindo a depressão, em um segundo momento, o indivíduo é definido como *apiay* e, então, afasta-se do grupo e vai ao encontro da guerra com outros povos. Por fim, encontrando-se ainda em estado de depressão, o indivíduo deixa o grupo e sai à procura de Maíra, que pode ser encontrada tanto em vida como na morte. Sendo assim, tanto as categorias como as maneiras de combatê-las são definidas pelo grupo.

<sup>238</sup> Em 19 de março de 1941, cerca de um ano antes de o casal Zweig cometer suicídio, o escritor austríaco enviou uma carta para seu editor americano Ben Huebsch: “Ouvi dizer que meu velho amigo Erwin Rieger morreu. Ele, embora fosse um ariano puro, havia deixado Viena anos atrás e foi visto pela última vez em Tunis. Temo que ele tenha cometido suicídio como tantos outros. Agora, depois de Toller, Roth, Ernst Weiß mais um fora do círculo interno! E todos mais jovens do que eu.” (BECK e BERLIN, 2005, p. 300, tradução minha). Stefan Zweig refere-se ao poeta alemão Ernst Toller (1893-1939), ao escritor austríaco e amigo íntimo, Joseph Roth (1894-1939) e ao médico e escritor austríaco Ernst Weiß (1882-1940).

uma solução *positiva*, compatível com o ideal de liberdade pessoal que ele havia sustentado e defendido durante toda a vida adulta. Essa solução afirmou seu controle último sobre sua própria morte e atestou sua liberdade de escolha e sua integridade como ser humano pensante e dotado de sentimentos. (SPITZER, 1989, p. 200)

O suicídio de Zweig, portanto, pode ser compreendido como o caminho que ele encontrou para a reafirmação de sua liberdade pessoal, externamente aniquilada pelo nazismo, que usurpou aspectos centrais de sua identidade, sua pátria e sua língua materna, dentre outros elementos. Podendo ser visto como um ato positivo e de resistência de quem se percebia em vida como um objeto - sujeito incompleto<sup>239</sup>, fraturado, sombra e fantasma de si mesmo - e que encontrou na morte o retorno à sua completude: “O suicídio é uma solução aplicada a um problema (...) um ato positivo, praticado por um ser humano comprometido com uma estratégia de vida.” (BAECHLER *apud* SPITZER, 2001, p. 200).

Dessa forma, é possível perceber o suicídio do escritor austríaco não apenas a partir da perspectiva de Stonequist, como um símbolo extremo de seu desajustamento ou da sua condição de *objeto* (STONEQUIST, 1948, p. 214-215), mas também, acompanhando o pensamento de Spitzer (“Essa solução afirmou seu controle último sobre sua própria morte e atestou sua liberdade de escolha e sua integridade como ser humano pensante e dotado de sentimentos.”) e de Grada Kilomba, como o caminho último que encontrou para resistir e tornar-se novamente *sujeito* - aquele que define sua realidade, identidade e destino: “O suicídio é, em última estância, uma performance da autonomia, pois somente um **sujeito** pode decidir sobre sua própria vida ou determinar sua existência.” (KILOMBA, 2019, p. 189, destaque da própria autora).

---

<sup>239</sup> A obra *A Família de Viajantes (La Famille de Voyageurs)* do escultor Bruno Catalano, composta por uma série de esculturas de viajantes com os corpos incompletos/fraturados pode ser vista como a expressão em imagem desse sentimento de vazio, incompletude e desintegração de sua real identidade compartilhado por Stefan Zweig e outros refugiados/exilados. Para ver a obra, acesse: <https://www.brunocatalano.com/> - Acesso em 03 de junho de 2022.

Stefan Zweig registrou em *Montaigne*, uma de suas últimas obras<sup>240</sup> antes de se suicidar, um tributo à liberdade interior, em que destacou esse caráter de autonomia do suicídio identificado por Kilomba: “E a última liberdade: a da morte. A vida depende da vontade de outrem, a morte, da nossa vontade. ‘*La plus volontaire mort est la plus belle*’ – a morte mais voluntária é a mais bela.” (ZWEIG, 2013, p. 56).

Possivelmente, tal qual o indígena Uirá que, não conseguindo em vida encontrar Maíra, foi ao seu encontro através da morte, Stefan Zweig “sempre cumpriu o destino a que se propôs (...) porque a morte também é caminho para ele” (RIBEIRO, 2016, p. 19). Sua obra estava em seus livros, documentada para o mundo. Sua vida não acabava com seu suicídio. No entanto, se ela não era possível no presente - no qual Zweig se percebia fraturado, um fantasma, sombra de si mesmo -, o escritor parecia acreditar que, tendo permanecido fiel aos seus valores até sua morte, voltaria a viver pleno em sua realidade, identidade e destino por meio de seus leitores do futuro.

---

<sup>240</sup> A pesquisadora Barbara Neymeyr (2018) aponta que a disposição de Stefan Zweig para o suicídio pode ser identificada na frequência com que a temática aparece em suas obras, tanto biográficas quanto ficcionais, e ainda acrescenta que o escritor parecia ter uma atração por personagens e situações trágicas que colocavam em cena a questão do destino. (NEYMEYR, 2018, p. 764- e 765). Neymeyr cita o ensaio do escritor austríaco sobre Heinrich Von Kleist no volume *O Combate com o Demônio* e o texto sobre Otto Weininger para exemplificar o aparecimento do suicídio em obras biográficas. A pesquisadora ainda aponta que, em seus livros de ficção, o suicídio é retratado das mais variadas formas: os personagens são de origens distintas, os motivos são diversos (o amor não correspondido, a expiação, a servidão excessiva, a obsessão por perigos etc.) e os métodos variados, ressaltando que, apesar dessa diversidade com a qual Zweig caracteriza suicídio, algo é comum a todos eles: o narrador nunca condena o ato suicida. (*Ibidem*).

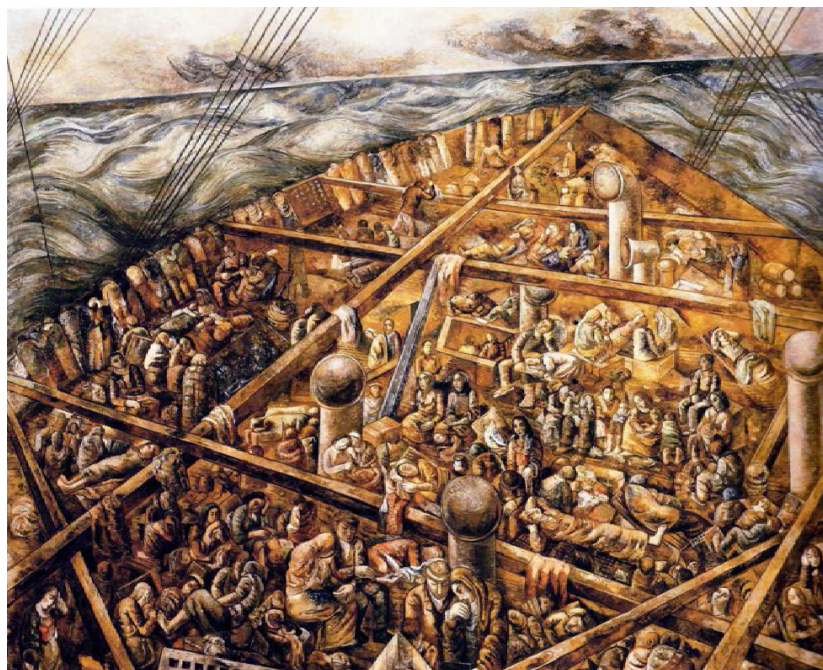
Dominique Bona, em sua biografia sobre o escritor austríaco, também chama a atenção para a recorrência da temática suicida nas obras de Stefan Zweig: “O suicídio é uma de suas soluções novelescas preferidas. O médico de Amok, o jovem jogador de Vinte e quatro horas na vida de uma mulher, a heroína de Carta de uma desconhecida, a jovem parálitica de A piedade perigosa, quantas e quantas personagens, desde sua primeira narrativa. Na neve, em que uma tribo judaica inteira se deixa morrer para escapar às hordas assassinas de flageladores” (BONA, 1999, p. 367).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cartas para o pintor Lasar Segall, Stefan Zweig, impressionado com a obra *Pogroms*, sugeriu que o artista - judeu de origem lituana vivendo no Brasil desde 1912 - tentasse retratar: “...toda a miséria dos imigrantes de hoje, nas portas dos consulados, dos navios, nas ferrovias e nos seus caminhos. Isso seria monumental, de uma parte à outra do mundo, e o sr. com isso faria um documento do nosso tempo. Estou sonhando com um pintor que componha algo assim, sendo que nós, os escritores, estamos perto demais das coisas para mostrá-la de maneira épica. O olhar do pintor nesse caso é sempre mais rápido.” (ZWEIG apud CARNEIRO; LAFER, 2004, p. 59)

Lasar Segall criou então a tela *Navio de Emigrantes* e enviou uma foto para Stefan Zweig. Impactado pela pintura, o escritor austríaco escreveu: “sem me permitir dar uma opinião abalizada, desejo, contudo, dizer-lhe que com esse quadro o senhor acertou em cheio no alvo: há nele uma síntese realmente profética da miséria contemporânea apresentada na forma mais dolorosamente sensível para nós.” (BARDI, 2000, p. 51)

Figura 2 - Navio de Emigrantes (1939-1941) de Lasar Segall



Sobre essa obra de Segall, a historiadora Maria Tucci Carneiro ressaltou que o pintor conseguiu retratar algo muito além de uma viagem comum e também extrapolar “a condição do judeu humilhado e perseguido pelo Estado Nazista.”, expressando nas duzentas e oitenta

peessoas espalhadas pelo convés “um drama muito maior: o de todos os cidadãos do mundo que, por questões políticas, raciais ou religiosas, tornaram-se expatriados.” (CARNEIRO; LAFER, 2004, p. 59)

É significativo que a finalização da escrita dessa dissertação esteja ocorrendo em 20 de junho de 2022, *Dia Mundial dos Refugiados*. Ao abrir as redes sociais, numerosas postagens procurando chamar atenção para a questão do refúgio, clamando também por justiça por Moïses Kabagambe<sup>241</sup> e divulgando palestras que ocorrerão acerca dessa temática ao longo da semana.

É impossível não lembrar de Aimé Césaire:

Quando giro o botão do meu rádio e escuto que nos Estados Unidos os negros são linchados, digo que mentiram para nós: Hitler não está morto; quando giro o botão do meu rádio e fico sabendo que os judeus são insultados, desprezados, pogromizados, digo que mentiram para nós: Hitler não está morto; quando giro, enfim, o botão do meu rádio e ouço dizerem que, na África, o trabalho forçado está instituído, legalizado, digo que, verdadeiramente, mentiram para nós: Hitler não está morto. (CÉSAIRE apud FANON, 2020, p. 104)

Césaire, de certa maneira, remete à importante dinâmica de olhar para o passado de forma a entender o presente, procurando contribuir para um futuro em que a barbárie não se repita. E adverte: “Hitler não está morto.”. A barbárie tem se repetido todos os dias, nem sempre da mesma maneira, mas ainda, como uma violência contra a humanidade: “Todas as formas de exploração são idênticas, pois se aplicam ao mesmo ‘objeto’: o homem.” (FANON, 2020, p. 103)

Estudar a trajetória de Stefan Zweig foi uma maneira de voltar o olhar para o passado mirando também no presente e no futuro. E é a partir dessa perspectiva, que algumas considerações, resultantes do processo de pesquisa e escrita desta dissertação, serão aqui compartilhadas.

Apesar de este estudo se concentrar na trajetória de um só homem, tentou-se no decorrer deste trabalho demonstrar que situações vivenciadas por Stefan Zweig na condição de refugiado/apátrida/exilado e múltiplo *homem marginal* são também compartilhadas por

---

<sup>241</sup> Moïse Kabagambe veio para o Brasil como refugiado, para se livrar dos conflitos étnicos e políticos no Congo. Após cerca de uma década em terras brasileiras, foi brutalmente agredido no Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 2022, quando foi cobrar o devido pagamento por seu trabalho. Terminou sendo espancado até a morte por 5 homens.



outros indivíduos em situação de desterro. Para isso, foram mencionadas outras experiências como, por exemplo, as de Aharon Appelfeld e de Faiz Ahmad Faiz.

Dessa forma, ao final desta dissertação, parece possível e válido ressaltar a importância do reconhecimento do caráter identitário da situação do refúgio. A pessoa refugiada é perseguida pelo que ela é ou pela forma como o grupo dominante a enxerga. Essa afirmação aponta no sentido de se destacar a importância de atentar às questões identitárias na formulação de ações e políticas públicas em prol dos refugiados, procurando, por exemplo, formas de promover a adaptação em relação ao idioma do país de acolhida, espaços que propiciem a comunicação em sua língua materna e também o acesso a atendimento psicológico.

A tríade identidade/identificação/cidadania também apresentou-se como um desafio para a garantia dos direitos humanos e demonstrou a importância de avançarmos no caminho de buscar formas que possibilitem ao indivíduo a constituição de sua identidade a partir de parâmetros que não sejam dependentes de um Estado-nação.

Concluir este estudo reforçou, ademais, a certeza de que histórias precisam ser contadas e recontadas. Como diria Chimamanda Adichie: “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.” (ADICHIE, 2009, p. 16). Apesar da vida de Stefan Zweig já ter sido bastante esmiuçada em biografias, em estudos acadêmicos e até mesmo em documentários, não foram poucas as pessoas com as quais encontrei durante esses anos de pesquisa, fora e dentro do contexto acadêmico, que demonstraram desconhecer-lá.

O desafio, portanto, permanece: como alcançar mais e mais pessoas que escutam histórias de vida como a de Stefan Zweig?<sup>242</sup> De que maneira fazer com que essa escuta esteja focada no presente e no futuro? Como contar também outras histórias que ainda são pouco documentadas? Como documentar as histórias que precisam ser contadas?

Este momento de encerramento da escrita, também suscitam outros questionamentos: o que pode ter faltado nesta dissertação? O que ficou por fazer?

Pode ser válido reconhecer, a propósito, que duas vontades ficaram pendentes: a de fazer um estudo dedicado a mais de uma trajetória refugiada/exilada, especialmente de mulheres; e também o desenvolvimento de uma pesquisa que relacione a Diáspora Judaica à

---

<sup>242</sup> Vale mencionar o papel exercido pela Casa Stefan Zweig em Petrópolis - museu localizado no imóvel onde Stefan e Lotte Zweig viveram -, que tem sido responsável por importantes publicações sobre Stefan Zweig e a temática dos refugiados e também pelo estímulo à visitação escolar à exposição sobre o escritor austríaco com o intuito de despertar valores pacifistas e humanistas nos jovens.

Díáspora Negra: "Não se trata de nenhuma questão frívola, pois, (...) o antissemitismo e o racismo estão estreitamente associados na historiografia do século XIX e continuam a ser fatores em grande parte negligenciados na história das ciências humanas" (GILROY, 2012, p. 401). A feitura dessa dissertação e as leituras de Grada Kilomba, Frantz Fanon<sup>243</sup>, bell hooks, Leo Spitzer e Paul Gilroy<sup>244</sup>, fizeram emergir esse anseio de estabelecer um diálogo entre essas díásporas, respeitando-se o caráter singular de cada uma delas, mas à procura de seus pontos de convergência.

---

<sup>243</sup> "Ao querer considerar no plano da abstração a estrutura desta ou daquela exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é o de restituir o homem a seu devido lugar. O racismo colonial não se diferencia de outros racismos. O antissemitismo me toca em plena carne, eu me abalo, uma contestação aterrorizante me exaure, recusam-me a possibilidade de ser um homem. Não posso não me solidarizar com a sorte reservada a meu irmão. Cada um dos meus atos implica o homem. Cada uma das minhas reticências, cada uma das minhas covardias manifesta o homem." (FANON, 2020, p. 103)

<sup>244</sup> "A obra de [Primo] Levi pode ser usada para especificar outros elementos da experiência dos campos que poderiam ser utilizados de um modo preliminar para situar os parâmetros de uma nova abordagem da história dos terrores modernos que exaurem a capacidade da linguagem. Suas discussões sobre o caráter da viagem para o campo e a condição de anonimato na qual os novos internos eram induzidos encontram os equivalentes mais imediatos na literatura e na história da escravidão racial no Novo Mundo. O valor de se combinar essas histórias ou de, pelo menos, relacioná-las entre si no mesmo esquema conceitual é uma denúncia melhor da ideologia humanista burguesa, claramente implicada no sofrimento de ambos os grupos". (GILROY, 2012, p. 401)

## REFERÊNCIAS

- ACERVO AGUDÁ. *Acervo agudá - os “brasileiros” do Benin*. Disponível em <http://acervoaguda.com.br/> - Acesso em 13 de março de 2022.
- ADICHIE, Chimamanda N.. **O Perigo da História Única**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- AGAMBEM, Giorgio. *Mais além dos direitos do homem*. Tradução do original, em italiano, AGAMBEN, Giorgio. *Al di là dei diritti dell'uomo*. In: *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Torino: Bolatti Boringhieri, 1998, p. 20-29. Disponível em: <[https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art\\_2010\\_Mais\\_alem\\_direitos\\_homem.pdf](https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Mais_alem_direitos_homem.pdf)>. - Acesso em 05 de abril de 2022.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Tradução Henrique Burigo, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.
- ALLAIN, Jean. **The jus cogens nature of non refoulement**. *International Journal of Refugee Law*, [S.l.], v. 14. n. 1, p. 533, out. 2001.
- AMIGORENA, Santiago. H. **O Gueto Interior**. 1ª edição. Ed. Todavia, 2020.
- ANDRADE, José Henrique Fischel de. **Direito internacional dos refugiados: evolução histórica 1921-1952**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- ANUNCIAÇÃO, Aldri. **Trilogia do Confinamento**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Escritos Judaicos**. Kindle, Editora Manole, Barueri: 2016.
- ASSUNÇÃO, Thiago. **Direito Humano à Nacionalidade: O Direito a ter Direitos**. In: JUBILUT, Liliana L.; LOPES, Rachel de O (Org.). *Direitos Humanos e Vulnerabilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Editora Universitária Leopoldinum, p.249-264, 2018.
- BARDI, P. M. **Lasar Segall**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. **Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado.** Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi.** 1ª edição, Zahar, 2005.

BECK, Knut e BERLIN, Jeffrey B. (org.). **Stefan Zweig - Briefe (1932 - 1942).** Fischer S. Verlag GmbH, 2005.

BENSON, Richard V. **Landscape, “Heimat,” and Artistic Production: Stefan Zweig’s Introduction to E. M. Lilien: Sein Werk.** *In:* Stefan Zweig and World Literature: Twenty-First-Century Perspectives / Editora Birger Vanwescnbeeck and Mark H. Gelber., 2014.

BERLIN, Jeffrey B. **The Writer’s Political Obligations in Exile: The Case of Stefan Zweig.** *In:* Stefan Zweig and World Literature: Twenty-First-Century Perspectives / Editora Birger Vanwescnbeeck and Mark H. Gelber., p. 224-255, 2014.

BOHUNOVSKY, Ruth. **Stefan Zweig: um homem de ontem? Entrevista com Klemens Renoldner.** Pandaemonium Germanicum [online]. 2015, v. 18, n. 26 [Acessado 13 Maio 2022] , pp. 236-257. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-883718267236257>>. ISSN 1982-8837. <https://doi.org/10.1590/1982-883718267236257>.

BONA, Dominique. **Stefan Zweig, uma biografia.** Tradução de João Domenech e Carlos Nougé. Rio de Janeiro: Record, 1999.

BORGES, Jorge Luis. **Obra poética.** Buenos Aires: Emecé Editores, 1981.

BRECHT, Bertolt. **Sobre a designação de emigrantes.** *Bertolt Brecht: poesia* André Vallias (Ed.). Trad. André Vallias. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 326.

BURKE, Peter. **Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas.** Editora Unesp, Edição do Kindle, 2017.

CARNEIRO, Maria Tucci. **Cidadão do Mundo - o Brasil diante do Holocausto e do judeu refugiado do nazifascismo (1933-1948).** São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2010.

CARNEIRO, Maria T (Entrevista). **Historiadora brasileira elucida novas formas de antissemitismo.** 01 de março de 2011. *In:* Resgate Histórico. Disponível em

<http://www.dw.com/pt-br/historiadora-brasileira-elucida-novas-formas-de-antissemitismo/a-14857292> - Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; LAFER, Celso. **Judeus e judaísmo na obra de Lasar Segall**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CASA STEFAN ZWEIG. **Europeo, humanista, cosmopolita**. In: Textos. CLAROS, Luis Fernando Moreno, 2005. Disponível em [https://casastefanzweig.org.br/sec\\_texto\\_view.php?id=19](https://casastefanzweig.org.br/sec_texto_view.php?id=19) - Acesso em 22 de junho de 2022.

DAVIS, Darién J. e MARSHALL, Oliver (ORG). **Stefan & Lotte - Cartas da América: Rio, Buenos Aires e Nova York, 1940-42**. Tradução Eduardo Silva e Graça Salgado. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012.

DINES, Alberto. **Morte no Paraíso - A tragédia de Stefan Zweig**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DOS SANTOS, Marcelo. L. **Victor Klemperer: a linguagem do mal e a nazificação da sociedade alemã**. Veritas (Porto Alegre), v. 63, n. 1, p. 150-189, 23 abr. 2018.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. Lisboa: Editorial Presença, 3ª edição, s/d.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **As Leis de Nuremberg**. IN: UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nuremberg-laws> - - Acesso em 9 de abril de 2022

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **Pogroms**. IN: UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms#:~:text=Pogrom%20%C3%A9%20uma%20palavra%20russo%20como%20em%20outros%20pa%C3%ADses> - Acesso em 12 de abril de 2022

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **The United States and the refugee crisis - 1938-41**. IN: UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-united-states-and-the-refugee-crisis-1938-41> - Acesso 10 de abril de 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo. Ubu Editora, 2020.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral : reflexões para a política externa brasileira** – Brasília : FUNAG, 2015.

FELDMAN, Ellen. **Paris é para sempre**. Vestígio editora, 2021.

GIL, Maria de Fátima. **Stefan Zweig, Romain Rolland e a Grande Guerra** - Universidade de Coimbra / CITCEM - Biblos. Número 5, 2019 • 3.<sup>a</sup> Série pp. 125-146 - DOI [https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-5\\_6](https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-5_6)

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo, editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GUISNBURG, Jacob. (org.) - **A Paz Perpétua - um projeto para hoje: Kant, Derrida, Rosenfeld, Romano**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HOLMS, Mariana Chirico Machado. **“Um palestrante narrando slides”:** o sujeito autobiográfico esquivo em *Die Welt von Gestern* de Stefan Zweig. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - São Paulo, 2019.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra** / tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

JENSEN, Silvina; PARADA, Maurício. **Exílio e afastamento: considerações sobre uma hermenêutica da distância?** Tempo [online]. 2019, v. 25, n. 2 [Acessado 12 Junho 2022] , pp. 405-410. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v250206>>. Epub 15 Jul 2019. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v250206>.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Aula proferida no IV Curso de Direito Internacional dos Refugiados para Professores Universitários**, na Universidade Federal de Roraima, em 12 e 13 de junho de 2019.

JUBILUT, Liliana L.; ZAMUR, Andrea. **Direito Internacional dos Refugiados e Direito Internacional dos Direitos Humanos**. In: GODOY, Gabriel G.; JUBILUT, Liliana L. (org.) *Refúgio no Brasil - Comentários à Lei 9.474/97*, p.439-460, São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2017. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf> - Acesso 05 de agosto de 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1<sup>a</sup> edição: Rio de Janeiro. Ed. de Livros Cobogó, 2019.

KLEMPERER, Victor. **LTI - A linguagem do Terceiro Reich**. Contraponto, 2009.

KRAUSZ, Luis S. FORNER, Naamá S. **Entrevista com Aharon Appelfeld**. Revista USP, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cllh/article/download/83521/86469/> - Acesso 15 de out. De 2020.

KRAUSZ, Luis S. **Expedição ao inverno, de Aharon Appelfeld: a tradução hebraica de uma questão judaica**. WebMosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall v.3 n.2 (jul-dez) 2011 - disponível em 10 de setembro de 2021.

KRAUSZ, Luis S. **A persistência do Exílio em Aharon Appelfeld**. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, out. 2010. ISSN: 1982-3053 - Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14062/11243> - Acesso em 05 de março de 2022.

LA BIBLIOTECA NACIONAL DE ISRAEL - DEPÓSITO DE MEMÓRIA. **La carta a Buber**. In: Carta de Zweig a Buber - Disponível em <http://gizra.github.io/CDL-ES/pages/464AAD88-DF79-75FE-4CAE-3B36EF5DDECB/#A39F194E-7EA0-E641-B943-A9255C33A28D> - Acesso 01 de junho de 2022.

LAFER, C. **A Reconstrução dos Direitos Humanos – Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **O "homem marginal" numa sociedade primitiva**. Revista do Instituto de Ciências Sociais 4 (1), p. 143-158, 1967.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico - De Rousseau à Internet**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

LESSA, Renato. **Exílio (registro do discurso proferido em 2014 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)**. In: Stefan Zweig e o Brasil: Exílio e Integração, p. 11-13. Petrópolis: Casa Stefan Zweig; Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung e. V, s/d. Disponível em <https://www.kas.de/documents/265553/265602/Stefan+Zweig+-+Ex%C3%ADlio+e+Integra%C3%A7%C3%A3o.pdf/69c28c71-5df3-efd1-cb7f-f2a08d3d9a6f?version=1.1&t=1607529230018> - acesso em 7 de agosto de 2021.

LIMA, Maria Célia Peixoto; ACSELRAD, Márcio; HATEAU, Natália Maria de Mendonça Trompieri. **Aharon Appelfeld: uma língua materna em exílio**. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 12, n. 23, nov. 2018. ISSN: 1982-3053.

LOESCHER, Gil. **The UNHCR and World Politics - A Perilous Path**. OXFORD University Press, 2001.

MAGNO, M. E. da S. P., & BEZERRA, J. S. (2020). **Vigilância negra: O dispositivo de reconhecimento facial e a disciplinaridade dos corpos.** *Novos Olhares*, 9(2), 45-52. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2020.165698> - Acesso em 02 de junho de 2022.

MÁQUINA DA NOTÍCIA (Coordenação geral). **Siamo Tutti Oriundi!: a presença italiana no Brasil.** São Paulo, Parmalat, 1996.

MATUSCHEK, Oliver. **Three Lives.** Steerforth Press. Edição do Kindle, 2011.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas.** São Paulo: ed. NÓS. 2018

NEYMEYR, Barbara. **Suizid.** In: *Stefan Zweig: Handbuch.* LACARTI, Arturo; RENOLDNER, Klemens; WOERGÖTTER, Martina.; p. 763-772 Berlim/Boston: Ed. Gruyter, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil.** In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt&format=pdf> - acesso em 27 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica, identificação e manipulação.** *Sociedade e Cultura.* Goiânia, v. 6, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v6i2.912. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/912>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ONU. Assembléia Geral. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** 1948.

ONU. ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.** 1951.

ONU. ACNUR. **Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados.** 1967.

O ÚLTIMO libelo de Stefan Zweig contra a escravidão na Europa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de fev de 1942, p.5. - Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/fevereiro-de-1942-escritor-stefan-zweig-a-mulher-se-suicidam-em-petropolis-10592553> - Acesso 12 de junho de 2022.

PAULA, Bruna Vieira de. **O princípio do non-refoulement, sua natureza jus cogens e a proteção internacional dos refugiados.** *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, [S.l.], n. 7, p. 51, jul. 2016; BELTRAME, Leonardo Maciura. *Acordo Turquia-união Europeia De 2016: Análise Crítica À Luz Do Princípio Do Non-refoulement.* UFPR, 2017. P. 25 - 34. Disponível em:



<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56061/LEONARDO%20MACIURA%20BELTRAME.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 jun. 2019.

PROCHNIK, George. **The Impossible Exile**. Granta Publications. Edição do Kindle, 2014.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Siamo Tutti Oriundi!: a presença italiana no Brasil**. Revista de Antropologia [online]. 2000, v. 43, n. 1 [Acessado 24 Junho 2022] , pp. 249-251. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000100008>>. Epub 23 Out 2000. ISSN 0034-7701.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai à procura de Deus**. In: Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo. 1ª edição digital, Editora Global , 2016, p. 5-21.

ROBERTSON, Craig. **The Passport in America - The History of a document**. Nova Iorque, Oxford University Press, 2010.

ROLLEMBERG, D. **Memorial dos Heróis Silenciosos (1933-1945)**. Revista de História, [S. l.], n. 180, p. 1-34, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.165343. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/165343>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ROZENCHAN, Nancy. **Entrevista com Aharon Appelfeld**. Publicado em Forward, em 21 de junho de 2016, edição de 25 de junho de 2016. Disponível em: Tradução e notas de Nancy Rozenchan: <https://www.revistas.usp.br/cilh/article/view/125026/122051> - Acesso 05 de março de 2022.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo. Kindle. Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, Georg. **Os estrangeiros**. In: Sociologia. FILHO, Evaristo de Moraes (org.); FERNANDES, Florestan. (coord.), Ática, 1983 - páginas 182 a 188.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. **A Guide for Interpreting Life Narratives - Reading Autobiography**. Mineapolis: University of Minnessota Press, 2010.

SORKIN, David. **Jewish Emancipation - A History Across Five Centuries**. Princeton, University Press, 2019.

SPITZER, Leo. **Vidas de Entremeio: Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental: 1780-1945**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

STONEQUIST, Everett V., **O Homem Marginal: Estudo de personalidade e conflito cultural**. Livraria Martins Editora, 1948.

SZPILMAN, Marcelo. **Judeus suas extraordinárias histórias**. Ed. Mauad, 2012.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Um amor feliz**. 1ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

TORPEY, John. C. **The Invention of the passport - Surveillance, Citizenship and the State**. 2ª edição. Cambridge University Press, 2018.

VALLERIO, Rafael G. **Estado-Nação, Direitos Humanos e Cidadania: o problema do refugiado**. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewFile/96666/7964> - Acesso em 10 de dez de 2019.

VELHO, Gilberto. **O Estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social**. In: Desvio e divergência: uma crítica à patologia social. VELHO, Gilberto (org.). Zahar, p. 11-24, 2012.

VUONG, Ocean. **Sobre a terra somos belos por um instante**. 1ª edição, Rocco, 2021.

WEISSENBERGER, Klaus. **Stefan Zweig's Non-fictional Prose in Exile: Mastery of the European Genre of "Kunstprosa"**. In: Stefan Zweig and World Literature: Twenty-First-Century Perspectives. Editora Birger Vanwescnbeeck and Mark H. Gelber., p. 122-151, 2014.

WEISSMANN, Lisette. **Migração/exílio e a perda da língua materna**. Cad. psicanal., Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, p. 185-206, dez. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952017000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952017000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 jun. 2022.

WHY bell hooks didn't capitalize her name. The Washington Post. Washington, 15 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2021/12/15/bell-hooks-real-name/> - Acesso em 01 de junho de 2022.

ZWEIG, Stefan. **Declaração**. 1942, CASA STEFAN ZWEIG. In: Textos. Disponível em [https://casastefanzweig.org.br/sec\\_texto\\_view.php?id=16](https://casastefanzweig.org.br/sec_texto_view.php?id=16) - Acesso em 01 de junho de 2022.

ZWEIG, S. **O Mundo Insone e outros ensaios**. Tradução Kristina Michahelles; organização e textos adicionais Alberto Dines, 1 ed: Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

ZWEIG, Stefan. **Autobiografia: o mundo de ontem**. Traduzido por Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ZWEIG, Stefan. **Montaigne**. Tradução Giovane Rodrigues. São Paulo, SP. Editora Mundaréu, 2015.

ZWEIG, S. **Erasmus de Rotterdam - Triunfo y tragedia de un humanista**. Epub libre, 2016.

ZWEIG, S. **Diários** (1912-1914). Madrid, Ediciones 98, 2021a.

ZWEIG, S. **Diários** (1931-1940). Madrid, Ediciones 98, 2021.

### **REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS**

IDENTITY AND IDENTIFICATION. Aula proferida pela professora Jane Caplan. 9 de junho de 2014. Disponível em:  
<<https://www.gresham.ac.uk/lectures-and-events/identity-and-identification>>. Acesso em 13 mar 2022.

OS INVISÍVEIS. Título original: Die Unsichtbaren. Direção: Claus Räfle - Alemanha, 2017.

PASSING. Direção: Rebecca Hall - EUA, 2021.

### **REFERÊNCIAS DAS ARTES PLÁSTICAS**

ARISE, YOU DEAD. Artista: Frans Masereel, 1917.

DIE PASSIONS EINES MENSCHEN. Artista: Frans Masereel, 1918.

LA FAMILLE DE VOYAGEURS. Artista: Bruno Catalano, 2013-atual.

O NAVIO DE EMIGRANTES Artista: Lasar Segall, 1939-41.